



UFRRJ

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**ENTRE A TEOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E O REFORMISMO
CRISTÃO: O MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE COMO AGENTE
DA MODERNIZAÇÃO DO CAMPO BRASILEIRO (1961 - 1966)**

Max Fellipe Cezario Porphirio

Sob a orientação do Professor

João Márcio Mendes Pereira

Tese submetida como requisito parcial para
obtenção do grau de **Doutor em História**, no
Programa de Pós-Graduação em História,
Área de Concentração: Relações de Poder e
Cultura.

Seropédica, RJ

Fevereiro de 2021

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

P837e Porphirio, Max Fellipe Cezario, 1990-
Entre a Teologia do Desenvolvimento e o Reformismo
Cristão: o Movimento de Educação de Base como agente
da modernização do campo brasileiro (1961-1966) / Max
Fellipe Cezario Porphirio. - Seropédica, 2021.
319 f.: il.

Orientador: João Márcio Mendes Pereira.
Tese(Doutorado). -- Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História, 2021.

1. MEB . 2. Igreja. 3. Educação Popular. 4.
Trabalhadores Rurais. 5. Questão agrária. I. Pereira,
João Márcio Mendes, 1977-, orient. II Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós
Graduação em História III. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



TERMO Nº 168/2021 - PPHR (12.28.01.00.00.49)

Nº do Protocolo: 23083.012329/2021-89

Seropédica-RJ, 23 de fevereiro de 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

ANEXO À DELIBERAÇÃO Nº 001, DE 30 DE JUNHO DE 2020

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

MAX FELLIPE CEZÁRIO PORPHIRIO

Tese submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor, no Programa de Pós Graduação em HISTÓRIA, Área de Concentração em RELAÇÕES DE PODER E CULTURA DISSERTAÇÃO.

APROVADA EM 19 de fevereiro de 2021

Conforme deliberação número 001/2020 da PROPPG, de 30/06/2020, tendo em vista a implementação de trabalho remoto e durante a vigência do período de suspensão das atividades acadêmicas presenciais, em virtude das medidas adotadas para reduzir a propagação da pandemia de Covid-19, nas versões finais das teses e dissertações as assinaturas originais dos membros da banca examinadora poderão ser substituídas por documento(s) com assinaturas eletrônicas. Estas devem ser feitas na própria folha de assinaturas, através do SIPAC, ou do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e neste caso a folha com a assinatura deve constar como anexo ao final da tese / dissertação.

Professor doutor JOÃO MÁRCIO MENDES PEREIRA - presidente e orientador - UFRRJ

Professor doutor CLIFFORD ANDREW WELCH - UNIFESP

Professor doutor CLAITON MARCIO DA SILVA - UFFS

Professora doutora LEONILDE SERVOLO DE MEDEIROS - UFRRJ

Professor doutor ALEXANDRE FORTES - UFRRJ

Documento não acessível publicamente

(Assinado digitalmente em 24/02/2021 17:58)

ALEXANDRE FORTES
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
PROPPG (12.28.01.18)
Matrícula: 1308466

(Assinado digitalmente em 23/02/2021 09:26)

JOAO MARCIO MENDES PEREIRA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptHRI (12.28.01.00.00.86)
Matrícula: 1736091

(Assinado digitalmente em 23/02/2021 08:09)

LEONILDE SERVOLO DE MEDEIROS
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
CPDA (12.28.01.00.00.80)
Matrícula: 386491

(Assinado digitalmente em 05/03/2021 10:58)

CLIFFORD ANDREW WELCH
ASSINANTE EXTERNO
Passaporte: 530804768

(Assinado digitalmente em 24/02/2021 15:40)

CLAITON MARCIO DA SILVA

ASSINANTE EXTERNO

CPF: 950.469.509-44

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **168**, ano: **2021**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **23/02/2021** e o código de verificação: **8b1dd48833**

Agradecimentos

À minha mãe. Tudo que disser aqui, ainda será pouco. Seria necessária uma nova tese para melhor demonstrar sua importância em minha vida. Agradeço pela dedicação à minha criação e da minha irmã, não deixando faltar nada em nossas vidas, tanto no aspecto material como sentimental. Além disso, preciso destacar que seu compromisso com as favelas (principalmente aquelas em que a senhora viveu) sempre me serviu de exemplo.

À minha grande amiga e avó Jureminha por transmitir os conhecimentos ancestrais e manter viva, no interior da nossa família, práticas culturais fundamentais para a nossa sobrevivência.

Ao meu avô Moacyr (*in memoriam*) pela participação essencial em minha vida.

À minha grande amiga e irmã Mayara. Embora distantes, vivendo em regiões distintas do Rio de Janeiro, nunca estivemos tão conectados. Não mais compartilhamos brinquedos ou dicas para a prática da natação, agora escrevemos artigos juntos e discutimos estratégias de combate ao racismo e de promoção do povo preto.

À Cris. Muito obrigado por todo apoio, toda paciência, toda compreensão e todo carinho. Sem você, dificilmente esta tese existiria (em aspecto teórico e físico). Nos aproximamos graças à música. De lá pra cá, te mostrei várias músicas que sintetizavam meus sentimentos por você. Agora, não seria diferente. Talvez seja o vício de historiador, mas lá vão alguns trechos de “Pequenas Alegrias da via adulta”, do Emicida: “E ela disse: Deus te acompanhe, pretin, Bom dia/ Me deu um beijo e virou poesia (...) Volta pá’nois como um camisa 10 após o gol/Meu peito rufla, olho brilha, isso é ter uma família/Minha alma disse: Demorô!/ Então eu vou bater de frente com tudo, por ela/ Topar qualquer luta[!!!]”.

Ao professor João Márcio pelos onze anos de orientação e amizade, caracterizados pela indicação e empréstimo de diversos livros, pela disponibilidade em analisar os textos enviados, pelo incentivo nos momentos de baixa e pelas discussões sobre o recorte dessa e de futuras pesquisas. Acredito que encerramos este ciclo de nossas vidas da melhor forma possível. Foi um prazer ser seu orientando. Aprendi muito com suas ações. Muito obrigado!

Às pesquisadoras do Centro de Documentação e Memória da Unesp pela disponibilidade em ceder a cópia digitalizada de alguns números do *Liga*.

À professora Leonilde Servolo de Medeiros, ao professor Clifford Welch e ao professor Alexandre Fortes pela participação em diferentes momentos da minha trajetória acadêmica. As críticas realizadas durante os exames de qualificação (mestrado e doutorado) e defesa (mestrado) foram fundamentais para a construção desta tese.

Ao professor Claiton Silva por aceitar fazer parte da banca.

Aos docentes e discentes do Programa de Pós-graduação pelas críticas e orientações de leitura.

Por fim, àqueles que me ajudaram no momento em que mais precisei: Aline, as Marias, Cipriano, Cláudia, Carolyne, Damião, Denise, Dona Tereza, Elenice, Felipe, Iracílio, Jorge, José, Jurema, Kaio, Kiu, Kelly, Marcos, Marcello, Miguel, Osias, Obá, Obaluayê, Patrícia, Richard, “T.R.”, Tupiara e Xangô.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil – (CAPES) – Finance Code 001

Resumo

PORPHIRIO, Max Fellipe Cezario. **Entre a Teologia do Desenvolvimento e o Reformismo Cristão: o Movimento de Educação de Base como agente da modernização do campo brasileiro (1961-1966)**. 319p. Tese (Doutorado em História, Relações de Poder, Trabalho e Práticas Culturais). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2021.

Nossa tese propõe abordar o MEB a partir de uma nova perspectiva analítica. Diferentemente da historiografia sobre o movimento – que não discute o lugar desta força política nos debates agrários nacionais –, buscamos analisar a ação política do MEB no campo brasileiro, entre 1961 e 1966. Nesse sentido, discutimos como o conceito de “camponês” e a natureza da “reforma agrária” foram caracterizados nas cartilhas *Viver é lutar*, *Mutirão* e *Educar para construir*, durante as três fases do movimento, a fase modernizadora (1961), quando o movimento estava muito mais próximo dos argumentos episcopais nacionais, enxergando os problemas rurais pelo viés agrícola, indicando como soluções a ampliação do acesso ao crédito rural, a formação de cooperativas, a capacitação técnica dos trabalhadores rurais, a criação de centros sociais, a divulgação de conhecimentos médico-sanitários e as parcerias público-privadas (Estado, patronato e trabalhadores rurais); a fase progressista (1962 a 1964), quando o movimento se aproximou, significativamente, dos pressupostos da encíclica *Mater et Magistra*, criticando o imperialismo, a desigualdade socioeconômica e a concentração fundiária, e defendendo a participação política dos trabalhadores, a realização de uma reforma agrária, que democratizasse o acesso a pequena propriedade privada (reforçando seu papel emancipador), e a atuação do Estado como garantidor do acesso ao crédito, da capacitação profissional e da formação de cooperativas; a fase progressista conservadora (1965-1966), momento em que o MEB esteve alinhado às propostas modernizadoras do governo militar, retomando as pautas de 1961, mas mantendo algumas proposições do reformismo cristão. Nossa análise tem como eixo os signos de “camponês” e da natureza da “reforma agrária”, porque, ao redor deles, ricos debates foram produzidos pelas forças que atuavam no meio rural, e privilegia os conjuntos didáticos, pois estes materializavam os objetivos políticos do núcleo dirigente do MEB – por meio deles este setor conseguia falar diretamente com os trabalhadores rurais, atuando na constituição dos seus modos de vida e das suas visões de mundo. Adotando como referências teórico-metodológicas as ideias de Thompson, de Romano, de Marx e Engels, de Chauí, do Círculo de Bakhtin, de Williams, de Fairclough e de Scott, procuramos fazer uma análise bidimensional dessas cartilhas, discutindo tanto sua estrutura textual como a conjuntura político-econômica na qual se inseriam – considerando-as, ao mesmo tempo, práticas sociais reflexivas dos conflitos de classe e elementos por meio dos quais se buscava intervir e alterar os modos de vida. Assim, recorreremos a uma diversidade de fontes: boletins e diretrizes do Conselho Diretor Nacional (CDN) do MEB, documentos legais assinados ou produzidos pelo movimento, correspondências trocadas entre monitores, alunos e coordenadores, pautas e materiais das reuniões de treinamentos dos seus monitores, relatórios enviados pelos monitores à Coordenação Estadual e ao CDN do MEB, anais dos encontros de coordenadores, cartas pastorais, obras dos principais teóricos pecebistas e dirigentes das Ligas Camponesas, documentos oficiais das principais organizações políticas e econômicas que atuaram no campo, projetos de lei que circularam no congresso federal e periódicos ligados aos movimentos rurais de orientação marxista, à Igreja Católica e da grande imprensa.

Palavras-chave: MEB; Igreja; Educação Popular; Trabalhadores Rurais; Questão agrária

Abstract

PORPHIRIO, Max Fellipe Cezario. **Between Development Theology and Christian Reformism: the Basic Education Movement as an agent for the modernization of the Brazilian countryside (1961-1966)**. 319p. Thesis (Doctor degree in History, Power Relations, Work and Cultural Practices). Institute of Human and Social Sciences, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2021.

This thesis proposes to approach the MEB from a new analytical perspective. Unlike the historiography on the movement – which does not discuss the place of this political force in national agrarian debates –, we seek to analyze MEB's political action in the Brazilian field, between 1961 and 1966. We discuss how the concept of “peasant” and the nature of the “agrarian reform” were characterized in the teaching materials *Viver é lutar*, *Mutirão* and *Educar para construir*, during the three phases of the movement, the modernizing phase (1961), when the movement was much closer to the national episcopal arguments, seeing rural problems through agricultural bias, indicating as solutions the expansion of access to rural credit, the formation of cooperatives, the technical training of rural workers, the creation of social centers, the dissemination of medical-sanitary knowledge and public-private partnerships (State, employer and rural workers); the progressive phase (1962 to 1964), when the movement significantly approached the assumptions of the encyclical *Mater et Magistra*, criticizing imperialism, socioeconomic inequality and land concentration, and defending the political participation of workers, the realization of a reform agrarian, which democratized access to small private property (reinforcing its emancipatory role), and the State's role as guarantor of access to credit, professional training and the formation of cooperatives; the conservative progressive phase (1965-1966), a time when the MEB was aligned with the modernizing proposals of the military government, resuming the guidelines of 1961, but maintained some proposals of Christian reformism. Our analysis has as its axis the signs of “peasant” and the nature of “agrarian reform”, because, around them, rich debates were produced by the forces that worked in the rural environment, and privileges the didactic groups, because the aforementioned didactic sets materialized the political objectives of the movement's leading nucleus – since through them this sector was able to speak directly with rural workers, acting in the constitution of their ways of life and their worldviews. Adopting as theoretical-methodological references the ideas developed by Thompson, Romano, Marx and Engels, Chauí, Bakhtin Circle, Williams, Fairclough and Scott, we attempt to make a two-dimensional analysis of these materials, discussing their textual structure as a political-economic conjuncture in which they are inserted – considering it as, at the same time, social practices that reflect class conflicts and elements by which they try to interfere and change ways of life. Thus, we use a variety of sources: bulletins and guidelines from the MEB's National Directing Council (CDN), legal documents signed or produced by the movement, correspondence exchanged between monitors, students and coordinators, agendas and materials from their monitors' training meetings, reports sent by the monitors to the State Coordination and to the CDN of MEB, annals of the coordinators' meetings, pastoral letters, works of the main pecebistas theorists and leaders of the Peasant Leagues, official documents of the main political and economic organizations that acted in the field, bills that circulated at the federal congress and periodicals linked to rural movements with a Marxist orientation, the Catholic Church and the mainstream press.

Keywords: MEB; Church; Popular Education; Rural Workers; Agrarian Question

Lista de quadros

Quadro I: Pontos modernizadores da encíclica <i>Mater et Magistra</i>	78
Quadro II: Pontos das resoluções do IV Congresso do PCB	100

Lista de figuras

Figura 1: Reforma agrária chinesa e a transformação do latifundiário em camponês.....	113
Figura 2: Estrutura do MEB	128
Figura 3: Mecanização do campo	172
Figura 4: Técnicas Tradicionais.....	173
Figura 5: Sofrimento	173
Figura 6: Modernização dos costumes.....	177
Figura 7: Uso do cigarro de palha	214
Figura 8: João Carreiro.....	215
Figura 9: Característica racial	222
Figura 10: Característica racial	222
Figura 11: Escravização do trabalhador rural	224
Figura 12: Cartilha SAR	260
Figura 13: Imagens do conjunto <i>Viver é lutar</i>	261
Figura 14: Imagens do livro <i>Mutirão II</i>	264

Lista de Siglas

ABCAR – Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural

ACAR – Associação de Crédito e Assistência Rural

ACPO – Ação Cultural Popular

AFL-CIO – American Federation of Labor and Congress of Industrial Organizations

AIA – International Association for Economic and Social Development

ANCAR – Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural

ANL – Aliança Nacional Libertadora

AP – Ação Popular

ATAM – Associação de Trabalhadores Agrícolas do Maranhão

BB – Banco do Brasil

BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

BOC – Bloco Operário-Camponês

CBAR – Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais

CC – Comitê Central

CCU – Centro Cooperativista Uruguaio

CDN – Conselho Diretor Nacional

CEAA – Campanha Nacional de Educação de Adolescentes e Adultos

CEDIC – Centro de Documentação e Informação Científica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

CEPLAR – Campanha de Educação Popular

CGT – Confederação Geral do Trabalho

CIA – Central Intelligence Agency

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

CMBEU – Comissão Mista Brasil – Estados Unidos

CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil

CNCO – Confederação Nacional dos Círculos Operários

CNER – Campanha Nacional de Educação Rural

CNPA – Comissão Nacional de Política Agrária

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CRB – Confederação Rural Brasileira

CRC – Companhia de Revenda e Colonização

CREFAL – Centro de Cooperação Regional para a Educação de Adultos na América Latina

CRER – Centro Radiofônico de Educação Rural

Crestintern – Internacional Camponesa

DNERU – Departamento Nacional de Endemias Rurais

ETA – Escritório Técnico de Agricultura Brasil – Estados Unidos

ETR – Estatuto do Trabalhador Rural

EUA – Estados Unidos da América

FAO – Food and Agriculture Organization

FETAPE – Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco

FNB – Frente Negra Brasileira

FPN – Frente Parlamentar Nacionalista

IADESIL – Instituto Americano para o Sindicalismo Livre

IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IBEC – Corporação Internacional de Economia Básica

IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária

IC/*Comintern* – Internacional Comunista

INC – Instituto Nacional de Imigração e Colonização

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INDA – Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário

IPES – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais

JUC – Juventude Universitária Católica

MASTER – Movimento de Agricultores Sem Terra

MEB – Movimento de Educação de Base

MEC – Ministério de Educação e Cultura

MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização

OEA – Organização dos Estados Americanos

OIT – Organização Internacional do Trabalho

OM – Organização de Massas

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

OP – Organização Política

PAEG – Programa de Ação Econômica do Governo

PC do B – Partido Comunista do Brasil

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCGB – Partido Comunista da Grã-Bretanha

PCR – Partido Comunista Russo

PCUS – Partido Comunista da União Soviética

PDC – Partido Democrata Cristão

PR – Partido Republicano

PRP – Partido de Representação Popular

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSD – Partido Social Democrático

PSP – Partido Social Progressista

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

SAPPP – Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco

SAR – Serviço de assistência rural

SEAV – Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinária

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SESC – Serviço Social do Comércio

SESI – Serviço Social da Indústria

SIA – Serviço de Informação Agrícola

SIREPA – Sistema Radioeducativo da Paraíba

SIRESE – Sistema Radioeducativo de Sergipe

SNA – Sociedade Nacional de Agricultura

SORPE – Serviço de Orientação Rural de Pernambuco

SRB – Sociedade Rural Brasileira

SSR – Serviço Social Rural

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

SUPRA – Superintendência da Política de Reforma Agrária

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

UDN – União Democrática Nacional

ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USAID – United States Agency for International Development

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

Introdução	17
Parte I – O MEB e a natureza da reforma agrária	30
Capítulo I – Educação de base e modernização agrícola	31
1.1. Ideologia da modernização segundo Washington	31
1.2. A AIA e a educação modernizadora no Brasil	33
1.3. Educação de base e desenvolvimento segundo a UNESCO	36
1.4. CEAA e CNER – As primeiras iniciativas de educação de base apoiadas pelo governo federal.....	40
1.5. Propostas agrárias e educacionais de Jânio Quadros.....	47
Capítulo II – A teologia do desenvolvimento brasileiro	54
2.1. A modernização do campo segundo a CNBB	54
2.2. <i>Encíclica Mater et Magistra</i> e o capitalismo humanitário	75
2.3. Ações modernizadoras da Igreja na América Latina.....	86
Capítulo III – As esquerdas e a mecanização do campo.....	92
3.1. A modernização do campo nas teses pecebistas	92
3.1.2. A educação rural de acordo com o PCB	105
3.2. As Ligas Camponesas, a educação rural e a modernização do campo.....	113
3.3. A superação do paradigma da modernização	120
Capítulo IV – O MEB e as disputas pela reforma agrária	125
4.1. O projeto agrário de 1961	125
4.1.2. As primeiras ações modernizadoras do MEB.....	133
4.2. A virada progressista	135
4.2.1. <i>Viver é lutar</i>	135
4.2.1.2. A influência da AP na construção do MEB.....	151
4.2.2. <i>Educar para construir</i>	160
4.3. O progressismo conservador	163
4.3.1. <i>Mutirão</i>	163
4.3.2. Os últimos suspiros da base	179
4.3.3. O MEB como agente modernizador reconhecido internacionalmente	183
Parte II – O MEB e as disputas pela categorização dos trabalhadores rurais	191
Capítulo V – A construção do conceito de camponês pelo PCB e pelas Ligas	192
5.1. As construções pecebistas	192
5.1.1. As interpretações da Internacional Comunista	192

5.1.2. Os primeiros usos	198
5.1.3. A década de 1950 e os avanços analíticos.....	206
5.1.3.1. A inferioridade do campesinato.....	215
5.1.4. A continuidade da escravidão	217
5.1.4.1. O <i>Terra Livre</i> e a identidade negra.....	220
5.2. O “camponês” das Ligas Camponesas.....	227
Capítulo VI – O “camponês” do MEB	233
6.1. <i>Viver é lutar</i>	234
6.2. <i>Educar para construir</i>	252
6.3. <i>Mutirão II</i>	254
6.4. A identidade negra e o discurso do MEB para o campo	258
Capítulo VII – Vozes dos trabalhadores: questões e reclames	270
Considerações Finais	291
Apêndice I.....	299
Bibliografia	301
Periódicos consultados.....	314
Congressos da III Internacional	315
Documentos PCB.....	315
Encíclicas	315
Documentos do MEB/SAR.....	316
Fundo CEDIC	316
Acervo Nedesc/Centro Memória Viva.....	316
<i>Sites</i> consultados	318

INTRODUÇÃO

Em linhas gerais, objetivamos analisar a ação política do Movimento de Educação de Base (MEB) no campo brasileiro, entre 1961 e 1966. Para tanto, discutiremos como o conceito de “camponês” e a natureza da “reforma agrária” foram caracterizados nos conjuntos didáticos *Viver é lutar*, *Mutirão* e *Educar para construir*, uma vez que, ao redor desses dois signos, ricos debates foram produzidos pelas forças que atuavam no meio rural.

No que se refere à efervescência política do campo brasileiro, diferentes motivos tornaram o ano de 1961 emblemático. Nesse ano realizou-se o I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, que “marcou um momento transcendente na longa luta do campesinato por legitimidade política” (WELCH, 2010, p.308), por quatro razões fundamentais: A primeira é que reuniu diversos representantes dos interesses dos trabalhadores rurais¹, como as Ligas Camponesas, setores da Igreja Católica, sindicatos rurais em formação e associações ligadas ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), totalizando o número de 1.500 delegados trabalhadores rurais. A segunda, contou com a presença do presidente João Goulart, do governador Magalhães Pinto (MG) e do primeiro-ministro Tancredo Neves, demonstrando o reconhecimento por parte do Estado da força política desses trabalhadores – como destacou Welch, “até então nenhum Presidente ou funcionário do alto escalão tinha encarado uma assembleia de camponeses” (2010, p.308). A terceira, esse congresso expôs a diminuição do distanciamento entre a justiça, a estrutura política formal e os trabalhadores rurais (WELCH, 2010). A quarta, após a realização do congresso, os trabalhadores rurais ganharam força política nacional, rompendo com o caráter local e regional de suas lutas.

O ano de 1961 também se caracterizou pela expansão do protagonismo popular por todo o Brasil, englobando um grupo diversificado de sujeitos políticos (entre eles trabalhadores rurais e urbanos, estudantes, mulheres, negros, graduados das Forças Armadas e policiais militares) em torno de um programa político comum, que rompia com as possíveis diferenças entre os sujeitos e promovia uma unidade ao redor das “reformas de base”: agrária,

¹ Tomando como referência a definição empreendida por Medeiros (1995), utilizamos o termo “trabalhadores rurais” com a intenção de englobar foreiros, pequenos proprietários, meeiros, parceiros, vaqueiros, posseiros, condiceiros e assalariados agrícolas.

urbana, bancária, eleitoral, universitária e do estatuto do capital estrangeiro (REIS FILHO, 2001).

Em 1961, as Ligas iniciaram a expansão nacional do movimento (MEDEIROS, 1989; BASTOS, 1984; AZEVÊDO, 1982; MORAIS, 1969). Vislumbrando a conquista da força necessária para confrontar as teses e organizações ligadas ao PCB – entidade com a qual haviam rompido –, as Ligas propagar-se-iam para diversos estados do Brasil, como Acre, Bahia, Brasília, Goiás, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul (MORAIS, 1969).

O ano de 1961 também é considerado o marco inicial da atuação sistemática da Igreja Católica no campo brasileiro (NOVAES, 1997). Nesse momento, o argumento do episcopado brasileiro sobre a necessidade da própria Igreja guiar a reforma agrária como forma de evitar a expansão dos movimentos rurais de orientação marxista ficou explícito (CARVALHO, 1985). Pautada nas proposições da encíclica *Mater et Magistra* (1961), a Igreja estimulava sistematicamente a ação reivindicatória dos trabalhadores rurais. Vejamos os casos, mais abordados pela historiografia, dos estados de Pernambuco, Rio Grande do Sul e São Paulo.

Em Pernambuco, a Igreja, respondendo à expansão das Ligas Camponesas, iniciou em 1961 a organização dos sindicatos católicos por meio do Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (SORPE), ligado aos círculos operários e ao Ministério do Trabalho, cuja função era formar lideranças sindicais católicas (MEDEIROS, 1983). Já no Rio Grande do Sul a atuação foi por meio das Frentes Agrárias, organização católica, criada em 1961, cujo objetivo principal era conter a expansão do Movimento de Agricultores Sem Terra (MASTER) nas áreas rurais² (RICCI, 1999). Com relação a São Paulo, tomemos como exemplo a Alta Mogiana, uma das zonas cafeeiras mais antigas do estado. Na segunda metade da década de 1940, essa região, assim como outras do interior do estado, caracterizou-se pela presença significativa de comitês rurais do PCB. A região era palco da disputa entre o PCB e a Igreja Católica pela representação do trabalhador rural, sendo esta liderada pelo padre Celso Ibson de Syllos. A partir de 1962, o padre Syllos contribuiu para a fundação de diversos sindicatos rurais na região, atuando também como editor do jornal *Diário de Notícias*, veículo

² Em 1960 foi criado o Movimento de Agricultores Sem Terra (MASTER), cujo objetivo era evitar o despejo de 300 famílias de uma área de 1.800 hectares no município de Encruzilhada do Sul (RS). Até o final de 1961 a organização era incipiente. Em 1962, esse quadro mudou e o MASTER teve considerável impulso, justificado pela relação intrínseca com o governador Leonel Brizola, que participava da organização dos acampamentos e enviava, quando possível, a Brigada Militar, a fim de evitar o emprego de violência por parte dos proprietários contra aqueles que o MASTER aglutinara sob a bandeira da luta contra o despejo: assalariados rurais, pequenos proprietários, posseiros, parceiros, agregados e arrendatários (ECKERT, 2009).

da arquidiocese de Ribeirão Preto, que ele transformou, a partir de 1961, em veículo de comunicação com o objetivo de organizar politicamente o público rural (WELCH, 2010).

Também em 1961 foi criada a organização que seria a espinha dorsal da atuação católica no campo brasileiro, o MEB. Em 21 de março de 1961, Jânio Quadros promulgou o decreto nº. 50.370, que especificou a “sistemática de operação e o volume de recursos a serem colocados à disposição da CNBB [Confederação Nacional dos Bispos do Brasil]”³ (FÁVERO, 2006, p.22) para a execução do projeto. Entre outras coisas, o acordo firmado com o governo federal previa maior rapidez nas concessões de autorização para o funcionamento de canais de radiodifusão católicos e a cessão, por meio do Ministério de Educação e Cultura (MEC), de funcionários para a elaboração dos programas radiofônicos e o treinamento dos integrantes do movimento. O MEB, entre 1961 e 1966, fundou escolas, cooperativas agrícolas e sindicatos em quinhentos municípios de quinze estados: Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia e Sergipe (FÁVERO, 2006).

Mesmo o MEB tendo surgido nesse período emblemático – no qual a Igreja, as Ligas e o PCB disputavam a organização política dos trabalhadores rurais (NOVAES, 1997) –, a historiografia sobre o movimento tem negligenciado tal quadro e, por conseguinte, não discute o lugar desta força política nos debates agrários nacionais⁴. Analisamos as principais obras produzidas sobre o MEB, a saber: Ione Gomes Adriano, *O Movimento de Educação de Base em Goiás e o papel dos intelectuais-monitores (1961-1966)* (2012); Kelly Ludkiewicz Alves, *Entre as cartas e o rádio: a alfabetização nas escolas radiofônicas do MEB em Pernambuco* (2016); Idália Maria Itibiriçá Argolo, *A Educação à distância no Estado da Bahia - 1961-1979 - MEB, SERTE e a criação do IRDEB* (2010); Viviane Bezerra, “*Porque se nós não agir o pudê não sabe se nós isiste nu mundo*”: o MEB e o Dia do Senhor em Sobral (1960-1980) (2008); Osmar Fávero, *Uma pedagogia da participação popular: análise da prática pedagógica do MEB – Movimento de Educação de Base, 1961-1966* (2006); Emanuel Kadt, *Católicos Radicais no Brasil* (2007); João Paulo Dias de Menezes, *O Movimento de Educação de Base no período 1961-1964: qual a perspectiva de direitos humanos?* (2007); Marlúcia Menezes Paiva (Org.), *Escolas radiofônicas de Natal: uma*

³ A CNBB foi criada em 17 de outubro de 1952, a partir da articulação de Dom Hélder Câmara e Giovanni Battista Montini, e rapidamente assumiu o papel de porta-voz da hierarquia da Igreja no país (ALVES, 1979).

⁴ Quando nos referimos à questão agrícola estamos tratando de onde, quanto e o que se produz. E quando nos referimos à questão agrária, estamos abordando temas ligados à estrutura fundiária, à proletarianização da população rural e às formas de produção.

história construída por muitos (1958-1966) (2009); José Pereira Peixoto, *A travessia do popular na contradança da educação* (2003); Maria da Conceição Rapôso, *Movimento de Educação de Base: discurso e prática (1961- 1967)* (1985); Edivânia Duarte Rodrigues, *Estratégias argumentativas na Construção do Discurso Ideológico: um estudo da produção didático-pedagógica do MEB* (2009); Alessandra Maria dos Santos, *A interiorização da educação popular em Pernambuco (1956 a 1964)* (2014); Leusa Alves de Moura Silva, *A educação popular e sindicalismo - o Movimento de Educação de Base (MEB) e o sindicato dos trabalhadores rurais de Itauçu-GO* (2006); Cláudia Moraes de Souza, *Pelas ondas do rádio: cultura popular, camponeses e o movimento de educação de base* (2007); Luiz Eduardo Wanderley, *Educar para transformar: educação popular, Igreja católica e política no Movimento de Educação de Base* (1984). Percebe-se que essas obras desconsideram a relação do MEB com os projetos agrários episcopais e naturalizam os discursos do movimento, no que diz respeito à ideia de não-diretividade das estratégias pedagógicas, à suposta aleatoriedade das ações, à tese de que a busca pela “libertação”, pelo “esclarecimento” e pela “conscientização” dos trabalhadores rurais era a força motriz do movimento e à caracterização da Igreja como uma instituição acima dos problemas políticos e preocupada somente com a “questão social”. Tal naturalização pode ser explicada a partir das trajetórias dos autores tomados como referência para as pesquisas. Tais trabalhos não dialogaram com pesquisas que, reconhecidamente, discutiram os projetos agrários da Igreja – como Novaes (1997) e Carvalho (1985) –, optando por reproduzir as análises daqueles que fizeram parte do MEB (Fávero, W. Wanderley e Carlos Brandão) e de seus orientandos (José Pereira Peixoto e Maria Rapôso produziram suas pesquisas sob a supervisão de Fávero).

Nossos referenciais teóricos não nos permitem reproduzir o paradigma da não-diretividade. Primeiro, sabendo que a constituição e o funcionamento da Igreja são pautados na divisão entre “corpo ensinante (magistério)” e “corpo ensinado (povo)” (ROMANO, 1979, p.46), é difícil imaginar o apoio da hierarquia católica a uma ação capaz de esfacelar sua estrutura fundante. Ademais, mesmo considerando problemática a divisão produtor/consumidor no campo das análises discursivas – pois remete à ideia de que só existe uma forma de interpretar um argumento, quando sabemos que o consumidor produz interpretações para além do que pretendia o produtor, rejeitando ou aceitando os princípios que lhe tentam inculcar, da mesma forma que influenciam a estruturação argumentativa do produtor –, acreditamos que o produtor do discurso tem um objetivo e tenta guiar a interpretação do receptor conforme sua intenção. Ao construírem sistemas de conhecimento e

crença, os produtores vislumbram uma forma de articular, divulgar e disseminar projetos, ideias e valores, atuando na constituição dos modos de vida e das visões de mundo do seu público alvo. Ademais, com o objetivo de promover a coesão social, inculcam uma classificação própria da relevância de cada assunto, tentando inviabilizar outras formas de estruturação do pensamento (MARX e ENGELS, 2007; CÍRCULO DE BAKHTIN, 1981⁵).

A análise de Scott Mainwaring (1983) é, do mesmo modo, fundamental para criticar aqueles que insistem em negligenciar a atuação política do MEB, uma vez que atenta para o problema de analisar a Igreja como somente preocupada em interferir na estrutura política da sociedade ou como essencialmente voltada para a propagação da sua mensagem religiosa. Segundo o autor, devemos fazer um jogo de escalas, analisando a Igreja como uma instituição que busca, ao mesmo tempo, intervir na estrutura política da sociedade e pregar sua mensagem religiosa, sendo a ênfase em um desses caminhos orientada por conflitos endógenos e exógenos. Nesse sentido, seria um equívoco aceitar a caracterização do MEB como apolítico – como o movimento se autointitulava –, pois, como vimos, estamos tratando de um movimento que foi criado quando a Igreja buscava atuar de forma sistemática no campo brasileiro, a fim de conter os avanços das Ligas e do PCB.

Ao pensarmos o MEB como uma força política inserida nesse contexto de disputas agrárias, também fica difícil alimentar o argumento acerca da aleatoriedade das suas ações. Por exemplo, as pesquisas reproduziram a tese de que o movimento escolhia aleatoriamente as áreas onde pretendia atuar, para então estudar “a localização, extensão (área em km²), número de habitantes, recursos naturais, até transporte, comunicação, educação, atividades econômicas e aspectos socioculturais” (PAIVA, 2009, p.69). Os autores não se preocuparam em discutir a influência da atuação das Ligas e do PCB nas escolhas dessas áreas, tampouco, analisaram a predileção por regiões onde prepostos da Igreja já atuavam – aspectos que nos ajudariam a entender a relação do movimento com os projetos agrários episcopais. Esses questionamentos surgiram após percebermos a relação entre as características políticas e econômicas dos municípios onde o MEB/Maranhão atuou e as principais diretrizes agrárias das cartas pastorais⁶. Dos dezenove municípios onde o movimento organizou ações, Rapôso

⁵ Sheila Grillo, responsável pela tradução mais recente de *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (2017), considera Valentin Volóchinov o autor do livro. Já os responsáveis pela tradução de 1981 consideraram Bakhtin o autor. Tendo em vista essas discussões, optamos por utilizar o termo “Círculo de Bakhtin”, pois diferentes pesquisadores concordam que, independente da autoria, essa obra materializa as discussões que ocorriam entre os membros desse grupo. Cabe destacar que “Círculo de Bakhtin” é o nome dado ao grupo científico-filosófico russo, composto por Pavel Medviédév, Volóchinov e Bakhtin (o líder do grupo).

⁶ As cartas pastorais eram a voz de comando, unidade, controle e posicionamento da Igreja Católica (CARVALHO, 1985).

caracterizou quatro da seguinte forma: 1) Pindaré-Mirim – região de terras devolutas, caracterizada por conflitos entre camponeses e fazendeiros, com presença expressiva do intermediário, onde existia um projeto de colonização da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE); 2) Pirapemas – município onde associações ligadas ao PCB atuavam; 3) Viana – região muito pobre, com baixa expectativa de vida, onde camponeses e latifundiários conviviam “acomodados, sem conflitos, embora com contradições” (RAPÔSO, 1985, p.83), com a presença da equipe Auxiliares Femininos Internacionais, que tinha vínculo com a Igreja e com D. Helder Câmara; 4) Colinas – localidade onde ocorria experiência de colonização; 5) Pedreiras – território caracterizado pelo cooperativismo. Tendo como base a obra de Carvalho (1985), podemos perceber o alinhamento entre as escolhas dessas regiões e os argumentos das cartas pastorais, que, entre 1940 e 1960, previam como diretrizes para o campo o “combate ao comunismo”, o “estímulo à colonização” – em aliança com a SUDENE –, a formação de cooperativas e a manutenção das relações “harmônicas” entre latifundiários e trabalhadores rurais⁷.

Nossa tese propõe abordar o MEB a partir de outra perspectiva analítica. Utilizando Marx e Engels, Romano, Thompson, Fairclough, Círculo de Bakhtin, Williams, Chauí e Scott como referenciais teórico-metodológicos, realizaremos uma análise bidimensional das ações do movimento, relacionando a estrutura argumentativa presente nos conjuntos *Viver é lutar*, *Mutirão* e *Educar para construir* à conjuntura política e à situação socioeconômica na qual se inseriam, com o objetivo de melhor compreender a atuação política do MEB no campo brasileiro. Debates que grupos ou forças sociais foram identificados como adversários e como suas ações foram classificadas; analisamos a maneira pela qual o MEB foi utilizado pela Igreja para propagar/classificar suas ações, seus projetos de sociedade e as suas visões do Brasil; discutimos a posição do MEB nas disputas pela natureza da reforma agrária; apontamos permanências e/ou rupturas nos discursos do movimento após a implantação da ditadura civil-militar; identificamos qual setor dos trabalhadores rurais era focalizado pelo MEB, discutindo a sua caracterização.

⁷ Alguns autores, como Rapôso (1985), Wanderley (1984) e Edivânia Rodrigues (2009), atentaram para os limites da não-diretividade, porém, essa constatação não foi utilizada para desnaturalizar a imagem do MEB enquanto movimento apolítico. Pelo contrário, os autores relacionaram os limites do não-diretismo aos limites das relações (a impossibilidade de se começar um trabalho sem colocar suas ideias), por conseguinte, reforçavam a caracterização do MEB como uma força social preocupada, única e exclusivamente, com a melhora da qualidade de vida da população rural – por meio do estímulo à “sua capacidade de reflexão individual e de grupo, no sentido de busca da essência dos fatos” (RAPÔSO, 1985, p.119) –, uma vez que estes limites não invalidariam as “precauções que eram tomadas no processo de conscientização desencadeado por este movimento” (RAPÔSO, 1985, p.119).

Como destacou Romano, não podemos nos limitar à simples identificação das formações sociais, das estruturas produtivas e das organizações políticas existentes onde a atuação da Igreja se desenrolava, como fez grande parte da historiografia sobre o movimento. Prender-se “às posições e aos atos imediatamente dados de bispos, padres e leigos católicos, sem examinar sua origem e seus fundamentos captáveis em motivos expostos por eles de modo consciente, é arriscar-se a uma análise de caráter descritivo, sem ir até a natureza daquelas ações” (ROMANO, 1979, p.19). Necessitamos reconhecer que por mais que sejam expressos individualmente, os atos e as maneiras de falar sobre política são produzidos em um contexto que os demarca. Aliás, partindo do pressuposto de que as intenções (necessidades e estratégias) de um movimento, ao orientarem uma ação, não são imediatamente acessíveis, não podemos ficar presos apenas ao objeto analisado, devendo utilizar como recursos as comunidades de debate às quais os agentes pertenciam (MARX e ENGELS, 2007; CÍRCULO DE BAKHTIN, 1981; FAIRCLOUGH, 2001; ROMANO, 1979).

Tal como Thompson, estamos preocupados com a qualidade de vida, os sofrimentos e as satisfações daqueles que viveram em tempo não redimido. Nesse sentido, buscamos entender a participação ativa dos trabalhadores rurais brasileiros nos processos históricos, o que nos exige compreender a relação entre valores, crenças e representações destes trabalhadores em suas ações (THOMPSON, 1966, 1977, 1978, 2002). Do mesmo modo, nos preocupamos com expressões simbólicas de autoridade e controle (THOMPSON, 2002, 1977). Assim, pretendemos identificar as peculiaridades do sistema agrário brasileiro, abordando formas nacionais de dominação e de resistência popular à expansão do capitalismo monopolista no campo (é claro, sem negligenciar a integração desses fenômenos aos processos internacionais).

Para melhor analisar essas representações e construções simbólicas recorreremos aos estudos marxistas da filosofia da linguagem. Nesse sentido, consideramos a análise da (re)produção de ideias e conceitos caminho fundamental para compreensão dos conflitos de classe (MARX e ENGELS, 2007; WILLIAMS, 1979), uma vez que as palavras, por serem resultado de relações tecidas em diferentes níveis, são os indicadores mais sensíveis das transformações sociais, mesmo as que ainda não tomaram forma (CÍRCULO DE BAKHTIN, 1981) – como destacaram Marx e Engels (2007), ideias e conceitos revolucionários pressupõem a existência de lutas revolucionárias. Compreender tal produção como prática social reflexiva dos conflitos de classe (MARX e ENGELS, 2007; WILLIAMS, 1979;

CÍRCULO DE BAKHTIN, 1981) não significa dizer que adotamos a dualidade mecanicista da determinação social para explicar a sua estruturação, pois, ao mesmo tempo em que são produzidos em um determinado contexto socioeconômico, as ideias e os conceitos procuram intervir e alterá-lo (WILLIAMS, 1979; CÍRCULO DE BAKHTIN, 1981).

Outro teórico marxista, também pertencente à *New Left*⁸ (FORTES, NEGRO e FONTES, 2001), cujas ideias foram fundamentais para a construção desta tese é Raymond Williams. Partindo de suas proposições, publicadas na obra *Marxismo e Literatura* (1979), foi possível refinar o tratamento dispensado à superestrutura. Aqui, é necessário avançarmos um pouco sobre o argumento desenvolvido parágrafos acima. Compreendemos que a superestrutura não é mero reflexo da infraestrutura, portanto, trata-se de uma estrutura com características próprias, onde os indivíduos disputam posições a fim de solucionar os conflitos econômicos e sociais resultantes da infraestrutura. Ao mesmo tempo, temos o cuidado de não considerar a superestrutura uma estrutura independente e capaz de alterar, por si só, as relações produtivas. Por isso, buscamos desenvolver uma análise que observa a integração existente entre infraestrutura e superestrutura, respeitando, por um lado, as peculiaridades e a relativa autonomia da última (evitando, assim, a análise isolada dos fenômenos sociais), e, por outro, considerando que os sujeitos participam de relações produtivas/discursivas que são indispensáveis e independem de sua vontade:

Na prática, a determinação não é nunca apenas a fixação de limites (...) São no mínimo também pressões derivadas da formação e do impulso de um determinado modo social: com efeito, uma compulsão de agir de forma que o mantém e renovam. São também, e vitalmente, pressões exercidas por formações novas, com as suas intenções e exigências ainda não percebidas (WILLIAMS, 1979, p.91).

Nessa construção analítica integradora, dois conceitos assumem importante posição, são eles: ideologia e hegemonia. Em concordância com as ideias desenvolvidas por Marx e Engels (2007), ideologia é aqui compreendida como um conjunto de ideias, significados, valores, preocupações e crenças, que a classe dominante busca inculcar, propagar e tornar universal, a fim de garantir sua posição dominante. O conceito de hegemonia, por sua vez, é utilizado com base na leitura que Williams fez de Gramsci. Williams define o conceito de hegemonia como uma complexa combinação de forças políticas, sociais, econômicas e

⁸ Assim como Thompson, Williams fazia parte do grupo dissidente do Partido Comunista da Grã-Bretanha (PCGB), que saiu do partido em 1956, após a exposição dos crimes de Stálin, durante o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética. Esse grupo constituiu o núcleo do movimento político que ficou conhecido como Nova Esquerda (FORTES, NEGRO e FONTES, 2001).

culturais, que são organizadas pelas classes dominantes com o objetivo de fazer valer seus interesses. De acordo com Williams, a hegemonia não existe passivamente como forma de dominação, ela é um fenômeno dinâmico, em que grupos oprimidos e opressores estão em constante interação, tentando compreendê-la para fazê-la a sua maneira (a chamada “hegemonia alternativa” ou “contra-hegemonia”, organizada pelos grupos oprimidos) ou torná-la natural e, portanto, poderosa (o objetivo dos grupos dominantes). Assim, seguindo o caminho proposto por Williams, consideramos que a ideologia é parte integrante da hegemonia.

As construções teóricas de Thompson (1977) – principalmente o conceito de “experiência” –, de Marilena Chauí (1981) – especialmente os conceitos de “cultura do povo” e “discurso competente” – e de Williams (1979) – além dos aspectos apontados nos parágrafos anteriores, destaca-se a compreensão da linguagem como uma ação discursiva permanentemente envolvida com a produção e reprodução das condições de existência – foram fundamentais para a formulação do conceito de *linguagem de resistência*, elemento-chave nesta tese. As linguagens da resistência são as formas pelas quais as classes oprimidas falam sobre política, com o objetivo de exprimir sua leitura do mundo – em especial sua interpretação sobre as formas de exploração que enxergam estar submetidos – e de intervir e alterar traços da estrutura hegemônica. Por ser uma linguagem criada para explicar um processo de luta que antecede a ideia, não é difícil imaginar que os grupos dominantes busquem neutralizá-la: atacando a base material do conceito, ao perseguir os grupos criadores e/ou alterar as condições imediatas que serviriam à construção do conceito; e absorvendo o conceito, tornando-o universal e abstrato. Dessa forma, é difícil, para o historiador, encontrar os vestígios da linguagem de resistência, haja vista que quando autorizada e amplificada, a linguagem proposta pelos agentes revolucionários já está afastada da sua força instituinte e do seu objetivo transformador. Todavia, acreditamos que ao abordar as bandeiras levantadas pelas diferentes forças que atuaram no campo brasileiro é possível identificar como era constituída a linguagem de resistência no campo brasileiro, pois estas forças – conservadoras, reformistas ou revolucionárias – precisavam dialogar com as ideias gestadas pelos trabalhadores rurais, seja para neutralizá-las, apropriá-las ou alavancá-las (WILLIAMS, 1979).

Outra referência importante para a construção desta tese é James Scott (2011). A partir de suas proposições foi possível perceber que nem toda resistência é organizada de forma

coletiva e aberta, existem aquelas que são mais imediatas e associadas, única e exclusivamente, à sobrevivência, as chamadas *formas de resistência cotidiana*. Assim como as formas de atuação coletivas e abertas, as resistências cotidianas também estão ligadas ao nexo da luta de classes, já que buscam mitigar ou atacar os desmandos das classes dominantes. Porém, pelo fato de serem tão inerentes à vida (portanto, naturalizadas) e de possuírem o anonimato como traço constituinte, é difícil, assim como a *linguagem da resistência*, encontrá-las nas fontes. Como veremos, temos maior chance de detectá-las quando as formas de exploração assumem características ainda mais brutais – como é o caso da perseguição promovida pelo governo militar no campo brasileiro, imediatamente após a deflagração do golpe de 1964 (COMISSÃO CAMPONESA DA VERDADE, 2014).

Colocados os aportes teórico-metodológicos utilizados para a construção da tese, cabe justificar nossa baliza temporal. O ano de 1961 foi escolhido como marco inicial da pesquisa, pois foi o momento de sistematização da atuação da Igreja Católica no campo e, conseqüentemente, de criação do MEB. Além disso, como argumentamos nos parágrafos anteriores, este ano marca o início do período de maior efervescência política do campo brasileiro, com três grandes forças sociais – Igreja, PCB e Ligas Camponesas – disputando a organização política dos trabalhadores rurais. Já o marco final, 1966, está relacionado ao declínio do movimento, quando parte significativa dos seus núcleos regionais foi fechada. Em resumo, o recorte aqui estipulado (1961 a 1966) corresponde ao primeiro período de expansão nacional do MEB (WANDERLEY, 1984; RAPÔSO, 1985; PEIXOTO, 2003; FÁVERO, 2006; KADT, 2007; PAIVA, 2009)⁹.

Com relação às fontes, nossa análise privilegia os referidos conjuntos didáticos porque materializavam os objetivos políticos do núcleo dirigente do MEB, já que por meio deles este setor conseguia falar diretamente com os trabalhadores rurais, atuando na constituição dos seus modos de vida e das suas visões de mundo. Por meio da análise destes conjuntos, relacionamos as ações do MEB a outras do mesmo período (dos movimentos rurais de orientação marxista, do Executivo e do Legislativo federal, do episcopado brasileiro e colombiano e das principais organizações políticas e econômicas que atuaram no campo), a fim de compreender as linguagens em disputa no contexto histórico. Assim, por exemplo,

⁹ Após alguns anos utilizando o conhecimento e a experiência acumulados na educação de jovens e adultos para fornecer consultorias e cursos de capacitação às instituições educacionais brasileiras, na década de 1970 o MEB restabeleceu-se frente à população rural, com novos temas e proposições. Essa retomada se insere no ressurgimento, durante as décadas de 1970 e 1980, do caráter nacional das lutas pela terra (MEDEIROS, 2010). Hoje, o MEB está presente em seis estados – São Paulo, Piauí, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte e Alagoas – e no Distrito Federal.

discutimos até que ponto o MEB era “progressista”, historicizando o conceito, pensando o progressismo dentro da Igreja e na sociedade civil, tendo, sobretudo, o cuidado de evitar uma leitura “puramente conjuntural da prática religiosa, restringindo-a aos fins conservadores ou progressistas dos setores políticos dominantes no momento” (ROMANO, 1979, p.13). Também buscamos compreender os sentidos do conceito de “libertação”, presente nos seus discursos, e entender suas propostas de reforma agrária – já que, desconsiderando a existência de diferentes interpretações sobre a natureza da reforma agrária no país, as pesquisas não problematizaram a utilização do conceito pelo movimento.

Para realizar a análise dos conjuntos didáticos do MEB, dialogamos com produções de diferentes centros de pesquisa e recorreremos a uma diversidade de fontes: boletins e diretrizes do Conselho Diretor Nacional (CDN) do MEB, documentos legais assinados ou produzidos pelo movimento, correspondências trocadas entre monitores, alunos e coordenadores, pautas e materiais das reuniões de treinamentos dos seus monitores, relatórios enviados pelos monitores à Coordenação Estadual e ao CDN do movimento, anais dos encontros de coordenadores, cartas pastorais, obras dos principais teóricos pecebistas e dirigentes das Ligas Camponesas, documentos oficiais das principais organizações políticas e econômicas que atuaram no campo, projetos de lei que circularam no congresso federal e periódicos ligados aos movimentos rurais de orientação marxista, à Igreja Católica e da grande imprensa.

Para alcançar os objetivos listados anteriormente, consideramos fundamental dividir a tese em duas partes. Na primeira parte (“O MEB e a natureza da reforma agrária”), discutimos a atuação do MEB nas disputas simbólicas e programáticas pela natureza da reforma agrária. Para isso, aplicaremos quatro níveis de análise. No primeiro capítulo, discutimos o papel da educação nos debates internacionais sobre a modernização da agricultura e como ele foi apropriado pelo executivo federal entre os anos de 1945 e 1961. No segundo, analisamos como a CNBB tratou a questão agrária, em especial a modernização agrícola, e a relação desse tratamento com as posições expressas nas encíclicas papais e com a atuação do episcopado colombiano, responsável por criar a Rádio Sutanteza, projeto que serviu de inspiração para atuação da Igreja no Rio Grande do Norte. No terceiro, discutimos como o PCB, as Ligas Camponesas e o pedagogo Paulo Freire pensaram o processo de modernização do campo e educação rural. No quarto, abordamos os projetos de reforma de agrária defendidos pelo MEB em suas três fases, a fase modernizadora (1961), quando o movimento estava muito mais próximo dos argumentos episcopais nacionais, enxergando os problemas rurais pelo viés agrícola, indicando como soluções a ampliação do acesso ao crédito rural, a

formação de cooperativas, a capacitação técnica dos trabalhadores rurais, a criação de centros sociais, a divulgação de conhecimentos médico-sanitários e as parcerias público-privadas (Estado, patronato e trabalhadores rurais); a fase progressista (1962 a 1964), quando o movimento se aproximou, significativamente, dos pressupostos da encíclica *Mater et Magistra*, criticando o imperialismo, a desigualdade socioeconômica e a concentração fundiária, e defendendo a participação política dos trabalhadores (por meio do voto, dos sindicatos e das cooperativas), a realização de uma reforma agrária, que democratizasse o acesso a pequena propriedade privada (reforçando seu papel emancipador), e a atuação do Estado como garantidor do acesso ao crédito, da capacitação profissional e da formação de cooperativas; a fase progressista conservadora (1965-1966), momento em que o MEB esteve alinhado às propostas modernizadoras do governo militar, retomando as pautas de 1961 – a fim de evitar qualquer associação do movimento ao comunismo, como havia ocorrido em 1964 –, mas mantendo algumas proposições do reformismo cristão.

Na segunda parte (“O MEB e as disputas pela categorização dos trabalhadores rurais”), examinamos o uso do conceito de “camponês” pelo MEB comparando-o ao discurso desenvolvido pelos setores patronais, pelas Ligas, pelo PCB e pelos setores conservadores e progressistas da Igreja. Essa análise nos fornece importantes informações sobre as propostas políticas do MEB, ao traçar as principais retóricas e maneiras de falar sobre política no/para o campo brasileiro. Além disso, a partir dessa análise constatamos a importância das experiências negras para as estratégias organizativas do PCB, das Ligas e da Igreja. Nesse sentido, discutimos, no quinto capítulo, o uso do conceito pelos congressistas da Terceira Internacional Comunista (fundamental para compreensão dos primeiros usos do conceito no Brasil), pelo PCB (nos periódicos *Terra Livre*, *A Classe Operária* e *Problemas: revista mensal de cultura política*, nas obras dos principais teóricos pecebistas e nas resoluções dos congressos do partido) e pelas Ligas (no periódico *A Liga* e nos livros dos dirigentes do movimento), atentando para a forma como as Ligas e o PCB interagiram com a identidade negra dos trabalhadores rurais. No sexto capítulo, analisamos a encíclica *Mater et Magistra*, as cartas pastorais brasileiras e as cartilhas *Viver é lutar*, *Educar para construir* e *Mutirão II*, discutindo a relação entre os objetivos políticos do MEB e a categorização dos trabalhadores rurais, enfatizando o caráter étnico. No sétimo, a fim de mensurar o impacto das estratégias discursivas do MEB e suas diferentes apropriações entre os trabalhadores rurais, analisamos as correspondências trocadas entre monitores, alunos e coordenadores.

Analisar a recepção dos discursos do MEB é fundamental. Diferentes autores, que trabalharam de formas distintas o conceito de discurso, atentaram para os limites da dualidade produtor/receptor e destacaram a importância de analisarmos as múltiplas formas de recepção dos discursos (CÍRCULO DE BAKHTIN, 1981; FAIRCLOUGH, 2001; CHARTIER, 2002; POCOOCK, 2003). Sendo assim, buscamos discutir o impacto dos mesmos e suas diferentes apropriações pelos trabalhadores rurais, a partir da análise das correspondências trocadas entre monitores, alunos e coordenadores do MEB. As cartas são importantes recursos no “acesso a atitudes e representações do sujeito” (MALATIAN, 2011, p.196), pois exprimem a reflexão do autor em relação à construção da sua identidade e ao mundo exterior – nesse sentido, as cartas também são recursos imprescindíveis para a identificação da linguagem de resistência e da resistência cotidiana. Ao trabalhar com essas correspondências, consideramos, ao mesmo tempo, o caráter subjetivo da apreensão dos discursos – analisando as versões individuais – e a construção coletiva do discurso – ao identificar o lugar social dos remetentes e destinatários, os principais destinatários e remetentes, o material da carta e a linguagem utilizada.

Em suma, a partir da leitura que Thompson fez de Marx, indicando a “simultaneidade da manifestação das relações produtivas particulares em todos os sistemas e áreas da vida social”, propomos uma análise que associa discurso, natureza, economia, tecnologia, religião e educação, integrando as relações de produção a conceitos, normas e formas de poder (THOMPSON, 1977, p.254).

Parte I – O MEB e a natureza da reforma agrária

CAPÍTULO I

EDUCAÇÃO DE BASE E MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA

1.1. Ideologia da modernização segundo Washington¹⁰

Nos anos imediatos ao fim da Segunda Guerra Mundial (1945), a ideologia da modernização começou a ser gestada nos Estados Unidos da América (EUA)¹¹. De acordo com essa ideologia, modernização significava utilizar os avanços científicos e tecnológicos para construir um “mundo melhor”: industrializado, urbanizado, com altos níveis de escolarização e, sobretudo, com máxima eficiência produtiva. Caberia aos EUA o “fardo do homem branco” de levar aos países “subdesenvolvidos”, ou de “terceiro mundo”, as ferramentas necessárias para que estes se modernizassem, com a justificativa de que assim superaríamos o atraso econômico. Pretendia-se, dessa forma, construir um mundo pautado no livre-comércio, onde todas as nações seriam desenvolvidas (industrializadas) e competitivas, “à imagem e semelhança dos EUA” (SILVA, 2015, p.27), autoproclamado ponto máximo da escala civilizatória.

O termo “desenvolvimento” já estava, há muito tempo, inserido no campo das ciências naturais e na economia política, sendo utilizado com conotação intransitiva, ou seja, de fenômeno que se produzia, sem que fosse possível mudar nada nele. Foram os *modernizadores* que passaram a utilizar o termo para caracterizar um fenômeno transitivo, onde um agente atuava sobre algo ou alguém. A intransitividade foi delegada ao “subdesenvolvimento”, classificado como um estado natural, sem causa aparente. Essa alteração semântica foi fundamental para a aplicação da nova forma de dominação imperialista, pensada para ser imperceptível, pois rompia com as diferenças estáticas, e intransponíveis, entre “colonizados” e “colonizadores” – que somente poderiam desaparecer por meio da luta emancipacionista –, apresentando, no seu lugar, “desenvolvidos” e “subdesenvolvidos” como partes da mesma unidade – onde o subdesenvolvimento não era

¹⁰ Utilizamos o termo “Washington” como metonímia da alta cúpula do Estado estadunidense.

¹¹ Como destacou Silva (2015), a ideologia da modernização dialogava com o discurso europeu pré-primeira guerra mundial, que considerava os avanços tecnológicos da revolução industrial exemplos da sua posição de proeminência intelectual e, sobretudo, funcionava como uma sistematização de ideias e práticas aplicadas nos anos de 1930, por cientistas, missionários, educadores e engenheiros, na China, nas Filipinas e na América Latina. O economista Walt Whitman Rostow foi o responsável por dar corpo, e maior expressão, a essa ideologia.

considerado o oposto do desenvolvimento, mas a forma natural de toda nação, que, por sua vez, poderia ser transformada em desenvolvida, ao aceitar mais capital estrangeiro e mais ajuda externa. Apesar da mudança semântica, os modernizadores buscaram aproveitar o significado que o termo desenvolvimento possuía nas ciências naturais, onde era empregado para descrever o crescimento dos sistemas biológicos, como algo positivo, belo, teleológico, contínuo, acumulativo e irreversível – quando se alcança a etapa final, não é possível voltar atrás (RIST, 2002). Assim, os modernizadores transformaram a palavra desenvolvimento em metonímia da ideologia da modernização, disseminando-a pelo mundo.

Nestes termos, a ideologia da modernização servia às estratégias de combate ao comunismo (os agentes estadunidenses consideravam que a pobreza era solo fértil para a propagação das ideias marxistas) e para forjar demandas (ampliando as operações de crédito e os mercados para maquinário e sementes produzidos pelas empresas de capital estadunidense). Por isso, não demorou a figurar como diretriz da agenda do presidente Harry Truman, funcionando como um novo modelo de dominação imperialista, substituto do modelo neocolonial – que demonstrava seus limites à medida que avançavam as lutas de libertação na África e na Ásia (SILVA, 2015).

Foi durante o tradicional *Discurso sobre o estado da União*, realizado em 20 de janeiro de 1949, que Truman apresentou ao mundo a adoção da ideologia da modernização como linha mestra da sua política externa. Nessa ocasião, o presidente lançou o Ponto IV, um programa de assistência técnica que prometia levar tecnologia e ciência estadunidenses aos países “subdesenvolvidos”, ensinando o uso eficiente dos recursos naturais e humanos, como forma de combater a miséria, a fome e as doenças – tal iniciativa foi exposta como fundamental para a ampliação do comércio estadunidense. Esse discurso também carrega outra marca. Pela primeira vez, o termo “subdesenvolvimento”, referindo-se a áreas economicamente “atrasadas”, foi utilizado em um texto de grande difusão (RIST, 2002).

O Ponto IV representou a alteração dos marcos da política externa estadunidense, inaugurando a era do desenvolvimento (RIST, 2002), na qual a ciência assumiu papel-chave nas relações exteriores (SILVA, 2015). Os sujeitos e as fundações estadunidenses que atuaram durante a década de 1940 nos países da América Latina, contribuíram para a construção desse programa. Segundo Claiton Marcio da Silva (2015), entre estes sujeitos se destaca a participação dos fundadores da *International Association for Economic and Social Development* (AIA) na elaboração da agenda internacional de Truman (a título de curiosidade,

a prática dessa organização, “ajudar as pessoas a ajudarem a si mesmas”, fez parte do *Discurso sobre o estado da União*, mencionado no início do capítulo).

A agência filantrópica AIA foi criada por Nelson Rockefeller, em julho de 1946, com o objetivo de promover a modernização dos países latino-americanos. Diferentes questões mobilizaram Rockefeller a desenvolver esse projeto: 1) ele receava que a manutenção de uma política imperialista dirigida, exclusivamente, por forças externas fortalecesse os movimentos nacionalistas e comunistas na América Latina, região onde sua família possuía importantes investimentos; 2) com o fim da Segunda Guerra Mundial e a consequente concentração das ações estadunidenses no processo de reconstrução da Europa, os recursos enviados pelo governo norte-americano aos programas desenvolvidos nos países latino-americanos foram reduzidos, fazendo com que Rockefeller temesse a diminuição de sua influência em Washington, uma vez que seu capital político estava associado aos referidos programas¹²; 3) ele considerava o investimento na agricultura latino-americana fundamental para evitar o retorno da depressão econômica, pois acreditava que a diminuição da demanda das tropas aliadas por alimentos poderia levar os EUA, novamente, a uma crise de superprodução (SILVA, 2015). Não pretendemos destrinchar a atuação da AIA no Brasil¹³. Interessa-nos apresentar as estratégias utilizadas pela AIA para garantir a implantação da ideologia da modernização no campo brasileiro.

1.2. A AIA e a educação modernizadora no Brasil

A educação teve papel-chave nas estratégias dos modernizadores. Por dialogarem com cientistas sociais como Franz Boas, Ruth Benedict e Margareth Mead – que faziam uso do conceito de cultura para caracterizar um mundo mais maleável, no qual costumes poderiam ser modificados –, os modernizadores pretendiam educar as elites locais nos termos da ideologia da modernização, com a intenção de transferir a elas o controle do processo de modernização/dominação (SILVA, 2015), substituindo, assim, a prática coercitiva neocolonial (essencialmente bélica, exógena e baseada na noção de “raça”, propagada pelo

¹² Por exemplo, durante a Segunda Guerra, Nelson Rockefeller coordenou *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs*, agência cuja principal função era afastar a influência do Eixo sobre a América Latina e consolidar a supremacia estadunidense no continente, por meio, principalmente, do estreitamento das relações comerciais (MAGALHÃES, 2020).

¹³ No Brasil, os programas da AIA não tiveram caráter nacional, foram municipais, estaduais e regionais; além disso, foram construídos em parceria com setores governamentais (SILVA, 2015).

social-darwinismo). Outra explicação para a relevância da educação no pensar modernizador diz respeito à valorização da razão instrumental e da ideologia do homem econômico (racional e maximizador), que deveriam ser internalizadas pelos indivíduos (HERRERA-JARAMILLO, 2019). Os modernizadores também consideravam que o analfabetismo impedia a formação de mão de obra qualificada, dificultando a eficácia da assistência técnica e, por conseguinte, do progresso (AMMANN, 2003) – nesse raciocínio, o analfabetismo era considerado elemento de desintegração nacional e de ameaça a democracia liberal, pois ao dificultar o desenvolvimento, permitia o fortalecimento do comunismo, que, por sua vez, aproveitar-se-ia da pobreza para avançar. Relacionado ao ponto anterior, destaca-se outro: a formação de um exército de reserva de trabalhadores qualificados para a indústria. Os modernizadores defendiam que capacitar os trabalhadores rurais para operar máquinas habilitaria “os filhos farmers a desenvolverem habilidades caso mudassem para outras profissões, notadamente ligadas ao trabalho industrial” (SILVA, 2015, p.57).

As ações educativas junto aos trabalhadores rurais foram fundamentais para a AIA conquistar os objetivos econômicos da ideologia da modernização, uma vez que eram realizadas com o intuito de criar demanda por crédito e produtos elaborados pelas empresas de capital estadunidense, em especial, a Corporação Internacional de Economia Básica (IBEC) (braço lucrativo da AIA, responsável por desenvolver pesquisas agrícolas e alimentá-la financeiramente¹⁴). Ao desenvolver essas ações, a AIA buscava apresentar a modernização da agricultura – leia-se, tratamento preventivo de saúde (em especial, o combate a verminoses) e o uso de sementes híbridas, fertilizantes e máquinas (principalmente o trator, símbolo da agricultura industrial que ascendeu no final da Primeira Guerra Mundial) – como caminho para aumentar o lucro do pequeno produtor rural e, por conseguinte, melhorar o seu padrão de vida (SILVA, 2015). Os discursos da AIA a favor da modernização da agricultura também perpassavam questões que, durante décadas, preocuparam diferentes setores da sociedade brasileira, como a fixação dos trabalhadores rurais no campo e o abastecimento de cidades e indústrias¹⁵. A AIA defendia que a modernização do campo resolveria, de uma só vez, o êxodo rural e a resultante queda da produção de alimentos, pois os trabalhadores rurais não necessitariam mais migrar para a cidade, a fim de melhorar a qualidade de vida; pelo contrário, ficariam no campo, produzindo cada vez mais (SILVA, 2015).

¹⁴ Entre 1957 e 1963, a AIA também esteve vinculada ao *Ibec Research*.

¹⁵ Se tivéssemos de assinalar qual questão conduziu os debates sobre o campo brasileiro na segunda metade da década de 1940, destacaríamos, sem qualquer objeção, a preocupação com a produtividade agrícola. Tal preocupação resultava das sucessivas e severas crises de abastecimento que atingiram o Brasil naquele período (MEDEIROS, 1983). Nos próximos tópicos, analisamos melhor os principais pontos desse debate.

Inicialmente, o processo de transmissão de técnicas foi pensado para se adequar à realidade local, de forma que não fosse entendido como uma intervenção totalmente estrangeira. Mas, com o passar dos anos, tal metodologia foi substituída pela simples transposição de modelos dos EUA – em casos pontuais, a AIA, em nome da produtividade, adotou e estimulou práticas locais de produção (SILVA, 2015). Outras duas estratégias pensadas para o sucesso da transmissão do conhecimento técnico eram a demonstração prática e o foco na juventude rural – grupo considerado mais suscetível às novas ideias e fundamental para replicá-las, já que seria capaz de influenciar seus pais, tradicionalmente mais resistentes a ideias exógenas (SILVA, 2015). A atuação do Clube 4H e da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR), duas entidades criadas pela AIA, ilustram muito bem como a educação estava associada à criação de demanda por produtos e crédito. O Clube 4H (Head, Heart, Hands, Health) – ou 4S (Saber, Sentir, Servir e Saúde) – foi responsável pela implantação da extensão rural nos estados de MG, SC, ES e RS. Focalizando jovens de 14 e 25 anos, o 4H, a partir da exibição de filmes, organização de palestras, rodas de conversa e da experiência prática, buscava estimular novas práticas de gerenciamento da propriedade rural, noções básicas de saúde e, em especial, a adoção de insumos artificiais, como sementes híbridas, e de novas técnicas agrícolas, incentivando a criação de animais selecionados para as agroindústrias e difundindo o uso de maquinário (tratores) e pulverizadores (SILVA, 2010; 2015).

A ACAR, por sua vez, foi criada em 8 de dezembro de 1948 para atuar no estado de Minas Gerais, região que oferecia condições extremamente favoráveis para expansão e consolidação da AIA, uma vez que o governador Milton Campos (1947-50) implementava um plano de industrialização no qual a modernização da agricultura era vista como fundamental¹⁶, e a legislação do estado previa a emissão de apólices do Tesouro estadual para garantir tal modernização. A ACAR foi pensada para ser um serviço de crédito e assistência ao pequeno produtor, nos moldes da *Farm Security Administration* (entidade criada como parte integrante do *New Deal*), que auxiliava arrendatários e pequenos proprietários a adquirirem/manterem propriedades e desenvolverem técnicas produtivas. As modalidades de empréstimo da *Food Supply Division* (parte da CIAA) também serviram de referência aos criadores da ACAR, já que a quase totalidade dos empréstimos destinados pela *Food Supply Division* aos pequenos proprietários foram pagos, diferentemente do que acontecia com os empréstimos para médios

¹⁶ Essa modernização era pautada, principalmente, na educação rural e assistência médica, por meio do programa Ensino Agrário Ambulante/Missão Médica Censitária (SILVA, 2015).

e grandes proprietários. Porém, a dinâmica de classes da sociedade agrária brasileira – com grande número de trabalhadores itinerantes, meeiros e posseiros –, a inexistência do *farmer* – tipo ideal de agricultor, referenciado no fazendeiro estadunidense – e a dificuldade da AIA/ACAR em reaver o valor do empréstimo concedido aos pequenos proprietários fizeram com que a AIA/ACAR abandonasse a replicação dogmática dessas experiências (SILVA, 2015).

Nos primeiros anos da década de 1950, a ACAR substituiu um programa puramente creditício pela adoção de práticas extensionistas, onde o crédito assumia papel secundário. Nesse sentido, a AIA/ACAR passou a aplicar um projeto de educação técnica, apresentando o crédito como instrumento para a aquisição da tecnologia. Primeiro, preparavam a população para o uso das “modernas” técnicas agrícolas, para então tratar das formas de aquisição, ofertando crédito e vendendo tecnologia a preço de custo. Além disso, abandonaram a ênfase no pequeno proprietário, assistindo qualquer tipo de agricultor (PATRICK, 1970). A mudança de estratégia foi primordial para o sucesso do projeto em terras brasileiras, ao ponto de ser replicado pelo presidente JK (SILVA, 2015).

No Brasil, a AIA atuou até o ano de 1968, sem desenvolver projetos de alfabetização (SILVA, 2015). Esses projetos foram subsidiados por outras organizações, que também partilhavam da ideologia da modernização, como a Organização das Nações Unidas (ONU).

1.3. Educação de base e desenvolvimento segundo a UNESCO

A Organização das Nações Unidas (ONU) foi uma importante propagadora das ideias modernizadoras. Duas agências ligadas à ONU desenvolveram importantes análises sobre a modernização dos países subdesenvolvidos: a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) e a *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO).

Criada no ano de 1948, a CEPAL reivindicava uma reformulação da teoria econômica, propondo a substituição das teorias ortodoxas eurocêntricas por um referencial teórico que possibilitasse aos países latino-americanos a superação do seu lugar na divisão internacional do trabalho. Nesse sentido, os cepalinos dedicaram-se, principalmente, à análise das relações comerciais internacionais, do processo de substituição de importações, do desenvolvimento

rural e da inflação. As análises cepalinas constataram que a teoria das vantagens comparativas, desenvolvida por David Ricardo, não se aplicava aos países da América Latina. Nesse sentido, estes países necessitariam ampliar a produção de bens manufaturados. Caso contrário, ficariam, *ad aeternum*, em desvantagem nas relações comerciais com os países centrais, visto que os países latino-americanos importavam dos países centrais manufaturas com alto valor agregado e exportavam produtos primários de baixo valor agregado. De acordo com o pensamento cepalino, os países latino-americanos deveriam aumentar sua produção industrial, para assim comercializarem produtos de alto valor agregado (KAY, 2001). Nessa construção, o campo era classificado como o responsável por frear o crescimento urbano-industrial, ao provocar, a partir da oferta inelástica, sucessivas crises inflacionárias e de abastecimento (DELGADO, 2005). Por isso, o processo de industrialização iniciar-se-ia a partir das alterações das relações de trabalho no campo (modernizando as técnicas produtivas) e da democratização do acesso a pequena propriedade (que aumentaria o fornecimento de matéria-prima para as indústrias e de alimentos para as cidades, fomentaria um mercado interno consumidor de bens de produção e de manufaturas nacionais, e liberaria mão de obra para as indústrias). O Estado era considerado o principal agente dessas mudanças. Caberia ao Estado planificar a economia, controlar os preços, criar mercados regionais, realizar a reforma agrária (baseada no acesso a pequena propriedade privada e combate ao latifúndio improdutivo) e fornecer crédito e assistência técnica aos trabalhadores rurais (KAY, 2001; DELGADO, 2005).

A UNESCO, por sua vez, estava alinhada de diferentes formas aos pressupostos da ideologia da modernização, a começar pelos seus eixos de atuação: universalização da educação e da ciência, propagando os valores da ONU (solidariedade, fraternidade e respeito à dignidade humana); promoção da educação técnica, da instrução primária, da educação para adultos e da formação de professores; incentivo à criação de laboratórios de pesquisa e prática; proteção das culturas locais; resolução de problemas regionais resultantes do desenvolvimento industrial; combate à miséria, ao analfabetismo e às doenças, classificados como problemas que atrapalhavam o desenvolvimento dos países terceiro-mundistas; defesa da responsabilidade social da ciência, considerando que as nações desenvolvidas deveriam compartilhar seus conhecimentos e recursos com os países menos desenvolvidos como forma de diminuir a desigualdade do mundo (HERRERA-JARAMILLO, 2019).

A UNESCO foi responsável por elaborar o conceito de “Desenvolvimento de Comunidade”, instrumento de organização social que teve papel fundamental nos objetivos imperialistas dos EUA (HERRERA-JARAMILLO, 2019). Referenciado na ideia de harmonia social e sem qualquer questionamento sobre problemas estruturais, o Desenvolvimento de Comunidade era apresentado como uma forma de integrar o “povo” aos projetos governamentais de desenvolvimento (caberia ao governo “ajudar as pessoas a ajudarem a si mesmas”, por meio do apoio técnico)¹⁷. A partir de 1957, o Desenvolvimento de Comunidade passou a ser recomendado para as áreas rurais, como forma de aplicar, por meio da modernização da agricultura, a racionalização econômica capitalista às populações tradicionais, pois acreditava-se que essas populações eram movidas por valores – como as ideias de reciprocidade e redistribuição – opostos às lógicas da economia de mercado (AMMANN, 2003).

No caso brasileiro, as origens do Desenvolvimento de Comunidade estão relacionadas com as primeiras experiências de cooperação técnica nos termos modernizadores:

- a Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais (CBAR), resultado da cooperação firmada, em 1945, entre o Ministério da Agricultura e a *Inter-American Education Foundation*, corporação subordinada ao *Office of Inter-American Affairs*. A CBAR atuava em três frentes, fundando clubes agrícolas, implantando centros de treinamento e promovendo as semanas ruralistas – ocasiões em que, contando com o apoio da SEAV, implementavam a educação pelo exemplo; distribuíam, na forma de prêmios, sementes e equipamentos; e ministravam cursos e aulas sobre cooperativismo, mecanização e reflorestamento (MENDONÇA, 2010). O governo estadunidense colocou à disposição da CBAR um corpo de especialistas em educação e extensão rural, além disso, concederam bolsas de estudo para pesquisadores brasileiros dispostos a estudarem nos EUA.
- o Seminário Interamericano de Educação de Adultos, organizado pelo governo brasileiro, pela UNESCO e pela União Pan-americana, em 1949. O Seminário Interamericano de Educação de Adultos teve como principal resultado a elaboração do Manual de Educação de Adultos, que previa como caminho para a educação do campo, a adoção dos métodos de Desenvolvimento de Comunidade (estimulando a

¹⁷ Segundo Kay (2001), esta ideia também estava presente nas proposições cepalinas.

união povo–governo, visando à modernização o campo), a formação de cooperativas, sindicatos, missões rurais e extensão agrícola (AMMANN, 2003).

Além do Desenvolvimento de Comunidade, a “educação de base” foi outro instrumento de organização social utilizado pela UNESCO, com o intuito de revitalizar e reproduzir o imperialismo (AMMANN, 2003). A UNESCO percorreu um longo caminho¹⁸ até definir a educação de base como uma forma de: 1) promover, principalmente, a alfabetização; 2) desenvolver formas de pensar e de relacionar-se, por meio da escrita, do diálogo e do cálculo; 3) capacitar profissionalmente; 4) desenvolver artes e ofícios; 5) estimular a higiene pessoal e coletiva; 6) estimular o conhecimento científico do ambiente físico e dos processos naturais; 7) inteirar-se sobre as leis, as formas de governo e a organização econômica e social; 8) conhecer outras partes do mundo e suas populações; 9) reconhecer as qualidades necessárias para viver no mundo moderno, desenvolvendo compreensão e simpatia pelas opiniões diferentes, como também superando o medo e a superstição; 10) desenvolver-se moral e espiritualmente (se aproximando do humanismo – base do pensamento social católico); 11) avaliar e superar comportamentos tradicionais (FÁVERO, 2006). Percebe-se a construção de uma proposta educacional que contribuiria, de uma só vez, para a superação da miséria, do analfabetismo e das doenças, ao utilizar o conhecimento científico para a elevação das taxas de produtividade – entendida como a máxima produção industrial por habitante e a maior produção (toneladas) por menor área possível (BERNSTEIN, 2011) – e, conseqüentemente, melhora no padrão de vida. Cabe ainda destacar a preocupação em atacar os saberes tradicionais, por isso estabelecia-se como público-alvo os adultos, grupo responsável por proteger e reproduzir tais saberes (HERRERA-JARAMILLO, 2019).

Com relação às primeiras experiências brasileiras de educação de base sobre influência da UNESCO, destacamos a Campanha Nacional de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) e a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER).

¹⁸ Com base na tese de Herrera-Jaramillo (2019), apresentaremos os principais marcos dessa trajetória. Em 1947, o México recebeu o projeto piloto de educação básica, “Ensayo Piloto de Educación Fundamental Santiago Ixcuintla”, que recuperava a experiência da educação rural desenvolvida durante a Revolução Mexicana, mas pautava-se, sobretudo, nos ideais modernizadores. Os objetivos educacionais elencados pelos criadores do projeto, os professores Miguel Ángel Dorantes e Isidro Castillo, serviram de referência para a definição do conceito apresentada, anos mais tarde, pela UNESCO. Nesse projeto, Dorantes e Castillo previram como objetivos da educação básica: 1) aquisição de habilidades técnicas para o impulso das atividades econômicas; 2) melhoramento da vida doméstica; 3) melhora da saúde e da recreação; 4) acesso aos elementos fundantes da cultura. No ano seguinte, 12 pesquisadores da UNESCO reuniram-se em Lake-Success (EUA) para pensar a educação de base como forma de combater a miséria, a ignorância e a enfermidade. O Seminário Regional de Educação (Caracas – 1948) e a Primeira Conferência de Educação de Adultos (Noruega – 1949) também são marcos do pensar a educação de base, pois nessas ocasiões esse tipo de educação foi transformado em eixo da educação de jovens e adultos.

1.4. CEAA e CNER – As primeiras iniciativas de educação de base apoiadas pelo governo federal

A CEAA foi criada em 1947, durante o governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), com o objetivo de alfabetizar grandes contingentes e, assim, estabelecer as condições necessárias para a capacitação técnica da população e a contenção do comunismo (PAIVA, 2003). Tal iniciativa tinha como plano de fundo o alinhamento do presidente Dutra ao governo estadunidense, em meio à guerra fria.

O sucessor de Dutra foi Getúlio Vargas, que incorporou a questão agrária ao cerne do processo de industrialização do país (TAPIA, 1986). Dialogando com os pressupostos modernizadores, Vargas acreditava que o campo só seria capaz de fornecer alimentos para a cidade e matérias-primas para a indústria quando quatro problemas fossem resolvidos:

- a) a insuficiência de crédito → a concessão de créditos aos pequenos e médios proprietários aumentaria o investimento de capitais na agricultura e, conseqüentemente, a aquisição de insumos artificiais (adubos produzidos em fábrica e inseticidas) e máquinas (trator) (TAPIA, 1986);
- b) a ausência de técnicas “modernas” → a mecanização e utilização de insumos químicos incentivarão tanto a produção agrícola como a industrialização, pois ao mesmo tempo em que aumentariam a demanda por bens de produção, a utilização de insumos artificiais e máquinas diminuiria o desgaste do solo;
- c) a falta de organizações associativas → as cooperativas assumiriam o papel de organizar o transporte e o armazenamento dos produtos, dificultando assim a atuação “inescrupulosa” dos intermediários. Os intermediários compravam as mercadorias diretamente dos produtores, para depois vendê-las nos centros urbanos. Eles eram vistos como indivíduos que, interessados no lucro, forjavam crises de abastecimento (TAPIA, 1986);
- d) o êxodo rural → Vargas acreditava que a fixação do homem rural no campo aumentaria a produção, pois os braços que antes iam para as cidades ficariam em suas propriedades – ou de outrem como os assalariados rurais – produzindo. Para tanto, o presidente previa o investimento em educação, a extensão dos direitos trabalhistas aos trabalhadores rurais, a

criação do Serviço Social Rural, o desestímulo à utilização especulativa da terra e a revisão das regras que regulavam o acesso à terra (meação, parceria e arrendamento) (TAPIA, 1986).

Para auxiliar, gerenciar e efetivar essas mudanças, Vargas criou, em 1951, a Comissão Nacional de Política Agrária (CNPA)¹⁹. Essa era uma comissão interministerial²⁰ subordinada ao poder imediato do presidente²¹ – ou seja, sem muita autonomia –, cujo objetivo principal era apresentar ao presidente da república as medidas necessárias para o desenvolvimento da economia agrícola (MEDEIROS, 1983). A principal ação da CNPA foi a elaboração de um projeto de reforma agrária. Na tentativa de evitar que resistências a questões pontuais parassem o projeto, a CNPA propôs diversas diretrizes. Essas diretrizes tinham como eixos o artigo 147 (que previa o uso da propriedade condicionado ao bem estar social), o combate à proletarianização dos produtores rurais, as peculiaridades regionais, o papel produtivo e social da pequena propriedade e, é claro, o fornecimento de alimentos (TAPIA, 1986).

O ponto central do projeto foi a proposta de reforma da estrutura fundiária. Para tanto, propôs uma emenda constitucional ao parágrafo 16 do artigo 141, na tentativa de contornar a principal barreira às mudanças na estrutura fundiária do Brasil, mas também previa a desapropriação de terras – incultas, mal cultivadas e/ou adquiridas para fins especulativos – localizadas próximas aos centros urbanos; e a criação de um sistema de impostos sobre a terra, no intuito de combater a especulação fundiária. Nesse projeto, o Estado assumia a função de regulador, organizador e fomentador da produção agrícola (intervindo no direito de propriedade e regulando a relações trabalhistas). Tal ação ressuscitou o debate da constituinte de 1946 sobre a intervenção do Estado na economia e, sobretudo, estimulou a aversão patronal ao projeto (TAPIA, 1986). Não é necessário mencionar que o projeto da CNPA não foi aprovado pelo congresso, nicho dos setores patronais. Além dessas preocupações de ordem técnica, existia uma preocupação política por trás da iniciativa de Vargas. A reforma agrária proposta por Vargas objetivava evitar a expansão do comunismo no país. Vargas defendia que, ao melhorar as condições socioeconômicas da população, o comunismo não encontraria espaço para atuar (TAPIA, 1986).

¹⁹ Faziam parte da CNPA: o Instituto de Imigração e Colonização, a Carteira de Colonização do Banco do Brasil, o Banco Nacional de Crédito Cooperativo, a Companhia Nacional de Seguros Agrícolas, o Conselho Nacional de Administração de Empréstimos Rurais e o Serviço Social Rural (TAPIA, 1986).

²⁰ Faziam parte dessa comissão membros do ministério da agricultura, da justiça e negócios do interior, da fazenda, da educação e da saúde (TAPIA, 1986).

²¹ Apenas o presidente poderia nomear, alocar ou remanejar os integrantes da comissão (TAPIA, 1986).

Durante o governo Vargas, o programa Ponto IV foi instaurado no Brasil, a partir da Comissão Mista Brasil – Estados Unidos (CMBEU). O principal resultado dessa cooperação foi a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) (RIBEIRO, 2006) e o Serviço Social Rural (SSR). O SSR foi criado em 1955, com o objetivo de desenvolver as comunidades rurais brasileiras – tendo sua criação gestada em 1953, no Seminário Regional de Bem-Estar Rural, evento patrocinado pela ONU e pela Universidade Rural do Brasil (AMMANN, 2003). O SSR aplicava os métodos do Desenvolvimento de Comunidade, abordados no tópico anterior²².

Em concordância com o seu projeto de resolução dos problemas rurais, Vargas também lançou, em 1952, a CNER, que funcionaria como parte complementar da CEAA, visando à capacitação profissional dos trabalhadores rurais, modernizando suas práticas. Porém, foi somente em 1956, durante o governo de Juscelino Kubitschek, que a CNER teve sua atuação regulamentada, por meio do decreto 38.955 (AMMANN, 2003)²³.

O governo JK assumiu integralmente a “linguagem do desenvolvimento” (MOREIRA, 2003). Em seus discursos e ações é possível perceber a reprodução da naturalização do subdesenvolvimento; a apresentação do desenvolvimento como um resultado possível, desde que a população e os governantes atuassem de maneira conjunta; a indicação da industrialização como o caminho para a melhora do padrão de vida e, por consequência, para a defesa da democracia liberal – protegendo o país do avanço do marxismo (AMMANN, 2003). Essa linguagem se manifestou, principalmente, no Plano de Metas, que era um documento essencialmente econômico que, apesar de prever metas para os setores de energia, transporte, alimentação e educação, voltava-se para a industrialização. Nesse sentido, a proposta nacional-desenvolvimentista de Kubitschek previa a atuação da agricultura como fornecedora de alimentos para os centros urbanos e de matéria-prima para a indústria.

Para viabilizar tais mudanças no campo brasileiro, JK, em ação conjunta com a AIA, a Confederação Rural Brasileira (CRB), o Banco do Brasil (BB) e o Escritório Técnico de Agricultura Brasil – Estados Unidos (ETA)²⁴, inaugurou, no ano de 1956, a Associação

²² Como destacou Ammann (2003), em 1960, o SSR firmou novo contrato com o Ponto IV, com a intenção de assistir e incentivar as instituições educacionais brasileiras a formarem professores de ciências sociais, pesquisadores sociais e técnicos para atuar no desenvolvimento de comunidades em áreas rurais – segundo Silva (2015), os cientistas sociais e os administradores públicos tiveram função fundamental na execução das ações modernizadoras.

²³ Segundo Mendonça, em 1950, os EUA firmaram um acordo com o Ministério da Educação, a fim de participarem, diretamente, da criação da CNER. Porém, tal acordo não foi aprovado pelo Congresso Nacional, tornando-se inconcluso.

²⁴ O ETA foi criado, em 1953, como preposto do Ponto IV, no Brasil. Sua principal função foi coordenar o processo de modernização do campo brasileiro, com ênfase na educação rural. Para tanto, gerenciou o intercâmbio de profissionais rurais

Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR). Reproduzindo a linha de atuação da ACAR, a ABCAR utilizava o fornecimento de serviços técnicos gratuitos e de insumos a preço de custo, como ferramenta para fomentar o aumento da produtividade e a adoção de práticas modernas. Entre 1956 e 1970, a ABCAR ofertou cinco tipos de empréstimos: a) crédito supervisionado – pouquíssimo praticado e limitado aos agricultores com dificuldades de subsistência (os produtores contemplados poderiam utilizar o empréstimo em todas as despesas do lar, menos na aquisição de novas terras); b) crédito orientado – largamente aplicado, era voltado ao aumento da produção e da renda, não incluindo gastos familiares (para ter acesso a essa modalidade, era necessário apresentar um plano de produção, explicitando o tipo de cultura, ou pecuária, a ser produzido); c) crédito habitacional – um pequeno número de escritórios fornecia esse tipo de empréstimo, que era voltado, principalmente, para aqueles cuja renda havia aumentado; d) crédito juvenil – era um tipo de crédito supervisionado, direcionado aos membros do clube 4H; e) crédito especial ou cooperativo – criado em 1968, era utilizado, principalmente em MG e SC, para promover a expansão de cooperativas. Cabe ainda destacar que os empréstimos não advinham dos fundos da ABCAR e eram feitos pelo Banco do Brasil e por bancos privados ou regionais (PATRICK, 1970).

Assim como a ACAR, a extensão rural era a principal forma de atuação da ABCAR no campo brasileiro. Por meio de demonstrações de técnicas, programas radiofônicos, reuniões, formação de clubes agrícolas e realização de cursos, a ABCAR buscava estimular o pensamento mercadológico nos trabalhadores rurais, incentivando: a realização de operações de crédito; a utilização de novas técnicas de produção; a adoção de “técnicas de venda” (quando vender, qualidades e categorias; processamento e armazenamento; empacotamento e transporte); a adequação da produção às demandas do mercado, substituindo as sementes crioulas pelas variedades de alta produtividade. Na década de 1950, a extensão rural caracterizava-se por ser um instrumento de comunicação entre universidade e população, que transmitiria aos trabalhadores rurais os conhecimentos desenvolvidos nas universidades, e levaria os problemas do campo às universidades. Os agentes envolvidos nesse processo também estavam preocupados em promover o bem-estar, por meio da integração saúde-educação-agricultura (SILVA, 2015). Porém, salientamos que tal ação não era puramente altruísta, pois os modernizadores acreditavam que ao melhorar a saúde, o indivíduo teria mais

e firmou acordos com diversas associações de crédito e assistência rural – inclusive, subsidiando a criação de algumas delas (MENDONÇA, 2010).

força para trabalhar, ou seja, o bem-estar era interpretado como incremento para a produção agrícola (PATRICK, 1970). A ABCAR ecoava essa forma de pensar a extensão rural, por isso investiu em atividades de economia doméstica (ações demonstrativas de cuidado pessoal, como higiene e alimentação), criou o programa de crédito habitacional e aplicou os preceitos do Desenvolvimento de Comunidade (PATRICK, 1970).

A ABCAR estimulava a produção, principalmente, de milho²⁵, trigo²⁶, arroz²⁷, soja, legumes²⁸ e frutas²⁹, além da criação de gados³⁰ e aves³¹ de corte – em detrimento do gado leiteiro³² – (PATRICK, 1970). Em alguns escritórios, a ABCAR, preocupada com o bem-estar social e em respeitar os costumes locais – premissas do pensar modernizador, que raramente eram colocadas em prática (HERRERA-JARAMILLO, 2019) –, fomentava a produção de culturas sem alta prioridade mercantil, mas que eram fundamentais para a organização da vida local, como a seringueira, a juta, a pimenta-do-reino, o coco, a banana, o abacaxi, a uva e a cebola (PATRICK, 1970). Podemos dizer que a ABCAR estava alinhada com o que Bernstein (2011) chamou de *segundo regime internacional alimentar*. De acordo com Bernstein, tal regime vigorou entre 1940 e 1970, tendo como principais características: a intensificação do uso de insumos químicos na agricultura, da mecanização e da seleção de animais³³; a sistemática interferência nas dietas e nos arranjos produtivos locais, com o intuito de produzir, massivamente, milho, trigo e arroz – as *Variedades de Alta Produtividade*; o aumento da concentração de terra, com menos fazendas produzindo cada vez mais; o surgimento dos complexos agroalimentares transnacionais, “**com destaque para os que selecionam e abatem animais para processar a carne** e os das grandes cadeias hoje globalizadas de *fast food*” (BERNSTEIN, 2011, p.88, grifo nosso).

É olhando para esse quadro que conseguimos compreender o papel da CNER nos projetos agrários de JK. Primeiro, devemos destacar que a educação rural (ou de base) era apresentada como uma forma de capacitar tecnicamente os trabalhadores rurais, para que,

²⁵ Número de famílias orientadas em: 1965 – 16.387; 1966 – 29.111; 1967 – 38.065; 1968 – 42.590; 1969 – 43.980.

²⁶ Número de famílias orientadas em: 1965 – 179; 1966 – 151; 1967 – 726; 1968 – 3.523; 1969 – 9.540.

²⁷ Número de famílias orientadas em: 1965 – 2.924; 1966 – 7.276; 1967 – 11.853; 1968 – 24.205; 1969 – 25.036.

²⁸ Número de famílias orientadas em: 1965 – 818; 1966 – 4.103; 1967 – 3.552; 1968 – 20.713; 1969 – 13.194.

²⁹ Número de famílias orientadas em: 1965 – 1.521; 1966 – 1.279; 1967 – 3.745; 1968 – 13.834; 1969 – 16.696.

³⁰ Número de famílias orientadas em: 1965 – 7.670; 1966 – 9.084; 1967 – 10.270; 1969 – 48.185.

³¹ Número de famílias orientadas em: 1965 – 494; 1966 – 869; 1967 – 744; 1968 – 615; 1969 – 2.748.

³² Número de famílias orientadas em: 1965 – 24.285; 1966 – 29.021; 1967 – 37.110; 1969 – 30.905.

³³ Segundo Bernstein, entre os anos de 1870 e 1914 vemos a construção do primeiro regime alimentar, pautado na monocultura de grãos; na produção de carne a partir de meios industriais; no investimento no manejo e transporte – com técnicas de refrigeração; na introdução de manufatura industrial para a produção no campo, como o arado de aço e os tratores; na forte política creditícia para fortalecimento do mercado e do comércio. Em resumo, o processo que assumiu caráter devastador a partir de 1950 começou a ser gestado no primeiro regime alimentar.

assim, aumentasse a produtividade do trabalho agrícola e a renda; melhorasse o padrão de vida; e se fortalecesse a democracia, extirpando as condições materiais favoráveis ao avanço do marxismo. Ademais, percebe-se que o decreto de criação reproduzia a forma como o setor patronal referia-se aos trabalhadores rurais, ao utilizar o termo “rurícola”, que era utilizado para indicar a incapacidade técnica dos trabalhadores rurais e deslegitimar qualquer proposta de interpretação dos problemas do campo a partir da concentração fundiária (MENDONÇA, 2010):

Art. 2º - Destina-se essa Campanha a levar aos indivíduos e às comunidades os **conhecimentos teóricos e técnicos indispensáveis a um nível de vida compatível com a dignidade humana e com os ideais democráticos (...)** Art.3º d) **concorrer para a elevação dos níveis econômicos da população rural do meio da introdução, entre os rurícolas, do emprego de técnicas avançadas de organização e de trabalho;** e) contribuir para o aperfeiçoamento dos padrões **educativos, sanitários, assistenciais cívicos e morais das populações rurais;** f) **dar, sempre que solicitada orientação técnica** à instituições públicas e privadas que, atuando no meio rural, estejam integradas em seus objetivos e finalidades (BRASIL, 1956, grifos nossos).

Alguns pontos do decreto 38.955 também demonstram que a CNER estava alinhavada com as concepções de educação de base da UNESCO. Com relação aos termos técnicos utilizados pela UNESCO para definir a educação de base, os artigos supracitados perpassam os seguintes pontos: estimular a higiene pessoal e coletiva; instruir sobre as leis, as formas de governo e a organização econômica e social; capacitar tecnicamente e proporcionar o desenvolvimento moral. A CNER igualmente recorria à *ideologia do Desenvolvimento de Comunidade*: “Art.3º c) promover e estimular a cooperação das instituições e dos serviços educativos existentes no meio rural e das instituições e das que visam o bem comum”³⁴.

O destaque concedido à formação de Centros Sociais também estava relacionado às diretrizes da ONU, que recomendava a sua utilização para promover o progresso econômico e social no mundo:

Art. 5º - A ação de CNER se desenvolverá através de Missões Rurais, Centros Sociais, Centros de Treinamento de Líderes Rurais, de Professores e Auxiliares Rurais, Campanhas Educacionais e outras modalidades de Educação de Base, inclusive de bolsas de estudo para especialização em assuntos que interessem suas atividades (BRASIL, 1956).

³⁴ BRASIL, 1956.

A CNER, reproduzindo as técnicas aplicadas nos Centros Sociais dos países capitalistas avançados, não levava em consideração os problemas estruturais e/ou as diferenças de classe, raça, religião e gênero. Pelo contrário, imputava um modelo amplo, voltado ao estímulo da solidariedade comunitária, onde todos participariam de atividades sociais, recreativas e educativas. Essa ideia integradora afetava a metodologia da CNER, que, ao reunir membros de diferentes classes (patronato, pequena-burguesia e camponeses) para que estes apresentassem os problemas e as necessidades da comunidade, eram direcionados a questões que preocupavam mais os patrões que os empregados. Esses centros ofereciam as seguintes atividades: cursos de corte e costura, bordado, cozinha, enfermagem, alfabetização de adultos; orientações agropecuárias; construção de estradas, pontes, esgotos, escolas, igrejas e praças (AMMANN, 2003).

As Missões Rurais, citadas no Art. 5º como forma de atuação, eram equipes multidisciplinares, compostas por agrônomos, médicos, assistentes sociais, agentes de economia doméstica, que reuniam os agricultores para ensinar-lhes sobre higiene, alimentação, técnicas agropecuárias e enfermagem³⁵. Inicialmente, as Missões Rurais eram volantes e ficavam de 2 a 5 dias em cada região. Esperava-se que, após esse período, os agricultores reproduzissem os ensinamentos e realizassem a autopromoção. Devido ao insucesso desse método, a CNER passou a realizar missões fixas em áreas mais restritas – a partir do convênio com entidades públicas e privadas (AMMANN, 2003).

De modo geral, os projetos de JK para o campo brasileiro estimulavam a agricultura industrial, por meio da mecanização, de novas técnicas de cultivo, da defesa sanitária, da promoção da educação técnica no campo. Para tanto, previam como indispensável a sua mecanização e melhora das condições de armazenamento e escoamento dos produtos. Dessa forma, representavam um ponto de interseção entre os projetos agrários do Partido Social Democrático (PSD) e da União Democrática Nacional (UDN), pois ao mesmo tempo em que buscavam diversificar a produção, fazendo avançar a lógica empresarial sobre o campo – como queria a UDN –, não alteravam a estrutura fundiária, como propugnava o PSD (SILVA, 2015).

³⁵ Os membros das equipes técnicas eram formados em cursos da própria entidade ou nos EUA (AMMANN, 2003).

1.5. Propostas agrárias e educacionais de Jânio Quadros

O sucessor de JK foi Jânio Quadros (UDN), que governou o país entre 31 de janeiro de 1961 e 25 de agosto de 1961. Mesmo passando de forma muito rápida pela presidência, Jânio Quadros se preocupou em discutir os problemas do campo e implementou projetos de educação rural. A sua *Mensagem ao Congresso Nacional* (1961) demonstra como ele (re)produzia os marcos analíticos modernizadores.

Jânio Quadros iniciou seu discurso afirmando que as “injustas desigualdades na distribuição da renda nacional”³⁶ – a famigerada desigualdade norte (agrícola) x sul (industrializado) – eram sérias ameaças à estabilidade político-social. Segundo Quadros, tal diferença era resultado da “lenta adoção [pelo setor rural] de formas mais capitalistas de produção”³⁷, como a mecanização da agricultura, o incentivo à formação de institutos de pesquisas, a ampliação do crédito e a formação técnica dos agricultores. O argumento dele era o seguinte: a industrialização cresceu e com isso intensificou-se o êxodo rural; com a seleção de culturas e o emprego de mais tecnologia e bens de produção no campo brasileiro – sob a condição do governo fornecer crédito para aquisição dos insumos e criar um “sistema eficiente de transmissão desses conhecimentos novos”³⁸, por meio da extensão rural –, a renda e o padrão de vida dos trabalhadores rurais aumentariam, e assim estes trabalhadores permaneceriam no campo, incrementariam a produção agrícola e garantiriam o abastecimento das grandes cidades. Segundo Quadros:

Absorvendo a maior parte da população econômica ativa do País: adotando, em geral, processos rudimentares de trabalho, o que explica o baixo nível de renda dos que a ela se dedica e suas consequências de reduzido poder de compra, larga margem de analfabetismo, baixíssimos padrões alimentares e de higiene (...) estas atividades se vêm convertendo progressivamente em um dos sérios obstáculos ao desenvolvimento do país.

A diminuta produtividade do homem rural restringe a expansão do mercado interno, o que impede ou retarda o florescimento dos demais setores nas melhores condições econômicas. Impede ou dificulta, de outra parte, o suprimento regular e adequado de alimentos e de matérias-primas ao País.

Não há dúvida de que as atividades agropecuárias não foram objeto até agora de esforço governamental de grande envergadura, com o propósito de modernizá-la, de assisti-las convenientemente, de dar-lhes, enfim, os elevados níveis de produtividade (QUADROS, 1961, p.50-51).

³⁶ QUADROS, 1961, p.VII.

³⁷ QUADROS, 1961, p.6.

³⁸ QUADROS, 1961, p.7.

Na declaração, o presidente, considerando o Desenvolvimento de Comunidade como instrumento fundamental para o processo de desenvolvimento mundial, propôs a integração governo-povo como meio de “combater, de forma inapelável, o analfabetismo”³⁹ e livrar o país dos “males da ignorância”⁴⁰. Para tanto, pretendia criar um movimento de âmbito nacional, que contaria com a mobilização de “todas as pessoas de boa vontade”⁴¹ e a atuação indireta da União no ensino primário (naquele momento, de competência dos estados), por meio de auxílio financeiro, assistência técnica, manutenção de escolas experimentais e aperfeiçoamento do corpo docente e administrativo. Essa atuação indireta também se justificava pela necessidade do governo adequar seus gastos à receita arrecadada.

Segundo Jânio Quadros, não era necessário destinar de imediato mais verbas à educação, pois “não se poderia iludir a nação acenando-lhe com promessas de empregar na educação maiores verbas, quando todos sabemos os fortes encargos que oneram presentemente os cofres públicos”⁴². Em sua opinião, o ideal seria aplicar o previsto na Constituição Federal de 1946, 10% da arrecadação, para promover, com máxima eficiência, uma educação voltada às necessidades econômicas do país. Para tanto, propôs a ampliação e intensificação do ensino técnico-profissional, como instrumento de “preparação para as múltiplas e diversificadas tarefas de uma sociedade industrial em que vai se transformando o Brasil”⁴³. Dessa forma, seriam criadas as condições para ampliação da arrecadação – já que o país cresceria mais – e a população reconheceria “os benefícios e as vantagens advindos de um sistema de educação mais eficiente”⁴⁴, capaz de fornecer respostas imediatas às necessidades materiais. Tal reconhecimento resultaria, por sua vez, na criação do “consenso geral da necessidade de serem destinadas para os serviços da educação mais verbas vultosas”⁴⁵.

Jânio Quadros defendia que a ênfase técnico-profissional deveria ocorrer nos três níveis de ensino, fundamental, médio e superior. Para a educação básica, ele apresentou as seguintes propostas:

- 1) Iniciação profissional e artesanato, sobretudo, para jovens analfabetos ou que cursaram somente o primário, oriundos das regiões Norte, Nordeste e Centro-oeste;

³⁹ QUADROS, 1961, p.58.

⁴⁰ QUADROS, 1961, p.61.

⁴¹ QUADROS, 1961, p.58.

⁴² QUADROS, 1961, p.60.

⁴³ QUADROS, 1961, p.58.

⁴⁴ QUADROS, 1961, p.60.

⁴⁵ QUADROS, 1961, p.60.

- 2) Formação de mão de obra especializada nas zonas industriais, criando novas escolas e fortalecendo o Sistema S – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Social da Indústria (SESI), Serviço Social do Comércio (SESC);
- 3) Incentivo ao ensino de prática de artes industriais e agrícolas, no ginásio e nas últimas séries do primário;

Com relação ao ensino médio, Quadros criticava a divisão que o constituía: “científico” (oferecia disciplinas voltadas para ciências da natureza e exatas) e “clássico” (focado em filosofia e línguas)⁴⁶. Para ele, esses dois tipos eram incapazes de fornecer qualquer tipo de “ferramenta de trabalho para o sustento”⁴⁷, apenas fomentavam uma divisão de classes, onde os grupos mais privilegiados cursavam o “clássico” como uma forma de preparação para o ingresso no ensino superior – “apesar de estarem as portas das Universidades abertas a uma pequena parcela desses moços”⁴⁸–, enquanto as classes menos favorecidas cursavam o “científico”.

A sociedade democrática, pela qual lutamos, não se pode compadecer com a existência de um sistema dual de ensino: um, supostamente intelectual, para desenvolver as atividades do espírito, e que constituiria uma etapa propedêutica ao superior; outro, de tipo vocacional, com horizontes limitados, e destinado às classes menos favorecidas (QUADROS, 1961, p.58).

Segundo Quadros, a reforma educacional que propunha seria capaz de romper com a divisão classista, igualando todos, ao possibilitar que os estudantes do ensino médio ascendessem “aos níveis mais altos da escala educacional”, usufruindo de uma variedade imensa de uma mesma unidade, “atender às necessidades dos mercados de trabalho”⁴⁹.

Sobre o ensino superior, Quadros defendia que o Brasil não deveria abrir mais universidades, e sim melhorar, nas instituições existentes, a integração ciência e educação, estabelecendo “criterioso levantamento das necessidades de pessoal de nível superior que o desenvolvimento econômico postula”⁵⁰. Propusera também a união entre a Confederação Nacional da Indústria, a Confederação Nacional do Comércio, as indústrias e as

⁴⁶ Essa divisão foi instituída em 1942, a partir da reforma Capanema do ensino. No discurso aqui em análise, Jânio Quadros não mencionou e/ou analisou o ensino normal, criado em 1946, voltado ao magistério.

⁴⁷ QUADROS, 1961, p.58.

⁴⁸ QUADROS, 1961, p.58-59.

⁴⁹ QUADROS, 1961, p.58.

⁵⁰ QUADROS, 1961, p.59.

universidades, a fim de evitar a dispersão de esforços na formação de técnicos de nível superior. Assumir outra postura seria uma irresponsabilidade fiscal, pois geraria “pesados encargos de ordem financeira”⁵¹; além disso, contribuiria “para a criação de um proletariado intelectual, incapaz de se inserir no processo produtivo da Nação, e cuja ação maléfica poderá abalar a ordem social”⁵². Apesar de não avançar sobre o que seria essa ação maléfica, podemos deduzir, ao considerarmos os postulados da teoria que embasava suas análises – a ideologia da modernização – e o uso do termo “proletário”, que Quadros se referia ao avanço do marxismo.

A atuação política dos trabalhadores brasileiros preocupava Jânio Quadros. Reproduzindo a caracterização dos sindicatos como entidades controladas por agentes externos de orientação marxista que se aproveitavam da ingenuidade e ignorância dos trabalhadores brasileiros, Quadros defendia a construção de sindicatos livres de “influências de grupos políticos e econômicos”⁵³, forma esta de promover “a maioria política”⁵⁴ do trabalhador nacional. Um dos caminhos sinalizados para esta modificação seria a “eliminação gradativa, porém segura, do imposto sindical, base econômica de organizações sindicais estruturadas sem espontaneidade e entusiasmo”⁵⁵. Quadros traçava o mesmo caminho para os trabalhadores rurais. No seu discurso, o presidente defendeu o reconhecimento do direito de sindicalização do trabalhador rural “como meio de integrá-lo na vida nacional, a fim de emancipá-lo política, social e economicamente”⁵⁶. Previa também legislar sobre o direito de greve, garantindo a “disciplina do seu exercício, dentro dos limites interativos do interesse público [ou do esforço nacional para o desenvolvimento]”⁵⁷. O principal instrumento de atuação da classe trabalhadora, na sua análise, não deveria ser “utilizado para fins espúrios à legítima representação dos interesses trabalhistas, com objetivos políticos”⁵⁸. Percebe-se o cuidado de Jânio Quadros em tipificar o trabalhador brasileiro como sujeito apolítico, utilizando, inclusive, o termo “classe” de forma denotativa, para indicar categorial legal ou social.

Apesar da preocupação com a formação técnico-profissional da população (como forma de aumentar a produção e o bem-estar), Jânio Quadros foi enfático ao destacar que o

⁵¹ QUADROS, 1961, p.59.

⁵² QUADROS, 1961, p.59.

⁵³ QUADROS, 1961, p.68.

⁵⁴ QUADROS, 1961, p.68.

⁵⁵ QUADROS, 1961, p.68.

⁵⁶ QUADROS, 1961, p.69.

⁵⁷ QUADROS, 1961, p.69.

⁵⁸ QUADROS, 1961, p.69.

Estado, “de acordo com os mais lúdicos princípios da Justiça Social”⁵⁹, deveria, ao mesmo tempo, controlar a valorização do trabalho, para evitar o “desestímulo aos empreendimentos do capital”⁶⁰ e exigir da classe produtora a contenção dos preços. Equação que, na sua interpretação, resultaria na harmonia social.

A fala do presidente sobre o papel do Serviço Social enquanto instrumento de mudança de hábitos é, a nosso ver, mais uma demonstração do alinhamento de Jânio Quadros às ideias modernizadoras:

(...) estimular nas populações locais o espírito progressista, a necessidade de criar novos hábitos, novos processos e novos métodos de trabalho, a fim de pelo aumento das possibilidades de emprego, melhorar as rendas da família (...) **O processo de desenvolvimento exige, antes de mais nada, mudança cultural, permitindo assimilar novas formas de organização social, ensejando uma nova perspectiva e melhor conhecimento dos problemas econômicos, para a sua adequada interpretação e solução** (QUADROS, 1961, p.74, grifo nosso).

Em consonância com os pressupostos da ideologia do Desenvolvimento de Comunidade, Jânio Quadros determinava que o Serviço Social deveria valorizar hábitos mercadológicos e estimular “iniciativas individuais”, preparando a população para atuar na solução de seus próprios problemas, enquanto caberia ao Estado o fornecimento de assistência técnica e financeira:

Empenhar-se-á o Governo na unificação dos planos de assistência, buscando reuni-los, em cada unidade de prestação de serviços, sob o critério da comunidade, assim carreando para um mesmo fim os recursos provindos de várias fontes (QUADROS, 1961, p.74).

Ficou visível nesse discurso que o presidente rechaçava reformas estruturais para o campo. Em sua opinião, a desapropriação por interesse social deveria estar relacionada ao incremento da produtividade agrícola e, por isso, voltada ao combate daqueles que utilizavam a terra “para finalidades especulativas ou de entesourização”⁶¹. Para tanto, sugeria a criação de um sistema de “coerções sempre orientado pela sua valorização produtiva, que iriam desde

⁵⁹ QUADROS, 1961, p.66.

⁶⁰ QUADROS, 1961, p.66.

⁶¹ QUADROS, 1961, p.85.

as penalizações tributárias até a sua transferência efetiva para os que a queiram explorar em benefício da comunidade”⁶², sendo o confisco o último recurso.

Jânio Quadros flertava com a ideologia modernizadora já fazia algum tempo. Quando era governador de São Paulo, ele negociou com a AIA a criação de um sistema de crédito rural (SILVA, 2015). Em 1961, chamou membros da AIA/ACAR, o então senador Milton Campos, o economista Tomás Pompeu Acioli Borges (na época, representante da *Food and Agriculture Organization* (FAO))⁶³, o bispo D. Helder Câmara – representando a CNBB, que, como veremos no próximo capítulo, estava alinhado com as propostas modernizadoras – e Edgar Teixeira Leite (ex-participante da Missão Abbink⁶⁴)⁶⁵ para fazer parte do “Grupo de Trabalho do Estatuto da Terra” (SILVA, 2015; CAMARGO, 2007). Diante do cenário anteriormente exposto, tal convocação não era uma surpresa. Esse “grupo de trabalho” elaborou um projeto de reforma agrária que, em linhas gerais, previa a desapropriação de propriedades incultas (grandes ou pequenas propriedades) e de latifúndios valorizados ou suscetíveis de valorização por consequência de obras públicas; a “criação de uma autarquia com personalidade jurídica própria, com as atribuições de elaborar, executar ou orientar a execução de planos e programas de reforma agrária e de propor ao Ministério da Agricultura as diretrizes da política agrária nacional – [Superintendência da Política de Reforma Agrária] SUPRA” (MEDEIROS, 1983, p.193); a regulação da parceria e do arrendamento com o objetivo de proteger os locatários, parceiros e trabalhadores do poder extraeconômico do latifúndio. Tal comissão também atentou para a necessidade de realizar a distribuição de terras de acordo com as potencialidades econômicas de cada região, nem que para isso fosse necessário intervir no binômio latifúndio/minifúndio. Como destacou Medeiros (1983), o projeto tentava conciliar as principais questões do campo, pois ao mesmo tempo em que não questionava a estrutura agrária, propunha a desapropriação de propriedades mal utilizadas.

Nos meses em que estive na presidência, Jânio Quadros buscou colocar em prática essa forma de pensar a questão agrária, ao liberar “550 milhões de cruzeiros, depositados pelo Serviço Social Rural em 11 agências da Caixa Econômica do Norte e do Nordeste, a serem

⁶² QUADROS, 1961, p.85.

⁶³ Em 1957, foi delegado do Brasil na Conferência Mundial da FAO, ocorrida em Roma Entre 1962 e 1969, foi diretor regional da FAO. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/borges-tomas-pompeu-acioli>. Acessado em: 10/04/2020.

⁶⁴ “Missão Abbink” era o apelido da Comissão Técnica-Mista Brasileiro-Americana que, em 1948, analisou a economia brasileira, identificando os obstáculos conjunturais e econômicos ao desenvolvimento. Esse apelido ancorava-se no fato de John Abbink ser um dos diretores da comissão (TAPIA, 1986).

⁶⁵ Informação disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/leite-edgar-teixeira>. Acessado em 10/4/2020.

utilizados em financiamentos prioritários para os trabalhadores sem terra” (CAMARGO, 2007, p.214), e subsidiar o MEB.

Essa forma de tratar a questão agrária também estava em conformidade com as propostas do seu partido. Os udenistas, por serem majoritariamente pertencentes à classe média, acreditavam que a modernização do campo ocorreria por meio do avanço da lógica empresarial, com base na disseminação da pequena propriedade. O papel da pequena propriedade no projeto udenista aproximava-se do ideal toquevilliano de democratização da propriedade privada, como ressaltam diversos autores (SILVA, 2015; OLIVEIRA JÚNIOR, 2007; SANTOS, 2012). Para Tocqueville, o poder político estaria associado à detenção da propriedade privada. Logo, nos países com grande concentração fundiária, existiria concentração do poder político. O caminho para a construção da igualdade política seria a desconcentração da propriedade privada.

Em resumo, a partir da análise dos principais projetos de educação rural e de reforma agrária propostos pelo executivo federal entre os anos de 1945 e 1961, percebe-se a importância que os argumentos modernizadores assumiram, e as semelhanças nas formas de pensar a educação rural (como sinônimo de capacitação técnica). Porém, o diálogo com os argumentos modernizadores não era uma característica exclusiva dos governantes federais. Era difícil, na década de 1950, conceituar a realidade social sem dialogar com a ideologia da modernização (MENDONÇA, 2010). Diferentes grupos fizeram leituras próprias desse conceito, como a Igreja, as Ligas e o PCB – como veremos nos três próximos capítulos.

CAPÍTULO II

A TEOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO

2.1. A modernização do campo segundo a CNBB

A forma como a CNBB interpretava o campo brasileiro também estava alinhavada com os principais pontos da ideologia da modernização. Assim como fizeram os políticos analisados anteriormente, a Igreja estava construindo seu próprio projeto, a teologia do desenvolvimento. Como destacou Silva Gotay (1989), os teólogos do desenvolvimento proclamavam o desenvolvimento socioeconômico, por meio da tecnologia moderna, como a principal forma de alcançar a “salvação”, entendida como a humanização do capitalismo e a melhora do bem-estar. Além disso, consideravam que os problemas causados pelo capitalismo eram, basicamente, de ordem “moral”. Neste capítulo, abordaremos o lugar da questão agrária na teologia do desenvolvimento brasileiro, com o objetivo de entendermos como os discursos produzidos no interior da Igreja legitimavam e ressignificavam elementos da cultura brasileira e da ciência à época, a fim de manter a posição da Igreja como mediadora universal, aquela capaz de interpretar a dominação para os dominados e interpretar os anseios dos dominados para os dominadores (ROMANO, 1979).

Entre 1945 e 1964, o episcopado brasileiro defendia que a resolução dos problemas rurais estaria na melhora da qualidade de vida dos trabalhadores rurais mediante o direito à propriedade privada, a difusão do cooperativismo e do crédito agrícola, a extensão da legislação trabalhista ao campo, a superação da relação desigual entre indústria e agricultura, a fixação dos trabalhadores rurais, a promoção da assistência social, a mecanização e a implantação do ensino agrícola. Ademais, considerava essencial a articulação com os grandes proprietários de terra e o Estado, responsáveis, respectivamente, por praticar a caridade e a justiça social, a fim de estimular a conciliação de classes e a “harmonia social”. O episcopado também discutia especificamente as bases para a ação da Igreja no campo, prevendo a propagação da sua doutrina a partir da imprensa, da educação de jovens e adultos, da alfabetização, da formação social de estudantes e da atuação dos círculos operários católicos.

Vejamos como essas ideias foram construídas nas cartas pastorais – a voz de comando, unidade, controle e posicionamento da Igreja Católica (CARVALHO, 1985).

Em 1950, a Igreja lançou a carta pastoral *Conosco, sem nós ou contra nós se fará a reforma rural*, documento que se tornou referência do pensar católico sobre o campo brasileiro, sendo corriqueiramente citado em cartas posteriores. Essa carta, como o próprio título sugere, expressou a preocupação episcopal em manter a influência e legitimidade da Igreja frente a setores populares, cada vez mais próximos do PCB, que desde 1946 atuava sistematicamente no campo brasileiro, organizando categorias rurais não assalariadas e assalariadas: “Já perdemos os trabalhadores das cidades. Não cometamos a loucura de perder, também, o operariado rural”⁶⁶.

Em concordância com as ideias modernizadoras, Dom Inocêncio Engelke identificou a pobreza como porta de entrada para a influência das ideologias de esquerda:

Ora, é sabido que a situação do trabalhador rural é, em regra, infra-humano entre nós. Merecem o nome de casa os casebres em que moram? É alimento a comida de que dispõem? Podem-se chamar de roupas os trapos com que se vestem? Pode-se chamar de vida a situação em que vegetam, sem saúde, sem anseios, sem visão, sem ideais? (...)

E os agitadores estão chegando ao campo. Se agirem com inteligência, nem vão ter necessidade de inverter coisa alguma. Bastará que comentem a realidade, que ponham a nu a situação em que vivem ou vegetam os trabalhadores rurais (CNBB, 1981, p.44-45).

Além das condições precárias de vida, Dom Inocêncio Engelke considerou que o contato com os hábitos urbanos também potencializava a inconformidade dos trabalhadores rurais. A preocupação com a transformação do “harmonioso” meio rural em um espaço de contestação e desagregação, ao exemplo do meio urbano, tornar-se-ia um traço característico da teologia do desenvolvimento brasileiro. Nas cartas pastorais, as teses desenvolvimentistas se fundem à ideia de construção do paraíso na terra, em especial, a preservação do paraíso rural. Por exemplo, a ida para cidade era considerada a “ruína física e moral”⁶⁷ do indivíduo, devendo a Igreja, em conjunto com a sociedade, se esforçar para fixar o trabalhador rural no campo, não somente pelos impactos produtivos nacionais que sua permanência implicaria,

⁶⁶ CNBB, 1981, p.44.

⁶⁷ CNBB, 1981, p.58.

mas, sobretudo, para o “homem rural permanecer de preferência ligado ao campo, onde a existência humana é mais perfeita”⁶⁸.

Tal inquietação parecia ser uma ação para mobilizar a opinião pública, apresentando uma Igreja mais preocupada com a moral que com as questões políticas – a intervenção na segunda derivaria da preocupação com a primeira – e para afastar os trabalhadores rurais da luta pelo reconhecimento dos sindicatos classistas, uma vez que, concomitantemente a essa caracterização do campo brasileiro, os trabalhadores rurais eram classificados como inocentes, apolíticos e somente preocupados em viver de forma aprazível. Além de relembrar os discursos católicos contra a escravização e a favor da catequização indígena, essa caracterização do campo se aproximava do argumento de parte do Ministério da Agricultura e dos grandes proprietários, que, para ratificar a sua posição contrária à sindicalização classista, sinalizava a “harmonia” entre empregados e empregadores no campo, remetendo os conflitos de classe à cidade (MEDEIROS, 2010). Vejamos:

o serviço militar feito em quartéis urbanos – sem o antigo reconhecimento do trabalho agrícola como atividade de interesse para a defesa nacional, sem os antigos tiros de guerra com sede nos municípios – **que está viciando na vida fácil das cidades os sertanejos arrancados ao trabalho do interior.** (...)

Houve tempo em que o campo ficava preservado pela distância, pela falta de comunicação, **pela índole conformista e rotineira dos trabalhadores rurais.**

Hoje, estradas se rasgam levando ao recesso do país a locomotiva, os automóveis, e sobretudo os caminhões (...) O jornal, o cinema e o rádio estão informando, no mesmo dia e por vezes na mesma hora, o que se passa no país e no mundo.

Nada mais explicável, pois que a receptividade para as ideias mais arrojadas e revolucionárias (CNBB, 1981, p.44-45, grifos nossos).

Para evitar a expansão do comunismo e do caos sobre o campo, Dom Engelke propôs melhoras nas condições de vida dos trabalhadores rurais, mediante “**crédito agrícola** que facilite a **racionalização** da plantação e do pastoreio; a **planificação** extrapartidária de problemas vitais como **estradas, energia, rede escolar; o incremento de iniciativas particulares, em articulação com organismos estatais, paraestatais e particulares;** a visão dos problemas agrícolas em ligação com problemas industriais”⁶⁹. Destacava, também, a participação indireta dos trabalhadores rurais nos lucros da empresa agrícola com objetivo de facilitar o pecúlio e, conseqüentemente, a aquisição da pequena propriedade; a humanização

⁶⁸ CNBB, 1981, p.58.

⁶⁹ CNBB, 1981, p.48, grifos nossos.

do trabalho; a promoção da assistência médica; a instauração de políticas previdenciárias. Formas de intervenção que melhorariam a qualidade de vida da população e garantiriam a produção de “alimentos suficientes, não só para o consumo interno, como para saciar a fome de milhões de homens”,⁷⁰.

Pontos do conceito de educação de base defendido pela UNESCO e elementos da ideologia do Desenvolvimento de Comunidade também estavam presentes nessa carta pastoral. Além do supracitado estímulo à interação entre população e governo, Dom Engelke defendia a necessidade de formar líderes rurais, pois “só assim, vendo sair de seus próprios meios os apóstolos de sua redenção social e cristã, o mundo agrícola tomará consciência do importante papel que exerce no seio da comunidade nacional”⁷¹; e a construção de uma educação agrícola capaz de oferecer as ferramentas técnicas, morais e espirituais necessárias para que os trabalhadores rurais compreendessem e atuassem em conformidade com as mudanças políticas, sociais e econômicas da sociedade moderna. Dizia o bispo:

(...) promover a difusão do ensino escolar adaptado às necessidades do homem do campo, proporcionar-lhe o ensino técnico agrícola (...) dar-lhe formação que o habilite a nortear pela fé as transformações sociais que vão surgir (CNBB, 1981, p.51).

No ano seguinte, o episcopado brasileiro apresentou a *Pastoral sobre o problema rural* (1951), resultado das discussões realizadas durante a “Semana Rural” – evento que congregou três dioceses potiguares (Natal, Mossoró e Caicó) no ano de 1951. Tal carta foi classificada pelos seus autores (D. Marcolino Dantas, D. João Portocarrero Costa e D. José Delgado) como “irmã da célebre carta de Dom Inocêncio Engelke”⁷². Nesse sentido, retomavam os principais pontos da argumentação de Dom Engelke – em especial, a caracterização da cidade como lugar de perdição e “fermentação ideológica”⁷³, cujos trabalhadores rurais teriam contato por meio do “nefasto êxodo rural”⁷⁴ – e melhor fundamentavam outros, como a importância da educação rural técnica e da cooperação comunitária.

⁷⁰ CNBB, 1981, p.49.

⁷¹ CNBB, 1981, p.50.

⁷² CNBB, 1981, p.54.

⁷³ CNBB, 1981, p.56.

⁷⁴ CNBB, 1981, p.56.

Com argumento semelhante ao elaborado por Jânio Quadros, a *Pastoral sobre o problema rural* condenou a construção de uma educação centrada na formação humanística. Criticando, até mesmo, a própria Igreja, que

(...) com a multiplicação de ginásios em plenos centros rurais, ginásios cujos programas são especificamente desajustados aos referidos centros, **concorre, sem querer, para preparar o êxodo em direção aos grandes centros urbanos. Se os filhos das melhores famílias rurais bacharelizam-se e deixam a roça, quem chefiará a vida simples das povoações e aldeias** (CNBB, 1981, p.57, grifo nosso).

Como alternativa, o episcopado sugeriu a construção de um sistema educacional nos moldes do aplicado no sul estadunidense (região predominante agrária), cuja preocupação era, essencialmente, formar mão de obra para o setor produtivo: “No sul dos Estados Unidos, 80% dos alunos dos cursos ginásiais ficam presos às indústrias locais, aos afazeres profissionais da região, às artes e ofícios, à própria agricultura”⁷⁵.

As diretrizes do Desenvolvimento de Comunidade – principalmente a defesa da integração entre os grupos sociais, sem considerar as desigualdades e diferenças de classe, raça, religião e gênero, imputando um modelo amplo, voltado ao estímulo da solidariedade comunitária, onde todos participariam das atividades sociais, recreativas e educativas – caíram como uma luva nas análises episcopais, pois se aproximavam das ideias de harmonia e paz social presentes na doutrina social católica. Em grande parte das cartas pastorais publicadas entre 1950 e 1964 é possível encontrar a defesa da cooperação comunitária, sem qualquer questionamento sobre fatores estruturais (como a concentração fundiária), como o caminho mais efetivo de resolução dos problemas enfrentados pelos trabalhadores rurais. Na *Pastoral sobre o problema rural* não foi diferente:

Digamos a uns e outros da urgência de se aliarem com fé e patriotismo na solução dos mais urgentes problemas do homem do campo. A melhor forma de encaminhar a solução do problema rural é vê-lo deste modo, solidariamente, organicamente (CNBB, 1981, p.55).

Além da harmonia social, outras justificativas de cunho religioso também foram utilizadas para legitimar a necessidade de integração dos grupos sociais. A Igreja recorria aos princípios da “salvação pela obra” e do “amor ao próximo” para caracterizar e estimular

⁷⁵ CNBB, 1981, p.58.

aqueles que se dedicavam a levar mais a “técnica” modernizadora para o alcance do “bem-estar” que o “amor” do cristianismo primitivo para a salvação eterna. Literalmente:

Não faltar jamais com sua ajuda ao próximo, quando necessária para a realização de seus legítimos e acertados desejos. Ir ao encontro dele, mesmo com sacrifício, máxime de seu sucesso advém, não somente a ele e sua família, um maior bem-estar, como um acréscimo de bem-estar para muitos que o cercam. Se é de cooperação material que se trata, ser ainda mais pressuroso em emprestá-la, ainda que leve apenas a demonstrar uma larga coragem de cooperação com os semelhantes. **Deste primeiro contato, surgirá amanhã uma confiança mais perfeita entre dois homens que se completarão pelo conselho mútuo, servindo o primeiro de arrimo técnico mais do que financeiro ao segundo, muita vez fracassado, menos por falta de recurso econômico do que por incapacidade profissional.**

Solidariedade econômica, técnica, profissional, intelectual, moral e religiosa. Fazer a outrem o que se desejaria que a si mesmo se fizesse, é o princípio de sabedoria que o Catolicismo levou ao máximo.

(...) que melhor faremos chegar ao homem comum, à maioria dos seres humanos, a nossa voz, a luz que lhes queremos oferecer, **o sal que somos para sua santificação** (CNBB, 1981, p.58-62, grifos nossos).

Segundo a *Pastoral sobre o problema rural*, a atuação desses missionários deveria ser pautada pela “subsidiariedade”, uma “virtude suplementar” que “corresponde a uma atitude inteligente e prudente do que é solidário, sem roubar a outra a ocasião de ser mais diligente, mais esforçado, mais capaz, ter maior personalidade”⁷⁶. Nos termos religiosos e cotidianos: “não se meta um na casa do vizinho mais do que com um conselho de bom vizinho, ou a resolver questões domésticas para a qual o chefe possui capacidade e nas quais ele é que deverá empregar a autoridade de que Deus o revestiu”⁷⁷. Nos termos do Desenvolvimento de Comunidade: “Somos mal-educados. Não fazemos quanto podemos. Alimentamos facilmente a ideia de que o Governo é que tudo deve fazer”⁷⁸. Nos termos modernizadores: a promoção da autopromoção.

Como destacou Romano, o “compromisso de salvar o próximo” era elemento constituinte do pensar teológico católico. Das diversas formas possíveis de caracterizar esse compromisso, duas eram recorrentemente utilizadas pela Igreja durante as décadas de 1940, 1950 e 1960. A primeira recorria ao espelhamento Deus-homem, onde o fato de Deus estar comprometido com a humanidade exigia que o homem reproduzisse essa atitude salvadora, colocando-se em comprometimento com os mais fracos (como vimos linhas acima). Já a

⁷⁶ CNBB, 1981, p.60.

⁷⁷ CNBB, 1981, p.60.

⁷⁸ CNBB, 1981, p.60.

segunda, colocava que esse “compromisso com o próximo” manifestava-se na recusa em tornar sagrado qualquer forma de governo, uma vez que tal sacralização resultaria em aumento da miséria, da injustiça social e do ataque aos direitos humanos (como veremos no próximo tópico).

Continuando, a *Pastoral sobre o problema rural* recorria à “autoridade de sociólogos e financistas”⁷⁹ para defender que o caminho para a resolução dos problemas rurais não era “pela construção dos colossos autárquicos” ou “pelos institutos potentíssimos”, dirigidos por “chefes, nem sempre da classe dos que lhes confiam parte de economias forças”⁸⁰, mas sim pelo empenho do próprio trabalhador rural, desde que subsidiado, financeira e tecnicamente, pelo Estado. Ademais, essa pastoral preocupava-se em indicar o instrumento ideal para essa empreitada: a cooperativa. Na teologia do desenvolvimento brasileiro, a cooperativa era considerada a principal ferramenta de transformação social, política e econômica, pois serviria, ao mesmo tempo, para o incremento da produção nacional e a melhora da qualidade de vida dos trabalhadores rurais.

As próprias cooperativas serviriam de auxiliares e intermediárias da assistência social ao trabalhador rural. Como auxiliares seriam as depositárias das economias parciais destinadas à referida assistência e como intermediárias cobrariam as quotas de patrões e operários rurais. O Estado e a União completariam os fundos necessários e assistiriam, conforme as necessidades de assistência, as ditas cooperativas no desempenho de sua tarefa de colaboração (CNBB, 1981, p.67).

Ainda segundo a *Pastoral sobre o problema rural*, a modernização da agricultura, além de resolver problemas políticos e econômicos, promoveria mudanças de ordem espiritual e moral: “Talvez a introdução da máquina lhes soerguesse o ânimo e ascendesse nas almas a chama do idealismo”⁸¹; a “renovação dos processos de cultura e criação atuaria mesmo nos corações”⁸², afastando um dos “maiores males morais”⁸³, o vício no jogo.

Em 1952, a Igreja lançou mais uma declaração sobre o campo brasileiro, *A Igreja e o Vale do São Francisco*. Esse documento objetivava influenciar as políticas da CNPA. Alarmado pelas propostas da CNPA de contornar, por meio de emenda constitucional, o parágrafo 16 do artigo 141 e desapropriar terras incultas, mal cultivadas e/ou adquiridas para

⁷⁹ CNBB, 1981, p.66.

⁸⁰ CNBB, 1981, p.66.

⁸¹ CNBB, 1981, p.63.

⁸² CNBB, 1981, p.64.

⁸³ CNBB, 1981, p.64.

fins especulativos, o episcopado posicionou-se contra a desapropriação sistemática das propriedades⁸⁴ (CARVALHO, 1985). Seguindo a linha analítica desenvolvida por Dom Engelke – transcrevendo longo trecho da carta *Conosco, sem nós ou contra nós se fará a reforma rural* –, a pastoral *A Igreja e o Vale do São Francisco* indicava não existir clima político, nem recurso, para a alteração da estrutura agrária brasileira por meio de desapropriações. Segundo a pastoral, seria “utópico no nosso meio e nas nossas circunstâncias pensar-se em desapropriações de larga escala (não há recurso, nem clima psicológico, nem maturidade para tanto)”⁸⁵. Segundo o documento, uma ação desse tipo teria grandes chances de insucesso, favorecendo apenas o avanço de “agitadores”, “com suas tochas incendiárias”⁸⁶. Deveria o Estado estimular os proprietários a concederem a parte “não explorada dos respectivos domínios em troca de recursos técnicos ou de crédito que lhes sejam assegurados”⁸⁷.

A cada carta pastoral, a Igreja melhor fundamentava seu projeto de educação agrícola, sempre alinhavado com o conceito de “educação de base” propagado pela UNESCO. De acordo com a carta *A Igreja e o Vale do São Francisco* era necessário:

- 1) Investir na educação técnica para jovens e adultos, “sem a qual ficará comprometido qualquer programa de reforma agrária”⁸⁸, pois “é fundamental levar em conta que ao trabalhador rural não basta entregar um pedaço de terra: esta de bem pouco ou de nada lhe valerá, faltando-lhe ajuda técnica e financeira, e, sobretudo, faltando-lhe um mínimo de formação”⁸⁹.
- 2) O Estado fornecer subsídios técnicos e financeiros aos trabalhadores rurais, por meio da extensão rural. Caberia aos extensionistas preparar psicológica (“através de esclarecimento acerca dos objetivos, da natureza e das vantagens da reforma agrária”) e tecnicamente esses trabalhadores⁹⁰.

⁸⁴ O §16 do artigo 141, que condicionava a desapropriação por utilidade pública ou interesse social à prévia e “justa” indenização em dinheiro, representou uma vitória dos representantes do patronato rural na constituinte – deputados Masagão (UDN-SP), Prado Kelly (UDN- SP) e Costa Souza (PSD-RS) –, que assim conseguiram evitar a atuação sistemática do Estado em prol da reforma agrária – como queriam os constituintes progressistas (TAPITA, 1986) – e mantiveram preservados o sistema de poder e a grande propriedade no campo (MEDEIROS, 1983), pois o referido parágrafo, ao não deixar claro o que seria a “justa” indenização, funcionava como uma barragem de artilharia. Como destacou Medeiros (1983), as lutas daqueles que pretendiam realizar uma reforma agrária legalista tinham como marco inicial proposições de emendas constitucionais ao referido artigo, no intuito de contorná-lo.

⁸⁵ CNBB, 1981, p.72.

⁸⁶ CNBB, 1981, p.70.

⁸⁷ CNBB, 1981, p.72.

⁸⁸ CNBB, 1981, p.88.

⁸⁹ CNBB, 1981, p.72.

⁹⁰ CNBB, 1981, p.88.

- 3) Alterar os valores e as práticas autóctones dos pais e dos filhos, no “tocante à plantação e criação”⁹¹.
- 4) Adaptar o ensino “formal e informal às condições locais”⁹², embora enfatizassem a necessidade de transformar as práticas e os hábitos locais. Percebe-se, até mesmo, a reprodução da contradição existente nas propostas da UNESCO.
- 5) Formar líderes rurais. Dialogando com a ideia de autopromoção, os autores da carta pastoral consideravam o “capítulo da maior importância para a realização de qualquer programa rural”⁹³, interessando de “maneira especial à Igreja, aos técnicos, **às instituições de ensino que atuam no meio rural**”⁹⁴.
- 6) Construir uma educação pautada no desenvolvimento de artes e ofícios, no estímulo à higiene pessoal e coletiva, na aprendizagem de conhecimentos de economia doméstica e na “valorização do elemento humano”⁹⁵ e espiritual: “às meninas, será oportuno ensinar em Escolas Domésticas Populares o indispensável da **educação sanitária, da educação doméstica, das artes caseiras, da agricultura e da religião**”⁹⁶.
- 7) Promover uma educação religiosa. Destacavam que esta só seria efetiva mediante melhora nas condições de vida dos trabalhadores rurais. Mais uma vez, percebe-se a intenção da Igreja em explicar sua preocupação com as questões políticas e econômicas como decorrência do seu compromisso com as questões morais e religiosas: “para chegar-se a uma verdadeira educação religiosa dos rurais, é condição prévia, geralmente necessária, **um ambiente de justiça social e de bem-estar econômico**”⁹⁷.

Nas conclusões da 2ª Assembleia Geral da CNBB (1954) apresentou-se um sólido projeto de reforma agrária, que demonstrava o interesse episcopal em guiar a implementação da reforma agrária no Brasil. A base do projeto consistia na defesa da propriedade privada “como princípio básico da reforma agrária”⁹⁸, em razão do seu caráter sagrado, “um bem que se destina, pelo Criador, a todos os homens e não a uns poucos privilegiados”⁹⁹, e da sua importância econômica, fundamental para a dinamização do desenvolvimento brasileiro – desde que os proprietários tivessem acesso aos “meios técnicos, financeiros, educativos e

⁹¹ CNBB, 1981, p.73.

⁹² CNBB, 1981, p.89.

⁹³ CNBB, 1981, p.88.

⁹⁴ CNBB, 1981, p.89, grifo nosso.

⁹⁵ CNBB, 1981, p.89.

⁹⁶ CNBB, 1981, p.73, grifo nosso.

⁹⁷ CNBB, 1981, p.74, grifo nosso.

⁹⁸ CNBB, 1981, p.84.

⁹⁹ CNBB, 1981, p.80.

assistenciais de que ele e a família carecem para seu desenvolvimento pessoal e social, bem como as facilidades que tornam possível a exploração adequada da terra, a sua conservação, o aumento da produtividade”¹⁰⁰. Dialogando com o liberalismo clássico, os autores do projeto consideravam que possuir propriedade privada significava usufruir de um direito natural, ser independente economicamente e, em consequência, ser livre para defender um ideal. Não ter propriedade significava ser dependente econômica e politicamente e, portanto, incapaz de fazer escolhas:

Tornando uma realidade a aspiração de todo ser humano consciente de seus direitos e responsabilidades sociais, decorrente do próprio direito natural e que tem, na propriedade particular, a expressão concreta daquilo que é básico à estabilidade mesma do grupo família (CNBB, 1981, p.80).

O destaque ao caráter sagrado e natural da propriedade privada é traço característico da doutrina social católica. A base desse pensamento está nas encíclicas *Rerum Novarum*, *Quadragesimo Anno* e *Radiomensagem na solenidade de Pentecostes*. Antes de continuarmos analisando as declarações da 2ª Assembleia Geral da CNBB é necessário apresentarmos como a questão da propriedade privada foi abordada nas referidas encíclicas. A *Rerum Novarum*, escrita pelo papa Leão XIII em 15 de maio de 1891, demarcava a preocupação da Igreja com a vida do operariado urbano, ao defender, a partir dos princípios de conciliação de classes e harmonia social, o dever do Estado e a necessidade dos industriais de reconhecerem os direitos dos trabalhadores¹⁰¹. Como podemos imaginar, tal preocupação era motivada sobretudo pelo avanço dos movimentos grevistas, comunistas e socialistas na Europa. Nesse sentido, inquietava, naquele momento, o ataque dos grupos socialistas à propriedade particular. Dizia o documento:

¹⁰⁰ CNBB, 1981, p.80-81.

¹⁰¹ Reconhecimento restrito à compaixão e à caridade por parte dos patrões, que deveriam evitar usar os homens como “vis instrumentos de lucro” e imputar-lhes trabalhos superiores às suas forças ou “em desarmonia com a sua idade ou seu sexo”. Reforçando que “explorar a pobreza e a miséria e especular com a indigência”, não seria aceitável do ponto de vista teológico e, principalmente, político – uma vez que o desagrado serviria de ferramenta para os socialistas. Nesse sentido, a encíclica defendia, de maneira generalista: a concessão de um salário que fosse suficiente para que o trabalhador não vivesse de forma miserável; o “repouso festivo”, consagrado pela religião, para que os trabalhadores pudessem se dedicar ao culto da Majestade Divina, ressaltando que este tipo de descanso deveria ser curto e pontual, caso contrário, seria “fonte de vícios”; a redução da carga horária de trabalho, destacando que “a quantidade de repouso deve ser proporcionada à qualidade do trabalho, às circunstâncias do tempo e do lugar, à compleição e saúde dos operários”; o aumento dos salários pagos às crianças e às mulheres, haja vista a incoerência em exigir, das crianças e das mulheres, a mesma força física que possui um homem; o estabelecimento de uma idade mínima para o ingresso no mercado de trabalho, nos seguintes termos, “não deve entrar na oficina senão quando a sua idade tenha suficientemente desenvolvido nela as forças físicas, intelectuais e morais: de contrário, como uma planta ainda tenra, ver-se-á murchar com um trabalho demasiado precoce, e dar-se-á cabo da sua educação”; a capacidade do Estado de “melhorar muitíssimo a sorte da classe operária”, por meio da justiça, da garantia à habitação e do vestuário. Ademais, nessa encíclica, a Igreja se colocava contra o direito de greve dos trabalhadores, considerando-o instrumento de desestabilização da harmonia das classes.

3. Os Socialistas, para curar este mal, instigam nos pobres o ódio invejoso contra os que possuem, e pretendem que toda a propriedade de bens particulares deve ser suprimida, que os bens dum indivíduo qualquer devem ser comuns a todos, e que a sua administração deve voltar para os municípios ou para o Estado. Mediante esta transladação das propriedades e esta igual repartição das riquezas e das comodidades que elas proporcionam entre os cidadãos, lisonjeiam-se de aplicar um remédio eficaz aos males presentes. Mas semelhante teoria, longe de ser capaz de pôr termo ao conflito, prejudicaria o operário se fosse posta em prática. Pelo contrário, é sumamente injusta, por violar os direitos legítimos dos proprietários, viciar as funções do Estado e tender para a subversão completa do edifício social (*Rerum Novarum*, 1891).

A propriedade particular foi apresentada como um direito natural (“a propriedade particular e pessoal é, para o homem, de direito natural”¹⁰²) e um ativo, acessível a todos aqueles que desejassem investir seu salário com o objetivo de aumentar seu patrimônio e superar as privações. Nesse ponto, reproduzia, explicitamente, o conceito de *homo economicus*, como se todo indivíduo fosse, naturalmente, conduzido pelo objetivo de minimização de custos e maximização dos lucros¹⁰³.

4. De fato, como é fácil compreender, a razão intrínseca do trabalho empreendido por quem exerce uma arte lucrativa, o fim imediato visado pelo trabalhador, é conquistar um bem que possuirá como próprio e como pertencendo-lhe; porque, se põe à disposição de outrem as suas forças e a sua indústria, não é, evidentemente, por outro motivo senão para conseguir com que possa prover à sua sustentação e às necessidades da vida, e espera do seu trabalho, não só o direito ao salário, mas ainda um direito estrito e rigoroso para usar dele como entender. Portanto, se, reduzindo as suas despesas, chegou a fazer algumas economias, e se, para assegurar a sua conservação, as emprega, por exemplo, num campo, torna-se evidente que esse campo não é outra coisa senão o salário transformado: o terreno assim adquirido será propriedade do artista com o mesmo título que a remuneração do seu trabalho. Mas, quem não vê que é precisamente nisso que consiste o direito da propriedade mobiliária e imobiliária? Assim, esta conversão da propriedade particular em propriedade coletiva, tão preconizada pelo socialismo, não teria outro efeito senão tornar a situação dos operários mais precária, retirando-lhes a livre disposição do seu salário e roubando-lhes, por isso mesmo, toda a esperança e toda a possibilidade de engrandecerem o seu patrimônio e melhorarem a sua situação (*Rerum Novarum*, 1891).

Da mesma forma, considerava a propriedade privada uma concessão de Deus, para que todos pudessem saciar seus, perenes, desejos, em especial, as necessidades da família co-residente.

¹⁰² *Rerum Novarum*, 1891.

¹⁰³ A relação com liberalismo, em especial com as ideias de Adam Smith, por vezes ganhava contornos explícitos, como sugere o seguinte trecho: “(...) o trabalho tem uma tal fecundidade e tal eficácia, que se pode afirmar, sem receio de engano, que ele é a fonte única de onde procede a riqueza das nações” (*Rerum Novarum*, 1891).

As necessidades do homem repetem-se perpetuamente: satisfeitas hoje, renascem amanhã com novas exigências. Foi preciso, portanto, para que ele pudesse realizar o seu direito em todo o tempo, que a natureza pusesse à sua disposição um elemento estável e permanente, capaz de lhe fornecer perpetuamente os meios. Ora, esse elemento só podia ser a terra, com os seus recursos sempre fecundos. E não se apele para a providência do Estado, porque o Estado é posterior ao homem, e antes que ele pudesse formar-se, já o homem tinha recebido da natureza o direito de viver e proteger a sua existência. Não se oponha também à legitimidade da propriedade particular o fato de que Deus concedeu a terra a todo o gênero humano para a gozar, porque Deus não a concedeu aos homens para que a dominassem confusamente todos juntos. Tal não é o sentido dessa verdade. Ela significa, unicamente, que Deus não assinou uma parte a nenhum homem em particular, mas quis deixar a limitação das propriedades à indústria humana e às instituições dos povos. Aliás, posto que dividida em propriedades particulares, a terra não deixa de servir à utilidade comum de todos, atendendo a que não há ninguém entre os mortais que não se alimente do produto dos campos. Quem os não tem, supre-os pelo trabalho, de maneira que se pode afirmar, com toda a verdade, que o trabalho é o meio universal de prover às necessidades da vida, quer ele se exerça num terreno próprio, quer em alguma parte lucrativa cuja remuneração, sai apenas dos produtos múltiplos da terra, com os quais ela se comuta. De tudo isto resulta, mais uma vez, que a propriedade particular é plenamente conforme à natureza (*Rerum Novarum*, 1891).

Ainda na linha liberal de pensar a propriedade privada, destacava que umas das funções do Estado, senão a principal, era protegê-la:

21. Mas, é conveniente descer expressamente a algumas particularidades. É um dever principalíssimo dos governos o assegurar a propriedade particular por meio de leis sábias. Hoje especialmente, no meio de tamanho ardor de cobiças desenfreadas, é preciso que o povo se conserve no seu dever; porque, se a justiça lhe concede o direito de empregar os meios de melhorar a sua sorte, nem a justiça nem o bem público consentem que danifiquem alguém na sua fazenda nem que se invadam os direitos alheios sob pretexto de não que igualdade. Por certo que a maior parte dos operários quereria melhorar de condição por meios honestos sem prejudicar a ninguém; todavia, não poucos há que, embebedos de máximas falsas e desejosos de novidade, procuram a todo o custo excitar e impelir os outros a violências. Intervenha portanto a autoridade do Estado, e, reprimindo os agitadores, preserve os bons operários do perigo da sedução e os legítimos patrões de serem despojados do que é seu (*Rerum Novarum*, 1891).

Na encíclica *Quadragesimo Anno*, publicada em 15 de maio de 1931, o papa Pio XI continuava nessa linha argumentativa. Todavia, buscando se colocar contra aqueles que identificavam na encíclica anterior uma preocupação em “zelar somente os interesses dos ricos contra os proletários”, acrescentava às funções naturais da propriedade privada a necessidade de garantir o “bem-comum”:

Primeiramente tenha-se por certo, que nem Leão XIII, nem os teólogos, que ensinaram seguindo a doutrina e direção da Igreja, negaram jamais ou puseram em dúvida a dupla espécie de domínio, que chamam individual e social, segundo diz respeito ou aos particulares ou ao bem comum ; pelo contrário foram unânimes em

afirmar que a natureza ou o próprio Criador deram ao homem o direito do domínio particular, não só para que ele possa prover às necessidades próprias e da família, mas para que sirvam verdadeiramente ao seu fim os bens destinados pelo Criador a toda a família humana: ora nada disto se pode obter, se não se observa uma ordem certa e bem determinada (*Quadragesimo Anno*, 1931).

Indicar a relação intrínseca entre propriedade e garantia do “bem-comum” não significava dizer que Pio XI previa a desapropriação daquelas propriedades voltadas, única e exclusivamente, aos interesses individualistas. Ainda se colocando contra as propostas socialistas de “coletivização” de terras e/ou desapropriação, defendia que, pelo fato da propriedade ser um direito natural e sagrado, nada legitimava a intervenção judicial nessa questão. Somente caberia ao Estado moderar o uso da propriedade, decretando “mais minuciosamente o que aos proprietários seja lícito ou ilícito no uso de seus bens”, e à sociedade civil caberia criticar e esperar que o proprietário atuasse de acordo com os preceitos morais cristãos:

E a fim de pôr termo às controvérsias, que acerca do domínio e deveres a ele inerentes começaram a agitar-se, note-se em primeiro lugar o fundamento assente por Leão XIII, de que o direito de propriedade é distinto do seu uso. Com efeito, a chamada justiça comutativa obriga a conservar inviolável a divisão dos bens e a não invadir o direito alheio excedendo os limites do próprio domínio; que porém os proprietários não usem do que é seu, senão honestamente, é da alçada não da justiça, mas de outras virtudes, cujo cumprimento “não pode urgir-se por vias jurídicas”. Pelo quê sem razão afirmam alguns, que o domínio e o seu honesto uso são uma e a mesma coisa; e muito mais ainda é alheio à verdade dizer, que se extingue ou se perde o direito de propriedade com o não uso ou abuso dele.

(...) É evidente porém que a autoridade pública não tem direito de desempenhar-se arbitrariamente desta função; devem sempre permanecer intactos o direito natural de propriedade e o que tem o proprietário de legar dos seus bens. São direitos estes, que ela não pode abolir, porque “o homem é anterior ao Estado”, e “a sociedade doméstica tem sobre a sociedade civil uma prioridade lógica e uma prioridade real”. Eis porque o sábio Pontífice declarava também, que o Estado não tem direito de esgotar a propriedade particular com excessivas contribuições: “Não é das leis humanas, mas da natureza, que dimana o direito da propriedade individual; a autoridade pública não a pode portanto abolir : o mais que pode é moderar-lhe o uso e harmonizá-lo com o bem comum” (*Quadragesimo Anno*, 1931).

Em 1º de junho de 1941, o Papa Pio XII, comemorando o 50º aniversário da carta encíclica *Rerum Novarum*, emitiu a *Radiomensagem na solenidade de Pentecostes*, em que reafirmava o direito natural, sagrado e emancipador da propriedade privada:

13. Com efeito, todo homem, como vivente dotado de razão, recebeu da natureza o direito fundamental de usar dos bens materiais da terra, embora se deixe à vontade humana, às formas jurídicas dos povos o regular mais particularmente a sua prática

atuação. Este direito individual não pode de modo nenhum ser suprimido, nem sequer por outros direitos certos e pacíficos sobre bens materiais. Sem dúvida a ordem natural, que tem em Deus a sua origem, requer também a propriedade particular e a liberdade das transações comerciais como também a função reguladora do poder público sobre estas duas instituições. Tudo isto contudo fica subordinado ao fim natural dos bens materiais, nem pode prescindir do primeiro e fundamental direito, que a todos concede o seu uso; mas antes deve servir a tornar possível a sua atuação em conformidade com o seu fim. Só assim se poderá e deverá conseguir que a propriedade e o uso dos bens materiais deem à sociedade paz fecunda e consistência vital, e não constituam circunstâncias precárias, causadoras de lutas e invejas, quando abandonadas ao jogo desapiadado da força e da fraqueza.

14. O direito natural ao uso dos bens materiais, por estar intimamente conexo com a dignidade e com os outros direitos da pessoa humana, oferece a ela, com as formas acima indicadas, uma base material segura, de suma importância para se elevar ao cumprimento dos seus deveres morais. A tutela deste direito assegurará a dignidade pessoal do homem e tornar-lhe-á fácil atender e satisfazer em justa liberdade àquela soma de obrigações estáveis e de decisões, de que é diretamente responsável perante o Criador. De fato tem o homem o dever absolutamente pessoal de conservar e de aperfeiçoar a sua vida material e espiritual, para conseguir o fim moral e religioso, que Deus assinalou a todos os homens dando-lhe como norma suprema, obrigatória sempre e em todos os casos, antes de todos os outros deveres (*Radiomensagem na Solenidade de Pentecostes*, 1941).

Isto posto, voltemos à análise das declarações da CNBB. A despeito de defender o acesso à pequena propriedade, o Secretariado Geral da CNBB recusava qualquer intervenção sistemática na estrutura agrária brasileira, recomendando evitar o “seu desmembramento, salvo os casos de interesse do bem comum”¹⁰⁴ – leia-se, abastecimento dos “grandes centros urbanos”¹⁰⁵.

As lutas daqueles que pretendiam realizar uma reforma agrária legalista tinham como baliza inicial proposições de emendas constitucionais ao parágrafo 16 do artigo 141, no intuito de contorná-lo, já que o referido parágrafo não deixava claro o que seria a “justa” indenização (MEDEIROS, 1983). Com o projeto apresentado nas conclusões da 2ª Assembleia da CNBB não foi diferente. Porém, o Secretariado Geral, ao invés de tentar contorná-lo, posicionou-se a favor do setor patronal, definindo a justa indenização como “o pagamento ao proprietário do preço da aquisição da terra, suas benfeitorias e juros legais”, com “razoável acréscimo para atender à desvalorização da moeda”¹⁰⁶. Cabe ainda destacar que a CNBB até mesmo defendia a possibilidade de reversão de algumas desapropriações, na hipótese de os resultados esperados não serem obtidos: “A desapropriação, quando se tornar indicada ou indispensável, deverá ser feita segundo um critério justo e seguro. Após

¹⁰⁴ CNBB, 1981, p.85.

¹⁰⁵ CNBB, 1981, p.86.

¹⁰⁶ CNBB, 1981, p.86.

determinado prazo, não tendo a divisão da propriedade surtido o efeito desejado, deve ser possibilitada a sua reintegração”¹⁰⁷.

A pergunta que surge é: como o Secretariado da CNBB pensava o acesso à pequena propriedade? Em sintonia com a ideologia do Desenvolvimento de Comunidade, o Secretariado defendia que o Estado, a Igreja e as entidades privadas (cooperativas, associações rurais e outras entidades que agrupassem proprietários rurais) deveriam atuar de forma conjunta, com o objetivo de realizar uma reforma agrária “*lenta nos seus efeitos*”¹⁰⁸, que não desintegrasse “a comunidade rural”¹⁰⁹. Ao Estado era prevista a participação por meio do incentivo à mecanização, da modificação do sistema de impostos, do fornecimento de assistência técnica e financeira e da implantação de melhorias no armazenamento e transporte.

O ideal seria que os poderes públicos nunca viessem a tomar iniciativas dessa natureza sem procurar a articulação com o particular. Um programa sadio de reforma agrária deve dar “ampla margem à colaboração particular”.

O particular, por sua vez, deve valer-se da cooperação oficial, principalmente no tocante à assistência técnica, financeira, aquisição de maquinaria, armazenamento, transporte, etc. (...)

Facilidades econômicas – já mencionadas reiteradas vezes, como condição para o desenvolvimento das propriedades rurais. (...) Ao lado desta, outras igualmente necessárias – a principiar pela modificação do atual sistema de impostos (CNBB, 1981, p.84-88, grifo no original).

A Igreja assumiria a função de intermediária, influenciando “junto aos grandes proprietários para que façam, eles próprios, pequenas experiências de reforma agrária”¹¹⁰; indicando “os elementos mais aptos a se tornarem proprietários”¹¹¹; colaborando “na preparação de líderes rurais”¹¹²; organizando núcleos de colonização em terras doadas pelos “paroquianos grandes proprietários”¹¹³.

O patronato rural era o grande protagonista e público alvo dessa proposta. Além de apresentar critérios de desapropriação extremamente benéficos a esse grupo, a CNBB caracterizava os latifundiários como dirigentes da reforma da estrutura agrária. Os grandes proprietários deveriam lotear e revender glebas, financiar empreendimentos, fornecer

¹⁰⁷ CNBB, 1981, p.85.

¹⁰⁸ CNBB, 1981, p.84, grifo no original.

¹⁰⁹ CNBB, 1981, p.84.

¹¹⁰ CNBB, 1981, p.82.

¹¹¹ CNBB, 1981, p.82.

¹¹² CNBB, 1981, p.83.

¹¹³ CNBB, 1981, p.83.

equipamentos e assistência técnica; em suma, “realizar experiências locais de reforma agrária, numa contribuição espontânea ao esforço comum de possibilitar – segundo a doutrina social cristã – o acesso à propriedade do maior número possível de famílias rurais”¹¹⁴:

(...) aos grandes proprietários de zonas rurais densamente povoadas, máxime quando ocupadas de culturas extensivas de exportação, a Igreja, confiante, suplica que, a fim de salvar a população circunvizinha do drama das migrações, promovam a divisão racional e justa de parte considerável de suas terras em favor de produtores de gêneros de consumo locais. **É uma maneira inteligente e patriótica de se antecipar às desapropriações oficiais nem sempre bem orientadas** (CNBB, 1981, p.86, grifo nosso).

Diferentemente da pastoral *A Igreja e o Vale do São Francisco*, as conclusões da 2ª Assembleia da CNBB iam de encontro às propostas de desapropriação pensadas pela CNPA. As diretrizes da CNPA tinham como eixos o parágrafo 147, o combate à proletarização do camponês, as peculiaridades regionais, o papel produtor e social da pequena propriedade e, é claro, o fornecimento de alimentos (TAPIA, 1986). O ponto central do projeto proposto pela CNPA foi a proposta de reforma da estrutura fundiária. Para tanto, propôs uma emenda constitucional ao parágrafo 16 do artigo 141, na tentativa de contornar a principal barreira às mudanças na estrutura fundiária do Brasil, mas também previa a desapropriação de terras (incultas, mal cultivadas e/ou adquiridas para fins especulativos) localizadas perto de centros urbanos, além da criação de um sistema de impostos sobre a terra, no intuito de combater a utilização especulativa da terra.

As conclusões do Secretariado Geral também se assemelhavam às apresentadas por Eurico Gaspar Dutra e Nestor Duarte, na década de 1940. No dia 30 de junho de 1947, Dutra enviou ao congresso um projeto de reforma agrária. Esse projeto associava os problemas de abastecimento a baixa qualidade de vida dos trabalhadores rurais, êxodo rural, atraso tecnológico das propriedades rurais, insuficiência dos transportes, degradação do solo e proprietários absenteístas. A proposta de reforma agrária era bastante conservadora e não objetivava qualquer redistribuição das propriedades, já que a existência das grandes propriedades monocultoras não era interpretada como a causa das crises de abastecimento. Além disso, Dutra considerava custoso demais ao Estado desapropriar toda e qualquer grande propriedade (TAPIA, 1986). Partindo desse pensamento conservador, o projeto propunha que a desapropriação só ocorreria quando comprovada a inexistência de exploração da

¹¹⁴ CNBB, 1981, p.83.

propriedade e/ou a utilização inadequada do solo. Depois de constatada a utilização indevida, os proprietários teriam dois anos para melhorar esses aspectos, e só depois desse prazo, se persistisse a improdutividade da propriedade, ocorreria a desapropriação (TAPIA, 1986). Em linhas gerais, o projeto apresentado por Dutra preconizava: a fixação dos trabalhadores rurais na terra, por meio do artigo 156¹¹⁵; a redefinição das relações de arrendamento com o intuito de proteger o arrendatário dos abusos dos proprietários¹¹⁶; a recuperação das terras improdutivas; a utilização do imposto territorial para frear a acumulação de terras; o estímulo a criação de cooperativas de agricultores e criadores; a formação de colônias agrícolas (onde os camponeses teriam acesso a lotes terra, por meio de compra e/ou arrendamento); a criação de colônias escolas (glebas destinadas à exploração coletiva sob o regime assalariado); a utilização adequada do solo; a união dos imóveis rurais desmembrados pela passagem de rodovias e em partilhas familiares; a melhora do sistema de transporte e armazenamento; o estabelecimento de preços mínimos, a fim de estimular a produção; a criação do Banco Rural, a fim de oferecer melhores condições de crédito e, assim, favorecer a pequena produção; o cadastramento das propriedades rurais.

O projeto de Nestor Duarte (UDN)¹¹⁷, por sua vez, buscava articular o aumento da produtividade agrícola com a distribuição de terras aos trabalhadores rurais. Para tanto, propunha a destinação de um quinto da área dos latifúndios improdutivos¹¹⁸ próximos de centros urbanos à agricultura de subsistência, ou à cooperativas destinadas à produção de alimentos (MEDEIROS, 1983). Ou seja, novamente não observamos uma iniciativa de redistribuição das propriedades rurais, mas sim uma preocupação em abastecer as cidades. Segundo Nestor Duarte, três razões faziam desse projeto a etapa preliminar de uma reforma agrária mais “radical”: 1) prepararia o espírito do latifundiário para futuras desapropriações, ao demonstrar que o Estado poderia intervir na sua propriedade; 2) demonstraria a real necessidade de realizar uma reforma agrária mais radical, ao observar se esse um quinto de

¹¹⁵ Esse artigo previa a fixação do homem no campo a partir de planos de colonização e aproveitamento das terras públicas (MEDEIROS, 1983).

¹¹⁶ No que diz respeito ao arrendamento, estipulava-se que: o prazo mínimo para aluguel seria de dois anos, sendo renovado se em até seis meses antes do fim do contrato nenhuma das partes procurasse a outra; o preço do arrendamento só poderia ser decidido em juízo; a retomada do imóvel arrendado só poderia ocorrer mediante a exploração direta do proprietário ou divisão em lotes para venda. Ou seja, a preocupação em manter a produtividade da terra, com pessoas trabalhando na mesma, ditava as diretrizes do arrendamento. Com relação ao sistema de parceria, a participação do proprietário na produção era estipulada em 1/5, quando não fornecesse moradia, e 1/3, quando tivesse preparado a terra para o plantio (desmatando e arando) ou fornecesse os elementos de trabalho. Além disso, no intuito de coibir a ação dos intermediários, o regulamento proibia que o proprietário tivesse preferência ou exercesse qualquer coerção no direcionamento da venda dos arrendatários e parceiros (TAPIA, 1986).

¹¹⁷ O projeto tramitou até 1961, quando se constituiu uma comissão para analisá-lo (MEDEIROS, 1983).

¹¹⁸ Segundo Tapia (1986), Duarte definia como latifúndio produtivo aquele que possuía proporcionalidade entre a sua produção, extensão territorial, capital investido e número de trabalhadores.

terra desapropriado era o suficiente para absorver os trabalhadores rurais sem terra; 3) forneceria tempo para o Estado acumular recursos suficientes para realizar, se necessário, desapropriações de acordo com o artigo 141 (TAPIA, 1986).

A *Declaração dos Bispos do Nordeste* (21 a 26 de maio de 1956) marcou a mudança no trato da questão agrária pelo episcopado (CARVALHO, 1985). Embora continuasse (re)produzindo os referenciais modernizadores, a CNBB, agora, reconhecia a existência da concentração fundiária. Lembremos que dois anos antes, as conclusões da 2ª Assembleia Geral da CNBB destacavam os vazios demográficos, salientando que o problema não era a falta de terras, mas a falta de braços qualificados: “Dada a grande extensão territorial do Brasil, a sua população, a percentagem mínima – 27% do seu território cultivado e ainda a heterogeneidade das condições locais, o problema da área assume aspecto quase secundário”¹¹⁹.

A despeito de, em 1950, quase 3.800.000 nordestinos, com mais de 10 anos de idade (população ativa) se dedicarem a atividades agropecuárias e extrativas, há, todavia, no Nordeste Maior, apenas 742.000 propriedades rurais, o que significa que aproximadamente, três milhões de nordestinos com mais de 10 anos de idade se veem na contingência de trabalhar em terra alheia (CNBB, 1981, p.92).

Do mesmo modo, a *Declaração dos Bispos do Nordeste* abandonou a defesa de um modelo de desapropriação favorável aos interesses patronais, passando a criticar os grandes proprietários que faziam uso especulativo da terra, ao abandonar suas propriedades esperando que as obras públicas de irrigação as valorizassem, para então vendê-las. Além do mais, recomendava a desapropriação prévia dessas áreas para destiná-las àqueles que realmente iriam produzir: “o ideal é favorecer que a terra seja *possuída* por aquele que a cultiva e trabalha”¹²⁰. Afinal, “tornando possível a um número maior de trabalhadores a propriedade das terras que eles trabalham, por vezes através de gerações, se terá um instrumento adequado para conseguir-se um ambiente de estabilidade social”¹²¹. Provavelmente, essa mudança estava relacionada ao avanço das organizações pecebistas pelo campo, que tinham como palavra de ordem e título do seu principal periódico (*Terra Livre*) o lema: “a terra para os que nela trabalham”.

¹¹⁹ CNBB, 1981, p.85.

¹²⁰ CNBB, 1981, p.94, grifo no original.

¹²¹ CNBB, 1981, p.102-103.

Embora tentasse, de forma tímida, se aproximar da linguagem política utilizada pelos trabalhadores rurais, a *Declaração dos Bispos do Nordeste* ainda pautava-se nos termos da harmonia social e buscava manter a boa relação da Igreja com o setor patronal. Por isso, continuava solicitando a compreensão e o cuidado dos mais ricos, os usineiros, para com o “grupo dos menos afortunados da população trabalhadora rural”¹²². Cuidado este que deveria ser materializado a partir da distribuição de pedaços das grandes propriedades a trabalhadores rurais para que produzissem gêneros de subsistência:

(...) permitam que parte de áreas de terras dessas usinas, localizada perto das casas dos trabalhadores e porventura não coberta de canaviais, seja por eles utilizada na produção de gêneros de alimentação básica para eles e suas famílias (CNBB, 1981, p.93).

A busca pelo estreitamento das relações com os proprietários também estava presente na manutenção do argumento que indicava a modernização da agricultura como o melhor caminho para a resolução dos problemas rurais: “é evidente que, no ângulo da atividade rural, não sendo a terra o único fator capaz de resolver, de aliviar ou atenuar o êxodo desordenado”¹²³. Parte significativa dessa declaração foi destinada à elaboração de uma análise sobre os projetos de financiamento implementados na região Nordeste, com ênfase nas ações da Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural (ANCAR), que obteve, em “apenas dois anos (...) resultados muito positivos e promissores, através de um mecanismo de trabalho prático verdadeiramente modular”¹²⁴. A ANCAR foi fundada em 16 de fevereiro de 1954, como parte do processo de expansão da experiência da AIA/ACAR para os estados da Bahia, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Sergipe. Portanto, a ANCAR seguia a estratégia de utilizar o crédito como instrumento para a propagação de conhecimento técnico e mecanização do campo (SILVA, 2015), forma de atuação que ia de encontro à defendida pela Igreja, em diversas das suas cartas pastorais¹²⁵. Por esse motivo, acreditamos que a apologia dessa experiência era uma estratégia argumentativa voltada à legitimação das diretrizes apresentadas pela Igreja.

De igual maneira, na *Declaração dos Arcebispos e Bispos presentes à Reunião das Províncias Eclesiásticas de São Paulo* (1960), a CNBB preocupava-se com a concentração

¹²² CNBB, 1981, p.94.

¹²³ CNBB, 1981, p.92.

¹²⁴ CNBB, 1981, p.98.

¹²⁵ Participaram da criação da ANCAR: o MEC, o ETA, o Banco do Nordeste, o Banco do Brasil, a FAO, a AIA, a Fundação da Casa Popular e o Ministério da Agricultura (MENDONÇA, 2010).

fundiária: “Quando vos disserem que família e propriedade são termos correlatos e daí deduzirem um argumento em favor de vossas propriedades, pensai, também, nas **famílias numerosíssimas sem propriedade**”¹²⁶; “A Igreja prega a harmonia das classes, mas é preciso que sua pregação não encontre barreiras intransponíveis na mentalidade dos que **detêm a concentração dos bens materiais em suas mãos**”¹²⁷. Todavia, percebemos uma mudança no argumento episcopal com relação ao protagonismo desse setor no processo de reforma da estrutura agrária. Os latifundiários não eram mais classificados como os responsáveis por guiar a reforma da estrutura agrária, e sim o Estado – sob a condição de seguir os pressupostos da Revisão Agrária paulista. Caberia ao grande proprietário, apoiar ou não, “uma reforma equilibrada e razoável (e a Revisão Agrária paulista, tal como se acha no Substitutivo do Projeto de lei nº154/60, o é)”¹²⁸.

Cabe uma explanação sobre o projeto de Revisão Agrária. Em março de 1959, Carlos Alberto Carvalho Pinto tomou posse do governo do estado de São Paulo (SILVA, J., 1996). Economista e defensor de uma administração “racional” da máquina pública, Carvalho Pinto lançou o Plano de Ação, uma adaptação estadual do Plano de Metas, com o principal objetivo de promover a modernização industrial e a urbanização do estado. Baseados nas recomendações de organismos internacionais – ONU, Organização dos Estados Americanos (OEA) e FAO –, Carvalho Pinto e seus técnicos acreditavam que essas mudanças ocorreriam após a reconfiguração da estrutura agrária do estado, uma vez que a estrutura agrária baseada na grande propriedade era interpretada como entrave ao desenvolvimento socioeconômico. Para tanto, Carvalho Pinto e seus técnicos criaram o projeto-lei nº 154, popularmente conhecido como “Projeto de Revisão Agrária”, regulamentado pelo Decreto nº 33.328 de abril de 1961. Esse projeto previa a modernização e capitalização do campo a partir do estímulo à pequena propriedade, concessão de créditos, criação de cooperativas e educação técnica, medidas interpretadas como necessárias para a criação de uma “classe média rural” consumidora e a intensificação da produção de alimentos e matéria-prima às indústrias (SILVA, J., 1996; TOLENTINO, 2011). Apesar de Carvalho pensar os problemas do campo pelo viés técnico – entendendo que a pobreza dos trabalhadores rurais era resultado da ausência de modernização e capitalização da agricultura brasileira –, a Revisão Agrária tinha claros dois objetivos políticos. Primeiramente, evitar a expansão comunista, e isso os governistas não faziam questão de esconder, pelo contrário, utilizavam esse discurso para

¹²⁶ CNBB, 1981, p.108, grifo nosso.

¹²⁷ CNBB, 1981, p.107, grifo nosso.

¹²⁸ CNBB, 1981, p.111.

legitimar as ações e angariar apoio dos setores conservadores, como a Igreja. Tolentino destacou, inclusive, que no verso do boletim de divulgação da Revisão Agrária constava a ideia de que a revolução socialista no Brasil só seria suprimida com propostas que oferecessem a verdadeira democracia cristã. O segundo objetivo era acabar com o clientelismo e o poder de barganha que a grande propriedade oferecia aos latifundiários (TOLENTINO, 2011).

Assim como todas as cartas pastorais analisadas nesse capítulo, a *Declaração dos Arcebispos e Bispos presentes à Reunião das Províncias Eclesiásticas de São Paulo* (1960) manifestava a filiação dos bispos ao pensar modernizador, por meio da apologia da Revisão Agrária paulista, classificada como uma iniciativa coerente com as declarações pastorais anteriores e os anseios do Sumo Pontífice: “sentimo-nos felizes de poder afirmar que se trata de documento inspirado nos princípios da doutrina social da Igreja (...) É, no tocante a São Paulo, resposta aos anseios da Santa Igreja quanto a uma reforma da estrutura agrária com a justa medida de salvaguarda do direito de propriedade no seu aspecto individual e na sua função social”¹²⁹. Ademais, a declaração foi encerrada com uma prece que reforçava a necessidade do congresso adotar a Revisão Agrária como modelo:

Guia, Senhor, a experiência que se vai iniciar em São Paulo. Que ela seja o primeiro passo da lei agrária nacional, com todas as diversificações exigidas para a adaptabilidade ao país-continente que nos confiaste. E que ao pensar em termos nacionais tenhamos bastante largueza de alma para entender que temos obrigação de ter coração católico – universal – ao dispor de tanta terra que nos entregaste, nesta hora em que a explosão demográfica do mundo está tornando insustentável a situação de países já superpovoados (CNBB, 1981, p.111).

Parece que a prece rendeu frutos, ao menos no que se refere à adoção da Revisão Agrária como modelo cristão conservador de reforma agrária. O Partido Democrata Cristão (PDC), os círculos operários, D. Carlos Vasconcelos Motta, D. Hélder Câmara e outros movimentos da Igreja congratularam a iniciativa do governador Carvalho Pinto (TOLENTINO, 2011), como o periódico católico *O Nordeste*¹³⁰. Em diversas edições, esse projeto foi apresentado como modelo ideal de “reforma agrária”, pois valorizava o rurícola¹³¹ e tentava solucionar os problemas agrícolas e agrários por meio das instituições políticas

¹²⁹ CNBB, 1981, p.107.

¹³⁰ *O Nordeste* (1922-1967) era um jornal “ideológico” e “doutrinal” (*O Nordeste*, “A missão de ‘O Nordeste’”, 3/3/1961, p.1) ligado ao Arcebispado Metropolitano de Fortaleza.

¹³¹ *O Nordeste*, “A reforma agrária”, 3/1/1961, p.4.

formais. O periódico fazia votos que tal proposta se tornasse a “cobaia em que o Brasil deverá mirar-se”¹³².

2.2. *Encíclica Mater et Magistra* e o capitalismo humanitário

Os discursos episcopais, embora seguissem a mesma estrutura argumentativa, não eram acompanhados de um esforço sistêmico por parte da hierarquia católica. É lugar comum na historiografia apontar o ano de 1961 como marco inicial da atuação sistemática da Igreja no campo brasileiro, atuação esta que seguia as orientações da encíclica *Mater et Magistra* (1961), escrita por João XXIII, o papa “camponês”.

A encíclica (re)produzia diversos pontos do pensamento modernizador. Logo na introdução, destacava a obrigação da Igreja em se preocupar com as necessidades materiais dos seus fiéis, assim como Jesus e o papa Leão XIII fizeram. Não bastava somente ofertar conforto espiritual, era preciso multiplicar o pão¹³³. Para tanto, tornava-se indispensável lutar ao lado daqueles que buscavam superar a divisão internacional do trabalho e as desigualdades produtivas autóctones, utilizando a “subsidiaridade”¹³⁴¹³⁵ e a propagação da ciência¹³⁶ como ferramentas. Ao fazer isso, contribuiriam com a missão de levar o “desenvolvimento” a todos os países, conceito entendido nessa encíclica como processo natural de crescimento econômico alinhado ao bem-estar social, à justiça social e à elevação do padrão de vida¹³⁷.

O Desenvolvimento de Comunidade também foi indicado como mecanismo imprescindível para a conquista do “progresso”, embora aparecesse na encíclica com uma nova alcunha: “socialização”. A socialização seria o momento em que Estado, indivíduos e organizações privadas unir-se-iam, respeitando os limites e direitos uns dos outros, em nome da justiça, da equidade, do bem-estar comum, do desenvolvimento integral das pessoas e do aumento da produção¹³⁸. Sem qualquer discussão sobre a necessidade de realizar profundas reformas estruturais, João XXIII sinalizava que a participação dos trabalhadores nos lucros

¹³² *O Nordeste*, “A reforma agrária”, 3/1/1961, p.4.

¹³³ Ver pontos 4 e 15 do quadro I.

¹³⁴ Ver pontos 53 e 158 do quadro I.

¹³⁵ Esse conceito foi formulado por Pio XI na encíclica *Quadragesimo Anno*. Ademais, como vimos, era a apresentação da ideia de “promoção da autopromoção” nos termos da filosofia católica.

¹³⁶ Ver pontos 54, 55, 56, 57, 71, 80, 156, 159, 162, 164 do quadro I.

¹³⁷ Ver pontos 68, 69 e 74 do quadro I.

¹³⁸ Ver pontos 65, 66, 67, 73 e 76 do quadro I.

das empresas seria a forma mais eficaz para alcançar a harmonia entre capital e trabalho, entretanto, não apresentava como essa participação poderia ser viabilizada, apenas sublinhava que deveria ocorrer, impreterivelmente, naquelas empresas onde a remuneração do trabalhador fosse inferior a um salário mínimo¹³⁹. Ao Estado caberia: garantir a proteção dos trabalhadores urbanos e rurais por meio da previdência social unificada; controlar o preço dos produtos, de maneira que garantisse, ao mesmo tempo, uma qualidade de vida aos produtores e aos trabalhadores urbanos; e assegurar os subsídios técnicos e financeiros para que indivíduos pudessem organizar cooperativas, e empresas tivessem capacidade de atuar em áreas não tão atrativas economicamente, como o meio rural¹⁴⁰¹⁴¹.

A “justiça” aclamada por João XXIII consistia: 1) na implantação do pleno emprego, com salários capazes de proporcionar, aos trabalhadores, “um nível de vida verdadeiramente humano e lhes permita enfrentar com dignidade as responsabilidades familiares”; 2) no fornecimento igualitário de acesso aos bens produtivos, eliminando ou reduzindo “os desequilíbrios entre os setores da agricultura, da indústria e dos serviços”. Cabe ainda destacar que a teologia do desenvolvimento previa o alcance da “justiça” como objetivo principal do desenvolvimento, pois “quando as estruturas, o funcionamento e o condicionalismo de um sistema econômico comprometem a dignidade humana dos que nele trabalham, entorpecem sistematicamente o sentido da responsabilidade ou impedem que a iniciativa pessoal se manifeste”.

No campo, a base para o alcance dessa justiça seria o acesso à pequena propriedade privada¹⁴². Reforçando as teses das encíclicas *Rerum Novarum*, *Quadragesimo Anno* e *Radiomensagem na solenidade de Pentecostes*, o papa João XXIII caracterizava a propriedade privada como um direito natural¹⁴³, cuja função seria garantir a subsistência familiar¹⁴⁴, a independência política¹⁴⁵ e a ascensão socioeconômica dos trabalhadores¹⁴⁶. Sobre o último ponto, o argumento de João XXIII difere daquele que vinha sendo colocado pela doutrina social católica. Preocupado em legitimar o uso da ciência como principal caminho para a melhora do padrão de vida da população, o papa “camponês” destacava que muitos

¹³⁹ Ver pontos 75, 77, 78 e 92 do quadro I.

¹⁴⁰ De acordo com a argumentação da encíclica, pelo fato dos rendimentos agrícolas serem menores que os dos setores industriais, a iniciativa privada não via o campo como um lugar atrativo.

¹⁴¹ Ver pontos 51, 52, 20, 133, 134, 135, 136 e 139 do quadro I.

¹⁴² Ver pontos 84 e 115 do quadro I.

¹⁴³ Ver ponto 114 do quadro I.

¹⁴⁴ Ver ponto 55 do quadro I.

¹⁴⁵ Ver pontos 109 e 112 do quadro I.

¹⁴⁶ Ver ponto 112 do quadro I.

trabalhadores não possuíam mais o desejo de adquirir uma propriedade, já que viviam em um mundo onde a tecnologia garantia melhores condições de vida, e por isso preferiam confiar nos recursos oriundos do trabalho, capacitando-se para manter/assumir postos de trabalho¹⁴⁷.

A formação de cooperativas rurais também era indicada como caminho para o alcance da justiça e da equidade. De acordo com a *Mater et Magistra*, as cooperativas deveriam ser baseadas na “empresa artesanal” e na “exploração agrícola familiar”, cujos integrantes precisariam possuir formação técnica e moral que os possibilitassem entender e operar a volatilidade das demandas pelos produtos e das mudanças tecnológicas – conhecimento que, inclusive, os tornariam aptos a assumirem postos de trabalho nos setores industriais¹⁴⁸. Na encíclica, esse tipo de educação era classificada como “educação de base”. Portanto, é possível perceber que o conceito de educação de base defendido pelo papa João XXIII era o mesmo propagado pela UNESCO. Ainda sobre a “educação de base”, esta era apresentada como um direito natural e inalienável, assim como a mecanização da agricultura¹⁴⁹ e o direito “ao tratamento médico (...) à habitação, ao trabalho, a um repouso conveniente e à recreação”. Ou seja, a encíclica classificava como naturais e universais os pontos considerados essenciais pelos modernizadores.

Seguindo a linha de pensamento da ideologia do Desenvolvimento de Comunidade, João XXIII atribuía ao Estado a função de subsidiar essas cooperativas, garantindo a formação educacional dos integrantes e a implementação de programas creditícios¹⁵⁰.

Reproduzindo a pedra angular do pensamento modernizador, João XXIII concluía que a implantação integrada de cooperativas, a difusão da pequena propriedade, a propagação do conhecimento técnico, a seleção de sementes, a mecanização agrícola, a melhora na infraestrutura produtiva, a assistência sanitária, o estímulo à autopromoção do agricultor e a redução das desigualdades produtivas autóctones aumentariam a produção de alimentos e, por conseguinte, diminuiriam o êxodo rural, melhorariam a qualidade de vida dos trabalhadores rurais, intensificariam a produção industrial e garantiriam o fornecimento de alimentos aos centros urbanos. Ademais, considerava a modernização instrumento fundamental para erradicar o problema fome, visto como resultado do desequilíbrio entre ocupação da terra e

¹⁴⁷ Ver pontos 105, 106 e 107 do quadro I.

¹⁴⁸ Ver pontos 87, 88, 94, 95, 129 e 144 do quadro I.

¹⁴⁹ Ver ponto 195 do quadro I.

¹⁵⁰ Ver pontos 130 e 142 do quadro I.

mão de obra disponível (enquanto alguns países possuíam mais gente que terra, outros disporiam de mais terra que braços)¹⁵¹.

Apesar da (re)produção em larga escala dos argumentos fundadores da ideologia da modernização proposta por Washington, a concepção de modernização presente na encíclica *Mater et Magistra* possuía particularidades. A primeira, abordada nas páginas anteriores, era o foco na justiça social e na equidade. A segunda era o estímulo à organização dos trabalhadores rurais em sindicatos e cooperativas, já que essas instituições seriam capazes de garantir a participação dos trabalhadores nas decisões governamentais, a aplicação de preços justos para os alimentos produzidos e o acesso as benesses dos progressos científicos e técnicos¹⁵². A terceira dizia respeito à crítica ao imperialismo intrínseco às propostas modernizadoras, considerando-o uma “tentação” que poderia ser evitada, bastando os países colocarem a moral e a religião acima dos interesses materiais¹⁵³. Relacionada à última peculiaridade surge a quarta: a Igreja apresentava-se como a única instituição capaz de guiar o processo de modernização, já que, em razão dos seus princípios morais, estava mais preocupada em levar amor ao próximo que explorar riquezas. Essas características podem ser explicadas por meio do argumento de Romano, anteriormente citado: toda ordem que se apresenta absoluta, negando o poder da Igreja (como era a ideologia modernizadora, que considerava a ciência como verdadeiro caminho para a melhora do mundo) é classificada, por ela, como ilegítima e contrária à salvação do homem¹⁵⁴.

Quadro I: Pontos modernizadores da encíclica *Mater et Magistra* (organizados de acordo com a ordem de apresentação na tese).

4. Ao realizar tudo isto, a Santa Igreja põe em prática o mandamento de Cristo, seu Fundador, que se refere sobretudo à salvação eterna do homem, quando diz: “Eu sou o caminho, a verdade e a vida” (*Jo* 14,6) e “Eu sou a luz do mundo” (*Jo* 8,12); mas noutro passo, ao contemplar a multidão faminta, exclamou, num lamento sentido: “Tenho pena de toda esta gente” (*Mc* 8,2); manifestando, assim, como se preocupa também com as exigências materiais dos povos. E não foi só com palavras que o Divino Redentor demonstrou esse cuidado: provou-o igualmente com os exemplos da sua vida, multiplicando, várias vezes, por milagres, o pão que havia de saciar a fome da multidão que o seguia.

15. Coube a Leão XIII, nos momentos difíceis daquele conflito, publicar a sua mensagem social, baseada na consideração da natureza humana e informada pelas normas e o espírito do Evangelho; mensagem que, desde que foi conhecida, se bem não faltassem oposições compreensíveis, suscitou universal admiração e entusiasmo. Certamente, não era a primeira vez que a Sé Apostólica descia à arena, em defesa dos interesses materiais dos menos favorecidos. Outros documentos do mesmo Leão XIII tinham já preparado o caminho; mas, desta vez, formulava-se uma síntese orgânica dos princípios e desenhava-se uma perspectiva histórica tão ampla, que fizeram da encíclica *Rerum Novarum* um verdadeiro resumo do catolicismo no campo econômico-social.

¹⁵¹ Ver pontos 143,155, 184, 185, 188, 123, 126 e 128 do quadro I.

¹⁵² Ver pontos 99, 142 e 145 do quadro I.

¹⁵³ Ver pontos 171 e 172 do quadro I.

¹⁵⁴ Ver pontos 99, 142, 145, 171 e 172 do quadro I.

53. A ação desses poderes, que deve ter caráter de orientação, de estímulo, de coordenação, de suplência e de integração, há de inspirar-se no “princípio de subsidiariedade”, formulado por Pio XI na encíclica *Quadragesimo Anno*: “Deve contudo manter-se firme o princípio importantíssimo em filosofia social: do mesmo modo que não é lícito tirar aos indivíduos, a fim de o transferir para a comunidade, aquilo que eles podem realizar com as forças e a indústria que possuem, é também injusto entregar a uma sociedade maior e mais alta o que pode ser feito por comunidades menores e inferiores. Isto seria, ao mesmo tempo, grave dano e perturbação da justa ordem da sociedade; porque o objeto natural de qualquer intervenção da mesma sociedade é ajudar de maneira supletiva os membros do corpo social, e não destruí-los e absorvê-los”.

158. É bem claro que o dever, sempre proclamado pela Igreja, de ajudar quem se debate com a indigência e a miséria, devem-no sentir mais intensamente os católicos, pelo motivo nobilíssimo de serem membros do corpo místico de Cristo. O Apóstolo São João proclama: “Nisto conhecemos o Amor: ele deu a sua vida por nós. E nós também devemos dar a nossa vida pelos irmãos. Se alguém, possuindo os bens deste mundo, vê o seu irmão na necessidade e lhe fecha o coração, como permanecerá nele o amor de Deus?” (1 Jo 3,16-17).

54. É verdade que hoje os progressos dos conhecimentos científicos e das técnicas de produção oferecem aos poderes públicos maiores possibilidades concretas de reduzir os desequilíbrios entre os diferentes fatores produtivos, entre as várias zonas no interior dos países e entre as diversas nações no plano mundial. Permitem, além disso, limitar as oscilações nas alternativas das situações econômicas e enfrentar com esperança de resultados positivos os fenômenos do desemprego das massas. Por conseguinte, os poderes públicos, responsáveis pelo bem comum, não podem deixar de sentir-se obrigados a exercer no campo econômico uma ação multiforme, mais vasta e mais orgânica; como também a adaptar-se, para este fim, às estruturas e competências, nos meios e nos métodos.

55. Mas é preciso reafirmar sempre o princípio que a presença do Estado no campo econômico, por mais ampla e penetrante que seja, não pode ter como meta reduzir cada vez mais a esfera da liberdade na iniciativa pessoal dos cidadãos; mas, deve, pelo contrário, garantir a essa esfera a maior amplitude possível, protegendo efetivamente, em favor de todos e de cada um, os direitos essenciais da pessoa humana. Entre estes há de enumerar-se o direito, que todos têm, de serem e permanecerem normalmente os primeiros responsáveis pela manutenção própria e da família; ora, isso implica que, nos sistemas econômicos, se consinta e facilite o livre exercício das atividades produtivas.

56. Aliás, até a evolução histórica põe em evidência cada vez maior o fato de se não poder conseguir uma convivência ordenada e fecunda sem a colaboração, no campo econômico, ao mesmo tempo dos cidadãos e dos poderes públicos; colaboração simultânea realizada harmonicamente, em proporções correspondentes às exigências do bem comum no meio das situações variáveis e das vicissitudes humanas.

57. De fato, a experiência ensina que, onde falta a iniciativa pessoal dos indivíduos, domina a tirania política; e há ao mesmo tempo estagnação nos setores econômicos, destinados a produzir sobretudo a gama indefinida dos bens de consumo e de serviços que se relacionam não só com as necessidades materiais mas também com as exigências do espírito: bens e serviços que exigem, de modo especial, o gênio criador dos indivíduos.

71. Julgamos, pois, dever nosso armar uma vez mais que a retribuição do trabalho, assim como não pode ser inteiramente abandonada às leis do mercado, também não pode fixar-se arbitrariamente; há de estabelecer-se segundo a justiça e a equidade. É necessário que aos trabalhadores se dê um salário que lhes proporcione um nível de vida verdadeiramente humano e lhes permita enfrentar com dignidade as responsabilidades familiares. É preciso igualmente que, ao determinar-se a retribuição, se tenham em conta o concurso efetivo dos trabalhadores para a produção, as condições econômicas das empresas e as exigências do bem comum nacional. Considerem-se de modo especial as repercussões sobre o emprego global das forças de trabalho dentro do país inteiro, e ainda as exigências do bem comum universal, isto é, as que dizem respeito às comunidades internacionais, de natureza e extensão diversas.

80. São exigências do bem comum no plano mundial: evitar qualquer forma de concorrência desleal entre as economias dos vários países; favorecer a colaboração entre as economias nacionais por meio de

convênios eficazes; cooperar para o desenvolvimento econômico dos países menos prósperos.
156. O maior problema da época moderna talvez seja o das relações entre as comunidades políticas economicamente desenvolvidas e as que se encontram em vias de desenvolvimento econômico; as primeiras, por conseguinte, com alto nível de vida, as outras, em condições de escassez ou de miséria. A solidariedade, que une todos os seres humanos e os torna membros de uma só família, impõe aos países, que dispõem com exuberância de meios de subsistência, o dever de não permanecerem indiferentes diante das comunidades políticas cujos membros lutam contra as dificuldades da indigência, da miséria e da fome, e não gozam dos direitos elementares da pessoa humana. Tanto mais que, dada a interdependência cada vez maior entre os povos, não é possível que entre eles reine uma paz durável e fecunda, se o desnível das condições econômicas e sociais for excessivo.
159. Vemos, pois, com agrado, que as nações dotadas de sistemas econômicos altamente produtivos prestam ajuda às comunidades políticas em fase de progresso econômico, para que estas cheguem, com menor dificuldade, a melhorar as próprias condições de vida.
162. Os auxílios de urgência, ainda que obedeçam a um dever de humanidade e de justiça, não bastam para eliminar, nem sequer para diminuir, as causas que, num considerável número de países, determinam um estado permanente de indigência, de miséria, ou de fome. Essas causas encontram-se, principalmente, no primitivismo ou atraso dos sistemas econômicos. Por isso não se podem eliminar ou diminuir senão por meio de uma colaboração multiforme, destinada a fazer adquirir aos seus cidadãos as habilitações profissionais e as competências científicas e técnicas; e a fornecer os capitais indispensáveis para iniciar e acelerar o progresso econômico segundo critérios e métodos modernos.
164. Organismos mundiais e regionais, Estados, fundações, sociedades particulares, oferecem cada vez mais a esses países a sua própria cooperação técnica em todos os setores da produção; e proporcionam a milhares de jovens ocasião de irem estudar nas universidades das nações mais adiantadas e adquirir uma formação científica, técnica e profissional atualizada. Ao mesmo tempo, instituições bancárias mundiais, Estados, e entidades particulares fornecem capitais e dão ou contribuem para dar vida a uma rede cada vez mais extensa de iniciativas econômicas dentro das nações ainda em vias de desenvolvimento. Apraz-nos aproveitar a oportunidade para manifestarmos o nosso sincero apreço por semelhante obra, rica de frutos. Mas não podemos deixar de observar que a cooperação científica, técnica e econômica, entre as comunidades políticas mais adiantadas e aquelas que se encontram ainda na fase inicial ou a caminho do progresso, exige uma expansão maior ainda que a atual; e é para desejar que essa expansão nos próximos decênios chegue a caracterizar as relações intercomunitárias.
68. Amargura profunda invade o nosso espírito diante do espetáculo tristíssimo de inumeráveis trabalhadores em muitas nações e continentes inteiros, os quais recebem um salário que os submete, a eles e às famílias, a condições de vida infra-humanas. Isto deve-se também a estar nos seus primórdios, ou numa fase de insuficiente desenvolvimento, o processo da industrialização nessas nações e continentes.
69. Mas, em alguns desses países, a abundância e o luxo desenfreado de uns poucos privilegiados contrasta, de maneira estridente e ofensiva, com as condições de mal-estar extremo da maioria; noutras nações obriga-se a atual geração a viver privações desumanas para o poder econômico nacional crescer segundo um ritmo de aceleração que ultrapassa os limites marcados pela justiça e pela humanidade; e noutras, parte notável do rendimento nacional consome-se em reforçar ou manter um mal-entendido prestígio nacional, ou gastam-se somas altíssimas nos armamentos.
74. A própria economia nacional – nota sabiamente o nosso predecessor Pio XII – assim como é fruto da atividade de homens que trabalham unidos na comunidade política, assim não tende senão a assegurar, sem interrupção, as condições materiais em que poderá desenvolver-se plenamente a vida individual dos cidadãos. Onde isto se conseguir, e de modo duradouro um povo será, de verdade, economicamente rico, porque o bem-estar geral, e, por conseguinte, o direito pessoal de todos ao uso dos bens terrenos encontra-se deste modo realizado conforme o plano estabelecido pelo Criador. Daí segue-se que a riqueza econômica de um povo não depende só da abundância global dos bens, mas também, e mais ainda, da real e eficaz distribuição deles segundo a justiça, para tornar possível a melhoria do estado pessoal dos membros da sociedade: é este o fim verdadeiro da economia nacional.
65. Para o conseguir, requer-se, porém, que as autoridades públicas se tenham formado, e realizem

praticamente, uma concepção exata do bem comum; este compreende o conjunto das condições sociais que permitem e favorecem nos homens o desenvolvimento integral da personalidade. E cremos necessário, além disso, que os corpos intermediários e as diversas iniciativas sociais, em que sobretudo procura exprimir-se e realizar-se a socialização, gozem de uma autonomia efetiva relativamente aos poderes públicos, e vão no sentido dos seus interesses específicos, com espírito de leal colaboração mútua e de subordinação às exigências do bem comum. Nem é menos necessário que os ditos corpos apresentem forma e substância de verdadeiras comunidades; isto é, que os seus membros sejam considerados e tratados como pessoas, e estimulados a participar ativamente na vida associativa.

66. As organizações da sociedade contemporânea desenvolvem-se, e a ordem dentro delas consegue-se, cada vez mais, graças a um equilíbrio renovado: exigência, por um lado, de colaboração autônoma prestada por todos, indivíduos e grupos; e, por outro lado, coordenação no devido tempo e orientação promovidas pelas autoridades públicas.

67. Se a socialização se praticasse em conformidade com as leis morais indicadas, não traria, por sua natureza, perigos graves de vir a oprimir os indivíduos. Pelo contrário, ajudaria a que nestes se desenvolvessem as qualidades próprias da pessoa humana. Reorganizaria até a vida comum, tal como a apresentava o nosso predecessor Pio XI na encíclica *Quadragesimo Anno*: condição indispensável para a satisfação das exigências da justiça social.

73. Enquanto as economias dos vários países se desenvolvem rapidamente, com ritmo ainda mais intenso neste último após guerra, julgamos oportuno lembrar um princípio fundamental. O progresso social deve acompanhar e igualar o desenvolvimento econômico, de modo que todas as categorias sociais tenham parte nos produtos obtidos em maior quantidade. É preciso, pois, vigiar com atenção e trabalhar eficazmente para que os desequilíbrios econômicos e sociais não cresçam, antes, quanto possível, se vão atenuando.

75. Não podemos deixar de aludir ao fato de que hoje, em muitas economias, as médias e grandes empresas conseguem com frequência aumentar rápida e consideravelmente a capacidade produtiva por meio do autofinanciamento. Nestes casos, cremos poder afirmar que aos trabalhadores se deve reconhecer um título de crédito nas empresas em que trabalham, especialmente se ainda lhes toca uma retribuição não superior ao salário mínimo.

76. A este propósito convém recordar o princípio exposto pelo nosso predecessor Pio XI na encíclica *Quadragesimo Anno*: “É completamente falso atribuir só ao capital, ou só ao trabalho, aquilo que se obtém com a ação conjunta de um e de outro, e é também de todo injusto que um deles, negando a eficácia do contributo do outro, se arrogue somente a si tudo o que se realiza”.

77. A essa exigência de justiça pode satisfazer-se de diversas maneiras que a experiência sugere. Uma delas, e das mais desejáveis, consiste em fazer que os trabalhadores possam chegar a participar na propriedade das empresas, da forma e no grau mais convenientes. Pois nos nossos dias, mais ainda que nos tempos do nosso predecessor, “é necessário procurar com todo o empenho que, para o futuro, os capitais ganhos, não se acumulem nas mãos dos ricos senão na justa medida, e se distribuam com certa abundância entre os operários”.

78. Devemos ainda recordar que o equilíbrio entre a remuneração do trabalho e o rendimento deve conseguir-se em harmonia com as exigências do bem comum, tanto da comunidade nacional como de toda a família humana.

92. Ora, isto exige que as relações entre empresários e dirigentes, por um lado, e trabalhadores, por outro, sejam caracterizadas pelo respeito, pela estima e compreensão, pela colaboração leal e ativa, e pelo amor da obra comum; e que o trabalho seja considerado e vivido por todos os membros da empresa, não só como fonte de lucros, mas também como cumprimento de um dever e prestação de um serviço. O que supõe, também, poderem os trabalhadores fazer ouvir a sua voz e contribuir para o bom funcionamento e o progresso da empresa.

51. Devemos armar desde já que o mundo econômico é criação da iniciativa pessoal dos cidadãos, quer desenvolvam a sua atividade individualmente, quer façam parte de alguma associação destinada a promover interesses comuns.

<p>52. Mas nele, pelas razões já aduzidas pelos nossos predecessores, devem intervir também os poderes públicos com o fim de promoverem devidamente o acréscimo de produção para o progresso social e em benefício de todos os cidadãos.</p>
<p>20. O Estado, cuja razão de ser é a realização do bem comum na ordem temporal, não pode manter-se ausente do mundo econômico; deve intervir com o fim de promover a produção de uma abundância suficiente de bens materiais, “cujo uso é necessário para o exercício da virtude”; e também para proteger os direitos de todos os cidadãos, sobretudo dos mais fracos, como são os operários, as mulheres e as crianças. De igual modo, é dever seu indeclinável contribuir ativamente para melhorar as condições de vida dos operários.</p>
<p>133. Pelas razões acima indicadas, os possuidores de capitais são pouco inclinados a investimentos neste setor, tendendo mais a investi-los noutros domínios. Assim, acontece que a agricultura não pode pagar juros elevados; e ordinariamente nem sequer os juros habituais, para encontrar os capitais necessários ao seu desenvolvimento e ao exercício normal das suas atividades. Por conseguinte, exige o bem comum que se aplique à agricultura uma política especial de crédito que assegure aos lavradores esses capitais a uma taxa razoável de juros.</p>
<p>134. (...) Pelo simples fato de o rendimento agrícola <i>pro capite</i> ser geralmente inferior ao dos setores da indústria e dos serviços públicos, não seria conforme à justiça social e à equidade estabelecer sistemas e seguros sociais ou de previdência social em que os lavradores e respectivas famílias se vissem notavelmente menos bem tratados que os setores da indústria e dos serviços. Julgamos, porém, que a política social deve ter como objetivo proporcionar aos cidadãos um regime de seguro que não apresente diferenças notáveis, qualquer que seja o setor econômico em que trabalham ou de cujos rendimentos vivem.</p>
<p>135. Os sistemas de seguros sociais e de previdência social podem contribuir eficazmente para uma distribuição do rendimento total de um país, segundo critérios de justiça e de equidade; e podem, portanto, considerar-se como instrumento para reduzir os desequilíbrios dos níveis de vida entre as várias categorias de cidadãos.</p>
<p>136. Dada à natureza dos produtos agrícolas, é necessário aplicar-lhes uma disciplina eficaz na defesa dos preços, utilizando para tal fim os diversos recursos que hoje pode fornecer a técnica econômica. Seria muito desejável que esta disciplina fosse sobretudo obra das pessoas interessadas; não pode porém dispensar-se a ação reguladora dos poderes públicos.</p>
<p>139. Verdade é que os produtos agrícolas estão destinados a prover antes de tudo às necessidades humanas primárias; por isso, devem os preços ser tais, que os tornem acessíveis a todos os consumidores. Todavia, é claro que não pode aduzir-se este motivo para forçar uma categoria inteira de cidadãos a permanecer num estado de inferioridade econômica e social, privando-a de um poder de compra, indispensável a um nível de vida digno; o que seria evidentemente contrário ao bem comum.</p>
<p>84. Não é possível determinar, em pormenor, quais as estruturas do sistema econômico que melhor correspondem à dignidade humana e mais eficazmente desenvolvem o sentido da responsabilidade. Contudo, o nosso predecessor Pio XII indica oportunamente esta diretriz: “A propriedade agrícola pequena e média, a artesanal e profissional, comercial e industrial, deve ser assegurada e promovida; as uniões cooperativistas devem garantir-lhes as vantagens próprias da grande exploração; e nas grandes explorações deve ficar aberta a possibilidade de suavizar o contrato de trabalho pelo contrato da sociedade”.</p>
<p>55. (...) em favor de todos e de cada um, os direitos essenciais da pessoa humana. Entre estes há de enumerar-se o direito, que todos têm, de serem e permanecerem normalmente os primeiros responsáveis pela manutenção própria e da família; ora, isso implica que, nos sistemas econômicos, se consinta e facilite o livre exercício das atividades produtivas.</p>
<p>109. Essa dúvida não tem razão de ser. O direito de propriedade privada, mesmo sobre bens produtivos, tem valor permanente, pela simples razão de ser um direito natural fundado sobre a prioridade ontológica e finalista de cada ser humano em relação à sociedade. Seria, aliás, inútil insistir na livre iniciativa pessoal em campo econômico se a essa iniciativa não fosse permitido dispor livremente dos meios</p>

<p>indispensáveis para se afirmar. Além disso, a história e a experiência provam que, nos regimes políticos que não reconhecem o direito de propriedade privada sobre os bens produtivos, são oprimidas ou sufocadas as expressões fundamentais da liberdade; é legítimo, portanto, concluir que estas encontram naquele direito garantia e incentivo.</p>
<p>112. Observamos também que hoje as economias, em muitos países, vão aumentando rapidamente a própria eficiência produtiva. Mas, crescendo o rendimento, exigem a justiça e a equidade, como já se viu, que seja também elevada a remuneração do trabalho, dentro dos limites consentidos pelo bem comum. Isto dará aos trabalhadores maior facilidade de poupar e constituir um patrimônio. Não se compreende, portanto, como se pode contestar o caráter natural de um direito que encontra a sua principal fonte e o seu alimento perpétuo na fecundidade do trabalho; que constitui um meio apropriado para a afirmação da pessoa humana e para o exercício da responsabilidade em todos os campos; e que é elemento de estabilidade serena para a família, e de pacífico e ordenado progresso na convivência social.</p>
<p>113. Não basta afirmar que o caráter natural do direito de propriedade privada se aplica também aos bens produtivos; é necessário ainda insistir para que ela se difunda efetivamente entre todas as classes sociais.</p>
<p>114. Como afirma o nosso predecessor Pio XII, a dignidade da pessoa humana “exige normalmente, como fundamento natural para a vida, o direito ao uso dos bens da terra, ao qual corresponde a obrigação fundamental de conceder uma propriedade privada, na medida do possível a todos” e, por outro lado, entre as exigências que derivam da nobreza moral do trabalho, encontra-se também “a da conservação e do aperfeiçoamento de uma ordem social que torne possível e assegure a todas as classes do povo a propriedade privada, embora seja modesta”.</p>
<p>115. Ainda mais se deve urgir a difusão da propriedade num tempo como o nosso, em que, como já se indicou, mais numerosos são os países que desenvolvem rapidamente os próprios sistemas econômicos. Por isso, utilizando os vários recursos técnicos de eficiência comprovada, não é difícil promover iniciativas e exercer uma política econômica e social que mente e facilite difusão mais extensa da propriedade particular dos bens de consumo duráveis, da habitação, das terras, das ferramentas dos artífices e alfaias da casa agrícola e de ações nas médias e grandes empresas. Alguns países, economicamente prósperos e socialmente avançados, já o estão experimentando com feliz resultado.</p>
<p>105. É verdade que hoje já há um bom número de cidadãos, e cada dia vão sendo mais, que, dados em organismos de seguros ou de previdência social, olham com serenidade para o futuro: serenidade que, em outros tempos, se fundava sobre a posse de patrimônios, embora fossem modestos.</p>
<p>106. Por último, observe-se que nos nossos dias o homem aspira mais a conseguir habilitações profissionais do que tornar-se proprietário de bens; e tem maior confiança nos recursos que provém do trabalho ou no direito baseado no mesmo, do que em rendimentos vindos do capital ou em direitos nele fundados.</p>
<p>107. Isso encontra-se, aliás, em harmonia com a nobreza do trabalho como afirmação imediata da pessoa diante do capital, que é, por sua natureza, instrumento. Esta mudança de mentalidade há de considerar-se, portanto, um progresso na civilização humana.</p>
<p>87. Antes de mais, é preciso notar que ambas as empresas, para conseguirem viver, devem adaptar-se constantemente nas estruturas, no funcionamento e nos tipos de produtos às situações sempre novas, determinadas pelos progressos das ciências e das técnicas, e ainda pela variação nas exigências e preferências dos consumidores. Adaptação que tem de realizar, primeiro que todos, o artesanato e os sócios das cooperativas.</p>
<p>88. Para este fim, é necessário que uns e outros possuam uma boa formação não só técnica mas também humana, e se encontrem organizados profissionalmente; e é também indispensável que se exerça uma política econômica apropriada, no que diz respeito sobretudo à instrução, ao regime fiscal, ao crédito e à previdência social.</p>
<p>94.(...) Apesar disso, não se pode negar que os regimes econômicos, sob o impulso do progresso científico e técnico, se vão hoje modernizando e tornando mais eficientes, a um ritmo muito mais rápido que antigamente. Isto exige dos trabalhadores aptidões e habilitações profissionais mais elevadas. Ao mesmo tempo e como consequência, encontram eles a sua disposição maior número de meios e mais</p>

extensas margens de tempo, para se instruírem e atualizarem e para aperfeiçoarem a própria cultura e a formação moral e religiosa.
95. Torna-se também possível aumentar os anos destinados à educação de base e à formação profissional das novas gerações.
129. Deste modo, julgamos que se tornaria menos difícil regulamentar, tanto nas regiões donde parte como naquelas a que se dirige o movimento da mão de obra, libertada pela modernização progressiva da agricultura; e seria possível dar-lhe a formação profissional requerida para a sua proveitosa inserção nos outros setores produtivos, bem como ajuda econômica e a preparação e assistência espiritual, necessárias à sua integração na sociedade.
144. Esse trabalho manifesta igualmente a dignidade dos que o realizam e distingue-se pela riqueza dos conhecimentos de mecânica, química e biologia que exige; conhecimentos que devem atualizar-se constantemente, tantas são as repercussões dos progressos técnicos e científicos no setor agrícola. E, igualmente, um trabalho caracterizado pelos aspectos e valores morais que lhe são próprios, pois exige agilidade na orientação e adaptação, paciência na espera, sentido da responsabilidade, espírito perseverante e empreendedor.
195. No Gênesis lembra-se como Deus impôs aos primeiros seres humanos dois mandamentos: o de transmitir a vida: “Crescei e multiplicai-vos” (<i>Gn</i> 1,28) e o de dominar a natureza: “Enchei a terra e submetei-a” (<i>Gn</i> 1,28): mandamentos que se completam mutuamente.
130. Para se obter progresso econômico harmonioso entre todos os setores produtivos, requer-se uma política econômica hábil no campo agrícola no que se refere ao regime fiscal, ao crédito, à previdência social, à defesa dos preços, ao fomento de indústrias complementares e à modernização dos estabelecimentos.
142. É oportuno, aliás, insistir em que a empresa de dimensões familiares será viável somente se dela puder obter-se um nível de vida digno para a família. Para isso, torna-se indispensável que os cultivadores sejam instruídos, modernizados continuamente e assistidos na técnica da sua profissão. É também indispensável que eles estabeleçam ampla rede de instituições cooperativistas, estejam profissionalmente organizados, e tomem parte ativa na vida pública, tanto nos organismos administrativos como nos movimentos políticos.
143. Estamos convencidos que os protagonistas do progresso econômico e social e da elevação cultural nos meios rurais devem ser os mesmos interessados, quer dizer, os lavradores. Podem facilmente convencer-se de quanto é nobre o seu trabalho: vivem no templo majestoso da criação; estão em relações frequentes com a vida animal e vegetal, inesgotável nas expressões e inflexível nas leis, a qual lembra constantemente a Providência do Criador; das suas mãos, por assim dizer, brotam, em toda a sua variedade, os alimentos que sustentam a família humana; e com elas proporcionam à indústria um número cada vez maior de matérias-primas.
155. Queremos contudo manifestar desde já a nossa sincera estima pela obra eminentemente benéfica que vem realizando a Organização das Nações Unidas a favor da alimentação e da agricultura (FAO), fomentando relações fecundas entre os povos, promovendo a modernização das culturas sobretudo nas nações em vias de desenvolvimento, aliviando o mal-estar das populações subalimentadas.
184. Nestes últimos tempos, surge a cada passo o problema da relação entre os aumentos demográficos, o progresso econômico e a disponibilidade de meios de subsistência, tanto no plano mundial, como nas comunidades políticas em vias de desenvolvimento econômico.
185. No plano mundial, observam alguns que, segundo cálculos estatísticos considerados sérios, a família humana, dentro de poucos decênios, chegará a números muito elevados, ao passo que o desenvolvimento econômico prosseguirá com ritmo menos acelerado. Daqui concluem que a desproporção entre o povoamento e os meios de subsistência, num futuro não longínquo, se fará sentir de maneira aguda, se não se tratar devidamente de limitar o aumento demográfico.
188. Além disso, Deus, na sua bondade e sabedoria, espalhou pela natureza recursos inesgotáveis e deu aos homens inteligência e gênio capazes de inventar os instrumentos aptos para com eles se poderem encontrar os bens necessários à vida. Por isso, a solução fundamental do problema não deve procurar-se

<p>em expedientes que ofendem a ordem moral estabelecida por Deus e atacam os próprios mananciais da vida humana, mas num renovado esforço científico e técnico, por parte do homem, no sentido de aperfeiçoar e estender cada vez mais o seu domínio sobre a natureza. Os progressos já realizados pelas ciências e técnicas abrem, nesta direção, horizontes ilimitados.</p>
<p>123. Sabemos que, à medida que uma economia progride, diminui a mão de obra empregada na agricultura, aumenta a percentagem dos que trabalham na indústria e nos vários serviços. Pensamos, contudo, que o êxodo da população, do setor agrícola para outros setores produtivos, não é provocado somente pelo progresso econômico. Deve-se a múltiplas outras razões, como a vontade de fugir de um ambiente considerado fechado e sem futuro; a sede de novidades e aventuras, que domina a geração presente; a esperança de enriquecimento rápido; a miragem de uma vida mais livre, com os meios e facilidades que oferecem os aglomerados urbanos. Mas julgamos que não se pode duvidar de que este êxodo é também provocado pelo fato de ser o setor agrícola, quase em toda a parte, um setor deprimido, tanto no que diz respeito ao índice de produtividade da mão de obra, como pelo que se refere ao nível de vida das populações rurais.</p>
<p>126. Primeiramente, é indispensável que exista o empenho, sobretudo por parte dos poderes públicos, em que, nos ambientes agrícolas, se desenvolvam, como convém, os serviços essenciais: estradas, transportes, comunicações, água potável, alojamento, assistência sanitária, instrução elementar, formação técnica e profissional, boas condições para a vida religiosa, meios recreativos, e tudo o que requer a casa rural em mobiliário e modernização. Se faltarem nos meios rurais estes serviços, que hoje são elementos constitutivos de um nível de vida digno, o desenvolvimento econômico e o progresso social vêm a tornar-se quase impossíveis ou demasiado lentos. Donde resulta que o êxodo da população rural se torna praticamente inevitável e dificilmente se consegue discipliná-lo.</p>
<p>128. A agricultura chegará assim a absorver maior quantidade de bens industriais e a requerer serviços mais qualificados. Por sua vez, oferecerá aos outros dois setores e à comunidade inteira produtos que melhor correspondam, em quantidade e qualidade, às exigências do consumo; e contribuirá para a estabilização da moeda, elemento positivo para o progresso ordenado do sistema econômico total.</p>
<p>99. Todavia, as resoluções, que mais influem no conjunto, não são tomadas pelo organismo produtivo, mas sim pelos poderes públicos ou por instituições de alcance mundial, regional ou nacional, pertencentes à economia ou à produção. Daqui a oportunidade, ou mesmo necessidade, de fazerem parte desses poderes ou instituições, além dos que fornecem os capitais ou dos seus representantes, também os trabalhadores ou quem lhes representa os direitos, exigências e aspirações.</p>
<p>142. (...) tomem parte ativa na vida pública, tanto nos organismos administrativos como nos movimentos políticos.</p>
<p>145. Repare-se ainda que, no setor agrícola, como aliás em qualquer outro setor produtivo, a associação é atualmente uma exigência vital; e muito mais, quando o setor se baseia na empresa familiar. Os trabalhadores da terra devem sentir-se solidários uns dos outros, e colaborar na criação de iniciativas cooperativistas e associações profissionais ou sindicais. Uma e outras são necessárias para tirar proveito dos progressos científicos e técnicos na produção, contribuir eficazmente para a defesa dos preços, e chegar a um plano de igualdade com as profissões, ordinariamente organizadas dos outros setores produtivos; e para que a agricultura consiga fazer-se ouvir no campo político e junto dos órgãos da administração pública. Porque hoje as vozes isoladas quase não têm possibilidade de chamarem sobre si as atenções, e muito menos de se fazerem atender.</p>
<p>171. Onde quer que isto se verifique, deve-se declarar explicitamente que estamos diante de nova forma de colonialismo, a qual, por mais habilmente que se disfarce, não deixará de ser menos dominadora do que a antiga, que muitos povos deixaram recentemente. E essa nova forma prejudicaria as relações internacionais, constituindo ameaça e perigo para a paz mundial.</p>
<p>172. É, portanto, indispensável e justo que a mencionada cooperação técnica e financeira se preste com o mais sincero desinteresse político. Deve ter apenas em vista colocar essas comunidades, que pretendem desenvolver-se, em condições de realizarem por si mesmas a própria elevação econômica e social.</p>

2.3. Ações modernizadoras da Igreja na América Latina

Dizer que a atuação sistemática da Igreja no campo iniciou-se no ano de 1961 não nos permite concluir que, até então, o alinhamento entre a Igreja e a ideologia da modernização acontecia apenas na esfera discursiva. Nas décadas de 1940 e 1950, a Igreja já participava da implementação de projetos modernizadores no campo, principalmente na América Latina. No caso do Brasil, podemos destacar:

- a) O apoio à CNER – em 1956, a CNER tinha fundado 45 Centros Sociais, 16 deles no Rio Grande do Norte, sob direção do Serviço de Assistência Rural (SAR) (AMMANN, 2003);
- b) O apoio à SUDENE – a presença do capital monopolista alterou substancialmente as relações socioeconômicas no campo, proporcionando, a partir da expropriação, a transformação dos posseiros em trabalhadores diaristas (SINGER, 1984). Em resposta, os posseiros se articularam politicamente. A articulação política dos posseiros contra a sua proletarianização alterou “as relações de poder tradicionalmente estabelecidas e introduziram os camponeses como novos atores na cena política” (MEDEIROS, 1983, p.38). A região onde tais mudanças tomaram proporções mais radicais foi no Nordeste (GRYNZPAN, 1987). E isso mobilizou JK a desenvolver uma agência específica para aquela região, a SUDENE. A criação da SUDENE resultou da iniciativa do governo JK de transformar um problema nacional em regional, ignorando que as lutas por terra no Brasil não estavam restritas ao Nordeste (MEDEIROS, 1983). O objetivo era solucionar a desigualdade Norte-Sul que havia se estabelecido com o desenvolvimento da indústria no Brasil. O secretário executivo dessa autarquia era o economista Celso Furtado. Para Furtado, a realização de uma reforma agrária aumentaria o fornecimento de alimentos para as cidades e de matérias-primas para indústria; além disso, ampliaria o mercado interno de bens manufaturados ao aumentar o poder de consumo de pequenos e médios proprietários rurais (TOLEDO, 2004). A SUDENE não empreendeu a reforma agrária defendida por Furtado, mas iniciou ações que tinham o objetivo de aumentar a produção agrícola, como os projetos de colonização do Maranhão e de cultivo de plantas resistentes à seca. A Igreja apoiava esse projeto por

- considerá-lo capaz de viabilizar o crescimento econômico da região e promover a justiça social (ROMANO, 1979);
- c) A contribuição de membros da Igreja às atividades da ACAR (SILVA, 2015);
 - d) A participação de D. Helder Câmara no “grupo de trabalho sobre o Estatuto da Terra” criado, em abril de 1961, pelo presidente Jânio Quadros (CAMARGO, 2007);
 - e) A relação dos circulistas cearenses com o SSR – os círculos operários estavam presentes em quase todos os municípios do interior cearense cuja atividade principal era a agrícola (por exemplo, em 1953, dos 88 círculos operários, 70 estavam localizados no interior) (SANTOS, 2004). Por essa razão, os círculos operários tiveram importante papel na organização dos trabalhadores rurais em torno dos sindicatos católicos. Para instrumentalizar essa organização, os circulistas cearenses utilizaram o SSR (ALBUQUERQUE, 1991; SANTOS, 2004; SOUZA, 2005). Por meio do SSR, os circulistas ofereceriam cursos técnicos e profissionalizantes, que tinham como principal objetivo a vigilância ideológica dos trabalhadores rurais (SANTOS, 2004; SOUZA, 2005).

Ao lançarmos um olhar mais atento sobre essas ações é possível encontrar as sementes da articulação internacional católica em torno da modernização do campo. Vejamos o caso do SAR.

As rádios-educadoras não foram criadas pelo MEB. Experiências nacionais e internacionais serviram de referência para as estratégias do movimento, como: 1) a Universidade do Ar de São Paulo (1947), lançada pelo SENAC e pelo SESC, que previa a oferta de aulas de aritmética, técnica de vendas, economia política e ciências sociais; 2) o Curso de Alfabetização da Rádio Clube Valença (1950) organizado por Geraldo Januzzi, que objetivava a alfabetização de jovens e adultos, entre 14 e 30 anos; 3) o Sistema Radioeducativo Nacional (1958) criado por João Ribas da Costa (gerente de relações públicas da Philips no Brasil) em conjunto com o MEC, que propunha um plano de alfabetização e promoção da cultura popular para 27 grupos de municípios do nordeste, contava inclusive com o apoio de algumas emissoras católicas; 4) o Sistema Radioeducativo de Sergipe (SIRESE) criado pelos bispos de Alagoas, após reunirem-se no II Encontro dos Bispos do Nordeste (1959) e decidirem pela criação de um programa de educação de base, tendo as escolas radiofônicas como instrumento de ação (FÁVERO, 2006).

No Rio Grande do Norte, o SAR fundou as primeiras escolas radiofônicas católicas do Brasil. As primeiras escolas foram criadas em 1958, após Pe. Eugênio Sales – coordenador do movimento – conhecer as ações da Ação Cultural Popular e da Rádio Sutatenza, responsáveis pela criação de 7.500 escolas radiofônicas em 533 paróquias colombianas. No segundo semestre de 1961, as escolas radiofônicas do SAR foram integradas ao MEB. Embora outros setores do SAR (migração, colonização, saúde, ensino médio, sindicato rural, cooperativismo, treinamento de líderes, centros sociais e clubes) não tivessem sido absorvidos pelo MEB, os movimentos desenvolveram ações conjuntas (PAIVA, 2009).

Pouco se discute sobre as principais características das escolas radiofônicas colombianas, que D. Eugênio Sales buscava aqui replicar (PAIVA, 2009). Recentemente, Herrera-Jaramillo (2019) realizou uma sólida pesquisa sobre a atuação da Rádio Sutatenza/ACPO, abordando as motivações econômicas, sociais e políticas do seu criador, monsenhor José Joaquín Salcedo. Os resultados da pesquisa evidenciaram o interesse da Igreja colombiana em se consolidar como uma importante agente modernizadora. Criada em 1947, a Rádio Sutatenza/ACPO buscava transformar os modos de vida dos trabalhadores rurais por meio da educação de base. Para isso, contou com o apoio da UNESCO, que, em 1953, auxiliou a construção das cartilhas da ACPO. Essas cartilhas eram divididas em cinco eixos: Saúde (com poucas discussões sobre problemas estruturais, focalizava nas ações individuais de higiene e considerava a saúde elemento fundamental para o aumento da capacidade de trabalho dos indivíduos); Alfabeto (encarava a alfabetização como requisito básico para o progresso técnico e para que os indivíduos pudessem “ler o mundo” de acordo com as diretrizes católicas, de “solidariedade”, “justiça social” e “amor mútuo”, percebendo-se como agentes da transformação); Número e Economia (classificavam como primordial a capacidade do indivíduo de inteirar-se sobre as formas de organização econômica e social, e planejar e administrar as fases da produção); Trabalho (reforçavam a função social do trabalho como caminho para a salvação e garantia do bem-comum). A palavra-chave dessas cartilhas era “mudar”, alterar o modo de vida para “integrar”.

O projeto de reforma agrária presente nos materiais da Rádio Sutatenza/ACPO tinha como principal objetivo criar condições para o aumento da produção e a consequente melhora na qualidade de vida (medida pela quantidade de bens que o indivíduo possuía). Para tanto, previa a formação de cooperativas e sindicatos, o uso de novas variedades de sementes (milho, trigo e arroz), a propagação da pequena propriedade (que garantiria a autonomia

política e econômica), a mecanização e a capacitação técnica. A educação de base era vista como essencial para o sucesso do projeto, pois por meio dela seria possível mudar o comportamento moral e técnico do camponês, considerado como ignorante (HERRERA-JARAMILLO, 2019). A seguir, destacamos algumas citações apresentadas por Herrera-Jaramillo, com o intuito de evidenciar, ainda mais, o argumento aqui apresentado.

Tierra, tierra, tierra!

La riqueza providencial de Colombia está en su tierra. Pero esta está actualmente en manos de unos pocos. Los colombianos no deben vacilar ante la necesidad de una reforma agraria. Pero el reparto de las tierras no basta. Es necesaria la enseñanza de mejores métodos para aprovechar mejor la tierra y hacer de la agricultura un atractivo negocio. La reforma agraria no puede hacerse únicamente por decreto. Es necesario primero pensar en el hombre. Educarlo y prepararlo para el uso y ejercicio de esta responsabilidad. La tierra se ha creado para servicio del hombre. Tierra, tierra, tierra, para los colombianos (*El Campesino*¹⁵⁵, 13 de marzo de 1960 apud HERRERA-JARAMILLO, 2019, p.227).

No debe olvidarse que la reforma agraria tiende también a elevar el nivel de vida del pueblo, por medio del robustecimiento del sistema de propiedad privada, único capaz de garantizar el imperio de las libertades cívicas, sociales, políticas y económicas, y de evitar la absorción, por parte del estado, de actividades económicas que competen específicamente a la iniciativa privada. En este sentido la Reforma Agraria concuerda perfectamente con los principios que la dignidad de la persona humana y las necesidades de la colectividad colombiana reclaman (*El Campesino*, 16 de julho de 1961 apud HERRERA-JARAMILLO, 2019, p.232).

(...) nociones generales relacionadas con la moral, la cultura, la salud y la higiene; conocimientos básicos sobre suelos, semillas, aguas, maquinaria agrícola, y sobre el uso de los créditos que se le concedan para la explotación de su tierra. Todos estos puntos unidos a la formación dentro de un pleno sentido de convivencia mancomunada en sus diversas manifestaciones sociales, harían de nuestro campesino un elemento humano de primer orden en el logro de su propio bienestar y en el de los objetivos que a escala nacional busca la reforma (*El Campesino*, 16 de julho de 1961 apud HERRERA-JARAMILLO, 2019, p.234).

Baseada na ideia de que os agricultores seriam os protagonistas da própria elevação, a Rádio Sutatenza/ACPO promovia, por meio do Instituto Masculino de Sutatenza e do Instituto Campesino Masculino da ACPO, cursos de formação de “líderes” para os ex-alunos, com o objetivo de transformá-los em agentes do processo de transformação do campo¹⁵⁶.

¹⁵⁵ Periódico produzido pela Rádio Sutatenza (HERRERA-JARAMILLO, 2019).

¹⁵⁶ Quando comparado com o MEB, esses cursos eram mais espaçados, provavelmente, em razão das disputas pela arregimentação da população rural, que eram mais intensas no Brasil.

Estes “líderes” recebiam salários para atuarem como supervisores, assumindo funções administrativas e diretivas na organização local e regional do sistema¹⁵⁷. Do mesmo modo, a ACPO estimulava que alunos atuassem como “auxiliares imediatos”. Estes alunos eram a força-motriz das escolas radiofônicas, pois eram eles que, praticando o voluntariado, distribuíam o material didático aos alunos e informavam os “líderes” sobre o andamento das aulas, dificuldades impostas e questionamentos colocados pelos demais trabalhadores rurais (HERRERA-JARAMILLO, 2019).

O Chile foi outro país da América Latina em que a Igreja desenvolveu projetos alinhados com as diretrizes da ideologia da modernização. Tais projetos foram realizados durante o governo democrata-cristão de Eduardo Frei (1964-1970). Seguindo a linha de ação estimulada pelo governo estadunidense nos países da América Latina (Peru, Equador e Colômbia)¹⁵⁸, o presidente Eduardo Frei realizou a reforma agrária chilena, uma iniciativa que não buscava uma ampla redistribuição social das terras (KAY, 1999), mas sim capitalizar as propriedades rurais para aumentar a produtividade agrícola (CHONCHOL, 2003) e, conseqüentemente, a produção industrial do país, transformando arrendatários em trabalhadores assalariados, o que aumentaria o poder de consumo dos trabalhadores rurais e neutralizaria os movimentos de esquerda. No projeto chileno de modernização, a alfabetização e a extensão rural assumiram importantes funções, sendo consideradas instrumentos fundamentais para a “promoção humana” e a capacitação técnica dos trabalhadores rurais (FREIRE, 1980).

Em resumo, a teologia do desenvolvimento surgiu como uma iniciativa da hierarquia católica para garantir sua proeminência política, mantendo a influência sobre os trabalhadores rurais – que flertavam, progressivamente, com os movimentos de esquerda – e renovando o apoio das classes dominantes, em especial, da nascente burguesia industrial. Destaca-se ainda a preocupação da teologia do desenvolvimento em colocar a moral e a religião como valores mais importantes que os interesses materiais (recurso fundamental para classificar a Igreja

¹⁵⁷O sistema da Rádio Sutatenza era organizado em três níveis: nacional (produzia os materiais, orientava e coordenava); regional (funcionava como canal de distribuição); local (recebia as diretrizes e os materiais, aplicando de forma adequada à realidade da comunidade) (HERRERA-JARAMILLO, 2019).

¹⁵⁸J. F. Kennedy assumiu a presidência dos Estados Unidos nos marcos da declaração de Fidel em 16 de abril de 1961 e da primazia da URSS na corrida espacial, ou seja, Kennedy assumiu seu mandato no momento em que o bloco socialista se expandia e se solidificava. Frente a esse quadro, ele criou o projeto Aliança para o Progresso. Esse projeto, estabelecido formalmente em agosto de 1961 na Conferência Pan-Americana, previa ajuda financeira e assistência técnica aos países “subdesenvolvidos” do continente americano, com o objetivo de melhorar indicadores socioeconômicos e promover reformas sociais (RIBEIRO, 2006). Apesar do apelo humanístico do programa, o principal objetivo dele era evitar o avanço do socialismo nos países latino-americanos (KAY, 1999). O governo norte-americano acreditava que ao melhorar as condições socioeconômicas da população desses países, o socialismo não encontraria espaço para se desenvolver. Uma das formas encontradas para melhorar as condições socioeconômicas da população foi a reforma agrária.

como a única instituição apta a guiar o desenvolvimento dos povos). Como discutimos no capítulo IV, os movimentos de educação rural criados pela Igreja no Brasil, na Colômbia e no Chile devem ser analisados como parte do esforço desta instituição em manter seu lugar como mediadora universal. Porém, antes de avançarmos nesse caminho, é necessário abordar como o PCB e as Ligas pensaram a modernização do campo, uma vez que estas duas forças influenciaram as ações da Igreja no campo brasileiro.

CAPÍTULO III

AS ESQUERDAS E A MECANIZAÇÃO DO CAMPO

3.1. A modernização do campo nas teses pecebistas

Entre 1945 e 1964, o PCB defendeu diferentes projetos de reforma agrária, ora mais ora menos radicais, mas que, *ao fim e ao cabo*, associavam a ideia de desenvolvimento à elevada produtividade industrial por habitante e consideravam a superação do sistema agroexportador condição primordial para aumentar o poder aquisitivo dos trabalhadores rurais, formar uma economia centrada no mercado interno e ampliar o fornecimento de alimentos para as cidades e de matérias-primas para a indústria. Este olhar sobre o campo era pautado na tese etapista.

No geral, os pecebistas defendiam que o socialismo sucederia o capitalismo, após este sofrer progressivas crises estruturais geradas por suas próprias contradições; ou seja, o socialismo só poderia ser instaurado em países com um capitalismo “desenvolvido”, já que nesse tipo de sociedade a modernização das fábricas, que “vem acompanhada de novas e brutais formas de exploração” e “da crescente subordinação do salário à obrigação de maior produtividade”¹⁵⁹, levaria a classe operária a intensificar suas lutas, elevar sua consciência revolucionária e fortalecer a unidade e a organização de suas fileiras. Como o Brasil era considerado uma sociedade “semifeudal”, seria necessário, a partir de uma revolução democrático-burguesa, abrir caminho para o desenvolvimento capitalismo, e quando este estivesse maduro, a classe operária estaria pronta para guiar o país em direção ao socialismo. O campo possuía um lugar muito bem delimitado nessa análise: fornecer as condições materiais necessárias para o fortalecimento do capitalismo industrial. A redistribuição de terras e a melhora da condição socioeconômica do trabalhador rural eram interpretadas como estímulos à formação de um mercado interno, que aceleraria o desenvolvimento nacional, libertando o país do jugo do capital estrangeiro, e diminuiria as migrações, atenuando assim as pressões sobre os salários urbanos e possibilitando maior capacidade organizativa dos operários, caracterizados como dirigentes da revolução (MEDEIROS, 1995).

¹⁵⁹ PCB, 1960, p.43.

Como o momento exigia, as análises pecebistas sobre as relações produtivas no campo foram pautadas na literatura científica, as proposições de Marx, Kaustky e Lênin foram utilizadas com frequência¹⁶⁰. Em seu discurso *O Problema da terra e a Constituição de 1946*, Prestes colocava-se contra o salvacionismo tecnológico. Retomando as análises de Marx sobre as formas de produção, Prestes defendia que a função da ciência era facilitar a “obtenção dos meios de vida necessários à existência do homem”, e não auxiliar a acumulação ampla e irrestrita. De acordo com Prestes, a relação dos homens com os instrumentos de produção era apenas um dos diversos aspectos a serem discutidos. O cerne do debate sobre os caminhos do desenvolvimento deveria ser a relação de produção entre os homens, que, no caso brasileiro, era moldada pela concentração fundiária:

No estudo da persistência dessas relações feudais, apesar da penetração do capitalismo no Brasil, dessa defesa de um regime pré-capitalista, dessas relações sociais anteriores às relações capitalistas, às relações de salário, às relações de trocas monetárias, devemos buscar as causas de nosso atraso. E vamos encontrar a explicação disso no monopólio da terra, na propriedade privada da terra e na concentração da propriedade (*Problemas*, “A Reforma Agrária”, agosto de 1947).

Embora não tenha sido citada, a tese de Kautsky sobre os benefícios da pequena propriedade camponesa para os grandes proprietários (melhor analisada no capítulo V) parece ter influenciado o documento aqui em análise. Prestes afirmava que não interessava ao patronato rural ampliar o número de máquinas utilizadas no processo produtivo, uma vez que a pequena propriedade camponesa fornecia mão de obra barata, abundante e constante. Segundo o dirigente comunista, somente por meio da reforma agrária “pacífica, legal, constitucional”, pautada na “redistribuição de terra”, seria possível aumentar a produtividade, formar um mercado interno e melhorar a saúde, a habitação, a alimentação e o vestuário dos trabalhadores rurais:

De todo o exposto, só cabe uma conclusão: sem uma redistribuição de propriedade latifundiária, ou em termos mais precisos, sem uma verdadeira reforma agrária, não é possível debelar grande parte dos males que nos afligem, entre os quais, merecem citação:

- a) produção agrícola baixíssima, rotineira; pouco diversificada e de todo insuficiente para as necessidades de consumo das nossas populações;
- b) condições precárias de existência no campo, no que concerne à alimentação, vestuário, habitação, saúde e educação.

¹⁶⁰ Nos artigos da revista *Problemas* foi possível perceber um maior diálogo com autores marxistas clássicos. Resultado do fortalecimento das redes do partido. Os teóricos pecebistas das décadas de 1920 e 1930 enfrentaram grandes dificuldades para ter acesso às obras clássicas do marxismo. As poucas que chegavam eram principalmente em espanhol e francês, tendo que eles mesmos iniciarem, na clandestinidade e sob intensa perseguição, a tradução, impressão e circulação das obras (BRANDÃO, 1977, p.16).

c) fraca densidade demográfica (4,8 habitantes por Km²);

d) falta de mercado interno para as nossas indústrias;

e) Situação aflitiva de nossos transportes; em que se congregam de um lado, o estado deplorável dos equipamentos, obsoletos, gastos e super-trabalhados, e de outro a falta do que transportar. (...)

É a agricultura da enxada, agricultura semelhante à do Egito dos Faraós da qual não podemos sair porque é impossível, é impraticável a aplicação da técnica agrícola enquanto existir essa massa de milhões de operários sem trabalho. Os agrônomos bem intencionados procuram a solução do problema na técnica, mas como aplicá-la? Para que adquirir a maquinaria se o dono da terra pode fazer a colheita sem empregar um centavo do seu capital? E esse capital vai ser utilizado em outras atividades: no comércio, na especulação de compra e venda de terras, no açambarcamento de produtos, na grilagem. O capital é elevado para a usura para os barracões dentro do latifúndio, mas, jamais, para a técnica agrícola (*Problemas*, “A Reforma Agrária”, agosto de 1947).

Em 1948, no artigo “A queda da produção agrícola no Brasil”, publicado na revista *Problemas*, Miguel Almeida aprofundou a argumentação realizada por Prestes. Entendendo “produtividade” como a produção expressa em toneladas por hectare, Almeida dedicou-se, como o próprio título indica, à análise do problema da baixa produtividade agrícola no Brasil. Discussão considerada vital, uma vez que o baixo rendimento médio da produção agrícola era indicado como causador da carestia e do atraso político-econômico nacional.

Almeida iniciou a análise desse problema com uma incisiva crítica àqueles que pensavam a baixa produtividade a partir da falta de braços e de tecnologia. Em sua opinião, se a pouca oferta de mão de obra fosse uma realidade, o salário daqueles que trabalhavam no campo seria altíssimo, o que não acontecia:

Há as que dizem, por exemplo, que o baixo rendimento da nossa agricultura é causado pela “falta de braços”, pelo êxodo rural — esta é a tese de grande número de latifundiários que vivem o tempo todo comentando, através da imprensa ou do Parlamento, o abandono das suas fazendas pelos camponeses. Refletindo esta opinião, o “Correio da Manhã”, de 24 de agosto de 1947, num tópico sobre o rendimento do trabalho, dizia: “A queda da produção agrícola é notória, não obstante todos os apelos em contrário, e a falta de braços continua a ser o mais molesto fator de semelhante situação”. (...)

Os salários nas zonas rurais (os quais na maior parte não são pagos em dinheiro) crescem muito lentamente, inclusive nas regiões mais importantes como São Paulo, e levam longos períodos girando em torno de uma média que mal dá para o trabalhador rural viver na miséria (*Problemas*, “A queda da produção agrícola no Brasil”, janeiro de 1948).

Com relação à mecanização e ao uso de fertilizantes, Miguel Almeida os considerava importantes recursos para o aumento da produtividade, porém, não acreditava que a simples

introdução de máquinas resolveria o problema da baixa produtividade, já que esta era resultado da concentração fundiária. Para legitimar essa interpretação, Almeida retomava o mesmo argumento de Kaustky, utilizado por Prestes:

A verdade, portanto, é que, apesar do êxodo rural, existe uma grande reserva de braços disponíveis no campo, sempre prontos a trabalhar quase de graça, recebendo em geral apenas a comida e a roupa grosseira no barracão da fazenda. Mesmo admitindo que a migração de camponeses para as cidades crie dificuldades de mão de obra a um certo número de fazendeiros, não podemos concluir que isto justifique a baixa no rendimento médio da produção agrícola. A história da economia mundial demonstra que o rendimento da produção agrícola começou a aumentar justamente devido à “falta de braços” nos campos (*Problemas*, “A queda da produção agrícola no Brasil”, janeiro de 1948).

Ao discutir a renda da terra no Brasil, Almeida recorreu a um arcabouço teórico diverso para legitimar a importância da pequena propriedade camponesa. Primeiro tomou como base as ideias de Adam Smith, que

(...) dizia de referência aos grandes proprietários feudais que eles raramente introduziam melhoramentos na agricultura, porque contavam com o concurso de numerosos rendeiros obrigados a pagar aforamento e prestar serviços gratuitos, e partindo daí procurava demonstrar a vantagem do estabelecimento da propriedade camponesa independente (*Problemas*, “A queda da produção agrícola no Brasil”, janeiro de 1948).

Em um segundo momento, retomou novamente Kautsky para então afirmar que a pequena propriedade camponesa era mais produtiva que a grande propriedade feudal, pois os camponeses trabalhavam na segunda com a displicência que exige o trabalho forçado, enquanto na primeira eram mobilizados pelo interesse próprio e objetivo de melhorar a vida da família. Por fim, recorreu a Lênin para legitimar o papel da pequena propriedade na consolidação da tese etapista, já que privaria o grande proprietário feudal do acesso ao trabalho não pago e estimularia o desenvolvimento de forças produtivas, fundamentais para a consolidação do capitalismo no campo e, conseqüente, a resolução do êxodo rural, da baixa produtividade e do baixo nível de vida da população.

Segundo Almeida, ao ter acesso à “pequena propriedade de tipo capitalista”, o camponês não recorreria mais ao êxodo rural, pois teria perspectivas de prosperar no campo. Esta mudança de possibilidades faria o produtor rural preocupar-se, cada vez mais, em “aumentar a produção, porque passará a produzir na maior parte para vender no mercado, e

não somente para consumir ou entregar ao senhor da terra”. Como não poderia ampliar a produção comprando mais terras, o produtor buscaria “empregar meios técnicos, como instrumentos mais aperfeiçoados, arados, e também a fertilizar constantemente a terra, com a utilização de adubos”. Assim, a família camponesa, progressivamente, elevaria: o “seu poder aquisitivo”; a “sua capacidade física e saúde”; e a “sua produtividade no trabalho”.

Procurando exemplificar seus argumentos, Almeida recorreu aos dados do *Anuário Estatístico do Brasil* (1946) para “demonstrar que, onde há pequena propriedade, o progresso da técnica agrícola é maior”¹⁶¹; e apresentou os índices de produtividade dos países socialistas que haviam realizado uma reforma agrária pautada na pequena propriedade e na atuação do Estado.

Percebe-se que na argumentação destes pecebistas, o problema não era a modernização do campo, mas o caminho da implantação. Este precisaria ser guiado pelo Estado, que primeiro deveria promover uma reforma agrária redistributiva (baseada na pequena propriedade privada), para depois incentivar a formação de cooperativas e garantir a capacitação técnica e o acesso às máquinas. A base desse pensamento é a de que o capital privado não cria as condições para a obtenção de lucro, e sim aproveita as criadas pelo Estado:

Portanto, a baixa produtividade do braço camponês não é a causa última da queda no rendimento da produção agrícola, porque essa baixa produtividade é já um efeito da miséria do camponês, do próprio atraso da nossa agricultura, enfim, de uma causa mais grave e profunda. (...)

Mas a prova que a Reforma Agrária se torna vitoriosa, acelera o progresso da agricultura e liberta os camponeses do semifeudalismo, quando ela não é escamoteada e sim aplicada firmemente, está nos países da Europa libertados da ocupação fascista — Polônia, Hungria, Bulgária, Romênia e Iugoslávia. A respeito desses países, diz o conhecido economista Eugene Varga que os seus governos consideraram o fornecimento de auxílio e máquinas aos camponeses não como um assunto particular destes, mas como uma obrigação do Estado. Como muitas das máquinas existentes são impróprias para as pequenas propriedades, o governo vem providenciando a manufatura de outras apropriadas, ferramentas e outros meios de produção. Além disso, encoraja-se a formação de cooperativas camponesas para a venda da produção e a compra de artigos manufaturados, restringindo-se a ação dos intermediários e especuladores, e é assegurado crédito pelo Estado aos pequenos produtores camponeses (*Problemas*, “A queda da produção agrícola no Brasil”, janeiro de 1948).

¹⁶¹ Utilizando como parâmetro a quantidade de máquinas e de aparelhos agrícolas em relação ao número de propriedades, Almeida comparou três estados de lavoura tipicamente latifundiária (São Paulo, Minas Gerais e Bahia) com três com grande porcentagem de pequenas propriedades (Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina).

Número total de propriedades – propriedades que possuíam máquinas e aparelhos agrícolas % – propriedades que não possuíam máquinas e aparelhos agrícolas%

1º grupo: SP – 252.615 – 47,5% – 52,5%; MG – 284.685 – 14,2% – 85,8%; BA – 226, 343 – 2,6% – 97,4%

2º grupo: RS – 230.722 – 80,6% – 19,4%; PR – 64.397 – 31,3% – 67,7%; SC – 88.469 – 26,5% – 73,5%.

No *Manifesto de Agosto* (1950), as teses defendidas por Almeida e Prestes apareciam como diretrizes oficiais do partido, muito embora com uma roupagem mais radical. Nesse documento o PCB refutava a aliança com a burguesia nacional, considerando-a aliada aos latifundiários e aos interesses imperialistas e, por isso, responsável pela manutenção das concentrações de terra e de renda, causas dos problemas sanitários, educacionais e habitacionais.

Marchamos assim para o aniquilamento físico pela tuberculose, que mata em proporções nunca vistas e ameaça a vida de nossos filhos, pelas endemias que devastam as populações subalimentadas do país inteiro. As crianças nascem para morrer antes de completar o primeiro ano de vida, em proporção que atinge, em muitas regiões do país, a 50 por cento e mesmo mais. Nas grandes cidades, a maioria da população é obrigada a viver amontoada, quase ao relento, na promiscuidade imunda das favelas e cortiços, porque as casas são cada vez mais um privilégio dos ricos, como privilégios dos ricos já é igualmente a instrução, mesmo a primária mais elementar. (...)

É evidente, pois, que qualquer que seja a saída que possam tentar neste momento, as classes dominantes se encaminham para a liquidação dos últimos vestígios de liberdade, para a mais sangrenta repressão contra o povo para a ditadura fascista. É o caminho da entrega completa do país aos monopólios anglo-americanos e da preparação acelerada para a guerra imperialista. E desta forma agravam-se todas as causas da miséria e do atraso em que se debate o nosso povo e que estão fundamentalmente na estrutura arcaica de nossa economia, na miséria da renda nacional, nos restos feudais e no monopólio da terra que impedem a ampliação no mercado interno e o desenvolvimento da indústria nacional (*Voz operária*, “Manifesto de Agosto”, 5/08/1950, p.2).

Ainda pautado na tese etapista, o PCB considerava que o “povo” (os operários, os camponeses, os intelectuais “honestos, que não se prostituem aos opressores estrangeiros ou a seus agentes no país”¹⁶², o funcionalismo pobre civil e militar, os estudantes e os pequenos comerciantes e industriais) deveria formar a “Frente Democrática de Libertação Nacional” e derrubar a “ditadura feudal burguesa serviçal do imperialismo”. Com o governo em suas mãos, os “patriotas”¹⁶³ deveriam criar as condições para o desenvolvimento de um capitalismo forte e de caráter nacional, capaz de melhorar a saúde, a educação e a moradia da população (saúde, educação e moradia). Seria essa a revolução democrática, não mais burguesa, que deveria ser instituída, sob direção da classe operária¹⁶⁴:

Nós comunistas, não vacilamos – sempre lutamos pela libertação nacional, contra o jugo do opressor estrangeiro pelo progresso do Brasil. Nenhuma reação conseguiu

¹⁶² *Voz operária*, “Manifesto de Agosto”, 5/08/1950, p.6.

¹⁶³ “Patriotas” era a forma como os membros e simpatizantes dessa frente eram chamados.

¹⁶⁴ Prevendo como formas de atuação: ações “mais altas e vigorosas”, que poderiam levar a “choques violentos com as forças da reação”; greves; manifestações; o voto “nos melhores filhos do povo que participem ativamente da grande luta pela paz e a liberdade nacional” (*Voz operária*, “Manifesto de Agosto”, 5/08/1950, p.7).

quebrar nossa vontade de luta, e hoje, apesar da brutalidade de todas as perseguições, lutamos com energia redobrada pelos mesmos objetivos, convencidos de que, nas condições atuais do mundo e do país, nunca foram tão grandes como agora os fatores favoráveis ao sucesso de nosso povo na sua luta pela independência nacional e pelo progresso social. (...)

É este o caminho da independência e do progresso, da democracia e da paz. Precisamos libertar o país do jugo imperialista e pôr abaixo a ditadura de latifundiários e grandes capitalistas, substituir o governo da traição, da guerra e do terror contra o povo pelo governo efetivamente democrático e popular. Para isso, é indispensável liquidar as bases econômicas da reação, o que significa a confiscação das empresas imperialistas e dos grandes monopólios estrangeiros e nacionais, a nacionalização dos bancos, dos serviços públicos, das minas, das quedas d'água, e, igualmente, a confiscação das grandes propriedades latifundiárias que devem passar gratuitamente para as mãos dos que nelas vivem e trabalham. Só um governo da democracia popular, um governo do bloco de todas as classes e camadas sociais que lutem efetivamente pela libertação nacional sob a direção do proletariado, será capaz de garantir no país um regime de liberdade para o povo e de impulsionar o desenvolvimento independente da economia nacional, de assegurar a marcha rápida no caminho do progresso, da melhoria efetiva das condições de vida das grandes massas trabalhadoras, dar saúde e instrução para o povo, igualdade econômica e jurídica para a mulher, deslocar, enfim, o país do campo da reação e da guerra para o campo da paz, da democracia e do socialismo (*Voz Operária*, “Manifesto de Agosto”, 5/08/1950, p.6).

Essas transformações teóricas refletiram nas proposições do partido para o campo brasileiro, que passou a defender pautas mais radicais: a ampliação das organizações camponesas; a resistência armada do camponês; a expropriação das terras, das máquinas, das ferramentas, dos animais e dos veículos, sem indenização ao proprietário; distribuição gratuita das terras, e dos bens móveis e imóveis nelas existentes, aos trabalhadores rurais; a extinção da meação, do foro, da terça, do vale-barracão e de todas as demais formas de prestação de serviços gratuitos; o fim do pagamento *in natura*; a anulação de todas as dívidas dos camponeses para com o Estado, os bancos, os fazendeiros e os comerciantes; a extensão dos direitos trabalhistas ao campo; e a garantia à produção, com o Estado fornecendo apoio técnico e financeiro, estimulando a formação de cooperativas e instituindo o preço mínimo (MEDEIROS, 1983). Previa também a nacionalização das indústrias e dos bancos, o controle dos lucros dos grandes capitalistas, a instituição do imposto progressivo, a educação pública, ampla e gratuita, a inserção do jovem recém-formado no mercado de trabalho, o apoio e estímulo à atividade científica e artística “de caráter democrático”, a abolição do imposto sindical¹⁶⁵, o controle da assistência social pelos trabalhadores e a fiscalização da aplicação

¹⁶⁵ É interessante notar que, nessa fase, o Comitê Central considerava o imposto sindical uma espoliação, já que não retornava para os sindicatos e era utilizado “para financiar o trabalho de policiais e traidores da classe operária” (*Problemas*, “Nossa Política: as tarefas atuais dos comunistas para a organização, a unidade e as lutas da classe operária”, outubro de 1950).

dos direitos dos trabalhadores – mecanismos que garantiriam a soberania popular e reduziriam a desigualdade socioeconômica.

Provavelmente, a apologia à constituição do governo “democrático popular” respaldava-se nas experiências das “democracias populares”, forma de governo que surgiu nos países do centro e do sudeste europeu, após a Segunda Guerra Mundial. As “democracias populares” eram governos cuja base política era composta por sujeitos eleitos através do sufrágio universal, direto e secreto. Seu objetivo era superar o imperialismo e as reminiscências do feudalismo, criando as condições necessárias para a transição do capitalismo ao socialismo¹⁶⁶.

No IV Congresso do PCB (1954), a posição radical do partido era a mesma: o imperialismo, os latifundiários e a burguesia eram os responsáveis pela fome, pela miséria e pela baixa produtividade da indústria e do campo brasileiro:

Apesar destas imensas possibilidades, a situação do povo brasileiro é cada dia mais penosa e insuportável. Brasileiros morrem de fome nas estradas do Nordeste e até mesmo nos grandes centros industriais do país. A tuberculose e outras doenças matam ou inutilizam milhões de pessoas. Sem escolas nem hospitais, o povo vive na ignorância e morre ao desamparo. Vivendo num país tão rico, o povo brasileiro vegeta na miséria, em consequência da política de rapina dos monopólios norte-americanos e da dominação dos latifundiários e grandes capitalistas brasileiros. (...)

O capital norte-americano predomina nos transportes aéreos, controla as ferrovias e ameaça de aniquilamento a marinha mercante nacional. **Rockefeller organiza no país grandes empresas agrícolas, que visam a controlar importantes centros produtores, e os frigoríficos norte-americanos açambarcam terras e organizam grandes plantações e fazendas de criação de gado.** (...)

Industriais e comerciantes brasileiros não podem desenvolver seus negócios devido ao baixo poder aquisitivo das massas trabalhadoras e à concorrência das mercadorias importadas dos Estados Unidos. Os monopólios norte-americanos freiam o desenvolvimento da indústria nacional e impedem a criação de indústrias básicas indispensáveis para libertar o Brasil da dependência econômica. O controle dos créditos bancários, dos meios de transporte, da distribuição das matérias-primas, das licenças de importação e exportação, é utilizado pelos imperialistas norte-americanos contra os industriais e comerciantes brasileiros. A importação de equipamentos necessários ao desenvolvimento industrial torna-se cada vez mais difícil e aumentam as restrições à importação de matérias primas indispensáveis à indústria nacional (*Problemas*, “Programa do Partido Comunista do Brasil”, dezembro de 1954 a fevereiro de 1955, grifo nosso).

Nas resoluções do IV Congresso, o PCB melhor identificou as ações econômicas que deveriam ser tomadas pelo Governo Democrático Popular. Além das destacadas no *Manifesto*

¹⁶⁶ Disponível em: <http://revistaprincipios.com.br/artigos/2/cat/2365/o-que-%C3%A9-a-democracia-popular.html>. Acessado em: 11/04/2020.

de Agosto, atentava para a necessidade de: instituir programas de habitação¹⁶⁷; conceder, nas áreas rurais, crédito de longo prazo e máquinas, para que os trabalhadores, artesãos e pequenos e médios proprietários construíssem suas próprias casas e incrementassem a produção¹⁶⁸; realizar obras públicas de irrigação na região Nordeste¹⁶⁹; criar uma ampla rede pública, e gratuita, de assistência hospitalar e educacional¹⁷⁰; confiscar as empresas estadunidenses e as nacionais que se colocaram contra os interesses do governo revolucionário¹⁷¹; utilizar os recursos confiscados para criar indústrias e empresas nacionais¹⁷²; atrair investimentos privados nacionais e estrangeiros, garantindo o lucro e a defesa dos interesses dos investidores¹⁷³; proibir a importação de produtos produzidos no país¹⁷⁴; instituir o voto universal¹⁷⁵; garantir a livre-iniciativa empresarial¹⁷⁶; implantar uma política de reajuste do salário mínimo capaz de garantir a mínima condição de subsistência¹⁷⁷.

Quadro II: Pontos das resoluções do IV Congresso do PCB.

2 — Confiscação de todos os capitais e empresas pertencentes aos monopólios norte-americanos que operem no Brasil e anulação da dívida externa do Brasil para com o governo dos Estados Unidos e os bancos norte-americanos.
9 — Todos os cidadãos com 18 anos completos, independentemente de sexo, bens, nacionalidade, residência e instrução, terão direito a eleger e ser eleitos. Gozarão destes mesmos direitos os analfabetos, bem como os militares, inclusive os cabos, os soldados e os marinheiros. Será assegurada a representação proporcional dos partidos políticos em todas as eleições.
21 — Ajuda à construção de casas para o povo, de maneira a assegurar, dentro do menor prazo, residência digna e barata para a população trabalhadora.
22 — Organização de uma ampla rede de hospitais e dispensários, com os recursos médicos adequados, a fim de atender à população de todo o país. Combate sistemático às endemias e a todas moléstias de incidência generalizada.
23 — Instrução primária obrigatória e gratuita, assegurada pela construção de uma rede de escolas em todo o país, a fim de liquidar o analfabetismo. O Estado assegurará aos estudantes livros didáticos e materiais escolares a baixo preço. Redução gradativa de todas as taxas escolares. Garantia de emprego para os jovens diplomados nos cursos secundários, técnicos e superiores.
26 — Liberdade de iniciativa para os industriais e para o comércio interno, com a garantia dos interesses da economia nacional e do bem-estar do povo. Não serão confiscados os capitais e as empresas da burguesia brasileira. Serão confiscados os capitais e as empresas dos grandes capitalistas que traírem os interesses nacionais e se aliarem aos imperialistas norte-americanos.

¹⁶⁷ Ver ponto 21 do quadro II.

¹⁶⁸ Ver pontos 30 e 43 do quadro II.

¹⁶⁹ Ver ponto 44 do quadro II.

¹⁷⁰ Ver pontos 22 e 23 do quadro II.

¹⁷¹ Ver pontos 2 e 26 do quadro II.

¹⁷² Ver ponto 28 do quadro II.

¹⁷³ Ver pontos 28 e 31 do quadro II.

¹⁷⁴ Ver ponto 27 do quadro II.

¹⁷⁵ Ver ponto 9 do quadro II.

¹⁷⁶ Ver ponto 26 do quadro II.

¹⁷⁷ Ver ponto 32 do quadro II.

27 — Defesa da indústria nacional. Proibição da importação de produtos que prejudiquem as indústrias existentes ou dificultem a criação de novas. Amplas facilidades para a aquisição de equipamentos e matérias-primas necessários ao desenvolvimento da economia nacional. Livre desenvolvimento da indústria de paz.
28 — Desenvolvimento independente da economia nacional e preparo das condições para a industrialização intensiva do país com a utilização dos capitais e das empresas confiscados aos imperialistas norte-americanos. Para o mesmo fim, atrair a colaboração de capitais privados, aos quais serão garantidos lucros e a defesa de seus interesses, segundo lei especial.
30 — Ajuda aos artesãos e a todos os produtores pequenos e médios por meio de concessão de créditos, facilidades para a aquisição de matérias-primas ou para o fornecimento de máquinas e instrumentos de trabalho.
31 — Atrair a colaboração de governos e de capitalistas estrangeiros, cujos capitais possam ser úteis ao desenvolvimento independente da economia nacional, sirvam à industrialização e se submetam às leis brasileiras.
32 — Fixação de salário-mínimo vital que assegure condições de vida normais e humanas para os operários e suas famílias em todo o país. Salário igual para igual trabalho, sem distinção de sexo, idade ou nacionalidade.
43 — Concessão de crédito barato e a longo prazo aos camponeses para a compra de ferramentas e máquinas agrícolas, sementes, adubos, inseticidas, construção de casas, etc. Ajuda técnica aos camponeses. Amplo estímulo e ajuda ao cooperativismo.
44 — Construção de sistemas de irrigação, particularmente nas regiões do Nordeste assoladas pelas secas, de acordo com as necessidades dos camponeses e do desenvolvimento da agricultura.

Fonte: *Problemas*, “Programa do Partido Comunista do Brasil”, dezembro de 1954 a fevereiro de 1955.

A partir de 1954, o PCB retoma uma posição mais moderada, que se consolidaria na *Declaração de Março* (1958). O artigo “Os lavradores e as eleições de outubro”, publicado no *Terra Livre*, exemplifica essa mudança¹⁷⁸. O periódico destacava a capacidade organizativa dos lavradores em eleger, na capital de São Paulo, “candidatos que se comprometeram a lutar por um programa popular” e solicitava que os trabalhadores rurais continuassem estimulando “em cada lugar a união entre os comunistas, os trabalhistas, os pessedistas e outros que desejam garantir a eleição de um Presidente da República patriota e defensor dos interesses do povo”¹⁷⁹. Esse presidente era Juscelino Kubitschek. A candidatura de JK tinha como sustentação política a aliança PTB/PSD. Esses partidos tinham concepções e propostas distintas para o campo brasileiro. Enquanto o PSD, como vimos, era contrário a qualquer mudança na estrutura agrária, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) apoiava a realização de uma reforma agrária, chegando a incluí-la como segundo item de um programa de sete

¹⁷⁸ *Terra Livre*, “Os lavradores e as eleições de outubro”, edição da 1ª quinzena de junho de 1955, p.1.

¹⁷⁹ *Terra Livre*, “Os lavradores e as eleições de outubro”, edição da 1ª quinzena de junho de 1955, p.1.

pontos¹⁸⁰ (MOREIRA, 2003). Apesar de naquele momento o PTB estar em franco crescimento, os partidos associados aos ruralistas – PSD e UDN – detinham maioria no congresso e era a economia agroexportadora que trazia divisas para o país (MOREIRA, 2003). JK sabia que não poderia ir contra os interesses ruralistas se quisesse a implantação de suas propostas. Por isso, durante o seu governo, optou por manter uma política próxima aos interesses da maioria parlamentar, ou seja, não propôs nenhuma mudança na estrutura agrária (MEDEIROS, 1983). Por que o periódico consideraria o voto como estratégia de atuação no momento em que o comitê central defendia a luta radical e insurrecional? Por que estimularia os trabalhadores rurais a angariar votos para o partido representante dos latifundiários?

Segundo Costa (1990), essa mobilização paradoxal tem sua resposta no clima golpista instaurado durante os governos de Café Filho, Carlos Luz e Nereu Ramos. A interpretação pecebista dessa conjuntura consistia na ideia de que a liberdade democrática e a constitucionalidade eram fundamentais para a plenitude das ações do partido e das organizações dos trabalhadores. Dessa forma, o PCB orientou suas forças ao apoio de candidatos democráticos que, uma vez no poder, permitiriam a volta do partido à legalidade formal ou prática. A estratégia pecebista previa que, uma vez eleito, o partido iria mobilizar forças progressistas para a transformação desse governo. Acrescentamos mais dois pontos à análise de Costa: 1) como Prestes afirmou em discurso proferido durante o Pleno Ampliado do Comitê Central, participar dessa frente ampla possibilitaria “um maior estreitamento” do PCB “com a parcela das massas trabalhadoras sob a influência do PTB”, dando maior “consistência à unidade dos trabalhadores”¹⁸¹; 2) com base na análise do *Manifesto de Agosto* (1950) e das resoluções do IV Congresso (1954), é possível dizer que as propostas desenvolvimentistas de JK estavam alinhadas com parte significativa das estratégias pecebistas para a criação de um capitalismo nacional independente – percebe-se, inclusive, que o artigo veiculado no *Terra Livre* classificava JK como um “patriota”, termo utilizado, nos documentos do PCB, para caracterizar aqueles que lutavam pelo desenvolvimento nacional e independente. O discurso de Prestes, no Pleno Ampliado do Comitê Central (CC), também reforça este argumento. Na ocasião, Prestes justificava o apoio à chapa de JK argumentando que este governo seria capaz de combater o imperialismo estadunidense e garantir a melhoria das condições de vida da população.

¹⁸⁰ A reforma agrária proposta pelo PTB previa a extinção do latifúndio improdutivo, a concessão de créditos aos pequenos proprietários e a extensão dos direitos trabalhistas ao trabalhador rural (MEDEIROS, 1983).

¹⁸¹ *Imprensa Popular*, “As eleições presidenciais de 1955 e as tarefas do nosso partido”, edição de 14 de agosto de 1955, p.1.

Ao participarmos da campanha pela sucessão presidencial temos como objetivo convertê-la em poderosa manifestação da unidade do povo na luta pela satisfação de suas reivindicações mais sentidas, pela solução dos problemas que mais o preocupam. (...)

Estamos diante de um acontecimento político da maior importância na vida de nosso povo. Através da campanha eleitoral poderão ser criados os elementos de uma nova correlação de forças no país. (...) Em tal situação, um amplo aproveitamento da campanha eleitoral e, mais particularmente, da campanha pela sucessão presidencial servirá para despertar as grandes massas, para levá-las a luta em defesa das liberdades democráticas e pela melhoria de suas condições de vida, não permitindo que elas fiquem à espera de promessas e sejam enganadas pelos demagogos a serviço da reação e do imperialismo norte-americano. (...)

Nas atuais condições do Brasil, a classe operária unida, aliada às demais forças democráticas e patrióticas, poderia efetivamente elevar pelo voto à Presidência da República um patriota honesto, capaz de fazer esforços no sentido de realizar no Poder um governo de paz e de defesa da soberania nacional (*Imprensa Popular*, “As eleições presidenciais de 1955 e as tarefas do nosso partido”, edição de 14 de agosto de 1955, p.1).¹⁸²

O abandono da via insurrecional e a adoção de estratégias democráticas foram definitivamente assumidos na *Declaração de Março* (1958) e nas *Resoluções do V Congresso do PCB* (1960). Essa mudança baseava-se nos seguintes aspectos:

- a) entre 1953 e 1954, o PCB passou por um processo de autocrítica (COSTA, 1990);
- b) a partir de 1956, ganhou força a posição de Agildo Batista sobre o avanço da luta anti-imperialista na sociedade brasileira. Na opinião desse intelectual pecebista, a luta anti-imperialista crescia mais rápido que a transformação revolucionária dos camponeses. Por isso, sugeria definir o combate ao imperialismo estadunidense como principal bandeira de luta do PCB e, por conseguinte, aliar-se aos latifundiários insatisfeitos com o monopólio do comércio exterior;
- c) a maior liberdade que o PCB teve durante o período JK, quando atuou de forma semi-legal (COSTA, 1990);

¹⁸² Na *Declaração de Março* e nas *Resoluções do V Congresso*, essa interpretação sobre o governo JK tornou-se ainda mais evidente. Na *Declaração de Março*, o Comitê Central classificava o governo de JK como “heterogêneo, com um setor entreguista ao lado de um setor nacionalista burguês” (PCB, 1958, p.7), que “lutam entre si para impor determinados rumos à política estatal” (PCB, 1958, p.8). Nas *Resoluções do V Congresso*, o partido, ao fazer um balanço do que foi o governo JK, enfatizou que apesar de “algumas iniciativas de interesse nacional no terreno do desenvolvimento econômico” (PCB, 1960, p.45), JK se manteve aliado aos interesses imperialistas, implementando, inclusive, um programa de metas que se “baseia, em grande parte, na atração de inversões maciças de capital estrangeiro” (PCB, 1960, p.45).

d) na opinião do partido, crescia o número de parlamentares dedicados à promoção de projetos nacionalistas e democráticos, o que possibilitaria a superação pacífica da dominação imperialista norte-americana (DEZEMONE e GRYSZPAN, 2007; MEDEIROS, 1995);

e) o comitê central identificava o crescimento e fortalecimento de “uma burguesia interessada no desenvolvimento independente e progressista da economia do país”¹⁸³, resultado das mudanças pelas quais o país passou durante a década de 1950, como a presença de “um parque industrial, que abastece o mercado interno da quase totalidade de artigos de consumo comum”¹⁸⁴, a elevação da participação da indústria de meios de produção no conjunto da produção industrial, a duplicação do volume físico da produção industrial total, o fortalecimento “do capitalismo de Estado de caráter nacional e progressista, que abrange empresas poderosas como a Petrobrás e a Companhia Siderúrgica Nacional”¹⁸⁵, e o avanço do capitalismo sobre a agricultura;

f) a “superioridade crescente do socialismo sobre o capitalismo no plano mundial, o desenvolvimento ascendente do movimento de libertação dos povos e o conseqüente debilitamento do sistema imperialista” que exerciam “poderosa influência favorável ao crescimento das forças anti-imperialistas e democráticas no Brasil”¹⁸⁶;

g) a ausência de condições nacionais favoráveis à realização imediata da revolução socialista.

Como destacou Medeiros, os pecebistas acreditavam que um projeto mais moderado seria capaz de articular uma frente única nacionalista composta por operários, camponeses, burguesia nacional e latifundiários contrários ao imperialismo (DEZEMONE e GRYSZPAN, 2007; SALES, 2005; MEDEIROS, 1983 e 1995; SILVA, O., 2006; SOARES, 2011). Os inimigos eram os latifundiários semifeudais e, principalmente, as forças apoiadoras do imperialismo, que transferiam “para o exterior considerável parte do valor criado pelos trabalhadores brasileiros, o que reduz, em consequência, a taxa de acumulação capitalista no país, diminui o ritmo do seu progresso e influi no baixo nível de vida da sua população”¹⁸⁷.

Tendo como base essa interpretação, o PCB reorientou suas propostas para o campo brasileiro. O programa agrário radical foi substituído pela defesa das seguintes medidas: a desapropriação de propriedades incultas, ou pouco cultivadas, mediante *justa e prévia*

¹⁸³ PCB, 1958, p.5.

¹⁸⁴ PCB, 1958, p.4.

¹⁸⁵ PCB, 1958, p.4.

¹⁸⁶ PCB, 1960, p.46.

¹⁸⁷ PCB, 1958, p.6.

indenização – calculada “com base no preço da terra registrado para fins fiscais”¹⁸⁸; o acesso à pequena propriedade a partir do pagamento “módico e a longo prazo”¹⁸⁹; a concessão dos títulos de propriedade aos posseiros; um amplo programa de crédito voltado aos trabalhadores rurais, para que pequenos e médios agricultores aumentassem a produção agrícola por meio do cooperativismo, da mecanização da agricultura e do “emprego da técnica moderna”¹⁹⁰; o investimento estatal em assistência técnica, transporte e armazenagem; maiores verbas para a educação e ciência como forma de combater o analfabetismo e “desenvolver o ensino técnico e científico e a pesquisa tecnológica e científica, a fim de superar seu atraso em relação às exigências do progresso econômico do país, e avançar no sentido da sua independência tecnológica”¹⁹¹; o pagamento de salários e vencimentos que assegurassem melhores condições de vida; o “combate enérgico à inflação e à carestia”, de forma “que não sacrifique as massas nem prejudique as atividades produtivas”¹⁹²; a isenção fiscal para as pequenas propriedades; o aumento da carga tributária para as grandes propriedades; o reconhecimento dos sindicatos classistas rurais; a extensão dos direitos trabalhistas ao campo; a regulamentação da parceria e do arrendamento; a participação dos sindicatos nos “órgãos governamentais de abastecimento e preços”¹⁹³, como medida de contenção da carestia; a formação de “núcleos de economia camponesa”¹⁹⁴ nas terras da União. Ou seja, nesse período, ficou evidente a crença pecebista na capacidade da mecanização promover a elevação do bem-estar dos trabalhadores rurais, embora reconhecesse que no Brasil o incentivo à mecanização era capitaneado pelos EUA, como parte do processo de dominação imperialista – nesse sentido, defendiam que era necessário estreitar as relações com o “poderio do sistema socialista mundial”, representantes do “verdadeiro” progresso. Como veremos no próximo tópico, essa forma de pensar foi intensamente propagada pelo periódico *Terra Livre*.

3.1.2. A educação rural de acordo com o PCB

Talvez fosse o constante estado de ilegalidade ou a interpretação de que as soluções dos problemas viriam somente por meio da implantação de um governo revolucionário, mas o

¹⁸⁸ PCB, 1960, p.55.

¹⁸⁹ PCB, 1960, p.55.

¹⁹⁰ PCB, 1960, p.56.

¹⁹¹ PCB, 1960, p.58.

¹⁹² PCB, 1958, p.20.

¹⁹³ PCB, 1960, p.56.

¹⁹⁴ PCB, 1960, p.55.

fato é que o PCB não investiu suas forças na criação de movimentos próprios de alfabetização rural. O partido concentrava-se na educação política marxista-leninista dos seus quadros e da classe trabalhadora, com o objetivo de elevar a consciência revolucionária e intensificar a luta pela tomada do Estado¹⁹⁵.

A intervenção “Preparação, Formação e Educação dos Quadros Políticos”, realizada pelo historiador e cientista social Jacob Gorender – com o pseudônimo Sabino Bahia – durante o IV Congresso do PCB, oferece importantes informações sobre a metodologia educacional do partido. Gorender destacou os esforços do partido em criar escolas políticas, cuja divisão remetia à escola tradicional: elementar, que durava no máximo 4 dias; médio, que durava de 6 a 15 dias; superior, destinado aos “quadros do escalão superior e intermediário [para] assimilarem as teses essenciais do Programa, à luz da ciência social marxista-leninista”¹⁹⁶. Tendo os programas do partido como tema, esses cursos buscavam superar o praticismo, presente em diferentes esferas do partido, principalmente no seu comitê central, o que, na opinião de Gorender, explicava o lugar secundário da educação nas propostas e ações pecebistas.

Pautado na experiência do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), Gorender acreditava que, para superar o praticismo, esses cursos deveriam fornecer as ferramentas necessárias para que os operários realizassem sua “autoformação”. Para tanto, ele previa selecionar professores qualificados para tal função (experientes, com amplo conhecimento da teoria marxista-leninista, ativos na vida do partido e capazes de pensar e realizar a planificação do trabalho educativo), publicar mais obras marxista-leninistas e intensificar o uso da imprensa. Pretendia-se, assim, debater “com finalidades de pesquisa e de propaganda, os problemas concretos que enfrentamos, vinculando o estudo da teoria à realidade brasileira e generalizando a experiência da luta diária do Partido”. Em outras palavras, “sem teoria de vanguarda não pode haver movimento de vanguarda”¹⁹⁷.

Ciclos de estudos, palestras, conferências (nas portas das fábricas¹⁹⁸) e leituras coletivas dos periódicos, também eram considerados ferramentas educativas e atividades

¹⁹⁵ Como destacou Manfredi (1986), foram poucas as entidades sindicais ligadas aos movimentos de esquerda que desenvolveram cursos de capacitação (alfabetização e profissionalizante). Estas concentravam suas forças nos cursos de politização.

¹⁹⁶ *Problemas*, “Preparação, formação e educação dos quadros do partido”, dezembro de 1954 a fevereiro de 1955.

¹⁹⁷ *Problemas*, “Preparação, formação e educação dos quadros do partido”, dezembro de 1954 a fevereiro de 1955.

¹⁹⁸ Prestes destacou, no discurso ampliado ao Comitê Central, essa ferramenta como fundamental para a educação dos operários e para que os militantes pecebistas conhecessem melhor os desejos desses operários: “Foi nessas palestras de portas das fábricas que muitos militantes do Partido começaram a compreender que se devia voltar para o trabalho político entre as

possíveis de serem realizadas, dada a eterna clandestinidade do partido [Gorender considerava que a falta de interesse de alguns comitês regionais do partido em realizar esses ciclos também dificultava as coisas]. Já nas resoluções do II Congresso (1925), o PCB indicava o uso da imprensa como ferramenta fundamental para atuar na constituição dos modos de vida, das perspectivas, da consciência histórica¹⁹⁹ e da organização coletiva da sociedade, ao articular, divulgar e disseminar projetos, ideias e valores. Em 1946, a fim de alcançar esses objetivos, lançou-se a campanha “Imprensa Popular”. Essa campanha – baseada na homônima lançada na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e adotada como diretriz pelos partidos comunistas após a III Internacional – foi desenvolvida em torno de três eixos: educar, esclarecer e organizar. Para tanto, preocupavam-se em utilizar: a) linguagem acessível; b) recursos iconográficos; c) repórteres locais, que transmitiriam a “verdade” ao ouvir os envolvidos, escolher os documentos, nomear e datar os acontecimentos, organizar fichários e fazer estatísticas (SOARES, 2011).

O periódico *Terra Livre* foi organizado segundo essas premissas, assumindo a função de instrumento educativo de trabalhadores rurais. O *Terra Livre* (1954-64) era o principal instrumento de veiculação das ideias do PCB no campo brasileiro, possuindo tiragem de trinta mil exemplares e inserção em diferentes regiões do Brasil, com sucursais em Pernambuco (1954), Ceará (1955) e Paraná (1955), bem como corretores de assinaturas nos estados de Rio de Janeiro, Pernambuco, Ceará, Paraná, São Paulo, Amazonas, Mato Grosso, Espírito Santo, Rio Grande do Norte, Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Pará, Goiás, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Brasília, e correspondentes nos já citados, além de Maranhão, Paraíba, Piauí e Sergipe. Este jornal era ligado à União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB)²⁰⁰.

Na tentativa de falar a linguagem desse segmento e superar as barreiras do analfabetismo, o periódico recorria ao imagético, ao lúdico e à leitura coletiva. Ao

grandes massas” (*Imprensa Popular*, “As eleições presidenciais de 1955 e as tarefas do nosso partido”, edição de 14 de agosto de 1955, p.2).

¹⁹⁹ “Consciência histórica” é um conceito heterogêneo utilizado por autores de diferentes lugares epistemológicos. A definição que mais se enquadra na ideia que Cruz e Peixoto (2007) tentaram passar ao utilizar o termo é a de Cerri (2001). Para Cerri, a consciência histórica é a capacidade do indivíduo de relacionar o presente (quem sou), o passado (de onde viemos) e o futuro (para onde iremos).

²⁰⁰ Durante a II Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas (1954), membros do PCB, influenciados pelas ideias discutidas na I Conferência Internacional da União Internacional dos Sindicatos de Trabalhadores na Agricultura, Florestas e Plantações (Viena, 1953), decidiram criar a ULTAB para coordenar as associações de trabalhadores rurais já existentes, tanto as de assalariados agrícolas como as de camponeses, em torno de campanhas pela reforma agrária, pela extensão dos direitos trabalhistas ao campo e pelo congelamento de preços (COSTA, 1990). A ULTAB desempenhou papel fundamental na atuação do PCB no campo.

analisarmos o periódico, encontramos críticas aos principais pontos da ideologia da modernização. Vejamos então as estratégias argumentativas.

No espaço “Conselhos caseiros”, o periódico buscava apresentar a luta política como a melhor maneira de obter uma educação melhor, alimentar os recém-nascidos e cuidar das enfermidades infantojuvenis, já que os responsáveis pelas dificuldades cotidianas enfrentadas pelos trabalhadores rurais eram os latifundiários e os governantes. A seguir, destacamos alguns exemplos. Ao orientar as “mães trabalhadoras” sobre a aquisição dos presentes natalinos, propunha a luta pelo pagamento do abono de natal – exigência comum entre os operários urbanos – como a melhor estratégia: “Os patrões, que ganham tanto dinheiro, podem pagar um Abono de Natal que, nas mãos das mães, é transformado em alegria para os filhos”²⁰¹. Ao narrar sobre a importância da alimentação do recém-nascido, ressaltava a necessidade de exigir “que o patrão e o governo lhe deem meios de alimentar seu filhinho”²⁰². Ao falar sobre os casos de desidratação que atingiam as crianças durante o verão, enfatizava: “Nas fazendas e usinas, as famílias que têm crianças pequenas devem exigir que os patrões deem médicos para atender todos os casos (...)”²⁰³. Ao combater os castigos físicos infantis, destacava que elas nada entendiam das dificuldades e nenhuma culpa “tem de tudo de ruim que acontece. A culpa da miséria e da apertura da vida é dos exploradores”²⁰⁴.

Fábulas também foram publicadas com o objetivo de atacar qualquer tentativa individualista, ou puramente técnica, de resolução dos problemas enfrentados. Na página três da primeira quinzena de novembro de 1955, encontramos a fábula “Antes tarde do que nunca”, composta por quatro personagens: a formiga valente (trabalhadores rurais), a formiga mágica (setores da Igreja católica), a rainha (governantes) e as formigas protegidas pela rainha (latifundiários). Com uma linguagem simples, o texto narra o problema enfrentado pelas formigas “trabalhadoras” que “não recebiam a alimentação em conformidade com o trabalho [executado]” – ou seja, não ganhavam o salário mínimo, reivindicação que organizava o periódico nos anos de 1950 –, em contraposição às formigas protegidas “que já há alguns anos nada faziam além de ficar todo o tempo descansando”. Inconformadas com a situação, as formigas deflagraram uma greve, que as desgastou e, assim, favoreceu a atuação da “formiga mágica”. O discurso de conformidade propagado por esta formiga foi combatido

²⁰¹ *Terra Livre*, “Conselhos caseiros: os presentes de natal”, 2ª quinzena de agosto de 1956, p.3.

²⁰² *Terra Livre*, “Conselhos caseiros: a alimentação do recém-nascido”, 1ª quinzena de setembro de 1956, p.3.

²⁰³ *Terra Livre*, “Conselhos caseiros: a alimentação do recém-nascido”, 1ª quinzena de setembro de 1956, p.3.

²⁰⁴ *Terra Livre*, “Conselhos caseiros: eduque seu filho com paciência”, 1ª quinzena de dezembro de 1956, p.3.

graças à formiga valente, responsável por instigar a continuidade da luta e, por isso, conseguir “**mantimentos**, alegria e amizade”²⁰⁵.

Na tentativa de trazer o camponês para mais perto do seu ideal revolucionário, o jornal enfatizava que os latifundiários não eram os únicos responsáveis pelos problemas que os camponeses enfrentavam. Se o camponês quisesse superar a exploração, seria necessário entender que a luta de verdade acontecia na esfera política (SOUZA, 2005). Para tanto, o jornal adotou três pontos como linha argumentativa: 1) associar a carestia e a fome à negligência dos governantes brasileiros, que realizavam investimentos desnecessários, instituía cobrança demasiada de impostos sobre a produção dos trabalhadores rurais, não regulavam os contratos de arrendamento e estavam subordinados aos interesses imperialistas; 2) apresentar as instituições que aparelhavam as ações dos grileiros: a justiça, a polícia e o exército; 3) apresentar esquemas de grilagem comandados por políticos – quando não eram apresentados como grileiros, alguns políticos eram expostos como protetores dos grileiros.

O periódico utilizava a coluna “Você Sabia?” para apresentar os governantes como partes responsáveis pela exploração dos trabalhadores rurais, desigualdade socioeconômica e inexistência de um controle sobre a remessa de lucros por parte das empresas norte-americanas: “você sabia que o Brasil é um dos países mais ricos do mundo e, no entanto, seu povo é um dos mais pobres do mundo?”²⁰⁶; “você sabia que o charuto fumado pelo presidente Getúlio Vargas custa 60 cruzeiros e que ele fuma 10 charutos por dia, segundo informações publicadas pelo jornal ‘Última Hora’?”²⁰⁷; “você sabia que o Sr. Lucas Garcez, ex-governador de São Paulo, deixou uma dívida de mais de 500 contos só de convites para banquetes?”²⁰⁸; “você sabia que o aluguel do avião da ‘Panair’ que levou o Sr. Café Filho a Portugal custou um milhão de cruzeiros?”²⁰⁹; “você sabia que 400 companhias norte-americanas arrancaram do Brasil, no ano atrasado, 4,7 bilhões de Cruzeiro em Lucro?”²¹⁰; “você sabia que a companhia americana Standard Brands of Brazil obteve, em 1953, lucros de 216,4% sobre o capital?”²¹¹.

As piadas eram instrumentos fundamentais na circunscrição dos responsáveis pela exploração dos trabalhadores rurais. Duas malogradas tentativas de criação de colunas

²⁰⁵ *Terra Livre*, “Antes tarde do que nunca”, 1ª quinzena de novembro de 1955, p.3, grifo nosso.

²⁰⁶ *Terra Livre*, “Você sabia?”, 1ª quinzena de julho de 1954, p.2.

²⁰⁷ *Terra Livre*, “Você sabia?”, 2ª quinzena de julho de 1954, p.2.

²⁰⁸ *Terra Livre*, “Você sabia?”, 2ª quinzena de março de 1955, p.3.

²⁰⁹ *Terra Livre*, “Você sabia?”, 1ª quinzena de maio de 1955, p.3.

²¹⁰ *Terra Livre*, “Você sabia?”, 2ª quinzena de abril de 1955, p.3.

²¹¹ *Terra Livre*, “Você sabia?”, 2ª quinzena de abril de 1955, p.3.

voltadas a este gênero textual foram realizadas: “Vamos Rir?” (edições de 1955 e 1960) e “Conhece Esta?” (edições de 1956). Ainda que sem coluna fixa, as piadas tinham espaço cativo no *Terra Livre*. Grande parte delas era destinada à caracterização dos latifundiários como gordos, cansados e ineficientes – assim como os latifúndios que lhes pertenciam –, preocupados em adquirir objetos que serviriam somente para a reafirmação do seu pretensão poder, como charutos e carros de luxo. Outros adversários eram objetos de depreciação, como o intermediário, o fiscal, ou administrador da fazenda, e o imperialista estadunidense:

Um americano desses que andam pelo mundo a explorar e a roubar o povo, ficou perdido nos grandes matos da África. Depois de muito andar encontrou um índio antropófago (que come gente) que bateu palmas e correu para abraçá-lo.

- Ué, você sabe quem sou? – perguntou o americano.

- Se sei. Você é o meu almoço de hoje, respondeu o índio (*Terra Livre*, “Anedota”, 1ª quinzena de agosto de 1956, p.3).

Sabendo que os intermediários eram figuras malquistas no meio rural, o periódico os utilizava como eixo das críticas à atuação imperialista norte-americana. A tirinha “Vantagens do Comércio com a Rússia e a China”²¹² representa bem essa tentativa de personificar a exploração imperialista a partir de práticas cotidianas. Ao criticar a relação comercial bilateral e desigual estabelecida entre o Brasil e os Estados Unidos, no que se refere à comercialização do café, o texto delegava aos norte-americanos a posição de intermediários, uma vez que ditavam os preços para o nosso café, comprando barato e vendendo caro a outros países.

Cabe aqui destacar outra construção crítica à exploração imperialista, a partir de aspectos cotidianos. Entre janeiro e fevereiro de 1962, o periódico publicou a série “Um dia na vida do Brasilino”. Brasilino era um “bom burguês” que morava “num apartamento qualquer, numa cidade qualquer”²¹³. O objetivo do jornal com essa série era “ver na vida de Brasilino, como todos os brasileiros pagam lucros ao imperialismo, que entra no Brasil em forma de CAPITAL ESTRANGEIRO”²¹⁴, apresentando hábitos cotidianos como: acordar e tomar seu café da manhã com leite que “vem de uma vaca alimentada com farelo REFINAZIL, da ‘Refinações de Milho do Brasil’ (Brasil Z), que é americana”²¹⁵; escovar os

²¹² *Terra Livre*, “Vantagens do Comércio com a Rússia e a China”, 1ª quinzena de fevereiro de 1956, p.3.

²¹³ *Terra Livre*, “Um dia na vida do Brasilino”, janeiro de 1962, p.4.

²¹⁴ *Terra Livre*, “Um dia na vida do Brasilino”, janeiro de 1962, p.4.

²¹⁵ *Terra Livre*, “Um dia na vida do Brasilino”, janeiro de 1962, p.4.

dentes com a escova “TEK, da Johnson e Johnson do Brasil (que é americana)”²¹⁶; fazer a barba com o seu aparelho “Gillete”²¹⁷; enxugar-se com a “toalha felpuda da ‘Fiação da Lapa’, que também não é da Lapa porque é Suíça”²¹⁸; usar o seu automóvel “Volkswagen”, “fabricado pela ‘Volkswagen Brasil’, que é Alemã”²¹⁹.

Além de responsabilizar o imperialismo pela exploração sofrida no campo, o *Terra Livre* também buscava retirar dos EUA o título de “civilização mais desenvolvida do mundo”. A mecanização, os avanços tecnológicos e os altos níveis educacionais da URSS eram utilizados, recorrentemente, para demonstrar as benesses do comunismo. O espaço “Você Sabia?” reproduzia essa caracterização da URSS, apresentando a soberania tecnológica e a qualidade de vida dos trabalhadores rurais e urbanos do país: “você sabia que a mais luxuosa estrada de ferro subterrânea que existe no mundo é o Metropolitano de Moscou, na URSS?”²²⁰; “você sabia que a nova Universidade de Moscou tem 50 mil lâmpadas elétricas?”²²¹; “você sabia que na União Soviética, onde as fábricas e a terra estão nas mãos dos operários e dos lavradores, todas as casas no campo são servidas de energia elétrica?”²²²; “você sabia que se diz alô no telefone porque foi um húngaro, chamado Tivadar Puskas, quem lançou o primeiro chamado telefônico?”²²³; “você sabia que a agricultura da União Soviética está tão adiantada que já se conseguiu nesse país produzir algodão de diversas cores e cultivar verduras, como tomate, em poucos dias?”²²⁴. Enfatizar os avanços soviéticos na “corrida espacial” e na “corrida armamentista” (classificando suas ações como defensivas) também fazia parte da estratégia argumentativa do periódico. Por vezes, durante as orientações agropecuárias, o “Almanaque” publicava fotos das cadelas do programa espacial soviético, Laika, Strelka e Belka, e as utilizava como chamariz à exposição da ciência a “serviço da paz”²²⁵. Em contraposição, imputava aos norte-americanos a responsabilidade pelo uso maléfico da ciência: “você sabia que as cinzas de uma bomba atômica experimentada pelos norte-americanos em Bikini, no Oceano Pacífico, levaram à morte vários pescadores (...)?”²²⁶;

²¹⁶ *Terra Livre*, “Um dia na vida do Brasilino”, janeiro de 1962, p.4.

²¹⁷ *Terra Livre*, “Um dia na vida do Brasilino”, janeiro de 1962, p.4.

²¹⁸ *Terra Livre*, “Um dia na vida do Brasilino”, janeiro de 1962, p.4.

²¹⁹ *Terra Livre*, “Um dia na vida do Brasilino”, fevereiro de 1962, p.4.

²²⁰ *Terra Livre*, “Você sabia?”, 2ª quinzena de julho de 1954, p.2.

²²¹ *Terra Livre*, “Você sabia?”, 1ª quinzena de agosto de 1954, p.5.

²²² *Terra Livre*, “Você sabia?”, 1ª quinzena de março de 1955, p.2.

²²³ *Terra Livre*, “Você sabia?”, 1ª quinzena de agosto de 1954, p.5.

²²⁴ *Terra Livre*, “Você sabia?”, 2ª quinzena de março de 1955, p.3.

²²⁵ *Terra Livre*, “Duas cadelas importantes”, janeiro de 1961, p.6.

²²⁶ *Terra Livre*, “Você sabia?”, junho de 1960, p.4.

“você sabia que a bomba atômica lançada sobre a cidade de Hiroshima, no Japão, ao fim da Segunda Guerra Mundial, matou 80.000 pessoas e feriu outras 40.000?”²²⁷.

Por meio de tirinhas, o periódico defendia que o processo de modernização do campo brasileiro só seria benéfico se ocorresse por meio do estreitamento das relações comerciais com a URSS. O periódico destacava que a Rússia não buscava explorar os trabalhadores rurais, pelo contrário, estabeleceria uma relação horizontalizada, pautada pela permuta. Em troca dos produtos agrícolas, a URSS entregaria “tratores, refinarias de petróleo, equipamentos para usinas elétricas e muita coisa mais”²²⁸.

Mesmo dedicando grande parte do conteúdo à URSS, essa coluna continha pontuais elogios à capacidade organizativa dos trabalhadores rurais chineses, por exemplo: “você sabia que na China Popular existem 84 jornais camponeses, para os lavradores?”²²⁹. O pequeno destaque concedido nesse espaço não representa o protagonismo da China nas abordagens do periódico. Entre 1955 e 1956, uma série de artigos sobre a reforma agrária chinesa foi publicada. Assinados por um chinês e por uma enviada especial (fazendo uso do argumento de autoridade para legitimar as informações veiculadas), esses artigos enfatizavam o papel da aliança operário-camponesa na construção de um Estado capaz de estimular a educação dos camponeses, a intensa produção das cooperativas de trabalhadores rurais, a proclamação da igualdade da mulher, a superação das características feudais e a distribuição da terra para quem nela trabalha, igualando latifundiários e trabalhadores rurais, como ilustra a figura 1.

²²⁷ *Terra Livre*, “Você sabia?”, junho de 1960, p.4.

²²⁸ *Terra Livre*, “Vantagens do Comércio com a Rússia e a China”, 1ª quinzena de fevereiro de 1956, p.3.

²²⁹ *Terra Livre*, “Você sabia?”, 1ª quinzena de março de 1955, p.2.

Figura 1: Reforma agrária chinesa e a transformação do latifundiário em camponês.



Fonte: *Terra Livre*, “O seu dia chegará”, 2ª quinzena de fevereiro de 1956, p.1.

Em resumo, as propostas pecebistas levavam em consideração a ideologia da modernização, porém, consideravam qualquer ação pautada na esfera individual (ou estritamente produtivista) como inócua e propugnavam o controle do Estado pela classe operária como a única forma de resolver a miséria, a mortalidade e a pobreza enfrentadas pelas classes oprimidas. Vejamos como pensavam as Ligas Camponesas.

3.2. As Ligas Camponesas, a educação rural e a modernização do campo

A diferença entre as propostas de reforma agrária presentes nas *Resoluções do V Congresso do PCB* (mais moderada) e no *Terra Livre* (mais radical) deve-se ao apoio dos trabalhadores rurais à forma como as Ligas Camponesas tratavam a natureza da reforma²³⁰. O *Terra Livre* precisava acompanhar a radicalidade que as Ligas traziam ao debate brasileiro da década de 1960.

²³⁰ Esse apoio foi expresso no I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (1961) (MEDEIROS, 2010).

Em 1961, as Ligas iniciaram a expansão nacional do movimento (MEDEIROS, 1989; BASTOS, 1984; AZEVÊDO, 1982; MORAIS, 1969). Apesar das distintas interpretações sobre os elementos motivadores dessa expansão, os autores concordam que o conflito com o PCB e a construção do conceito de “reforma agrária radical” foram fundamentais²³¹. O contato com a revolução cubana – em 1960, Francisco Julião e Clodomir de Moraes, líderes das Ligas Camponesas, viajaram a Cuba – contribuiu para que o projeto de reforma agrária radical ganhasse contornos mais sólidos e o movimento passasse a defender que, a exemplo de Cuba, o Brasil não precisaria passar pelo capitalismo para alcançar o socialismo. Segundo Sales, a adoção da revolução cubana como exemplo foi justificada da seguinte maneira pelos líderes do movimento: Julião atentava para o fato de as condições que levaram Cuba à revolução estarem presentes no Brasil – em especial, a existência de um movimento camponês bem estruturado – e de a revolução cubana ter sido agrária; Moraes, por sua vez, destacara que a revolução cubana fora a única a conseguir uma redistribuição social da terra (SALES, 2005)²³².

Ao adotarem a revolução cubana como referencial, as Ligas foram pela contramão da visão etapista do PCB. O primeiro espaço de disputa foi o V Congresso Comunista, porém, a divergência entre o PCB e as Ligas só atingiu o seu ápice no I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (1961), quando a natureza da reforma agrária foi intensamente debatida entre o PCB e as Ligas Camponesas. Enquanto o PCB defendia a regulamentação da parceria e do arrendamento, as Ligas, considerando precárias essas formas de acesso à terra, defendiam a implementação, *na lei ou na marra*, de uma reforma agrária capaz de extinguir o monopólio da terra e estatizar a propriedade rural. Como destacou Bastos (1984, p.83), o PCB defendia a igualdade democrático-burguesa, que deveria ser implantada para garantir o desenvolvimento das condições necessárias para a ascensão do socialismo, já as Ligas partilhavam da igualdade do socialismo, uma igualdade com um fim em si mesmo.

²³¹ Moraes considerou primordial o V Congresso do Partido Comunista (1960), quando, influenciados pela Revolução Cubana, membros das Ligas pertencentes aos quadros do comitê pernambucano do PCB tentaram sobrepor suas teses de luta no campo às do comitê central. A tentativa não foi bem-sucedida, resultando na expulsão de alguns desses membros do PCB. Após essa derrota, o Conselho Regional das Ligas planejou a expansão do movimento para outras regiões do país vislumbrando a conquista da força necessária para confrontar as teses e organizações ligadas ao PCB. Para Azevêdo, que compartilhou da interpretação proposta por Moraes, a expansão nacional das Ligas ocorreu após o V Congresso, porém, o autor negligencia qualquer influência cubana na construção teórica das Ligas – para ele, a adoção da “reforma agrária radical” foi uma construção endógena, resultado da experiência com a desapropriação do Engenho da Galiléia (1959). Bastos, por sua vez, defendeu que o elemento primordial para a expansão nacional foi a divergência com o PCB no Congresso de Belo Horizonte (1961), onde, influenciados pela reforma agrária cubana, membros das Ligas propuseram novas estratégias para a implantação da reforma agrária no Brasil.

²³²A 1ª lei de reforma agrária cubana (1959) proibiu o latifúndio, dividiu o país em Zonas de Desenvolvimento Agrário e criou o Instituto Nacional da Reforma Agrária, responsável por expropriar propriedades, transferir títulos de terras e iniciar o processo de redistribuição de renda e terras no país (PERICAS, 2004).

Essas diferenças se refletiam nas propostas das Ligas Camponesas. Vislumbrando a conquista da força necessária para confrontar as teses e organizações ligadas ao PCB, as Ligas propagar-se-iam para diversos estados do Brasil, como Acre, Bahia, Brasília, Goiás, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul (MORAIS, 1969).

Apesar de utilizar o conceito de “reforma agrária radical” de forma recorrente, poucas foram as ocasiões em que as Ligas apresentaram seu significado. Em quatro artigos e notícias publicados no periódico *A Liga* foi possível encontrar tal definição: ao noticiar o debate que ocorreu no programa “Depois do Sol” da TV Tupi, entre Julião, “um revolucionário”, e o deputado Amaral Neto, “porta-voz das classes dominantes”²³³; ao conclamar o camponês à “Lutar pela Reforma Agrária”²³⁴; ao atentar para a relação entre reforma agrária e melhora das condições de vida dos trabalhadores urbanos²³⁵; e ao publicar as “Teses para debate”²³⁶. Todas essas publicações versavam sobre: 1) uma reforma agrária dirigida pelos próprios camponeses; 2) a outorga de títulos de propriedade aos posseiros que trabalhavam a terra; 3) a desapropriação das terras devolutas e dos latifúndios improdutivos, mediante indenização baseada em títulos de dívida pública com prazo de 20, 30, 40 anos ou mais, dependendo do caso, vencendo juros de 2% ao ano – ademais, propunham que o valor da terra deveria ser calculado a partir das declarações para pagamento de imposto territorial; 4) a criação de condições para o desenvolvimento da economia nacional, levando em consideração a participação dos trabalhadores rurais; 5) a aplicação “na marra” da reforma – ou seja, mediante pressão popular –, haja vista o domínio e controle que a classe dominante tinha no congresso nacional; 6) a criação do Instituto de Reforma Agrária, que, ao exemplo da reforma agrária cubana, seria responsável por oferecer assistência técnica ao camponês e desapropriar as terras improdutivas com área superior a 500 hectares; 7) o estímulo à formação de cooperativas; 8) a plena garantia à sindicalização e ao direito de organização; 9) a distribuição gratuita das terras devolutas; 10) a extensão dos direitos trabalhistas ao campo; 11) a elaboração de um imposto territorial progressivo que incidisse sobre a grande propriedade agrícola e isentasse a pequena propriedade agrícola; 12) o combate à utilização especulativa das terras, a partir da proibição de concessão de terras públicas àqueles que objetivassem utilizá-las com esse interesse.

Assemelhando-se à quase totalidade das forças que pensaram o campo brasileiro após 1945, as Ligas consideravam que a utilização de técnicas de produção retrógradas potencializava a carestia e a baixa qualidade de vida dos trabalhadores rurais brasileiros. Porém, assim como

²³³ *A Liga*, “GB: júri popular consagrou reforma agrária radical”, 27/11/1962, p.3.

²³⁴ *A Liga*, “Lutar pela reforma agrária”, 9/1/1963, p.3.

²³⁵ *A Liga*, “O caso dos ‘bagrinhos’ de Santos: só a reforma agrária acaba desemprego”, 11/12/1962, p.2.

²³⁶ *A Liga*, “Teses para debate”, 12/6/1963, p.3.

argumentava o PCB, as Ligas acreditavam que esses problemas eram causados pela exploração imperialista e pela atuação dos latifundiários, que usavam a terra com o exclusivo desejo de manter o seu poder, pois não sabiam plantar e não deixavam as pessoas plantarem, além de aproveitarem as condições inóspitas de armazenamento e transporte que faziam com que o camponês vendesse seu produto rapidamente, para formarem monopólios “constituídos por um pequeno número de firmas atacadistas, que controlam a distribuição dos artigos de primeira necessidade, conseguindo lucros fabulosos”²³⁷. A intensificação da produção e o bem-estar dos trabalhadores rurais só seriam alcançados com a implementação de uma reforma agrária radical.

Aplicando estratégia argumentativa parecida com a desenvolvida pelo PCB, as Ligas buscavam retirar os EUA do topo da lista das nações desenvolvidas. Porém, não seria a URSS que o substituiria, e sim Cuba. Caracterizado como o maior exemplo de “que há um caminho para livrarmos nossa pátria da miséria e do atraso em que vivemos”²³⁸, o governo revolucionário cubano era congratulado por ter nacionalizado empresas estrangeiras, ampliado o comércio exterior, melhorado a assistência médica, construído moradias dignas para o camponês, mecanizado a agricultura, extirpado o analfabetismo – classificado como braço de atuação do imperialismo –, promovido a “libertação do aluguel”²³⁹, acabado com a miséria e, é claro, demonstrado viabilidade da queima das etapas revolucionárias.

Outra semelhança com o PCB era a importância que a educação política possuía nas estratégias das Ligas. Por acreditar que a melhora definitiva da qualidade de vida aconteceria somente por meio da revolução socialista, as Ligas concentravam seus esforços no fortalecimento da consciência de classe dos agentes revolucionários. No decorrer do ano de 1963, preocupado em viabilizar o protagonismo revolucionário dos camponeses, membros do movimento propuseram a criação de uma Organização Política (OP) de tipo leninista dentro da Organização de Massas (OM), proposta que foi aprovada em janeiro de 1964 (MORAIS, 1969). Após a aprovação, criou-se uma escola de quadros dentro da OM com o objetivo de educar e organizar os camponeses, “dando-lhes uma consciência marxista-leninista”. A partir de aulas sobre dialética da história, economia política, natureza da revolução brasileira e agitação e propaganda, o movimento pretendia unir a teoria à prática e, assim, evitar a transformação dos camponeses em “simples agitadores, com uma fraseologia teórica, muitas

²³⁷ *A Liga*, “Feijão sobe mais de preço do que os artigos de luxo”, 9/10/1962, p.2.

²³⁸ *A Liga*, “Todo apoio a Cuba!”, 27/03/1963, p.1.

²³⁹ *A Liga*, “Nada de Recuos: com Cuba hoje e sempre!”, 6/11/1962, p.1.

vezes inoportuna”²⁴⁰. A imprensa foi utilizada como importante instrumento educacional. O *Liga* indicava a leitura de alguns livros. Nas suas primeiras edições, um livro comumente indicado e noticiado foi o *Que são as Ligas Camponesas?*, de Francisco Julião, apresentado como manual de criação de uma liga²⁴¹. Em 1/1/1963 o jornal criou as colunas “Leitura Popular”, que mais tarde passaria a se chamar “Livros e Problemas”, e “Pequeno Dicionário Prático da Revolução Brasileira”. A primeira, escrita por Wania Filizola, funcionava como um espaço dedicado à resenha crítica de livros que versavam sobre a dialética da história, economia política e a natureza da revolução brasileira. Já a segunda possuía uma estrutura pitoresca: tendo a letra A como tema, diversas palavras eram destacadas e acompanhadas de explicações sobre a homogeneidade do congresso, os “inimigos” dos camponeses e dos operários²⁴², a aliança “natural” operário-camponesa²⁴³, as causas da carestia no país, a exploração imperialista, a articulação dos setores dominantes para manter sua hegemonia, a implantação da reforma agrária radical, a necessidade de formar agrônomos camponeses, a “indústria da seca” no Nordeste²⁴⁴, a desigualdade socioeconômica, o analfabetismo entre os camponeses e a legitimidade da defesa armada.

Aproveitando-se da legalidade, alguns membros das Ligas Camponesas também recorriam à educação formal como importante instrumento de conscientização política. O ano de 1963 também marcou a intensificação do programa de alfabetização nas Ligas Camponesas da Paraíba, onde membros do movimento, em articulação com setores da Juventude Católica e do poder público, participaram da instalação de escolas radiofônicas do Sistema Radioeducativo da Paraíba (SIREPA) e de núcleos da Campanha de Educação Popular (CEPLAR) (XAVIER, 2010). Uma ação que, como destacou Luiza Erundina – integrante da Liga Camponesa de Campina Grande –, alinhava a aplicação do método Paulo Freire com os objetivos políticos do movimento:

Nós que trabalhávamos com o método dele, e trabalhávamos com retroprojektor, projetando as imagens, as frases, no processo de alfabetização, nós fomos perseguidos, a partir da descoberta de que em nossas casas haviam retroprojetores. Nós tivemos, inclusive, que enterrar (...) Porque a gente usava no processo de alfabetização dos camponeses, os camponeses que estavam vindo das Ligas Camponesas, ou seja, estavam sobre o impacto, a tragédia das Ligas Camponesas. Então, você abordar um camponês, ensinando ele a ler e a pensar, significava

²⁴⁰ *A Liga*, “A educação de quadros: tarefa da organização política das ligas”, 11/3/1964, p.4.

²⁴¹ *A Liga*, “Do ponto de vista do camponês: como organizar uma liga”, 6/11/1962, p.3.

²⁴² Nos discursos do *Liga*, a palavra “inimigo” foi recorrentemente utilizada, evidenciando a tentativa de trazer afetividade à luta, demonstrar empatia e interiorizar práticas.

²⁴³ *A Liga*, “Pequeno dicionário prático da revolução brasileira”, 16/1/1963, p.5.

²⁴⁴ *A Liga*, “Pequeno dicionário prático da revolução brasileira”, 16/1/1963, p.5.

também uma ameaça ao regime (...) eles sabiam de que o retroprojetor era pra usar o método Paulo Freire, alfabetizando camponeses.²⁴⁵

Podemos dizer que o alinhamento realizado pelos educadores das Ligas era orgânico, pois o método psicossocial proposto por Paulo Freire previa a construção de uma educação para além da capacitação técnica para o trabalho ou da ampliação das bases de representação da democracia liberal (AMMANN, 2003). Explorando a relação entre som e imagem, a partir das respostas imediatas dos alunos Paulo Freire buscava construir uma educação que fosse capaz de conscientizar o estudante do seu lugar no mundo e da exploração inerente à sociedade burguesa de classes, estimulando assim a formação de um pensamento crítico. Em suas palavras:

(...) Para mim um educador progressista é aquele que trabalha numa sociedade burguesa de classe como a nossa, por exemplo, e tem o sonho que o transcende, que vai mais além de fazer a escola melhor, mas que é preciso fazer, porque ele sonha é mesmo com a transformação radical da sociedade burguesa, numa sociedade socialista. Esse para mim é um educador progressista.

O educador revolucionário é aquele que já se encontra situado histórica e socialmente, na sociedade, em processo, em um nível maior do processo atual. Vou dar um exemplo, eu acho que um de nós aqui é um educador progressista, e na Nicarágua um de nós seria um educador revolucionário. Talvez se pudesse dizer: - Paulo isso é um negócio tão acadêmico que não adianta. Eu também não dou muita atenção a essa distinção semântica (FREIRE, 1985, p.14-15).

Outro ponto de alinhamento dizia respeito à natureza da reforma agrária. Para ambos, a reforma agrária não era uma questão de ordem técnica, e sim uma decisão política, que efetivaria e impulsionaria mudanças técnicas, colocadas a serviço dos camponeses, os legítimos guias da reforma agrária (FREIRE, 2019). Nesse sentido, Paulo Freire, no livro *Extención o Comunicación?* (1969)²⁴⁶, destacava que os projetos extensionistas tratavam o campesinato como “coisa”, cuja função era, única e exclusivamente, reproduzir

²⁴⁵ Luiza Erundina em entrevista concedida à Leonardo Sakamoto. Disponível em: [HTTPS://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2019/12/21/paulo-freire-nao-foi-militante-da-esquerda-e-sim-da-educacao-diz-erundina.htm](https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2019/12/21/paulo-freire-nao-foi-militante-da-esquerda-e-sim-da-educacao-diz-erundina.htm). Acessado em: 28/4/2020.

²⁴⁶ O método Paulo Freire foi utilizado por diferentes forças, cada qual tentando adequá-lo aos seus objetivos políticos (em maior ou menor grau, distantes dos objetivos emancipatórios de Paulo Freire), como: o MEB, com seu método dialógico; o governo militar, com o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) (FREITAS e BICAS, 2009); Jango, que convidou Paulo Freire para coordenar a Comissão Especial responsável por implantar o Programa Nacional de Alfabetização, criado em janeiro de 1964 (FREITAS e BICAS, 2009), cujo objetivo era dinamizar a capacidade produtiva do Estado (*O Cruzeiro*, “O povo alfabetiza o povo”, 1/2/1964, p.50); e o governo democrata-cristão de Eduardo Freire, que utilizou o método Paulo Freire em todos os programas chilenos de alfabetização (FREIRE, 1980). Foi no Chile – onde vivia desde novembro de 1964, em decorrência do exílio imposto pela ditadura civil-militar brasileira –, que Paulo Freire publicou o livro *Extención o Comunicación?* pelo Instituto de Capacitación e Investigación en Reforma Agrária (Santiago, Chile), em 1969.

mecanicamente o conhecimento transmitido pelos detentores do conhecimento técnico salvador:

Parece-nos, entretanto, que a ação extensionista envolve, qualquer que seja o setor em que se realize, a necessidade que sentem aqueles que a fazem de ir até a “outra parte do mundo”, considerada inferior, para, à sua maneira, “normalizá-la”. Para fazê-la mais ou menos semelhante a seu mundo.

Daí que, em seu “campo associativo”, o termo extensão se encontre em relação significativa com *transmissão, entrega, doação, messianismo, mecanicismo, invasão cultural, manipulação*, etc. (FREIRE, 2019, p.20, grifo no original).

Para Freire, os referidos técnicos tratavam os trabalhadores rurais como ignorantes e, por conseguinte, não compreendiam que os métodos produtivos empreendidos pelo campesinato refletiam sua forma de observar o mundo, pautada na visão integrada do binômio homem-natureza (por vezes, tão integrada que dificultava enxergar o mundo em perspectiva). Por essa razão, os conteúdos transmitidos pelos técnicos extensionistas eram contraditórios com a forma pela qual os camponeses enxergavam o mundo. Freire considerava que ao imputar o uso de uma técnica aos camponeses, os extensionistas estavam contribuindo para alterar a forma como eles percebiam o mundo e se percebiam, fazendo avançar uma lógica hegemônica e persuasiva:

Persuadir implica, no fundo, um sujeito que persuade, desta ou daquela forma, e um objeto sobre o qual incide a ação de persuadir. Neste caso, o sujeito é o extensionista; o objeto, os camponeses. Objetos de uma persuasão que os fará ainda mais objetos da propaganda (FREIRE, 2019, p.23).

Para ele, educação é um ato constante, onde o sujeito se apropria do ensinado para ler o mundo a sua maneira. Nesse sentido, o agrônomo-educador e todos aqueles envolvidos na educação rural deveriam, primordialmente, compreender que os camponeses possuíam uma lógica própria de compreensão do mundo, e, por meio da interação e do constante diálogo, encontrar saídas conjuntas e adequadas à forma como esses sujeitos apreendem a vida. Em outras palavras, era necessário substituir o termo “extensão” pela palavra “comunicação”:

Nem aos camponeses, nem a ninguém, se persuade ou se submete à força mítica da propaganda quando se tem uma opção libertadora. Neste caso, aos homens se lhes problematiza sua situação concreta, objetiva, real, para que, captando-a criticamente, atuem também criticamente sobre ela. (...)

Estamos convencidos de que qualquer esforço de educação popular, esteja ou não associado a uma capacitação profissional, seja no campo agrícola ou no industrial

urbano, deve ter, pelas razões até agora analisadas, um objetivo fundamental: através da problematização do homem-mundo ou do homem em suas relações com o mundo e com os homens, possibilitar que estes aprofundem sua tomada de consciência da realidade na qual e com a qual estão (FREIRE, 2019, p.23-39).

Para Freire, essa forma de comunicação só seria possível mediante uma reforma estrutural, capaz de romper com as estruturas hegemônicas e com o poder extraeconômico do latifúndio, responsável por imputar um sentimento de inferioridade aos trabalhadores rurais:

Questão mais séria seria indagar sobre a possibilidade do diálogo enquanto não haja mudado a estrutura latifundista, pois é nela que se encontra a explicação do mutismo do camponês. Mutismo que começa a desaparecer de uma maneira ou de outra nas áreas de reforma agrária ou nas que estão sofrendo a influência do testemunho destas áreas, como observamos no caso chileno (FREIRE, 2019, p.61).

Em resumo, apesar da divergência entre as Ligas e o PCB quanto à natureza da reforma agrária e às estratégias de combate ao analfabetismo, ambos concordavam que a melhora definitiva da qualidade de vida da classe trabalhadora era urgente. Assim, consideravam que o controle do Estado pela classe operária seria a única forma possível de resolver os problemas enfrentados pelas classes oprimidas. No campo da esquerda, a superação do paradigma da modernização só viria ocorrer no fim da década de 1960, quando as proposições dos teóricos marxistas da dependência ganharam espaço nos debates públicos e acadêmicos (KAY, 2001)²⁴⁷, como veremos a seguir.

3.3. A superação do paradigma da modernização

Segundo Kay (2001), a “marginalidade” era um conceito-chave na ideologia da modernização. Utilizava-se o termo “marginal” para se referir àqueles que viviam em regiões periféricas e estavam submetidos ao desemprego, a miséria e ao analfabetismo. Nas ciências

²⁴⁷ Cabe destacar que além dos cepalinos e dos teóricos marxistas da dependência, a tese do “colonialismo interno” também criticava o paradigma da modernização. Durante a década de 1960, os defensores dessa tese (González Casanova, Stavenhagen e Cotler) discutiram as peculiaridades da exploração indígena nas sociedades latino-americanas, atentando para a dupla exploração que atingia esse grupo. Na interpretação dos teóricos pertencentes a esse grupo, a população indígena estava submetida tanto às mazelas da dependência externa como à exploração interna, ocupando posições de trabalho extremamente precárias nas sociedades latino-americanas. Ademais, atentavam para a peculiaridade dessa exploração, considerando-a não somente resultado do binômio tradicional-moderno ou das relações econômicas, mas também da discriminação política, linguística e cultural (intensificando-se a medida que estes grupos se integravam ao modo de produção capitalista) (KAY, 2001).

sociais, dois grupos tratavam a marginalidade de forma distinta. De um lado, o grupo representado pela CEPAL, que entendia a marginalidade como resultado da falta de integração de determinados grupos às estruturas de produção e consumo do capitalismo (defendendo que a reforma do capitalismo bastava para resolver o problema). Do outro, os teóricos marxistas da dependência, que enxergavam a marginalidade como um fenômeno inerente ao modo de produção capitalista (defendendo que este problema só seria resolvido com a implantação de um governo socialista). No geral, estes teóricos marxistas criticavam a caracterização do subdesenvolvimento como um estado natural (sem causa aparente), considerando que o subdesenvolvimento era produto de séculos de exploração imperialista. Nesse sentido, defendiam que a “dependência” não era meramente expressa nas relações comerciais (como indicava a CEPAL), e sim um fenômeno arraigado nas relações sociais de produção, culturais e políticas endógenas – sendo a burguesia nacional uma das principais forças mantedoras dessa dominação. A teoria marxista da dependência foi amplamente utilizada por cientistas sociais e pelos governos socialistas latino-americanos (como o de Salvador Allende e o revolucionário cubano), para melhor fundamentarem seus projetos de desenvolvimento rural, partindo do pressuposto de que o discurso modernizador possuía forte caráter imperialista (KAY, 2001).

Embora não seja considerado um teórico marxista da dependência, Francisco de Oliveira (1972) desenvolveu nessa conjuntura uma sólida crítica ao paradigma da modernização, que merece ser lembrada. Para Oliveira, apesar da crítica e da intenção renovadora, o pensamento cepalino estava imbuído de matrizes modernizadoras, uma vez que discutia a miséria da população latino-americana a partir da relação produção-capital (preocupados com taxas de crescimento e pautados na “perspectiva ético-finalista de satisfação das necessidades da população” (OLIVEIRA, 1972, p.9)) e buscava ingênuas reinserções dos países latino-americanos na divisão internacional do trabalho – por exemplo, defendendo que os países centrais pagassem mais pelos produtos primários adquiridos e diminuíssem o valor dos bens de produção vendidos. Além disso, Oliveira afirmava que estas análises não se perguntavam a quem servia o desenvolvimento econômico no Brasil.

Para ele, era fundamental analisar o modo de produção capitalista a partir de uma perspectiva que considerasse características políticas – não ficando restrito ao isolamento das condições econômicas – e compreendesse que o processo de crescimento era um problema que dizia “respeito à oposição entre classes sociais internas” (OLIVEIRA, 1972, p.12). Foi justamente este caminho analítico que ele trilhou na obra aqui em análise. Oliveira buscou

demonstrar como o patronato rural (grupo tido como representante da forma de produção “tradicional”) e a burguesia industrial (representante do “moderno”) uniram forças a fim de garantir altas taxas de acumulação.

Para melhor identificar o papel de cada uma dessas forças no processo de acumulação, Oliveira retrocedeu à revolução de 1930. Segundo ele, a partir dali, o Estado brasileiro passou a ser instrumentalizado para atender os interesses da nascente burguesia industrial – até então, o Estado era dirigido pelo patronato rural. Nesse processo de mudança do núcleo dirigente, delegou-se ao setor rural a função de garantir a rentabilidade industrial por meio do consumo de bens de produção nacional, do acúmulo de reservas internacionais (a partir da exportação de produtos primários), da liberação de mão de obra para a formação de exército de reserva e, sobretudo, da manutenção do baixo custo de vida dos trabalhadores urbanos (fornecendo alimentos a preços baixos). Em sua opinião, a promulgação da CLT e a não intervenção do Estado na questão fundiária demonstravam os termos desse pacto. Ao manter o monopólio da terra e não estender os direitos trabalhistas aos trabalhadores rurais, o Estado brasileiro contribuía para a liberação de força de trabalho e a conseqüente formação de exército de reserva nas regiões urbanas, garantindo altas taxas de acumulação tanto para os latifundiários quanto para os industriais.

O monopólio da terra também era essencial para a manutenção do baixo custo de vida dos trabalhadores urbanos (o que contribuía para o pagamento de baixos salários e aumento da mais-valia). Propondo uma reinterpretação das análises de Marx, Oliveira defendeu que os processos de expropriação no campo não deveriam ser somente analisados pelo viés da expropriação da propriedade em si, mas também pelo que chamou de “expropriação do excedente” (a expropriação do trabalho durante a posse transitória da terra). Segundo Oliveira, a expropriação do excedente era fundamental para a acumulação dos latifundiários e da burguesia industrial, pois garantia, por meio da superexploração do trabalhador rural, o baixo custo dos gêneros alimentícios de primeira necessidade. Na opinião do autor, a construção da relação campo-cidade, nesses termos, garantia altas taxas de acumulação aos industriais e latifundiários. Por isso, de acordo com a interpretação de Oliveira, não interessava a estes grupos modernizar a produção rural, integrar os trabalhadores rurais ao mercado consumidor interno ou ampliar a capacidade de fornecimento de matéria-prima às indústrias, pois suas taxas de lucro já eram altíssimas.

Outro argumento modernizador criticado por Oliveira era a relação entre a modernização técnica e a melhora na qualidade de vida dos trabalhadores. De acordo com ele, tal modernização promoveria o contrário, a intensificação da exploração. O autor demonstrou que durante os vinte e cinco anos de intenso crescimento industrial (1944 – 1969), o salário real dos trabalhadores urbanos da Guanabara e de São Paulo não teve aumento real, pelo contrário, entre 1944 e 1951 foi reduzido pela metade; entre 1952 e 1957 teve recuperações e declínios, “alternando-se na medida do poder político dos trabalhadores” (OLIVEIRA, 1972, p.51); e a partir de 1958 a deterioração intensificou-se. Ademais, ao analisar as indústrias “dinâmicas” – aquelas que utilizam tecnologia de ponta, como a química, eletrônica e petroquímica – do município de São Caetano do Sul, Oliveira constatou que estas utilizavam mão de obra não qualificada em proporções semelhantes às indústrias de tipo tradicional.

Considerando a relação salário-productividade, Oliveira era categórico ao afirmar que os níveis de qualidade de vida entre os trabalhadores rurais e urbanos não diferia muito. Embora os trabalhadores urbanos tivessem acesso a bens como geladeira e fogão (que em certa medida melhorariam aspectos do dia a dia), a aquisição desses bens era feita por crediários que comprometiam a renda desses trabalhadores, fazendo com que, frente a desvalorização do salário real, tivessem que escolher entre a aquisição de gêneros alimentícios de primeira necessidade e o pagamento do crediário; decidindo, muitas vezes, pelo último, haja a vista a estrutura de endividamento da sociedade capitalista (o não pagamento do crediário acarreta na desclassificação do trabalhador no sistema de crédito e o conseqüente preterimento para assumir ocupações).

Outro argumento atacado foi a ideia de que a modernização das técnicas aumentaria a produtividade. Geralmente, os defensores da ideologia modernização atentavam para a queda da rentabilidade dos setores industriais “tradicionais” – têxtil e alimentação – a fim de legitimar seus argumentos. Entretanto, segundo Oliveira, esta queda ocorreu menos pelo uso de técnicas modernas que pelo caráter concentrador do capitalismo nacional. Para ele, o aumento da rentabilidade das indústrias mais modernas era resultado do processo de concentração de renda, uma vez que parte dos seus trabalhadores pertencia à classe média brasileira, que – em razão de possuírem uma formação mais específica e escassa, que os permitia obter ganhos maiores que grande parte dos trabalhadores brasileiros – consumia os bens de consumo duráveis produzidos por essa própria indústria.

Outra crítica ao pensamento cepalino (modernizador) diz respeito ao lugar do conceito de “mais-valor”, ou “mais-valia”, nas análises cepalinas. Na interpretação de Oliveira, a CEPAL negligenciava tal conceito ao sugerir que a ausência de um mercado consumidor volumoso fazia com que os industriais superdimensionassem suas unidades, diminuíssem as ofertas de empregos e reduzissem, ao longo prazo, suas taxa de lucro, de investimento e de crescimento. Para Oliveira, os teóricos cepalinos concentravam suas análises na estrutura física do capital (pautados, principalmente, na teoria de “economia de escalas”), ignorando a possibilidade de o capital aumentar suas taxas de lucro sem, necessariamente, expandir suas plantas produtivas. Por exemplo, à medida que a produção industrial crescia, os preços dos produtos industriais avançavam (principalmente os produtos industriais que faziam parte da cesta básica), resultando na erosão dos salários e, concomitantemente, no aumento do custo da reprodução da força de trabalho. Para contornar o aumento de gastos com esta reprodução, o patronato recorria ao Estado, para que este subsidiasse empresas que operavam no setor da educação, do transporte e da saúde, o que diminuiria a desvalorização do salário real (e contornaria as pressões por melhoria salarial). Além disso, para Oliveira, pensar a industrialização a partir da chave do consumo era equivocado. O consumo seria apenas mais uma das diversas estratégias de acumulação, que somente se tornava um ponto de intervenção e preocupação dos setores patronais, quando afetava o processo de acumulação.

Em resumo, até o início da década de 1970, grupos de diferentes campos políticos conceituaram a realidade social rural dialogando com a ideologia da modernização – seja no âmbito da direita ou da esquerda. Entretanto, é possível identificar interpretações e usos próprios desse paradigma. As forças sociais à esquerda pensavam a modernização do campo a partir de referenciais bem distintos dos defendidos pela Igreja e pelo Executivo federal. O PCB, as Ligas e Paulo Freire consideravam inócua qualquer ação pautada na esfera individual (ou estritamente produtivista) e propugnavam o controle do Estado pela classe operária como a única forma de resolver os problemas enfrentados pelas classes oprimidas. Segundo essa visão, somente a classe operária seria capaz de liderar o processo de crescimento produtivo (também chamado de modernização) e reduzir as desigualdades intrínsecas a ele. Como veremos a seguir, o MEB interagiu com estas diferentes formas de pensar a modernização rural.

CAPÍTULO IV

O MEB E AS DISPUTAS PELA REFORMA AGRÁRIA

4.1. O projeto agrário de 1961

Como buscamos apresentar nos capítulos anteriores, o episcopado brasileiro e Jânio Quadros tratavam a questão agrária brasileira de forma similar. Ambos, pautados pelos referenciais modernizadores defendidos por Washington, consideravam que aumentar a produção agrícola resolveria os problemas rurais e impediria o avanço dos movimentos de orientação marxista. Desse modo, propunham uma reforma agrária voltada à formação de cooperativas, ao combate único e exclusivo ao latifúndio improdutivo, à promoção da articulação harmônica entre Estado, setores patronais e trabalhadores rurais, à propagação do ensino técnico e à facilidade do acesso ao crédito para que os trabalhadores rurais pudessem adquirir tanto a pequena propriedade privada (considerada fonte de liberdade político-econômica) como os insumos agrícolas (principalmente, inseticidas e maquinários). Esta afinidade ideológica foi materializada na presença de D. Helder Câmara no “Grupo de Trabalho do Estatuto da Terra” – composto, majoritariamente, por representantes das agências modernizadoras (FAO, AIA, ACAR e Missão Abbink) – e na criação do MEB. A nosso ver, a criação e as primeiras ações do MEB devem ser analisadas por esse ângulo, *compreendendo o movimento como uma interseção entre dois projetos de modernização do campo brasileiro*. Como veremos, é possível identificar intenções próprias nessa relação. Por exemplo, aventamos a hipótese de que, para Jânio Quadros, era interessante delegar a educação dos trabalhadores rurais a uma organização privada, pois tal ação representava o seu compromisso com dois dos argumentos presentes na *Mensagem ao Congresso*: a aplicação da ideologia do Desenvolvimento de Comunidade como ferramenta indispensável para a resolução dos problemas brasileiros e a necessidade de controlar o gasto público com educação. Para Igreja, por sua vez, essa relação demonstraria o seu esforço para promover a harmonia entre as classes e reforçava a sua imagem enquanto mediadora universal.

A partir da análise do decreto nº 50.370 de criação do MEB, dos documentos oficiais do movimento e das entrevistas concedidas por suas coordenadoras aos principais jornais da

década de 1960, é possível compreender melhor a função do MEB como agente da modernização do campo brasileiro e o seu papel no projeto político do episcopado.

Começamos pelo decreto nº 50.370, que colocava o MEB como organização ligada à CNER, à CEAA, ao Ministério da Agricultura e ao Ministério da Saúde. Ou seja, o MEB foi criado para alavancar as experiências de educação de base iniciadas nos governos anteriores, reproduzindo o modelo de educação rural centrado na alfabetização, na capacitação técnica e na adoção de práticas higiênicas – tríade considerada fundamental para conter o avanço do comunismo ao aumentar a produção e, conseqüentemente, melhorar as condições de vida dos trabalhadores rurais:

Art. 8º Colaborarão com o MEB os seguintes setores da administração pública federal, dentro das suas possibilidades técnico-administrativas de atendimento, mediante convênios e a serem firmados

a) o Ministério da Educação e Cultura especialmente pela Campanha Nacional de Educação Rural, pela Campanha Nacional de Educação de Adultos pela Campanha Nacional de Merenda Escolar, pela Campanha de Erradicação do Analfabetismo e pelo Sistema Radioeducativo Nacional;

b) o Ministério da Agricultura **especialmente pela Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, pelo Departamento Nacional de Produção Vegetal, Departamento Nacional de Produção Animal, Serviço de Informação Agrícola, Serviço de Economia Rural, Instituto Nacional de Imigração e Colonização;**

c) o Ministério da Saúde pelo Departamento Nacional de Endemias Rurais **especialmente seu Serviço de Educação Sanitária, pelo Serviço Nacional de Educação Sanitária e pelo Departamento Nacional da Criança** (BRASIL, 1961, grifos nossos).

As falas da coordenadora nacional do MEB reforçavam o caráter educacional técnico do movimento. Em 1961, Vera Jaccoud informou às reportagens dos periódicos *A Noite* e *Diário de Pernambuco* que o modelo de educação de base proposto pela Igreja consistia no “conjunto de ensinamentos destinados a promover a valorização do homem e do ambiente em que vive, incluindo-se, aí, **educação sanitária, iniciação agrícola, alfabetização, informação profissional**”²⁴⁸, bem como ensinar “a ler, a escrever, a contar”²⁴⁹.

De igual maneira, os documentos oficiais do MEB colocavam como sua “razão de ser” a busca pelos objetivos listados por Jaccoud:

²⁴⁸ *Diário de Pernambuco*, “Movimento de Educação de Base planejando atividades no estado: alfabetização em massa”, 14 de julho de 1961, p.8, segundo caderno, grifo nosso.

²⁴⁹ *A Noite*, “Milhões de analfabetos aprenderão pelo rádio”, 4 de abril de 1961, p.6.

I – Objetivos do Movimento

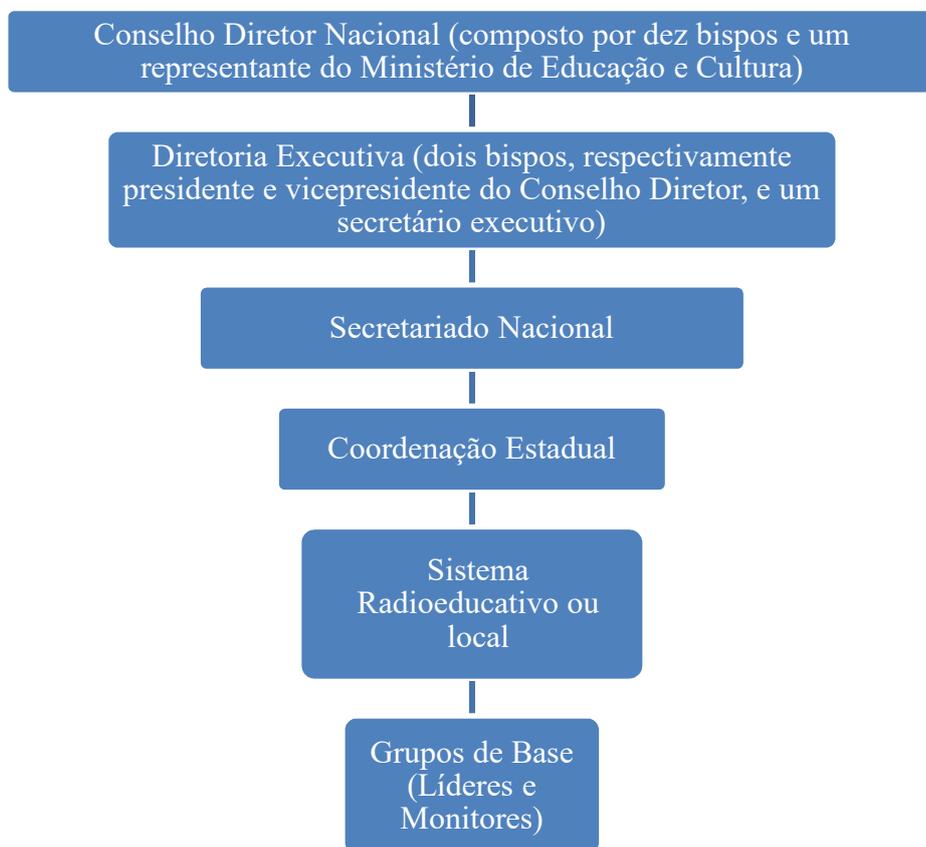
- a) Razão de ser
O Movimento de Educação de Base, a ser executado no quinquênio – 1961/1965, tem por objetivo:
- 1- Ministrando educação de base às populações das áreas subdesenvolvidas do País – Norte, Nordeste, Centro-oeste (...)
Educação de base: alfabetização em massa das regiões subdesenvolvidas do País; educação sanitária; iniciação agrícola; iniciação democrática; informação profissional, etc. (MEB, *Documentos Legais – Apostila 1, série A*, 6/10/1961, p.23, grifo nosso).

O texto introdutório da *Apostila de documentos legais do MEB*, publicada em 6 de outubro de 1961, também é elucidativo sobre o compromisso do MEB com a capacitação técnica dos trabalhadores rurais e a intensificação da produção agrícola. Neste documento, o movimento considerava que tal capacitação era fundamental para romper com a marginalização dos trabalhadores rurais, ao transformá-los em consumidores e produtores integrados ao desenvolvimento:

Considerando no seu todo, o Brasil é um país subdesenvolvido. Analisando-o por Estados, porém, encontramos dois brasis: o sul, em vias de desenvolvimento, e o norte, o centro-oeste e o grande nordeste que apresentam ao desenvolvimento conjunto do país **uma grande reserva de marginais, subdesenvolvidos, subalimentados, analfabetos, elevado índice de mortalidade infantil, baixa renda per capita, baixo padrão de vida e grande parte da população, sobretudo rural, vivendo ainda em regime patriarcal (...)** Devemos colocar como um dos mais importantes objetivos a educação do povo. **Educação como instrumento de conscientização desse grande contingente humano marginal ainda. Educação que ajude o povo a se integrar na vida nacional. Um povo somente chega a sua maioria/quando todos possuem educação suficiente para serem responsáveis e membros produtivos da comunidade** (MEB, *Documentos Legais – Apostila 1, série A*, 6/10/1961, p.1, grifos nossos).

Como mencionamos no início do capítulo, não podemos esquecer que, embora contasse com o apoio do governo federal, o MEB era um projeto gestado e controlado pela CNBB – maioria no CDN (FÁVERO, 2006).

Figura 2: Estrutura do MEB.



Fonte: FÁVERO, 2006.

A CNBB elaborou interpretações próprias sobre a educação rural que, como vimos no capítulo II, estavam muito próximas das proposições da UNESCO. Desta forma, o MEB tinha propostas mais abrangentes que a educação associada à aprendizagem de um ofício – pauta demarcadora do projeto educacional de JQ. Em 1961, o movimento considerava que a educação rural deveria ser compreendida como uma forma de promover a autopromoção do trabalhador rural por meio do desenvolvimento harmônico da comunidade, entendendo “promoção” como a melhora da qualidade de vida (saúde, moradia e aquisição de bens materiais), a valorização da família e o desenvolvimento moral e espiritual:

O MEB se propõe a desenvolver um trabalho de Educação de Base que consiste em:

1º) Alfabetização e iniciação em conhecimentos que se traduzam no comportamento prático de cada homem e da comunidade, no que se refere:

- . à saúde e à alimentação (higiene)
- . ao modo de viver (habitação, família, comunidade)
- . às relações com os semelhantes (associativismo)
- . ao trabalho (informação profissional)
- . ao crescimento espiritual.

2º) Conscientização do povo levando-o a:

- . descobrir o valor próprio de cada homem;
- . despertar para os seus próprios problemas e provocar uma mudança de situação;
- . buscar soluções, caminhando por seus próprios pés;
- . assumir responsabilidades no soerguimento de suas comunidades

(MEB, *Documentos Legais – Apostila 1, série A*, 6/10/1961, p.1-2).

Vera Jaccoud, em entrevista para o *Diário de Pernambuco* e o *A Noite*, também atentou para essas características do MEB:

(...) suscitar em cada escola radiofônica (...) a organização de comunidade, despertando o espírito de iniciativa e preparando-a para as indispensáveis reforma de base da estrutura agrária brasileira – é também uma missão do MEB (*Diário de Pernambuco*, “Movimento de Educação de Base planejando atividades no estado: alfabetização em massa”, 14 de julho de 1961, p.8, segundo caderno).

(...) ensinam a ler, a escrever, a contar, esclarecendo elementos de agricultura, de educação sanitária, de higiene, de moral, de economia geral, de economia doméstica, de vida cívica e espiritual, enfim. – Portanto – aduz a entrevistada – nosso drama não é só alfabetizar (*A Noite*, “Milhões de analfabetos aprenderão pelo rádio”, 4 de abril de 1961, p.6).

De igual modo fez D. José Távora (presidente do MEB), que caracterizou o MEB como um movimento cujo principal objetivo era promover “uma nova libertação da escravatura”, libertando o povo da “ignorância, a qual o impede de percorrer os caminhos de sua promoção social”. Ademais, classificava a reforma agrária como a “elevação das massas de trabalhadores rurais e suas respectivas famílias, **uma campanha em profundidade de**

educação, na qual, ao lado da alfabetização, se proporcionassem os conhecimentos elementares de que o homem precisa para se integrar na sociedade²⁵⁰.

No projeto de criação do movimento, esta argumentação também estava presente:

Nenhum progresso humano se pode fazer antes que o homem comece a promover o esclarecimento do seu próprio espírito. Daí se vê a grandeza que representa para nós, para os nossos camponeses, para os nossos operários das zonas mais obscuras, **a libertação dessa nova escravatura: a escravatura da ignorância, da fome, da doença.**

(...) educação de base, fundamental educação que chamaríamos de popular, a qual tem a força de fazer o homem despertar para os seus próprios problemas, encontrar suas soluções, a defender sua saúde, a manter boas relações com seus semelhantes, a andar com seus próprios pés, a decidir seus destinos, buscar sua elevação cívica, moral, econômica, social e espiritual. (...)

O Programa se baseia todo ele nos processos de Educação de Base. Método audiovisual. E não se trata apenas de alfabetizar. Trata-se, além disso, **de proporcionar ao homem conhecimentos e práticas capazes de integrá-lo no quadro geral de uma sociedade justa e socialmente desenvolvida.** Neste processo de culturação popular, exige-se a participação ativa do homem, para que o esforço pedagógico e social do movimento em que ele se integra **lhe seja uma real promoção individual e coletiva** (MEB, *Projeto de criação*, 1961, p.1-5, grifos nossos).

Em 1966, ao escrever um artigo voltado à apresentação do caminho percorrido pelo MEB durante os seus cinco anos de existência (1961- 1965), Vera Jaccoud apresentou mais pontos do plano político-pedagógico do MEB para o ano de 1961 que reafirmavam a aproximação com os objetivos educacionais da UNESCO. Em linhas gerais, esses pontos versavam sobre a importância de estimular a capacidade do indivíduo de inteirar-se sobre as formas de organização econômica e social, capacitando-o para a utilização eficiente dos meios de produção:

(...) saber utilizar os procedimentos básicos de higiene e saúde; saber utilizar a legislação e os costumes referentes a suas relações de produção e consumo; saber utilizar as operações matemáticas necessárias às suas relações de produção e consumo; conhecer e saber utilizar as potencialidades econômicas da comunidade em que vive (JACCOUD, 1966, p.3).

Outra característica do MEB que o colocava alinhado às proposições da UNESCO era a utilização da ideologia do Desenvolvimento de Comunidade como recurso complementar, e inerente, à educação de base. O MEB considerava o Desenvolvimento de Comunidade

²⁵⁰ *Diário de Pernambuco*, “Bispos nordestinos reunidos no Recife querem reforma agrária que beneficie camponeses”, 21 de janeiro de 1961, p.3, grifo nosso.

instrumento fundamental para a promoção da integração do povo aos projetos governamentais de desenvolvimento. Para tanto, previa a organização da população em centros sociais, sindicatos e cooperativas, instrumentos considerados potencializadores do desenvolvimento e da integração, harmônica, dos diferentes setores da sociedade. Todavia, como o MEB representava um projeto de dominação social próprio do episcopado brasileiro, traços particulares da teologia do desenvolvimento foram incorporados à aplicação desta ideologia, como a primazia dos aspectos de ordem moral e espiritual²⁵¹:

Desde o início, a UNESCO compreendeu a educação de base como o desenvolvimento coletivo de uma comunidade rural ou urbana de nível inferior, fosse essa inferioridade cultural, social ou, sobretudo, econômica. Tratava-se sempre de uma promoção comunitária através de métodos ativos (...)

Naqueles meios em que as facilidades de educação em seus diversos setores não existiam, nem mesmo em estado embrionário, a UNESCO assumia ou fazia assumir todas as tarefas que correspondiam a estes setores. De fato, realizava um “desenvolvimento comunitário” nos diversos meios. (...)

Entretanto, a exigência cada vez mais generalizada de centros, ainda que rudimentares, de ação sanitária, agrícola, artesanal ou mesmo cultural, orientava o trabalho de educação de base não mais para uma criação, mas para uma coordenação e um desenvolvimento dos serviços locais. A partir daí, e praticamente em todo lugar, não se fala mais de educação de base, mas de desenvolvimento comunitário. O termo “Educação de base” é desde então limitado à alfabetização e ao ensinamento pedagógico dos conhecimentos elementares a um determinado meio (sejam quais forem as modalidades) (MEB, *Evolução da educação de base e o desenvolvimento comunitário (Apostila 2)*, 1961, p.13).

Outro argumento modernizador presente nos discursos do MEB era a importância da ajuda externa para o desenvolvimento nacional. O texto *Oportunidade de comércio para os subdesenvolvidos*, que provavelmente circulou entre os membros do movimento, é elucidativo sobre esse aspecto. Estabelecendo como recorte temporal o decênio 1950 – 1960, o texto foi dedicado à análise da “deterioração dos preços e das oportunidades cada vez mais restritas para o comércio latino-americano”²⁵², considerada resultado do aumento da produtividade agrícola dos países industrializados²⁵³, que estavam “conquistando mercados que pertenciam a países não industrializados”²⁵⁴. Segundo o MEB, esse fenômeno não refletia “uma orientação espoliativa e deliberada dos países industrializados”²⁵⁵, mas o resultado natural do processo perene de modernização. A saída sinalizada era o reconhecimento da importância da ajuda externa, deixando de lado a “ênfase exagerada no atual debate neste país em torno do papel da

²⁵¹ MEB, *Evolução da educação de base e o desenvolvimento comunitário (Apostila 2)*, 1961, p.14.

²⁵² MEB, *Oportunidade de comércio para os subdesenvolvidos*, [ca. 1961], p.3.

²⁵³ MEB, *Oportunidade de comércio para os subdesenvolvidos*, [ca. 1961], p.1.

²⁵⁴ MEB, *Oportunidade de comércio para os subdesenvolvidos*, [ca. 1961], p.1.

²⁵⁵ MEB, *Oportunidade de comércio para os subdesenvolvidos*, [ca. 1961], p.2.

magnitude e dos critérios de ajuda ao exterior, com tais conotações que, necessariamente, dão aos países que recebem esta ajuda uma sensação amarga de humilhação”²⁵⁶. Seria, por meio dessa ajuda, que os países “subdesenvolvidos” adquiririam as ferramentas necessárias para modernizarem-se e, assim, transformarem-se em nações desenvolvidas (industrializadas) e competitivas, não mais fundamentadas do modelo primário-exportador. Neste documento, a ajuda externa era apresentada como a alternativa viável, pois os países latino-americanos não souberam aproveitar o “a primeira parte da década de 1950-60”, quando, em razão dos altos preços pagos pelo café, cacau, banana e outros produtos primários, “atravessavam um período de desenvolvimento sem precedentes, sem uma dependência onerosa do auxílio exterior”²⁵⁷.

A aproximação entre os objetivos do MEB e os da UNESCO era destacada pelos próprios integrantes do movimento e pela imprensa, quando desejavam legitimar a experiência capitaneada pelo episcopado brasileiro. Vejamos o artigo encontrado no *Diário de Pernambuco*:

Em começos deste ano, lançou-se a Igreja na Colômbia a um arrojado programa de aprofundamento e extensão da tarefa do que se convencionou chamar de educação de base. A educação de base, denominação consagrada pela UNESCO, é o programa de princípios básicos de educação subministrados através do aprendizado da leitura: noutras palavras, alfabetização simultaneamente com educação doméstica, econômica, cívica, moral, religiosa, artística etc., visando particularmente aos adultos (maiores de 15 anos) por meio de escolas radiofônicas. (...)

A Ação Cultural Popular (ACP), de fundação e orientação católica, (...) dedica-se a dar-lhes instrução, vencendo toda a sorte de dificuldades, há um decênio. (...)

Também aqui no Brasil, seguindo o exemplo do que se faz na Colômbia, a pioneira, no Chile e noutros países, a Hierarquia Católica, pelo seu órgão representativo, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, mostra-se empenhadíssima nesse tipo de ajuda ao homem do campo (...) o MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE (...) tem por objetivos (...) uma tarefa eminentemente humana e social, na medida em que leva o homem a descobrir-se como pessoa e lhe apresenta elementos que partirá para a obtenção de um melhor padrão de vida para si, sua família e sua comunidade (*Diário de Pernambuco*, “Vida religiosa: a Igreja e a educação de base”, 23 de setembro de 1962, p.3, segundo caderno).

A relação entre o MEB e os agentes modernizadores, nacionais e internacionais, não ficou restrita à esfera ideológica, como veremos a seguir.

²⁵⁶ MEB, *Oportunidade de comércio para os subdesenvolvidos*, [ca. 1961], p.3.

²⁵⁷ MEB, *Oportunidade de comércio para os subdesenvolvidos*, [ca. 1961], p.2.

4.1.2. As primeiras ações modernizadoras do MEB

Como é sabido pela historiografia, o MEB baseava-se “nos princípios e nos métodos das experiências realizadas no Norte e Nordeste sob a responsabilidade do Episcopado”²⁵⁸. No caso Pernambucano não foi diferente. A fim de dinamizar e acelerar a implantação do movimento no estado, o MEB decidiu reproduzir as formas de atuação do Centro Radiofônico de Educação Rural (CRER), projeto elaborado pela Diocese de Nazaré da Mata²⁵⁹, cujos objetivos eram os mesmos do SAR – fonte inspiradora do CRER (SANTOS, 2014) – e do MEB, a saber: garantir uma “educação bem orientada, compreendendo princípios de saúde, higiene, alimentação e vida doméstica e uma nova orientação sobre técnicas e processos de trabalhos”, capaz de “oferecer ao nosso camponês um novo padrão de vida”²⁶⁰. Sendo assim, Vera Jaccoud entrou em contato com o conselho regional do SSR – o qual havia participado (com pessoal e verba) da implantação do CRER – para que este criasse um plano de ação para o MEB/PE²⁶¹. Como consta no balanço dos trabalhos realizados pelo MEB em 1962, o SSR participou ativamente desse plano de atuação, fornecendo pessoal, material e orientação técnica²⁶².

A relação entre o MEB e o SSR não ficou restrita ao estado de Pernambuco. Como previsto pelo decreto nº 50.370, outros núcleos do MEB contaram com apoio financeiro do SSR, a saber: Sergipe, Bahia, Fortaleza, Maceió e Piauí^{263 264}. Sobre o último, encontramos os termos do convênio firmado, em 10 de outubro de 1961, entre a CNBB e o Conselho Nacional do Serviço Social Rural. Segundo as cláusulas do convênio, o SSR se comprometia em auxiliar a execução de “um programa de educação popular pelo rádio em Teresina, estado do Piauí”²⁶⁵, participando “da seleção e do treinamento dos elementos que atuarão como monitores das Escolas Radiofônicas”, cooperando “na elaboração, orientação e supervisão dos

²⁵⁸ *Diário de Pernambuco*, “Movimento de Educação de Base planejando atividades no estado: alfabetização em massa”, 14 de julho de 1961, p.8, segundo caderno.

²⁵⁹ *Diário de Pernambuco*, “Movimento de Educação de Base planejando atividades no estado: alfabetização em massa”, 14 de julho de 1961, p.8, segundo caderno.

²⁶⁰ *Diário de Pernambuco*, “Diocese de Nazaré inaugura o Centro Radiofônico de Educação Rural: objetivo”, 6 de abril de 1961, p.8, segundo caderno.

²⁶¹ *Diário de Pernambuco*, “Movimento de Educação de Base planejando atividades no estado: alfabetização em massa”, 14 de julho de 1961, p.8, segundo caderno.

²⁶² MEB, *Trabalhos realizados em 1962*, 1963, p.29.

²⁶³ MEB, *Trabalhos realizados em 1962*, 1963, p.30.

²⁶⁴ Trecho do decreto que previa tal colaboração: “f) serão considerados órgãos cooperadores, ainda, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, o serviço Social Rural, a Comissão do Vale do São Francisco e a Superintendência da Valorização da Amazônia” (BRASIL, 1961).

²⁶⁵ MEB, *Convênio entre o Conselho Nacional de Serviço Social Rural e a CNBB*, 1961.

programas educativos, especialmente naqueles que **objetivam o desenvolvimento de comunidade**” e colaborando “na execução do material didático a ser utilizado nas Escolas Radiofônicas e na aquisição de receptores”²⁶⁶. Em troca, exigia que seu nome fosse divulgado “em todas as programações e outras atividades, como órgão contribuinte interessado na execução dos serviços”²⁶⁷.

Além do SSR, o MEB estabeleceu convênios com o Serviço de Informação Agrícola (SAI) e com a Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinária (SEAV), órgãos ligados ao Ministério da Agricultura, que, como sabemos, era controlado pelo patronato rural²⁶⁸ (MEDEIROS, 2010). Segundo os termos do convênio firmado entre o Ministério e o MEB, a SEAV cooperaria com os “treinamentos de Supervisores e Monitores promovidos pelo MEB, através da participação de seus técnicos especializados” e colaboraria “na elaboração de programas radiofônicos no que diz respeito à agricultura, pecuária, avicultura, etc.”²⁶⁹. O SIA, por sua vez, garantiria a maior participação do MEB “nos clubes agrícolas e nas semanas ruralistas”²⁷⁰, forneceria publicações²⁷¹ e auxiliaria o movimento na instalação de Centros Sociais²⁷² e de cursos vocacionais para atividades agrícolas²⁷³.

Em seu primeiro ano de atuação, o MEB também se aproximou da ANCAR, da UNESCO, da CNER, da SUDENE e do Ponto IV. Sobre as relações tecidas com os três últimos, temos poucas informações, apenas sabemos que a colaboração com a CNER foi mais estreita e efetiva em Petrolina e na Bahia²⁷⁴; que “procurou sempre o MEB/PE entrar em contato, visando mútua colaboração”, com a SUDENE²⁷⁵; que o MEB contava com a colaboração da “Cooperação Técnica Brasileiro-Americana (Ponto IV)”²⁷⁶ – embora tal cooperação não tenha logrado êxito²⁷⁷ – e se comprometeu com a “continuação e ampliação dos trabalhos iniciados pela Comissão Brasileiro-Americana de Educação das populações

²⁶⁶ MEB, *Convênio entre o Conselho Nacional de Serviço Social Rural e a CNBB*, 1961, grifo nosso.

²⁶⁷ MEB, *Convênio entre o Conselho Nacional de Serviço Social Rural e a CNBB*, 1961.

²⁶⁸ No geral, a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) e a Sociedade Rural Brasileira (SRB) defendiam que a modernização do campo, nesses termos, demonstraria não ser necessário realizar reformas estruturais no campo (PEREIRA e ALENTEJANO, 2014; MAGALHÃES, 2020).

²⁶⁹ MEB, *Convênio entre o Ministério da Agricultura e a Conferência Nacional dos bispos do Brasil*, 1961.

²⁷⁰ MEB, *Convênio entre o Ministério da Agricultura e a Conferência Nacional dos bispos do Brasil*, 1961.

²⁷¹ MEB, *Trabalhos realizados em 1962, 1963*, p.29.

²⁷² MEB, *Projeto de criação do MEB*, 1961, p.15.

²⁷³ MEB, *Projeto de criação do MEB*, 1961, p.15.

²⁷⁴ MEB, *Trabalhos realizados em 1962, 1963*, p.30.

²⁷⁵ MEB, *Trabalhos realizados em 1962, 1963*, p.30.

²⁷⁶ MEB, *Projeto de criação do MEB*, 1961, p.21.

²⁷⁷ É interessante destacar que, segundo consta no *Boletim MEB*, foi a CNBB quem procurou, em 1960, o programa Ponto IV, “solicitando ajuda para seus planos de expansão”. De acordo com o *Boletim*, “por motivos diversos, inclusive o fato das normas seguidas pela Embaixada Americana não permitirem ajuda direta a entidades particulares, não foi possível qualquer solução” (MEB, *Boletim MEB*, nº 1, 1963, p.4).

rurais” – organização pioneira no uso da ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil²⁷⁸.

Com relação aos contatos estabelecidos com a ANCAR e a UNESCO, possuímos mais informações. Começamos pela ANCAR, instituição com quem o MEB/BA e o MEB/PE estabeleceram acordos²⁷⁹. A notícia veiculada pelo periódico *Diário de Pernambuco* é ilustrativa sobre o papel assumido pelo MEB nessa articulação. Segundo consta no *Diário de Pernambuco*, o MEB colaborou com a ANCAR no que se refere ao treinamento de líderes rurais em Caruaru. O objetivo do treinamento “foi a seleção das pessoas que, de fato, podem atuar de imediato no seu meio, visando um melhorando socioeconômico, dando-lhes conhecimentos sobre a melhor maneira de trabalhar com Grupos e Clubes” e “propiciando-lhe condições de vida melhor e maior rentabilidade no seu trabalho agrícola²⁸⁰”.

Com relação à aproximação com a UNESCO, esta ocorreu durante a viagem de um membro da Equipe Técnica Nacional à França – a convite do governo francês. Na ocasião, o integrante aproveitou para visitar a Itália, o Marrocos e o Senegal, regiões em que estabeleceu “contatos com diversas entidades que desenvolvem atividades no campo de Cultura Popular, Educação de Base, Desenvolvimento de Comunidades, Animação Rural”, participou de “treinamentos para a formação de quadros com função educativa, junto a adultos de meio operário ou rural” e “realizou estágios, observações, iniciando ou fortalecendo diálogo de caráter permanente ou regime de colaboração, já que, como o MEB, essas organizações, na sua maioria, se voltam para um trabalho de democratização da cultura e promoção do homem”. Segundo consta no balanço dos trabalhos realizados pelo movimento em 1962, uma dessas organizações contatadas era a UNESCO²⁸¹.

4.2. A virada progressista

4.2.1. *Viver é lutar*

Ao longo do ano de 1962, o MEB passou por um processo de reestruturação dos seus objetivos e instrumentos de ação, articulando pontos da ideologia da modernização à

²⁷⁸ MEB, *Projeto de criação do MEB*, 1961, p.15.

²⁷⁹ MEB, *Trabalhos realizados em 1962, 1963*, p.30.

²⁸⁰ *Diário de Pernambuco*, “ANCAR em Caruaru está treinando líderes rurais”, 28 de julho de 1962, p.5, segundo caderno.

²⁸¹ MEB, *Trabalhos realizados em 1962, 1963*, p.15.

preocupação com justiça social, distribuição de renda, defesa do acesso à pequena propriedade, participação política dos trabalhadores rurais e crítica ao imperialismo. A *Apostila 2 série A*, na qual o movimento discutiu os conceitos de “subdesenvolvimento” e “cultura popular”, a relação entre “educação de base e desenvolvimento comunitário” e a importância das “caravanas”, demonstra alguns pontos dessa inflexão.

A apostila é inaugurada com a utilização da teoria populacional neomalthusiana para explicar a fome:

A humanidade cresce rapidamente, todo mundo o sabe; mas poucos homens têm consciência da rapidez deste progresso e, poucos também, são os angustiados pelas conclusões que deste fato se deveria tirar. Examinando a situação do mundo atual, chegamos à conclusão de que, apesar de todo o progresso científico e técnico que o homem do século XX atingiu, mais da metade da população do mundo é faminta ou mal alimentada e grande parte ignora ou pelo menos desconhece os benefícios deste progresso. (...)

Três quartos da população mundial tem uma alimentação insuficiente. Um grande número de pessoas vive em regime de fome crônica. Morre-se de fome! Esse problema atinge sobretudo os países subdesenvolvidos, mas diz respeito também a alguns em vias de desenvolvimento (MEB, *Apostila 2 - série A*, 1962, p.1).

A solução apresentada pelo MEB para o problema da fome era a mesma indicada pelos modernizadores: aumentar a produtividade agrícola por meio da mecanização, do uso de fertilizantes, da aplicação de técnicas modernas (que diminuiriam o desgaste do solo) e da propagação da educação de base – “a que se deve dar ao homem subdesenvolvido para capacitá-lo a atuar no processo do desenvolvimento”²⁸². Acreditava-se que assim seria possível reverter “o baixo nível de instrução, o elevado índice de analfabetos, a falta de operários qualificados”²⁸³ e a deficiência na assistência médico-sanitária, que “encerram o indivíduo em círculo vicioso: nada consegue porque é doente e é doente porque nada tem”²⁸⁴; e impedem o Brasil de fabricar, “segundo o exemplo dos países ocidentais”, “máquinas agrícolas, fertilizantes e combustíveis”.²⁸⁵

Até aqui, nada de novo. Porém, pontos da encíclica *Mater et Magistra*, esquecidos nas primeiras ações do movimento, passaram a fazer parte das propostas e considerações do MEB para, e sobre, o campo brasileiro. Por exemplo, embora reconhecesse a incapacidade técnica como causa principal da deficiência industrial e agrícola, considerava fundamental o governo

²⁸² MEB, *Apostila 2 - série A*, 1962, p.8.

²⁸³ MEB, *Apostila 2 - série A*, 1962, p.3.

²⁸⁴ MEB, *Apostila 2 - série A*, 1962, p.4.

²⁸⁵ MEB, *Apostila 2 - série A*, 1962, p.2.

agir para a redução da desigualdade entre áreas industrializadas e agrícolas, por meio de “um planejamento que leve em conta toda a população, todas as regiões e vise principalmente ao desenvolvimento do país”²⁸⁶:

(...) encontramos, realmente, dois brasis: o sul, que vai do Estado da Guanabara ao Rio Grande do Sul, e o norte, do Amazonas ao Espírito Santo. A primeira parte constitui um Brasil-novo, o Brasil economicamente desenvolvido, tendo como centro São Paulo. Enquanto o Brasil-velho, arcaico e subdesenvolvido é formado não só pelo Nordeste, mas também pelo Norte e pelo Centro-oeste.

(...) o que constatamos, infelizmente, é que há uma verdadeira exploração das regiões subdesenvolvidas pelo sul, assim como do campo pela cidade (MEB, *Apostila 2 - série A*, 1962, p.7).

A apologia ao salvacionismo tecnológico era acompanhada da defesa da distribuição da renda, de modo que a riqueza resultante do aumento da produtividade agrícola não ficasse concentrada na mão de algumas pessoas ricas.

O aumento da renda “per capita” não indica propriamente desenvolvimento. Pode até significar um maior acúmulo de riquezas nas mãos de alguns e o maior empobrecimento de outros, criando condições de miséria e de verdadeira degradação humana para uma grande maioria, enquanto uns poucos crescem e progridem na escala social (MEB, *Apostila 2 - série A*, 1962, p.4).

Ao mesmo tempo em que reivindicavam a mudança de hábitos tradicionais (ser subdesenvolvido “é ser extremamente conservador nos seus hábitos, tradições, costumes e métodos”²⁸⁷), atentavam para a necessidade de mudar o “‘coronelismo’ do interior”, o “‘clientelismo’ das cidades”, a “posição de inferioridade que a mulher ocupa na sociedade” e as “relações entre patrão e empregado” (nas “zonas agrícolas há verdadeira atitude de subordinação do empregado para com o patrão e um grande paternalismo por parte deste”)²⁸⁸²⁸⁹.

Outra mudança foi a crítica incisiva às relações imperialistas, considerando que os países de desenvolvidos, “às vezes cheios de ambições e de ódios”²⁹⁰, impunham sua vontade e seus interesses²⁹¹:

²⁸⁶ MEB, *Apostila 2 - série A*, 1962, p.3.

²⁸⁷ MEB, *Apostila 2 - série A*, 1962, p.5.

²⁸⁸ MEB, *Apostila 2 - série A*, 1962, p.5.

²⁸⁹ Devemos destacar que os hábitos tradicionais dos trabalhadores rurais brasileiros eram interpretados como resultados da escravidão negra, que “contribuiu para a transplantação de certos elementos do culto africano para a América Latina” levando “a tabus e mitos que dificultam o desenvolvimento de algumas regiões ou países” (MEB, *Apostila 2 - série A*, 1962, p.5).

²⁹⁰ MEB, *Apostila 2 - série A*, 1962, p.3.

Os países subdesenvolvidos são tributários dos países desenvolvidos na aquisição de bens e equipamentos. Essas aquisições tornam-se praticamente impossíveis, quando, por exemplo, após uma guerra, os países fornecedores estão empenhados em sua própria reconstrução;

Os países desenvolvidos opõem, muitas vezes, restrições à exportação dos capitais necessários à industrialização dos países subdesenvolvidos;

Os países desenvolvidos impõem diversas restrições à modernização dos países menos desenvolvidos. Há também tendência de se fazer dos países subdesenvolvidos apenas fornecedores de matéria prima (MEB, *Apostila 2 - série A*, 1962, p.3).

Apesar de continuar discorrendo sobre a educação de base a partir da “perspectiva da autopromoção”²⁹², o texto introduziu objetivos de ordem cultural e política ao conceito, a saber: a superação da aceitação e desejo de imitação dos povos economicamente desenvolvidos²⁹³; a formação de cooperativas e de sindicatos como meio para alcançar a melhora da qualidade de vida, não somente pela dinamização da produção mas também pela garantia da aplicação da legislação trabalhista; a formação política dos alunos, trabalhando a “educação cívico-social” como forma de situá-los enquanto sujeitos de direitos e estimular a participação política²⁹⁴.

A estrutura agrária passou a ser considerada uma das causas do subdesenvolvimento brasileiro, classificada como “injusta e obsoleta (...) uma consequência da política exercida pelas metrópoles nas diversas colônias”²⁹⁵. O texto *Reforma Agrária* (1962), escrito por Vera José Olímpio, igualmente evidencia a mudança pela qual passou o movimento. Olímpio defendia que a solução dos problemas rurais passava pelo acesso a pequena propriedade – enfatizando seu papel produtivo e emancipador – e pela mudança da mentalidade dos trabalhadores rurais, que, educados nos termos da nova definição de educação de base (apresentada no parágrafo anterior), atuariam como protagonistas da reforma agrária. Ademais, indicava que os trabalhadores rurais, mesmo sendo os personagens principais da mudança, necessitariam de contar com o apoio de iniciativas privadas e do Estado – que

²⁹¹ No caso brasileiro, destacavam “a ação dos trustes e a política de negociatas com o estrangeiro” (MEB, *Apostila 2 - série A*, 1962, p.7).

²⁹² MEB, *I Encontro de Coordenadores (Conclusões I)*, 1962, contracapa.

²⁹³ MEB, *Apostila 2 - série A*, 1962, p.3.

²⁹⁴ Para tanto, previa a discussão dos seguintes conteúdos: o homem e a sociedade; verdadeiro sentido do civismo, consciência dos direitos e dos deveres do cidadão; consciência de classe; informação e indicação sobre registro civil, casamento civil, serviço militar, impostos e voto; governo, formas de governo, governo do Brasil e participação do povo no governo; política, politização do povo, partidos políticos e os políticos; sistema eleitoral, campanhas eleitorais, propaganda política, eleições e voto; valor do trabalho, trabalho rural; trabalho e capital, remuneração justa do trabalho; sentido social do trabalho; legislação do trabalho; consciência profissional e de classe, associações e sindicatos (MEB, *Apostila 2 - série A*, 1962, p.9-10).

²⁹⁵ MEB, *Apostila 2 - série A*, 1962, p.2.

deveria garantir financiamentos, aperfeiçoar a rede de transportes e facilitar o acesso às sementes. Uma proposta, segundo a autora, de tipo “democrático”, que estabelecia a harmonia entre as classes e “respeita a propriedade privada, mas insiste na sua finalidade social”²⁹⁶²⁹⁷:

De início queremos esclarecer que a reforma agrária não se apresenta como uma simples distribuição de terras, mas significa muito mais uma mudança completa da vida rural, quer dizer uma transformação de estrutura e mentalidade. Daí ter de ser uma necessidade sentida pelo povo para que, por ele mesmo possa ser realizada, e não imposta de “cima pra baixo”.

As características da reforma agrária devem apresentar, antes de tudo, uma rápida valorização do homem pelo acesso à propriedade. Não podemos deixar de determinar o objetivo a alcançar. A justiça social que melhor se obteria pela formação de comunidades.

As iniciativas privadas devem ser fortalecidas como também o direito de associação e não contar e esperar tudo do Estado. Não podemos prescindir da adaptação e da educação da massa campesina. (...)

A redistribuição equilibrada das terras, a redistribuição da população e as novas relações entre o lavrador e a terra e os cultivadores com os proprietários da terra, são elementos concorrentes à boa solução do problema. (...)

O trabalhador do campo permanece sem o amparo das leis; sem proteção quanto ao transporte, semente, financiamentos, instrumentos agrícolas e reprodutoras. O ambiente em que vive é inteiramente desfavorável à própria dignidade humana (MEB, *Reforma Agrária*, 1962, p.1-3).

Cabe ainda destacar a crítica que Olímpio fez às iniciativas de reforma agrária implementadas no Brasil. Segundo a autora, estas eram assistencialistas, que “jamais dariam lugar a uma mudança da estrutura rural”. Entre os responsáveis por tais iniciativas, ela lista instituições que, como vimos, atuaram em conjunto com o MEB: SSR, ANCAR, SAR e CNER²⁹⁸.

O texto de Vera José Olímpio serviu de base para os debates realizados no I Encontro de Coordenadores do MEB (1962). Entre os dias 5 e 15 de dezembro de 1962, “coordenadores nacionais e estaduais, professoras-locutoras e convidados” reuniram-se na cidade de Recife para fazer um balanço sobre os dois primeiros anos de atuação do movimento²⁹⁹. As conclusões do Encontro, enviadas aos bispos e arcebispos, evidenciam a solidificação do processo de transformação. Nas conclusões, destaca-se a necessidade do MEB criar uma apostila própria, alinhada aos novos interesses do movimento. Na opinião dos presentes, as

²⁹⁶ MEB, *Reforma Agrária*, 1962, p.2.

²⁹⁷ Vera José Olímpio citou outras duas correntes: a “conservadora”, que “foge da mudança de estrutura, visa a assistência social, e recebe o caráter paternalista”; e a “totalitária”, que “dá ao Estado o controle da propriedade” (MEB, *Reforma Agrária*, 1962, p.2).

²⁹⁸ MEB, *Reforma Agrária*, 1962, p.3.

²⁹⁹ MEB, *I Encontro de Coordenadores (Conclusões I)*, 1962, p.I.

cartilhas utilizadas eram “obsoletas”³⁰⁰ e os conteúdos das aulas eram “teóricos e utópicos, desligados da realidade”³⁰¹; incapazes de promover a “conscientização” ou a “politização”³⁰²; mostravam “muito mais os deveres do que os direitos do povo”³⁰³; utilizavam “personagens que ridicularizam a ignorância”³⁰⁴, as “deficiências” e as “maneiras próprias de expressão” do povo³⁰⁵; e, “na maioria das vezes, não transmitem mensagem alguma”³⁰⁶.

Outra crítica presente nas conclusões diz respeito à ausência de incentivos à organização dos trabalhadores rurais em sindicatos e cooperativas. A questão sindical será tratada na parte II. Por agora, foquemos na questão das cooperativas. Como foi trabalhado no capítulo II, a cooperativa era considerada, pelas cartas pastorais e pelas encíclicas, instrumento fundamental para a transformação da realidade rural. Caminho que, segundo os participantes do Encontro, não havia sido “devidamente valorizado nos trabalhos anteriores” do MEB³⁰⁷. A insatisfação com relação a esse aspecto levou a Comissão de Cooperativismo do MEB a escrever, no contexto do Encontro, uma carta de protesto, assinada por Pe. Aloíso, Rita e Aída. Esta carta criticava a forma pela qual a formação de cooperativas estava sendo preterida pelo movimento, que, segundo os reclamantes, demonstrava não possuir “preocupações no campo da atividade econômica” e negava a capacidade desse instrumento de “levar o homem a uma consciência comunitária e a uma copropriedade na empresa”³⁰⁸. Respondendo aos reclames, o Encontro concluiu pela importância de contar com as cooperativas como meio de potencializar o desenvolvimento de comunidade e a participação política dos trabalhadores³⁰⁹. Nas palavras do movimento: meio de suscitar “o desenvolvimento da responsabilidade comunitária, levando em conta a autopromoção do homem na comunidade e despertando-o para sua inserção no contexto local, regional, nacional e internacional”³¹⁰; e “despertar as comunidades para que exijam e assumam as reformas necessárias à mudança de estrutura”³¹¹. Como caminho para a introdução e formação das cooperativas, recomendavam que fossem formados clubes de vendas, “visando

³⁰⁰ MEB, *I Encontro de Coordenadores (Conclusões I)*, 1962, p.2.

³⁰¹ MEB, *I Encontro de Coordenadores (Conclusões I)*, 1962, p.15.

³⁰² MEB, *I Encontro de Coordenadores (Conclusões I)*, 1962, p.17.

³⁰³ MEB, *I Encontro de Coordenadores (Conclusões I)*, 1962, p.17.

³⁰⁴ MEB, *I Encontro de Coordenadores (Conclusões I)*, 1962, p.15.

³⁰⁵ MEB, *I Encontro de Coordenadores (Conclusões I)*, 1962, p.16.

³⁰⁶ MEB, *I Encontro de Coordenadores (Conclusões I)*, 1962, p.15.

³⁰⁷ MEB, *I Encontro de Coordenadores (Conclusões I)*, 1962, p.4.

³⁰⁸ MEB, *I Encontro de Coordenadores (Protesto)*, 1962.

³⁰⁹ MEB, *I Encontro de Coordenadores (Conclusões I)*, 1962, p.2.

³¹⁰ MEB, *I Encontro de Coordenadores (Conclusões I)*, 1962, p.3.

³¹¹ MEB, *I Encontro de Coordenadores (Conclusões I)*, 1962, p.4.

possibilitar aos alunos a aquisição de pilhas e outros materiais indispensáveis ao funcionamento das escolas radiofônicas e como início de uma educação cooperativista”³¹².

Buscando organizar essas mudanças e elaborar um material próprio de caráter nacional, formou-se “um grupo de trabalho, constituído por elementos do MEB Nacional e professores de experiência no movimento de diversos estados do nordeste”³¹³. O resultado dessas reuniões foi a criação da cartilha *Viver é lutar*. Publicado em 1963, ano em que o movimento alfabetizou 120 mil trabalhadores rurais – cerca de 40% do total de alunos alfabetizados pelo movimento durante os seis primeiros anos de atuação (FÁVERO, 2006) – esse material abordava, como temas das lições, os principais pontos defendidos pela *Mater et Magistra*.

O primeiro deles era o incentivo à promoção conjunta – nos termos da ideologia do Desenvolvimento de Comunidade –, que deveria ser alcançada por meio do trabalho, da obtenção das condições para produção (acesso a terra e insumos) e da formação de cooperativas³¹⁴ e sindicatos, como indicam as lições 2, 3, 9 e 25:

2ª Lição

Eu vivo com a família
Pedro também vive com a família dele.
Todos vivem com a família?
Onde moramos vivem muitas famílias.
Eu, Pedro e todas as pessoas somos o povo.
O povo de um lugar forma uma comunidade?
A família vive com a comunidade?
O POVO DE UM LUGAR FORMA A COMUNIDADE?
(MEB, *Viver é lutar*, 1963, p.4).

3ª Lição

Eu trabalho para a minha família.
Pedro trabalha para a família dele.
Nossa vida é trabalho e luta.
Nosso trabalho é luta e vida.
O trabalho de cada um ajuda o outro.
O trabalho de todos é para a comunidade?
O trabalho de todos ajuda o trabalho de Deus?
O TRABALHO DE TODOS AJUDA O TRABALHO DE DEUS
(MEB, *Viver é lutar*, 1963, p.6).

9ª Lição

O camponês é homem da terra.
Ele trabalha a terra.
Ele colhe os frutos da terra.

³¹² MEB, *I Encontro de Coordenadores (Conclusões II)*, 1962, p.6.

³¹³ MEB, *Conjunto Didático Viver é lutar*, 1964, p.3.

³¹⁴ É interessante destacar que nas atividades voltadas à separação de sílabas, o hífen era chamado de “traço de união”: “Às vezes, quando escrevemos, temos que partir as palavras e passar para outra linha. Esta separação é feita, no fim de uma das sílabas, como um pequeno traço, que se chama TRAÇO DE UNIÃO (-)” (MEB, *Viver é Lutar*, 1963, p.15).

O camponês tem terra?
Ele tem tudo para cultivar a terra?
Ele tem garantia na colheita?
O camponês tem garantia no trabalho?
O CAMPONÊS É HOMEM DA TERRA
(MEB, *Viver é lutar*, 1963, p.18).

25ª Lição
Os trabalhadores preparam a terra para fazer roçado.
O que tiram da roça não dá para nada.
Por que muitos vendem a safra antes da colheita?
Por que o intermediário fica com o lucro?
Por que comprar tudo caro no barracão ou na venda?
Por que os grandes controlam o preço de nossa safra?
Basta lastimar sem fazer nada?
Os trabalhadores podem mudar este sistema.
É preciso cooperação.
O grito dado por cem vai mais longe do que o grito dado por um.
É fácil quebrar uma vara; difícil é quebrar um feixe.
Por que não organizar cooperativas?
É PRECISO COOPERAÇÃO
(MEB, *Viver é lutar*, 1963, p.50).

O segundo princípio era a defesa da justiça social como característica principal do crescimento econômico, expressada na redução da desigualdade, nas condições mínimas de moradia, no acesso a alimentação adequada, no combate a concentração fundiária³¹⁵ e no salário justo³¹⁶:

4ª Lição
Pedro trabalha.
Sua mulher também trabalha.
Eles trabalham para sustentar a família.
Mas a família de Pedro passa fome.
O povo trabalha e vive com fome.
É justo a família de Pedro passar fome?
É justo o povo viver com fome?
É JUSTO O POVO VIVER COM FOME?
(MEB, *Viver é lutar*, 1963, p.8).

6ª Lição
O povo tem fome e doença
Por que tanta doença no povo?
O povo precisa de escola.
Precisa de casa e comida.

³¹⁵ Na explicação sobre o uso dos “numerais”, os seguintes casos foram escolhidos para exemplificar sua utilização: “Nas frases: Dr. José tem *novecentas* tarefas de terra./ João só tem *meia* tarefa./ Zeca tem o *dobro* de João./ O *primeiro* deles possui mais terras”. Nos exercícios, o destaque a concentração fundiária foi retomado: “1º Grife os numerais: Pedro foi o primeiro a ficar esclarecido./ Muitos homens têm mais de mil tarefas de terra./ Outros não têm nem a metade de uma tarefa; 2º Complete com numerais. José precisa de.....tarefas para cultivar. (...) João tem o das terras que José possui (MEB, *Viver é lutar*, p.33, grifos no original).

³¹⁶ Na demonstração da aplicação dos “traços de união”, a cartilha reforçava a ligação (união) entre o salário justo e a justiça social: “Usa-se também o TRAÇO DE UNIÃO nos seguintes casos: 1º Para separar as sílabas de uma palavra: SA-LÁ-RIO, JUS-TI-ÇA (...) 3º Para ligar o pronome ao verbo: Faça-se Justiça. Dê-lhe salário justo”. Nos exercícios, tal relação foi retomada: “3º Separe as sílabas das palavras: homem; salário; precisa; justiça” (MEB, *Viver é lutar*, 1963, p.15).

O povo precisa de trabalho.
É dura a vida do povo!
O povo quer mudar de vida?
O povo pode mudar de vida?
O POVO PODE MUDAR DE VIDA
(MEB, *Viver é lutar*, 1963, p.12).

10ª Lição
Este homem é operário.
Ele vive do salário.
O salário não dá para nada.
O Brasil tem muitos operários.
O operário sofre injustiça.
Sofre injustiça como o camponês.
O operário e o camponês são homens.
Eles têm direito de viver como gente.
ELES TEM DIREITO DE VIVER COMO GENTE
(MEB, *Viver é lutar*, 1963, p.20).

16ª Lição
Pedro voltou esclarecido do treinamento.
Voltou esclarecido de que:
O governo é para todos.
Todo o povo deve participar do governo
Alguns homens têm de sobra e muitos nada têm.
Alguns ganham demais.
Muitos trabalham e seu trabalho é explorado por outros.
Muita coisa está errada no Brasil.
É preciso mudança completa no Brasil
(MEB, *Viver é lutar*, 1963, p.32).

O terceiro era a valorização de aspectos morais e religiosos (como a importância da família, destacada na lição 2):

7ª Lição
Ao homem não basta comida.
Não basta casa e salário.
O homem precisa de Deus.
Deus é Justiça e Amor.
Deus quer Justiça entre os homens.
Deus quer Amor entre os homens.
DEUS É JUSTIÇA E AMOR
(MEB, *Viver é lutar*, 1963, p.14).

O quarto era a caracterização do indivíduo como sujeito de direitos e como agente político, que, por meio do voto, garantiria a melhora na qualidade de vida:

19ª Lição
Chegou o tempo de eleição.
Chegou o tempo de eleger os governantes.
Eleição é escolha.
O povo deve escolher seus representantes.

Escolher representantes de todo o povo.
Todo o povo vota?
Por que o analfabeto não vota?
O POVO DEVE ELEGER SEUS REPRESENTANTES
(MEB, *Viver é lutar*, 1963, p.38).³¹⁷

20ª Lição
Como são as eleições no Brasil?
Muitos eleitores votam no candidato do patrão.
Muitos votam a troco de sapato, roupa, remédio...
Outros votam a troco de emprego ou dinheiro.
Esta situação pode continuar?
Voto é consciência.
Voto é liberdade.
Consciência não se vende.
Liberdade não se compra.
CONSCIENCIA NÃO SE VENDE.
LIBERDADE NÃO SE COMPRA
(MEB, *Viver é lutar*, 1963, p.40).

O quinto princípio era o respeito aos costumes autóctones, valorizando a autonomia cultural:

24ª Lição
A arte popular é cultura.
Tudo que o homem inventa e faz é cultura:
casa, roçado, sapato, fogão de barro...
Tudo isto é criação.
O homem é criador.
Os costumes do povo são cultura.
Estudando, o povo também faz cultura;
aprende a conservar e melhorar seus costumes.
Um povo só marcha para libertação,
quando caminha com sua cultura.
TUDO QUE O HOMEM INVENTA E FAZ É CULTURA
(MEB, *Viver é lutar*, 1963, p.48).

O sexto era a crítica ao imperialismo, responsabilizando-o pela carestia e pela exploração do povo:

26ª Lição
O povo fala sempre:
“O dinheiro não vale nada!”
“Tudo sobe dia-a-dia!”
“Compramos tudo pela hora da morte!”

³¹⁷ As lições sobre tempo verbal reforçavam essa relação. “Quando nós lemos: Pedro votou bem. O povo vota. O povo terá bons dirigentes. Notamos que *votou*, se refere ao *passado*; *vota*, ao presente e *terá*, ao futuro. Os tempos do verbo são três: PRESENTE, PASSADO e FUTURO (...) exercícios: 1º Grife os verbos que estão no tempo presente: O povo escolhe o governo. (...) 2º Passe para o tempo passado: Eu voto...../ Ele escolhe...../ Ela chega..... 3º Coloque os verbos dos parênteses no futuro: O povo.....(ter) melhores dias/ O povo.....(ser) feliz”(MEB, *Viver é lutar*, 1963, p.39, grifos no original).

Quem marca o preço da mercadoria?
Por que quando o salário sobe, piora ainda mais a carestia?
Por que o trabalhador não tem o fruto de seu trabalho?
Quem está lucrando com isto?
O povo do Brasil é um povo explorado.
Explorado não só por brasileiros.
Há muitos estrangeiros explorando a gente.
Como libertar o Brasil desta situação?
COMO LIBERTAR O BRASIL DESTA SITUAÇÃO?
(MEB, *Viver é lutar*, 1963, p.52).

Encontramos *scripts* dos programas radiofônicos transmitidos em 1963 pelas escolas radiofônicas ligadas ao MEB/Recife, que, igualmente, reproduziam esta nova forma de pensar a educação de base. Estas aulas criticavam a desigualdade econômica e indicavam o voto “consciente” como recurso para combatê-la.

Educação Política – 1ª Aula

04 -03-63 (...)

SUPERVISORA – (...) Antes é preciso dizer que todos nós brasileiros vivemos na democracia; o nosso governo é democracia.

Perguntinha – E o que é Democracia?

SUPERVISORA – Democracia é o governo do povo, pelo povo e para o povo! (...)

Comentário sobre a 1ª aula de sindicalismo (...)

Todos sabem que nós brasileiros vivemos numa democracia. E o que é democracia?
– É o governo do povo, pelo povo, e para o povo.

Vejam bem: nós dissemos povo, quer dizer, todo mundo que vive na face da terra. Porque todos são iguais e filhos de Deus. Aconteceu, porém, que os homens do campo ficaram completamente abandonados, sujeitos à exploração dos maiores, que se aproveitaram e fizeram dos seus semelhantes, seus escravos, e cometeram humilhações, injustiças e violências.

E chegamos a essa situação que vocês sabem. Se o trabalhador do campo não tem alimentação, não tem casa, não tem escola para ele nem para os seus filhos, não tem assistência médica, enfim, não tem os direitos naturais de pessoa humana, mas essa situação poderá mudar. E foram vocês mesmos que descobriram isto (MEB, *Série Programas de Educação Política. Recife*, 1963, p.5-11, grifo no original).

Sobre as aulas irradiadas pelo MEB/Recife, particularmente nos interessa o *Material para a 7ª aula de Educação Política*, pois versava sobre a natureza da reforma agrária defendida pelo MEB. Classificando a concentração fundiária, a desigualdade socioeconômica e o poder extraeconômico do latifúndio como os principais problemas enfrentados pelos trabalhadores rurais, o material defendia que o aumento da produção e a melhora da qualidade

de vida do trabalhador rural só seriam alcançados por meio de uma reforma agrária baseada na participação dos trabalhadores nos lucros da produção e no acesso à pequena propriedade privada e aos insumos produtivos (maquinário e crédito), cujos futuros congressistas camponeses – eleitos pelo voto dos trabalhadores rurais “esclarecidos” – seriam os responsáveis por implementar.

Material para a 7ª aula de educação política

27-03-63 (...)

Como o governo não se preocupou com a agricultura, a estrutura agrária, isto é, a organização do campo ficou velha. É por isso que **a reforma agrária é importantíssima para o Brasil, e tem que vir de todo jeito, na lei ou na marra...**

A reforma agrária tem que vir depressa, porque como o governo não tem auxiliado o campo, a produção está caindo. O problema, porém, não é só aumentar a produção dos alimentos e das riquezas ao mesmo tempo que se deve aumentar as riquezas que se deve pensar em dividir.

Toda transformação deve ser feita em função da pessoa humana, em função de todos os homens, em função do povo. Mas, no campo, existe uma grande desigualdade entre os homens. Uns têm muito e outros nada tem e pois na vida do campo predominam os contratos injustos de arrendamento e parceira, péssima distribuição da propriedade, fazendo com que a propriedade sirva como meio de exploração da terra e do homem do campo.

Enquanto isso, os camponeses têm uma vida de miséria, passando necessidades em todos os sentidos. O governo não ajuda o trabalho do camponês nem com dinheiro, nem máquina, o que faz com que a produção seja baixíssima. **O problema mais sério para o campo é a grande propriedade, o latifúndio. No campo as terras estão nas mãos de poucos, enquanto muitos homens não tem terra.** O problema principal da Reforma Agrária é o problema da terra.

Um bom plano da Reforma Agrária deve fazer com que todos os homens que trabalham na terra participem dos lucros tirados daquela terra. Se o camponês não tem terra para cultivar, é impossível que sua situação melhore. Não adianta ajuda do Governo porque o camponês não teria onde empregar o dinheiro, nem onde usar as máquinas.

(...) É muito difícil a Câmara aprovar um plano bom de reforma agrária porque a maioria dos políticos são latifundiários, são donos de muitas terras. Por isso, a gente não pode eleger latifundiários, nem os candidatos deles.

Se a gente quer reforma agrária verdadeira, tem que eleger quem conheça os problemas do camponês. Ninguém conhece esses problemas melhor que nós mesmos. Por isso, já nas próximas eleições para vereador, a gente tem que escolher camponeses. Se a gente não fizer isso, nunca haverá uma Reforma Agrária verdadeira (MEB, *Série Programas de Educação Política. Recife*, 1963, p.41-42, grifos nossos).

Argumentação semelhante foi posta em prática pelo SAR/MEB em 1962, como indica o *script* do programa transmitido pelo setor de politização:

4º Deputado: (lento) Senhor Presidente, sinto-me como um homem de bem, eleito pelo povo para representar este mesmo povo, triste, porque vejo, aqui nesta assembleia, enquanto projetos e mais projetos que vem beneficiar a população do Estado estão enterrados na gaveta, colegas meus esqueceram-se que foram eleitos pelo povo, para trabalhar por eles e não para vir arengar ou xingar num recinto sagrado, como é a Assembleia. Assim enquanto o povo passa fome e não tem escolas, ocupam-se meus colegas desta assembleia simplesmente a acusarem uns aos outros!...

Esquecem-se que o voto do povo é algo sagrado e que deve ser respeitado. Esquecem-se que todos os deputados tem a única finalidade: trabalhar pelo bem comum.

Técnica: Forte e triste.

Narrador: Parecia uma voz perdida no deserto: uma andorinha só não faz verão. Aquele moço que se esforçava para levar uma mensagem nova ao povo não era entendido por aqueles outros que o povo escolhera sem pensar.

Técnica: transição (triste)

Narrador: Isto se passou numa assembleia de deputados estaduais. Vamos agora tomar um avião.

Vamos fazer uma viagem até Brasília.

Em Brasília temos Senadores e Deputados Federais.

Brasília, cidade nova, inaugurada em dias melhores; esperança em que mudando a capital mudasse também os governos. É até interessante notar o nome que deram ao palácio do governo em Brasília: Palácio da Alvorada. Alvorada quer dizer dia novo, vida nova.

É isto que nós queremos em Brasília: dia novo, vida nova, Brasil diferente.

Em Brasília se reúnem deputados federais e senadores.

Lá decidem os destinos do país. Lá eles votam leis. Leis que vão ter influência na nossa vida, na vida de nossos filhos.

Brasília é como inverno no sertão. Do inverno dependem boas colheitas. De Brasília, dos seus deputados e senadores, dependem em grande parte o Brasil.

Vamos fazer uma visita à câmara dos deputados:

Uma voz: (uma voz longe gritando) Peço aos nobres deputados que não durmam.

Presidente: (balbúrdia) peço aos colegas que não durmam! Hoje será votado o projeto de Reforma Agrária.

Peço ao senhor secretário que veja se existe número de deputados suficiente para se votar o projeto.

Secretário: Excelência, não há número suficiente.

A votação não pode ser feita hoje.

Técnica: Risada e balbúrdia

Deputado: Senhor presidente, peço a palavra.

Não podia calar-me neste momento. É como se dentro deste plenário a miséria de milhões gritasse. É como se eu ouvisse agora milhões de mães chorando. É como se eu sentisse o desespero de crianças que moram no campo, quase sem futuro. É triste senhor presidente, é triste senhores deputados.

E é mais triste Senhor Presidente e mais desumano quando se afirma que vivemos num país cristão. O cristianismo, não Senhor Presidente, colegas deputados, não poderia unir-se nunca contra uma criança desesperada de fome. O cristianismo não poderia unir-se a injustiça que corre desenfreada pelo campo. Se Cristo pudesse ser visto neste momento, neste recinto, estaria dizendo a nós: Eu tive fome e não me deste comer. Tive sede e não me destes de beber. Estava nu e não me vestistes. Malditos... Todos vocês que não sentiram como irmãos, fome e sede de justiça.

Senhor presidente, é como se um sereno de lágrimas caísse em nossa cabeça. E, talvez, senhor presidente, se alguém pudesse rir da miséria, esta hora seria a hora de rir. Porque senhor presidente há poucos dias uma imoralidade surgiu neste recinto e por todos foi apoiada.

Esta casa do povo estava cheia quando da votação do projeto que aumentava o ordenado dos deputados.

É como senhor presidente, se o povo votasse não para ser livre, mas ser escravo!

Porque realmente, foi escravizando que os senhores chegaram até aqui. Foi comprando votos, dando presentes, sapatos, migalhas em troca de votos. Migalhas que para eles foi o preço da própria escravidão.

Mas senhor presidente, senhores deputados, o campo agiganta-se. Agiganta-se e cresce. Agiganta-se e acorda. Sim, os que moram no campo já estão tomando consciência da força, da arma que é seu voto e tenho certeza senhor presidente, senhores deputados, de que nas próximas eleições o campo dará uma resposta a este insulto que lhe foi feito hoje. Insulto por não termos nesta casa número suficiente para se votar o projeto de Reforma Agrária. Sim donos de escravos serão varridos. Compradores de votos que hoje não atenderam a uma necessidade do povo, não serão atendidos quando quiseram comprar o voto deste mesmo povo. Tenho a certeza, senhor presidente, que a Reforma Agrária virá porque além do campo ter consciência da sua força, Deus não desampara os que têm fome e sede de justiça.

Locutor: Assistimos cenas passadas na assembleia estadual e na câmara federal. São duas amostras de como agem os chamados representantes do povo. Em grande maioria são eleitos e passam a agir unicamente em benefício próprio, deixando de mão os interesses do povo que deveriam estar em primeiro lugar. Verdadeiramente meus amigos, a situação das câmaras é desta maneira. Quando se trata de votar em benefício dos mais humildes, os deputados e senadores desaparecem. A Reforma Agrária que tanto esperamos, não pode passar enquanto permanecer tal situação. Tenho a certeza de que com os chamados representantes que nós temos atualmente ela não virá. Então é preciso que o trabalhador tome consciência de que se vender o voto está vendendo a Reforma Agrária no Brasil. Não podemos continuar desta maneira, disto sabemos. Devemos, no entanto, começar a lutar para esclarecer nossos amigos, nossos vizinhos, nossos irmãos. Somente esclarecidos e compreendendo o valor do voto, poderemos matar esta situação que vive nos matando, esmagando nossa felicidade, nos dando tristeza e muitas vezes agonia e morte. É bem verdade que ainda existem no Brasil deputados que trabalham em benefício do povo. No entanto, são minorias, são andorinhas que não podem de maneira alguma, fazer verão. A estes é preciso juntar a voz de muitos. Só assim, repetimos, modificaremos a situação do Brasil. Unidos seremos fortes. Fortes mudaremos e faremos um melhor destino para esta jovem nação brasileira (SAR/MEB, *Programa. Um Povo Politizado é Um Povo Livre – Setor de Politização*, 1962 apud PAIVA, 2009, p.99-102, grifo nosso).

O treinamento de líderes rurais de Pindaré-Mirim, realizado entre 13 e 16 de agosto de 1962, também reproduzia essa forma de pensar a natureza da reforma agrária.

Dia 13

1. Realidade Econômica

1.1. Conteúdo

1.1.1. Latifúndio – Minifúndio

- preparação das terras no Brasil

- solução destes problemas

- o homem do campo

- o baixo índice de produtividade

- causas
 - consequências: nível de vida infra-humana incultura-analfabetismo; doenças e má saúde etc. Incapacidade de sair da sua condição servil.
 - 1.1.2. – Política Bancária
 - necessidade de investimentos para o desenvolvimento agrícola
 - produtor agrícola excluído dos benefícios do povo.
 - 1.1.3. – O intermediário
 - exploração do homem pelo homem
 - 1.1.4. – Imperialismo – Trustes
 - exploração de região por região
 - exploração de país por país
- (MEB, *Treinamento de líderes Rurais (MA)*, 1963 apud RAPÔSO, 1985, p.109-110).

É interessante notar que o MEB/Recife se apropriou da palavra de ordem das Ligas Camponesas – “reforma agrária na lei e na marra” – para classificar seu projeto de reforma de agrária, muito embora suas ações não tivessem nenhuma semelhança, ou proximidade, com as estratégias políticas das Ligas.

Nossa hipótese é de que a mudança nas propostas do MEB para o campo brasileiro deve ser interpretada como uma tentativa de acompanhar o processo de radicalização dos trabalhadores rurais, que cada vez mais se fortaleciam e pautavam o debate político por meio da atuação nas Ligas Camponesas. Como discutido no capítulo anterior, a adesão à proposta de reforma agrária defendida pelas Ligas fez com que o PCB alterasse seus discursos direcionados aos trabalhadores rurais, substituindo o tom mais moderado das declarações do Comitê Central pela “radicalidade”. Com o MEB não foi diferente. Para neutralizar a linguagem de resistência era preciso dialogar com a retórica utilizada pelo seu principal vocalizador, as Ligas Camponesas.

Agentes do MEB atentavam para o protagonismo político dos trabalhadores rurais. Vera José Olimpio, em seu texto *Reforma Agrária*, fez as seguintes colocações:

As reformas de base estão, hoje em dia, sendo assunto constante de estudos, debates e “chavões” políticos. Para muitos elas são apenas programas dos comunistas para difundir sua ideologia e conseguir seus intentos, e, por isto, há um certo receio de estudá-las. Para outros, ainda, as chamadas reformas de base são assuntos que servem bem para se fazer demagogia. (...)

Mas, aos poucos começa o homem do campo a tomar consciência dos seus problemas. E há já vários movimentos que provam realmente a força e o desejo de libertação. Basta ver o clima de insatisfação da zona açucareira do nosso Estado. E então vários grupos tentam tomar a liderança desta mudança da estrutura agrária (MEB, *Reforma Agrária*, 1962, p.1-4, grifo nosso).

Aos bispos das dioceses onde existiam núcleos do MEB era distribuída, junto com o material *Viver é lutar*, uma carta escrita por D. José Vicente Távora. Nessa carta, o bispo tinha clareza da necessidade do discurso da Igreja dialogar com as conquistas dos trabalhadores rurais: “Deus nos livre que a Igreja, mais hoje mais amanhã, apareça, diante do grupamento de camponeses, como elemento de contenção, como elemento de impedimento à justa promoção que o camponês está adquirindo no nosso país”³¹⁸. A fala de Fávero vai, igualmente, nesse sentido:

No entanto, a forma de apreensão dos problemas concretos da realidade e a ação consequente sobre esses problemas, a partir desse núcleo ideológico, variavam de sistema para sistema, não só em função das equipes locais, mas principalmente de acordo com o nível de radicalização dos conflitos sociais da área. Dessa forma, havia diferentes níveis de consciência dessas equipes, mas se supunha um patamar mínimo, estabelecido entre a coordenação nacional e as coordenações estaduais sobretudo, e construído nos treinamentos e encontros. Da mesma forma, havia diversos planos de ação, unidos pela metodologia comum, pelo menos no que dizia respeito à formação dos agentes e ao sistema radioeducativo (FÁVERO, 2006, p.122).

Além dos aspectos supracitados, outros dois respaldam essa hipótese: o fato da cartilha *Viver é lutar* ter sido construída para o Nordeste³¹⁹ (região onde as Ligas estavam consolidadas³²⁰), e a fala de Padre Crespo sobre a forma pela qual a conjuntura política foi analisada pelos membros da Ação Popular (AP) – base do MEB, cuja contribuição para a reestruturação do movimento é reconhecida por Fávero (2006, p.44).

(...) Ação Popular, que, num determinado momento, por forças das circunstâncias políticas do país – não quer dizer toda ela, mas um grupo de AP – achou o seguinte: “Nós temos que participar da tomada do poder. O poder vai ser tomado pelas forças populares. Entre eles estão os comunistas”. Temos que fazer uma frente única para participar do poder para fazermos alguma coisa. Se deixarmos que somente eles tomem conta, então vai ser um desastre. Então, nós cristãos, de AP, vamos entrar nessa jogada para, lá dentro, podermos participar disso aí e, dentro do governo, fazermos alguma coisa que salve alguma coisa (CRESPO, 1978, p.33, grifos no original).³²¹

Em linhas gerais, identificamos duas fases do MEB, no que se refere às interpretações sobre a natureza da reforma agrária. Em 1961, o MEB encontrava-se em sua fase modernizadora, quando estava muito mais próximo dos argumentos episcopais nacionais,

³¹⁸ MEB, *Conjunto didático Viver é Lutar*, 1964, p.8.

³¹⁹ MEB, *Conjunto didático Viver é Lutar*, 1964, p.1.

³²⁰ O movimento estava presente nos estados do Piauí, Rio Grande do Norte, Pernambuco (onde possuíam em torno de 40 mil filiados) e na Paraíba, lugar em que as Ligas de Sapé e Mamanguape somavam 22 mil filiados (MORAIS, 1969). Além disso, o movimento buscava se inserir no Ceará.

³²¹ A fala do Padre Crespo nos ajuda entender, inclusive, a aliança tecida entre a AP e o PCB, cujo objetivo era neutralizar a influência das organizações cristãs conservadoras nos rumos da CONTAG.

enxergando os problemas rurais pelo viés agrícola, indicando como soluções a ampliação do acesso ao crédito rural, a formação de cooperativas, a capacitação técnica dos trabalhadores rurais, a criação de centros sociais, a divulgação de conhecimentos médico-sanitários e as parcerias público-privadas (Estado, patronato e trabalhadores rurais). Em 1962, o MEB iniciou a sua fase progressista, quando se aproximou, significativamente, dos pressupostos da encíclica *Mater et Magistra*, criticando o imperialismo, a desigualdade socioeconômica e a concentração fundiária, e defendendo a participação política dos trabalhadores (por meio do voto, dos sindicatos e das cooperativas), a realização de uma reforma agrária, que democratizasse o acesso a pequena propriedade privada (reforçando seu papel emancipador), e a atuação do Estado como garantidor do acesso ao crédito, da capacitação profissional e da formação de cooperativas. Embora tenhamos destacado a importância das mudanças conjunturais para a virada progressista, não podemos negligenciar questões internas do MEB, como a maior influência da AP na construção da agenda do movimento.

4.2.1.2. A influência da AP na construção do MEB

Resultado de um desmembramento da Juventude Universitária Católica (JUC), a AP foi criada em 1962 e logo se definiu pela autonomia em relação à hierarquia católica, pelo apoio às lutas dos camponeses e pelo socialismo. Porém, o tipo de socialismo defendido pela AP não era o de inspiração marxista, e sim baseado em uma orientação profundamente humanista (GORENDER, 1990). Os membros da AP defendiam que a eliminação dos conflitos viria por meio da promoção do bem-estar social. Esse bem-estar, por sua vez, surgiria a partir da substituição das estruturas de dominação por outras que contribuíssem para a harmonização (KADT, 2007). Segundo Kadt, as relações sociais nesse projeto de nação eram baseadas no existencialismo “personalista” cristão de Emmanuel Mounier, que defendia o altruísmo do indivíduo, apesar de considerar improvável a existência de uma sociedade totalmente corporativa. As ideias do jesuíta Pierre Teilhard de Chardin (1881-1955) e do Padre Henrique de Lima Vaz (1921-2005) também influenciaram estas lideranças católicas progressistas. Teilhard, baseado na teoria da evolução, defendia que a socialização era uma dinâmica irreversível e inevitável, resultado da natureza biológica e psicossocial do homem. Já Pe. Vaz, na contramão da determinação divina, considerava os indivíduos responsáveis por construir o “reino dos céus” na terra, baseado na conciliação.

Percebe-se que, nas proposições da AP, a harmonização das relações não aparecia como um meio de ação ou como passível de ser alcançada no modo de produção capitalista. Nesse sentido, a AP era contrária a qualquer tipo de “harmonização social” entre latifundiários e camponeses (RICCI, 1999). Outra diferença com relação aos católicos conservadores diz respeito à análise dos problemas rurais. Diferentemente dos católicos conservadores, a AP não apontava a fome ou a questão técnica como os problemas dos trabalhadores rurais, mas sim a dominação feudal e imperialista no Brasil, as disparidades regionais e a propriedade privada. Essas diferenças se fizeram claras durante a formação da primeira diretoria da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), convocada após as duas tentativas da hierarquia católica de controlar unilateralmente a formação dessa confederação. A Ação Popular (que possuía três cargos a sua disposição) firmou um acordo com o PCB (que possuía quatro cargos) para isolar as lideranças dos círculos operários (que possuíam dois cargos) e, assim, evitar a formação de uma diretoria cristã conservadora³²².

O MEB era fortemente controlado pelos bispos, que escolhiam, junto com os padres, os membros das equipes: “a maioria dos bispos, em cujas dioceses operava um sistema³²³, considerava-se responsável ao menos pela linha doutrinária da equipe” (KADT, 2007, p.168-169). Por exemplo, Peixoto retomou o relato de uma ex-participante do movimento, que enfatizou o esforço do arcebispo de Goiânia, D. Fernando Gomes dos Santos, em evitar que militantes da JUC fizessem parte do movimento (PEIXOTO, 2003, p.62). Entretanto, apesar dos esforços dos bispos conservadores, membros da JUC e da AP atuaram na base do movimento, especialmente no que se refere às práticas pedagógicas. Segundo Fávero, o 2º Encontro Nacional de Coordenadores do MEB (1964) reconheceu que os militantes da base do movimento tinham relações próximas com a AP e que estes transferiam para o MEB as diretrizes dessa organização. Ao que tudo indica estas transferências aconteceram mais no trabalho de base – como veremos mais a frente. No que se refere aos documentos oficiais, suas pautas não foram incorporadas, a força do episcopado prevaleceu, ficando o

³²² Segundo Gorender (1990), a AP era uma organização plural, que contava com a participação de católicos, protestantes, pessoas sem confissão religiosa e sujeitos com formação marxista.

³²³ O sistema radioeducativo do MEB correspondia a uma rede de escolas de uma mesma região, comunidades de um mesmo município ou de regiões fronteiriças, que segundo os membros do MEB – responsáveis pela implantação do sistema – possuíam as mesmas características políticas, culturais e socioeconômicas, por exemplo, as transmissões às escolas de Juazeiro (BA) e Cajazeiras (PB) eram coordenadas pela equipe de Pernambuco. Cabe ainda destacar que o Maranhão não possuía um sistema radioeducativo. Com exceção de um curto espaço de tempo em meados de 1966, o MEB/Maranhão atuou integralmente por meio de contatos diretos com os trabalhadores rurais (FÁVERO, 2006).

progressismo do MEB restrito à adoção dos aspectos mais progressistas da encíclica *Mater et Magistra* e à neutralização da linguagem de resistência³²⁴.

4.2.1.3. A manutenção das relações com os agentes modernizadores

O MEB utilizou a linguagem e as palavras de ordem evocadas pelas Ligas e pelo PCB com a intenção de neutralizá-las, para então ressignificá-las de acordo com os referenciais da *Mater et Magistra*, defendendo a harmonia de classes, a participação política dos trabalhadores rurais a partir da filiação em sindicatos cristãos conservadores, a formação de cooperativas e a fundação de escolas como instrumentos para a promoção da autopromoção comunitária, a implantação de salário justo, a aplicação da legislação trabalhista, a redução das desigualdades sociais, a capacitação técnica e o acesso à pequena propriedade e aos insumos (crédito e maquinário) como caminhos para aumentar a produtividade e melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores rurais, a crítica ao imperialismo usurário, o direito natural e sagrado da propriedade privada. Porém, no contexto de polarização política do Brasil pré-golpe de 1964, tal proposta de reforma do capitalismo foi considerada “subversiva”.

Em 20 de fevereiro de 1964, “foram apreendidos 3.000 exemplares do livro de leitura *Viver é Lutar*, na companhia Editora Americana, por ordem do Governador da Guanabara, que tinha recebido denúncias quanto a estarem sendo impressas ‘cartilhas comunistas, por ordem do Ministério da Educação’”. Estes exemplares “correspondiam à parte da última remessa dos primeiros 50.000 exemplares, dos quais 45.000 já tinham sido despachados para os sistemas MEB”³²⁵. Após a apreensão, o DOPS abriu inquérito para investigar a “cartilha subversiva dos Bispos”. Membros do CDN e alguns bispos foram convocados a prestar depoimento: Ósmar Fávero (Coordenador Nacional), Marina Bandeira (Secretária do MEB),

³²⁴ Na tentativa de falar a linguagem de resistência, outros temas e ideias aglutinadoras passaram a fazer parte dos materiais do MEB. O movimento apresentava-se como interessado em combater o “intermediário”, que era considerado, por diferentes setores da sociedade brasileira, um dos principais responsáveis pela exploração dos trabalhadores rurais. Além disso, o MEB se apropriava de uma das principais linguagens do *Terra Livre* e do *Liga*: a união como recurso fundamental para a conquista de mudanças no campo – destaca-se que o MEB utilizou, na lição 25 do *Viver é Lutar* e no item 1.1.3. do treinamento de líderes de Pindaré-Mirim, a mesma palavra de ordem do PCB e das Ligas, “UNIÃO é como o feixe de varas: uma vara se quebra fácil porém, um feixe é mais difícil” (*Terra Livre*, “Providência social para os trabalhadores do campo”, junho de 1961, p.2). O movimento também defendia o direito de greve, forma de atuação recorrentemente deslegitimada pela hierarquia católica – como trabalho no capítulo II: “2. O direito de fazer greve, de reclamar, falar dos seus direitos; 3. Os agricultores unidos já conseguiram o pagamento do 13º mês de salários; E isso se está construindo através de reuniões, de conversas, de entendimentos entre os representantes da Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco e os representantes das classes patronais – senhores de engenho, proprietários, fazendeiros, usineiros – Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco, Sociedade Auxiliadora de Pernambuco, Sindicato da Indústria do Açúcar, também o delegado Regional do trabalho que é o representante da lei, do Governo” (MEB, *Série de Programas de Educação Política. Recife*, 1963, p.4).

³²⁵ MEB, *Conjunto didático Viver é lutar*, 1964, p.3.

Vera Jaccoud (Coordenadora Nacional), Monsenhor Hilário Pandolfo (vice-presidente da CNBB) e D. José Távora. Na carta-depoimento enviada ao delegado Denizard Corrêa Pinheiro, D. José Távora apresentava o alinhamento do MEB com a doutrina social cristã e demonstrava-se surpreso com a associação do movimento ao comunismo. Nas suas palavras:

Ocorre-me dizer a V.Sa. que os constrangimentos, a que me refiro, tocam de perto um trabalho educativo de grande alcance social de Arcebispos e Bispos, sobre o qual é lançada dúvida ideológica, com suspeição mesmo de serviço ao comunismo. **Mais do que ninguém, nós, os Bispos, que representamos a Igreja, sabemos distinguir entre comunismo e catolicismo. (...)**

Devo, Sr. Delegado, dizer o óbvio: sou contra o comunismo, lutarei até o último instante de minha vida para que a minha Pátria possa viver livre de qualquer regime totalitário. Mas, esta minha posição firme de guarda e pregador do Evangelho, não me dá direito a permanecer omissos, diante das injustiças sociais, assim como não admito ódio entre os homens e as classes (MEB, Conjunto didático *Viver é Lutar*, 1964, p.12-13, grifos nossos).

Além disso, é imperioso observar que o MEB continuou atuando em conjunto com as instituições citadas no primeiro tópico. Segundo o Relatório Anual de 1963, o MEB manteve relacionamento, em nível de troca de experiências, com a ABCAR, a ANCAR, a SUPRA³²⁶, o SAI (que continuou “fornecendo grande número de publicações para distribuição aos sistemas”) e com a UNESCO, participando de curso prático de audiovisual ofertado pelo Centro de Pesquisas Educacionais da agência em São Paulo³²⁷.

Nesse período o MEB também estreitou os laços com a Rádio Sutanteza, demonstrando estar comprometido com o projeto modernizador da Igreja católica. Em 1963, Marina Bandeira participou do I Congresso Latino Americano de Escolas Radiofônicas, que foi promovido pela ACPO, com a intenção de sistematizar e articular a atuação internacional da Igreja no campo da educação de jovens e adultos. No encontro, os presentes decidiram pela criação da “Confederação Latino Americana de Educação Fundamental, que, por sua vez, estudará a organização do Instituto de Comunicação de Massas. Era a ideia dos organizadores do congresso estruturá-lo (...) de forma que contasse, entre seus alunos, com generais de forças armadas, diretores de escolas normais”³²⁸. Diversos países fizeram parte desse congresso, mas destaca-se a nacionalidade da tríade diretora do evento: o presidente Monsenhor Salcedo, colombiano; a vice-presidente Marina Bandeira, brasileira; o segundo

³²⁶ Em 11 de outubro de 1962 foi criada a SUPRA, entidade que absorveu as atribuições, o pessoal e o patrimônio do SSR, do Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INC) e do Estabelecimento Rural do Tapajós.

³²⁷ MEB, *Relatório Anual de 1963*, 1964, p.73-76.

³²⁸ MEB, *Boletim do MEB*, nº2, 1963, p.4.

vice-presidente, Ramon Venegas, chileno. Como vimos, na Colômbia, no Chile e no Brasil, a Igreja avançava, a passos largos, na adequação das pautas da educação de base à doutrina social da Igreja³²⁹.

Outro agente modernizador com quem o MEB tentou realizar “entendimentos para o estabelecimento de um convênio de ajuda financeira” foi a *United States Agency for International Development* (USAID), “convênio esse que não se efetivou por dificuldades de ordem administrativa”³³⁰. O *Boletim do MEB* traz mais detalhes sobre as dificuldades encontradas para a construção desse acordo. Segundo o relatado, o movimento foi procurado, em 1962, por representantes da embaixada americana para assentar “as bases para um convênio entre a Presidência da República, a USAID e o MEB, visando a implantação de um programa que permitisse a ampliação” das “atividades de educação fundamental, inclusive pela televisão, com emissoras de TV em Natal e Aracaju”³³¹. Durante quatorze meses as três partes negociaram as minutas do acordo, até que no “mês de maio de 1963, faltando apenas vinte dias para o encerramento do ano fiscal da administração pública norte-americana”³³² o MEB foi informado de que deveria, naquele momento, entrar com 1 bilhão e 200 milhões de cruzeiros e a USAID com 230 milhões para que o programa de 1964/65 pudesse ser executado³³³. O MEB não dispunha “nem do dinheiro, nem de previsão certa para o compromisso”³³⁴ (o movimento “vinha julgando possível contar com as verbas federais, nesse montante, até 1964, em tempo útil, o que foi visto posteriormente não ser possível concretizar”³³⁵). Frente a esse quadro, o MEB propôs aos representantes da USAID e da SUDENE “o adiamento da assinatura do convênio para o posterior exercício fiscal da USAID”³³⁶.

Segundo Fávero, as conversas continuaram, mas, em 1964, às vésperas da assinatura do contrato, o acordo foi suspenso por iniciativa da diretoria executiva do MEB, receptiva aos “apelos dos coordenadores mais conscientes”, que atentaram para “a contradição que aquele convênio significaria em relação à linha de trabalho do MEB, e a **desconfiança que certamente acarretaria por parte dos camponeses**” (FÁVERO, 2006, p.103, grifo nosso) –

³²⁹ Textos da ACPO também foram utilizados como materiais de estudo pelo MEB, como o capítulo II da primeira parte do livro *Ação Cultural Popular – Seus princípios e meios de ação; considerações teológicas e sociológicas*, publicado, pela ACPO, em 1960. Este texto foi veiculado como parte da *Apostila 6 – Série A – Organização Social*, do MEB.

³³⁰ MEB, *Relatório Anual de 1963*, 1964, p.73.

³³¹ MEB, *Boletim MEB*, nº1, 1963, p.4.

³³² MEB, *Boletim MEB*, nº1, 1963, p.4.

³³³ MEB, *Boletim MEB*, nº1, 1963, p.4.

³³⁴ MEB, *Boletim MEB*, nº1, 1963, p.5.

³³⁵ MEB, *Boletim MEB*, nº1, 1963, p.4.

³³⁶ MEB, *Boletim MEB*, nº1, 1963, p.5.

atrapalhando os objetivos neutralizadores do movimento –, visto que a USAID era o braço operacional da Aliança para Progresso (RIBEIRO, 2006).

A USAID foi utilizada pelo governo estadunidense para minar, de diferentes formas, a atuação das Ligas Camponesas no Nordeste. Segundo Page (1972), o interesse de Kennedy pelo Nordeste aflorou após uma série de reportagens publicadas por Tad Szulc no *The New York Times*, que apresentavam a situação de subdesenvolvimento daquela região e como os “revolucionários socialistas” aproveitavam tal situação para agitar os camponeses à insurreição³³⁷. Porém, esse não foi o único fator que levou Kennedy a criar um plano especial para o Nordeste: a *Central Intelligence Agency* (CIA) já estava preocupada com as viagens de Julião a Polônia, Checoslováquia, União Soviética e Cuba, e com a sua relação com Prestes. Na interpretação estadunidense, uma revolução no Nordeste significava a perda do Brasil e, quiçá, da América do Sul, para o socialismo, e a cidade de Recife funcionava como ponto de substituição de homens e militares em trânsito para a estação de rastreamento de mísseis na ilha de Ascensão. A resposta de Kennedy a tais perigos foi rápida, enviando seu assistente especial, Arthur M. S. Junior, ao Nordeste, para que observasse a situação política da região (PAGE, 1972) e encaminhando uma comitiva ao Engenho da Galiléia para prestar assistência aos foreiros³³⁸.

A oportunidade para uma efetiva intervenção no Nordeste surgiu quando Celso Furtado foi a Washington pedir auxílio financeiro para a viabilização da SUDENE (PAGE, 1972). Essa oportunidade se concretizou em 1962, com a assinatura do “Acordo do Nordeste”, que previa a ajuda financeira de 131 milhões de dólares à SUDENE e a atuação da USAID na regulação do uso do dinheiro, na criação de projetos para o desenvolvimento da região e, claro, na política local³³⁹. Logo após a assinatura do acordo, mais especificadamente no dia 6 de junho de 1962, o órgão assinou um acordo com o governador de Pernambuco, Cid Sampaio, no valor de US\$ 1 milhão, para empreender um programa de construção de escolas (PAGE, 1972, p.95). Além da ajuda financeira e da intervenção na política local, a USAID

³³⁷ Em entrevista concedida à Wandec Santiago (2012), Moniz Bandeira, partindo do pressuposto de que o Brasil, na década de 1950-60, era um país predominantemente urbano e industrial, considerou a preocupação norte-americana desnecessária, pois uma insurreição camponesa no Nordeste não teria condições de triunfar.

³³⁸ Segundo Wandec Santiago (2012), foram concedidos aos moradores do Engenho da Galiléia: gabinete dentário, escola e implementos agrícolas.

³³⁹ Segundo Page (1972), o acordo assinado, por ser ambíguo, gerou intensa discussão entre as partes brasileira e norte-americana. Enquanto na interpretação brasileira a USAID não teria autonomia para firmar acordos, na interpretação norte-americana o acordo assinado previa que a USAID teria autonomia para fazer acordos com outras instituições e, por isso, criava as condições necessárias para a intervenção na política local. Ocorreu que a segunda interpretação foi posta em prática.

criou um programa de segurança pública que tinha como braços as polícias civil e militar de Pernambuco (PAGE, 1972).

A USAID também utilizou o Instituto Americano para o Sindicalismo Livre (IADESIL) para conter o avanço das Ligas Camponesas (CORRÊA, 2017). O IADESIL foi criado, em 1961, pela central sindical *American Federation of Labor and Congress of Industrial Organizations* (AFL-CIO), com o objetivo de organizar a atuação destas organizações estadunidenses em solo brasileiro. Até o ano de 1960, as atividades da AFL-CIO no Brasil, basicamente, diziam respeito ao intercâmbio entre sindicalistas brasileiros e estadunidenses. A AFL-CIO promovia cursos, em solo estadunidense, que duravam cerca três meses. Estes cursos versavam sobre os malefícios da politização dos sindicatos (os sindicatos dirigidos por comunistas e trabalhistas eram classificados como violentos); as verdadeiras funções de um sindicato, a saber, tratar, única e exclusivamente, das questões econômicas e legais de primeira necessidade, como salário e cumprimento da legislação trabalhista; o uso da negociação coletiva como a principal forma de resolução dos problemas enfrentados pelos trabalhadores; a função social do capital, defendendo que reformas pontuais no capitalismo bastavam para resolver os problemas da classe trabalhadora. Ademais, durante o curso, os sindicalistas seguiam um roteiro de viagem pelos EUA, onde lhes eram apresentadas as benesses de uma sociedade capitalista harmônica, auto-regulada e pautada na negociação coletiva. Com o apoio da USAID, a AFL-CIO ampliou sua forma de atuação, passando a garantir empréstimos aos grupos alinhados com sua ideologia, fornecer assistência técnica agropecuária e publicar livros e panfletos. Mas a educação sindical continuou sendo sua principal forma de intervenção na política brasileira (CORRÊA, 2017).

Com o objetivo combater as Ligas Camponesas e as lideranças sindicais comunistas e trabalhistas, a AFL/IADESIL se aproximou dos militares e dos setores da sociedade civil anticomunistas e contrários ao governo Goulart (já que este havia sido considerado um empecilho aos interesses imperialistas estadunidenses), como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e a Igreja Católica³⁴⁰. O sindicalismo católico conservador contou com apoio financeiro do IPES/IBAD e, por conseguinte, da AFL-CIO. Por exemplo, a Confederação Nacional dos Círculos Operários (CNCO) recebeu apoio do IPES e da IADESIL para formar líderes sindicais alinhados com

³⁴⁰ É interessante notar que Berent Friele (vice-presidente da AIA) e Nelson Rockefeller fizeram parte, respectivamente, dos Conselhos Administrativo e Executivo da IADESIL. Aspecto que demonstra como os agentes estadunidenses, no que se refere à intervenção imperialista no Brasil, agiram de forma articulada e multifacetada (CORRÊA, 2017).

as propostas sindicais da AFL-CIO (diga-se de passagem, este não foi um grande esforço dos setores católicos, já que estas organizações enxergavam os sindicatos de forma bem parecida). Outro exemplo, ativistas católicos conservadores participaram do Movimento Sindical Democrático, organização que era ligada ao IPES e a IADESIL, e combatia as organizações sindicais ligadas ao PTB e ao PCB (CORRÊA, 2017).

De posse dessas informações, acreditamos que a caracterização do movimento como “subversivo” pode ser considerada parte da estratégia, dos setores conservadores brasileiros, de demonstrar a grandiosa capacidade organizativa do “comunismo”, a fim de justificar a realização, urgente, da contrarrevolução preventiva. Era de grande valia alegar que os setores da hierarquia católica estavam alinhados ao plano de dominação bolchevique. Destacamos, a seguir, um editorial e algumas notícias que corroboram nossa argumentação³⁴¹.

A primeira delas foi publicada no *Diário de Notícias*:

A polícia aprendeu, na madrugada de ontem, numa gráfica instalada na rua Maranguape, nº15, a edição de cartilhas incentivando camponeses à luta com o emprego dos seus instrumentos de trabalho, cuja distribuição o DOPS acredita fazer parte do desencadeamento de um plano subversivo de âmbito nacional, articulado no Rio (*Diário de Notícias*, “Alvo da cartilha era conduzir os lavradores à luta”, 21 de fevereiro de 1964, p.6).

O editorial publicado no *O Globo* foi ainda mais incisivo:

A CARTILHA apreendida pela polícia carioca numa oficina da Lapa é mais uma demonstração das intenções e dos planos dos comunistas e de seus cúmplices no que diz respeito à comunização do Brasil. O critério didático nela aplicado é o do famigerado método Freire, concebido para subverter a pretexto de alfabetizar. (...)

Dizem que a publicação se destinava a uma entidade católica do Nordeste, que se encarregaria da sua distribuição, em milhões de exemplares, naquela região do país. Se a notícia ficar comprovada, ela será uma demonstração a mais da penetração e da extensão da infiltração comunista no Brasil. Não seria o primeiro caso, nem será, infelizmente, o último, que um ou outro padre, e até mesmo um ou outro bispo, por ingenuidade, por mal-entendido zelo social ou por qualquer outro motivo, se faz cúmplice involuntário dos comunistas e instrumento de seus planos de subversão. (...)

Enfim, a cartilha foi apreendida, e houve, até, quem falasse em violência. Violência contra quê? Contra quem? Gostaríamos de saber o que aconteceria na URSS se

³⁴¹ Do mesmo modo, menos de um mês depois dessa apreensão, o Decreto nº 53.700, promulgado por João Goulart durante o Comício das Reformas (RJ), seria considerado, pelos grupos conservadores, exemplo da comunização do país (MELO, 2014), embora tal projeto seguisse a linha produtivista-modernizadora dos governos anteriores, prevendo a desapropriação, somente, dos latifúndios improdutivos, o acesso a propriedade por meio da compra ou locação e o apoio do Estado à formação de cooperativas. Sobre as propostas agrárias de João Goulart, cabe ainda destacar que é possível verificar, a partir desse decreto, como as novas propostas do MEB estavam alinhadas com os planos de Jango – não por acaso, o presidente utilizou as ideias da *Mater et Magistra* para justificar, durante o comício, a assinatura do decreto (MELO, 2014) e em 17 de julho de 1963, promulgou o decreto nº 52.267, que renovou o apoio federal ao MEB (FÁVERO, 2006).

alguém saísse, lá, com uma publicação do gênero, meio clandestina e subversiva. É verdade que aqui somos democráticos e que, normalmente, não é com esses métodos que a democracia se defende. Mas é verdade, também, que a nossa, no presente momento, é uma democracia em perigo, e tem, portanto, o direito e até mesmo o dever de defender-se (*O Globo*, “A armadilha psicológica”, 28/02/1964, p.3).

Além do editorial, *O Globo* publicou discursos de Lacerda, em que o governador classificava o MEB como subversivo:

- Adão e Eva eram russos – prosseguiu [Lacerda]. Não tinham onde morar e moravam juntos. O paraíso também era russo. Havia uma só maçã para os dois primeiros comunistas da História. **Parece que aqui, também os bolchevistas querem implantar uma espécie de paraíso soviético.** Já criaram o sapato único, o vestido único, o livro único e, agora, pensam na legalização do partido único, para chegarem ao governante único. E já não são apenas os comunistas que têm o livro único, mas, também, os progressistas católicos, que adotaram cartilhas ensinando desprezo à lei e o ódio entre classes (*O Globo*, “Lacerda em Petrópolis: as reformas que querem fazer já são a revolução”, 2 de março de 1964, p.2, grifo nosso).

O periódico *O Jornal* também reproduziu os ataques de Lacerda:

A gráfica – disse [Lacerda] – imprimia uma cartilha de conteúdo subversivo, pregando a luta de classes e a propagação do ódio. Por isso determinei a apreensão do material impresso e mandei instaurar processo. Agi de acordo com a lei e a violência seria deixar de cumprir a lei (*O Jornal*, “Uruguaiana prestou a Lacerda a maior recepção de sua campanha”, 25 de fevereiro de 1964, p.8).

Em outras palavras, apesar dos esforços conservadores para classificar o MEB como uma força socialista, percebe-se que o progressismo do movimento estava muito bem delimitado. Entre 1962 e 1964, o MEB assumiu uma posição reformista cristã. Nesse sentido, o movimento reproduzia as propostas agrárias da *Mater et Magistra* (a encíclica modernizadora) ao delimitar a atuação do Estado como protetor do direito à propriedade privada e garantidor do acesso ao crédito, da capacitação profissional e da formação de cooperativas – considerando problemático o Estado forte e centralizado, já que afetaria a livre-iniciativa, representaria uma ameaça aos direitos naturais e desestabilizaria a harmonia comunitária. Ademais, destaca-se a participação de diferentes agentes (internacionais e nacionais) no treinamento dos membros do MEB e na elaboração dos conteúdos dos seus programas radiofônicos, agentes estes que estavam conectados e imbuídos do mesmo espírito “civilizador” de modernizar o campo brasileiro e, assim, conter o avanço de “ideologias incompatíveis com o espírito cristão da nacionalidade”, sem que fosse necessário promover reformas estruturais no campo.

4.2.2. Educar para construir

O *Educar para Construir*, publicado pelo SAR/MEB em 1964, também estava alinhado às propostas da encíclica *Mater et Magistra*. Primeiro, ele indicava o uso da cooperativa como caminho para a emancipação econômica da comunidade:

Cecílio foi um deles e logo o convidou a ver o silo que adquiria para guardar sua colheita de cereais. E foi explicando: você bem sabe que todos os anos nós vendemos todo o feijão e arroz na época da safra para meses depois comprarmos pelo duplo do preço. Este ano não acontecerá isso. Estamos reunidos e organizamos uma cooperativa. (...)

O dinheiro que se reunia era logo empregado. Comprávamos enxadas, veneno de formiga, sementes. Alguns sócios estavam dispostos a adquirir pequenos silos para guardar sua produção. A cooperativa encomendou-os e saíram por um preço muito melhor (SAR/MEB, *Educar para Construir*, 1964, p.12).

Muitas cooperativas foram organizadas como resposta às necessidades e exigências da comunidade. O povo as organiza e encontra uma resposta, um apoio para sua vida econômica, seu trabalho (...) A cooperativa é para atender a uma exigência da comunidade (SAR/MEB, *Educar para Construir*, 1964, p.14).

Segundo, ele destacava a importância do trabalho (produção e técnica) para alcançar o progresso e a promoção social e econômica:

(...) Deus criou todas as coisas, mas o homem, pelo seu trabalho, transforma, domina a natureza. O homem amansa animais selvagens, o homem inventa instrumentos para trabalhar a terra – a enxada, o arado, o trator (...) o homem, pelo seu trabalho, aperfeiçoa a qualidade das plantas, dos animais. Com os seus cuidados faz que produzam mais (SAR/MEB, *Educar para Construir*, 1964, 36A).

É através do trabalho que cada homem, qualquer que seja a sua profissão, dá sua contribuição para o progresso do mundo e a felicidade da humanidade. É o trabalho que alimenta as famílias, que constrói casas e cidades, que abre estradas, que mantém escolas e hospitais. Enfim, as grandes invenções são frutos do trabalho (SAR/MEB, *Educar para Construir*, 1964, p.8).

Terceiro, ele estimulava a participação política dos trabalhadores rurais, inteirando-os sobre as leis, a forma de governo e a organização econômica e social do país: “Povo consciente trabalha pela construção de uma pátria feliz”³⁴²; “Os representantes só poderão desempenhar bem as suas funções, se o povo souber realmente cooperar e exigir”³⁴³; “Um

³⁴² SAR/MEB, *Educar para Construir*, 1964, p.24.

³⁴³ SAR/MEB, *Educar para Construir*, 1964, p.25.

bom governo depende, em parte, da boa escolha feita pelo povo. O Brasil precisa do voto consciente de cada um de nós para se desenvolver”³⁴⁴; “O voto é arma do povo”³⁴⁵; “A política deve ser honesta, e todos devem participar dela”³⁴⁶.

Quarto, destacava o compromisso dos países desenvolvidos com a promoção da autopromoção dos países subdesenvolvidos:

O mundo deve ser assim como uma grande cooperativa onde:
.cada povo contribua com o que tem.
.cada povo tenha um papel importante que lhe é próprio. Papel que ninguém pode fazer por ele.
.cada povo tenha muito a dar e a receber.
.todos sejam necessários.
.todos se completem.
.e se beneficiem com o esforço e o trabalho de cada um.
POVO CONSCIENTE TRABALHA POR RELAÇÕES JUSTAS ENTRE OS POVOS (SAR/MEB, *Educar para Construir*, 1964, p.58).

Quinto, criticava o imperialismo usurário e dominador: “Em relação aos povos nenhum povo pode dominar outro”³⁴⁷; “Muitas vezes o que vemos é a escravidão de povos por outros povos. Dominados econômica, cultural, politicamente, estes povos ficam amarrados em seu desenvolvimento”³⁴⁸; “As relações entre os povos devem ser como as relações entre as pessoas: justas, respeitadas, compreensivas”³⁴⁹.

Sexto, valorizava a cultura autóctone: “Tudo que o homem inventa e faz é cultura. Os costumes e tradições do povo são cultura. Estudando, o povo também faz cultura”³⁵⁰; “As festas tradicionais do Brasil são belas e expressivas”³⁵¹; “Os costumes do povo são cultura”³⁵²; “São bonitas as cantigas do povo”³⁵³.

Sétimo, atentava para a necessidade de o progresso ser acompanhado da promoção da justiça social e distribuição de renda: “(...) o homem precisa ter salário justo. Salário que lhe permita viver como pessoa humana, juntamente com a sua família”³⁵⁴; “Aceitar a exploração é esquecer-se que todos os homens foram criados por Deus para se entenderem e gozarem

³⁴⁴ SAR/MEB, *Educar para Construir*, 1964, p.27.

³⁴⁵ SAR/MEB, *Educar para Construir*, 1964, p.28.

³⁴⁶ SAR/MEB, *Educar para Construir*, 1964, p.56.

³⁴⁷ SAR/MEB, *Educar para Construir*, 1964, p.57.

³⁴⁸ SAR/MEB, *Educar para Construir*, 1964, p.57.

³⁴⁹ SAR/MEB, *Educar para Construir*, 1964, p.57.

³⁵⁰ SAR/MEB, *Educar para Construir*, 1964, p.37.

³⁵¹ SAR/MEB, *Educar para Construir*, 1964, p.41.

³⁵² SAR/MEB, *Educar para Construir*, 1964, p.48.

³⁵³ SAR/MEB, *Educar para Construir*, 1964, p.51.

³⁵⁴ SAR/MEB, *Educar para Construir*, 1964, p.9.

com justiça do esforço do seu trabalho”³⁵⁵; “O Brasil vai se tornar mais consciente, mais culto e mais progressista”³⁵⁶.

Oitavo, indicava a educação sanitária como solução para os problemas médico-sanitários:

- Uma pessoa que lava as mãos com frequência (...) só com esse simples hábito evita muitas doenças. (...)
Há doenças, que são trazidas por parasitas (...), os quais só se criam onde haja falta de limpeza.
Há doenças cujos germes se espalham à flor da terra, especialmente em casas do campo, onde não existam privadas higiênicas. (...)
O asseio é a verdadeira base da saúde.
Não se deve esperar que a criança adoça para levá-la ao médico. O importante é evitar que elas adoçam. E isto só pode ser feito com higiene, vacinação e principalmente alimentação correta, dada em quantidades e horas certas, e rica em elementos nutritivos. (...)
Para evitar a verminose é preciso andar calçado e mandar abrir fossas, para impedir que as fezes dos doentes sejam lançadas ao solo.
Para acabar com os vermes é necessário tomar remédio. Mas é preciso consultar o médico, para que este, indique o remédio adequado. Existem muitos tipos de vermes e assim sendo, somente o médico poderá indicar o remédio para acabar com cada um desses tipos (SAR/MEB, *Educar para Construir*, 1964, p.15-18).

Nono, defendia o acesso a terra e as condições para produção: “O camponês trabalha a terra, mas ele não tem terra nem tem também o que é preciso para cultivar a terra. Faltam também ao camponês garantias no trabalho e na colheita”³⁵⁷; “A estrutura agrária deve ser mudada e a vida rural precisa receber mais cuidado”³⁵⁸.

Por fim, reforçava a importância dos valores morais e religiosos: “O trabalho tem grande importância, tanto no plano humano, como também no plano divino”³⁵⁹; “Povo que marcha para a liberdade valoriza suas riquezas materiais, morais e espirituais”³⁶⁰; “As festas religiosas fazem parte da vida do povo”³⁶¹.

Em resumo, o *Educar para construir*, assim como o *Viver é Lutar*, reproduzia as propostas agrárias e educacionais da *Mater et Magistra* ao defender a promoção da autopromoção, criticar o imperialismo usurpador, reproduzir os principais pontos do conceito de educação de base proposto pela UNESCO, reforçar a importância dos valores morais e

³⁵⁵ SAR/MEB, *Educar para Construir*, 1964, p.20.

³⁵⁶ SAR/MEB, *Educar para Construir*, 1964, p.56.

³⁵⁷ SAR/MEB, *Educar para Construir*, 1964, p.10.

³⁵⁸ SAR/MEB, *Educar para Construir*, 1964, p.56.

³⁵⁹ SAR/MEB, *Educar para Construir*, 1964, p.8.

³⁶⁰ SAR/MEB, *Educar para Construir*, 1964, p.56.

³⁶¹ SAR/MEB, *Educar para Construir*, 1964, p.50B.

religiosos, defender a promoção da justiça social e delimitar a atuação do Estado como protetor do direito à propriedade privada e garantidor do acesso ao crédito, da capacitação profissional e da formação de cooperativas – caminhos considerados suficientes para a resolução dos problemas socioeconômicos enfrentados pelos trabalhadores rurais.

4.3. O progressismo conservador

4.3.1. *Mutirão*

Esta inflexão progressista durou pouco tempo. Com a instauração da ditadura civil-militar em 31 de março de 1964, o MEB retornou ao conservadorismo. No campo, a vigilância ideológica, as prisões arbitrárias, os despejos e os assassinatos, que demorariam a fazer parte da rotina dos grandes centros urbanos, iniciaram-se concomitantemente a deflagração do golpe (COMISSÃO CAMPONESA DA VERDADE, 2014). Apesar da ditadura civil-militar não ter perseguido diretamente o MEB, muitos de seus membros, preocupados com o terror que assolava o campo brasileiro e com as ameaças que sofriam, deixaram a organização (FÁVERO, 2006), como relatam as monitoras Luzinete Cordeiro de Oliveira (carta 1) e Alice Pereira da Silva (carta 2), em cartas enviadas aos supervisores do movimento.

Carta 1: Luzinete Cordeiro de Oliveira, Grossos, 18/04/1964. Série correspondência entre as Escolas Radiofônicas. Fundo MEB. Acervo CEDIC.

Prezadas Supervisoras

Abraços

Há dias que era para escrever-lhes mas não havia portador certo.

Aproveitando a ida de padre Domingos pra ir, resolvi escrever esta carta, a fim de explicar o que está se passando por aqui. Com estas notícias de comunismo, surgiu uns boatos que estas escolas radiofônicas vão ter algumas complicações por causa dos livros, eu recebi ordem do prefeito para recolher os livros e mandar para a prefeitura, eu recolhi mas não mandei, pois recebi de suas mãos e só entrego a vocês, ao contrario com ordens de vocês, estou certa ou não?

Os alunos estão assombrados, uns até já deixaram de frequentar as aulas. Também já surgiram muitos boatos, eu estou muito preocupada com tudo isso que está acontecendo.

Por favor avise-me o mais breve possível, a fim de tranquilizar a situação. Os alunos recomendam a vocês todas.

Aqui termino com muitas saudades

Da monitora

Luzinete Cordeiro de Oliveira

Grossos, 18 de Abril de 1964

Caras supervisoras

Abraços:

A dias que era para escrever - mas não havia portador certo.

Aproveitando a ida de padre Domingos pra ir, resolvi escrever esta carta, a fim de explicar o que está se passando por aqui. Com estas notícias de comunismo, surgiu uns boatos que estas escolas radiofônicas vão ter algumas complicações por causa dos livros, eu recebi ordem do prefeito para recolher os livros e mandar para a prefeitura, eu recolhi mais não mandei, pois recebi de suas mãos e só entrego a vocês, ao contrario com ordens de vocês, estou certa ou não?

Série Correspondência entre as Escolas Radiofônicas. Natal, 1959.
Fundo MEB. Acervo CEDIC

Os alunos estão assombrados, uns até já deixaram de frequentar as aulas. Também já surgiram muitos boatos, eu estou muito preocupada com tudo isso que está acontecendo.

Por favor avize-me o mais breve possível, a fim de tranquilizar a situação. Os alunos recomendam a vocês todas.

Aqui termino com muitas saudades.

Da monitora
Luizinete Cordeiro de
Oliveira

Série Correspondência entre as Escolas Radiofônicas. Natal, 1959.
Fundo MEB. Acervo CEDIC

Carta 2: Alice Pereira da Silva, Sítio Penêdo, 15/05/1964. Série correspondência entre as Escolas Radiofônicas. Fundo MEB. Acervo CEDIC.

Digníssimas Supervisoras.

Meu saudoso abraço.

Venho esta comunicar-lhe que aqui em Salgueiro, tem um capitão do exercito. Então ele recebeu um telegrama, de um general do exercito, pedindo para ele tomar das monitoras os livros das escolas radiofônicas. Eu estando na prefeitura, no 2º sábado e ele mandou me chamar, mostrou-me o telegrama e um pouco de livros, dos da turma B. E pediu para eu levar os meus, dizendo ele, que ninguém conseguisse, que esta escola é do comunismo. Então eu respondi a ele, como é que esta escola é comunista, [ilegível] quem liga com ela é os padres; e as pessoas mais religiosas.

Por causa desta novidade ainda não estou lecionando. Sim que as cartilhas eu estou com elas. Pois não sou pessoa de tomar conta, de uma responsabilidade; e não dar conta. Comunico-lhe esperando resposta o mais breve, para puder conseguir, que fiquei destreinada com estas frases.

Abraços para todas Supervisoras.

Assina.

Alice Pereira da Silva

Sítio Perêdo 15 de Maio de 1964

Diguinissimas, Super-
visôras.
mu saudoso abraço.

Tenho está comunicar-lhe
que aqui em Salgueiro,
tín um Capitão do
exercito. Então ele recebeu
um telegrama, de um General
do exercito; pedindo para
ele tomar das monitores,
os livros das escolas radio-
fônicas. Eu estando na
Prefeitura, no 2º Sábado
e ele mandou me chamar.
Mostro-me o telegrama
e um pouco de livros, dos
da turma B. E pediu para
eu levar os meus; dizendo
ele, que ninguém consegue
se, que está escola é do
comunismo. Então eu res-
pondi a ele, como é que

Série Correspondência entre as Escolas Radiofônicas. Natal, 1959.
Fundo MEB. Acervo CEDIC

está escola é comunista,
que quem liga com ela,
é os Padres; e as pessoas
mais religiosas.
Por causa desta novidade,
ainda não estão licionando.
Sim que as cartilhas eu estou
com elas. Pois não sou pessoa
de tomar conta, de uma respon-
sabilidade; e não dar conta.
Comunicou-lhe esperando
resposta o mais breve, para
puder conseguir, que fiquei
distrenhada com estas frases.

Abraços para todas
Supervisôras.

Assina.

Helice Pereira da Silva.

Série Correspondência entre as Escolas Radiofônicas. Natal, 1959.
Fundo MEB. Acervo CEDIC

Tentando garantir a sobrevivência do movimento e a não perseguição dos seus quadros, a hierarquia católica tomou duas atitudes: por um lado, passou a intervir diretamente na organização do movimento e exigir a execução de atividades religiosas (como a

catequese), com a intenção de apresentar, para o governo e a sociedade civil, uma nova imagem do movimento, mais evangelizador que conscientizador (KADT, 2007); por outro, retomou um projeto de educação centrado na capacitação técnica dos trabalhadores rurais, retirando da agenda os ideais progressistas defendidos entre 1962 e 1964. Ao fazer isso, o MEB colocava-se como apoiador do projeto de modernização agrícola empreendido pelo governo militar.

O discurso do governo militar sobre a importância da modernização agrícola para a resolução dos problemas do país, não diferia, em grande medida, dos governos anteriores. Vejamos os principais pontos do *Programa de Ação Econômica do Governo – 1964 – 1966* (PAEG), que estabelecia as linhas gerais da política econômica a ser adotada no Brasil, no período de julho de 1964 a março de 1967.

As teses de alguns economistas da USP, em especial as de Delfim Neto (Ministro da Fazenda entre os anos de 1967 e 1974), serviram de referências teóricas para a construção do PAEG. Tais economistas criticavam as análises cepalinas sobre o caráter inelástico da produção agrícola e a necessidade de intervenção na estrutura agrária como medida fundamental para o aumento da produtividade agrícola. O caminho proposto por Delfim Neto e companhia era aumentar a produtividade agrícola por meio da capacitação técnica, da mecanização e do uso de insumos artificiais (DELGADO, 2005).

Alinhavado com as teses de Delfim Neto, o PAEG colocava o investimento em produção (mecanização e insumos artificiais) e distribuição (armazenagem, transporte e comércio) como fundamentais para a melhora na qualidade de vida (pondo fim à carestia e às crises de abastecimento) e para o crescimento industrial do país:

A expansão da economia brasileira, no pós-guerra, apresentou forte desequilíbrio entre os vários setores econômicos. A agricultura constituiu um setor retardatário, e a insuficiência do seu crescimento tem produzido contínuas crises de abastecimento. Tais crises são a consequência de uma política de desenvolvimento que não cuidou do setor agrícola, quer sob o aspecto da produção, cujo aumento não tem acompanhado a expansão da procura, como da distribuição, sujeita ainda a um mecanismo anacrônico e ineficiente (BRASIL, 1965, p.91).

Ao tentar estimular o crescimento do setor leva-se em conta que compete à Agricultura neste estágio do desenvolvimento do País: prover a base indispensável à intensificação da concentração urbana determinada pela industrialização, por via do fornecimento de bens alimentícios e matérias-primas; suprir parte substancial das necessidades de divisas para financiar as crescentes importações de matérias-primas, produtos intermediários e bens de capital; absorver parte da mão de obra que, anualmente, acorre ao mercado de trabalho, tendo em vista a relativamente baixa taxa de aumento de emprego no setor secundário (BRASIL, 1965, p.92).

Para alcançar tais resultados, o PAEG previa “providências imediatas, com efeito de curto prazo sobre a oferta de produtos agrícolas” e “medidas de repercussão a médio e longo prazo”³⁶². Com relação às providências imediatas, destaca-se a “intensificação do uso de fertilizantes, através de programa de divulgação, em que se conjugam recursos dos laboratórios do Ministério da Agricultura, das Secretarias de Agricultura dos Estados e de entidades privadas”³⁶³. As medidas de repercussão a médio prazo, por sua vez, eram relativas a: incentivos gerais à produção; implantação de preços mínimos; ampliação do crédito agrícola; criação de armazéns e silos; utilização de adubos, corretivos e sementes melhoradas; incentivos à mecanização; financiamento de pesquisas e aperfeiçoamento dos métodos de produção; estimular o reflorestamento³⁶⁴.

Segundo o PAEG, a base para o sucesso dessas ações era a transformação da mentalidade dos trabalhadores rurais. Para isso, previa ações educacionais (extensão e atividades demonstrativas) capazes de disseminar práticas consideradas mais racionais de cultivo (uso de máquinas, fertilizantes, variedades mais produtivas e resistentes, formação de cooperativas):

No caso brasileiro, ao lado dos problemas relacionados com a estrutura da propriedade da terra (minifúndios em certas áreas e latifúndios de baixo rendimento em outras áreas) e com a tendência para utilização excessiva de mão de obra, em detrimento de outros fatores de produção (ferramentas, fertilizantes, equipamentos mais complexos), a ausência quase absoluta de escolaridade do empreendedor e trabalhadores rurais constitui obstáculo a vencer, para transformar uma agricultura rotineira, que vive da riqueza química natural do solo, numa agricultura moderna e de práticas conservacionistas.

(...) Dentro dessa ordem de ideias, a estratégia para a modernização da agricultura há de repousar fortemente na educação. Educação no seu sentido mais genérico, que significa prover o *habitante do quadro rural com um mínimo de escolaridade, elevar-lhe os padrões culturais pela via de extensionismo e transmitir-lhe uma tecnologia nova pela demonstração* (BRASIL, 1965, p.101-102, grifos no original).

A fim de estimular a oferta global de produtos agrícolas a alcançar o nível físico da demanda correspondente aos preços de oferta em equilíbrio, convém fixar um objetivo para treinamento intensivo de mão de obra. Esse treinamento deve abranger pouco mais de 200 mil indivíduos, entre 1964 e 1970. Esse volume de emprego sobre o qual se concentrará a ação direta do esforço de treinamento, corresponde à força de trabalho considerada na meta para redistribuição geográfica, agregada ao volume de mão de obra a ser abrangido pela reorganização agrária de determinadas regiões (BRASIL, 1965, p.118).

³⁶² BRASIL, 1965, p.155.

³⁶³ BRASIL, 1965, p.155.

³⁶⁴ BRASIL, 1965, p.155.

A ABCAR foi um importante agente na implantação dessa estratégia. Segundo Patrick (1970), entre os anos de 1965 e 1968, a ABCAR investiu maciçamente na formação de líderes rurais, no treinamento de professores, na alfabetização de adultos, no melhoramento de escolas rurais e no incentivo à formação de cooperativas. Como vimos no capítulo I, foi nesse período que a agência criou uma linha crédito específica para cooperativas rurais.

É interessante notar outros dois pontos. Esta aproximação com a agenda modernizadora de Washington é justificada pelo estreitamento das relações entre os dois países. De acordo com Ribeiro (2006), as reformas implementadas pelo governo militar entre 1964 e 1967 sofreram “forte influência do programa da Aliança e foram discutidas com as equipes internacionais que visitavam o país continuamente” (RIBEIRO, 2006, p.365). O PAEG, inclusive, destacava o papel da USAID nas medidas já adotadas pelo governo, no setor de crédito agrícola: a importação de fertilizantes financiada a longo prazo, através de convênio com a *Agency for International Development*; a criação do Fundo Nacional de Refinanciamento Rural, constituído de recursos provenientes de empréstimos externos; a contrapartida em cruzeiros do acordo com a USAID relativo à importação de fertilizantes³⁶⁵.

O segundo ponto diz respeito à forma como os militares analisavam a estrutura agrária brasileira. Como indica o PAEG, o governo militar considerava a “estrutura da propriedade da terra (minifúndios em certas áreas e latifúndios de baixo rendimento em outras)”³⁶⁶ um empecilho ao aumento da produtividade agrícola. Por isso, os militares elaboram um projeto de reforma agrária, o *Estatuto da Terra*, que tinha o objetivo de promover “um sistema de distribuição da terra que favoreça a ampliação de uma classe média rural constituída de pequenos e médios proprietários, com pleno estímulo à sua capacidade de produção”, como também “assegurar, no meio rural, condições adequadas de bem-estar e promover o desenvolvimento comunitário”³⁶⁷. Porém, como destacaram Pereira e Alentejano (2014), apesar dessa aparente preocupação em promover distribuição da terra, a “política da ditadura acabou seguindo a via da modernização conservadora da agricultura, dispensando a reforma agrária”, e implementando “uma expressiva mudança na base técnica e produtiva do setor agrícola mediante a adoção de mecanização intensiva e o uso de agrotóxicos, fertilizantes químicos e sementes selecionadas, favorecendo a concentração da produção em grandes propriedades” (PEREIRA e ALENTEJANO, 2014, p.79).

³⁶⁵ Além dessas ações, em 1964 foi liberado o empréstimo-programa de 50 milhões de dólares ao governo militar, que repassou à, recém-criada, Coordenação Nacional de Crédito Rural (RIBEIRO, 2006).

³⁶⁶ BRASIL, 1965, p.101.

³⁶⁷ BRASIL, 1965, p.243.

Como veremos a seguir, os novos materiais do MEB estavam em sintonia com a política agrícola do governo militar. O documento *Instruções para aplicação do programa* é ilustrativo sobre as novas preocupações do MEB. Partindo do pressuposto de que “o trabalho enquanto atividade produtiva é, ainda, a preocupação central das pessoas que desejamos educar, por ser a condição de sua própria sobrevivência”, as *Instruções* atentavam para a necessidade de o MEB basear o seu planejamento “nas atividades de trabalho (entendido como produção) do homem do campo”³⁶⁸, de forma que o trabalhador rural aprendesse a “distinguir as principais tendências da realidade política, econômica, social e religiosa”³⁶⁹; “(...) utilizar os procedimentos básicos de higiene e saúde, a fim de criar condições para o exercício de suas atividades”³⁷⁰; “(...) utilizar a legislação e o costume referentes a suas relações de produção e consumo”³⁷¹; “(...) utilizar as operações aritméticas necessárias às suas relações de produção e consumo”³⁷²; “conhecer e saber utilizar as potencialidades econômicas da comunidade em que vive”³⁷³; “saber organizar e fundar – clubes, sindicatos e cooperativas”³⁷⁴.

Em 1965, o MEB lançou o conjunto didático *Mutirão* – dividido em *Mutirão I*, para alfabetização; *Mutirão II*, para recém-alfabetizados; *Mutirão pra Saúde* (com financiamento do Ministério da Saúde). Aparentemente, o conjunto *Mutirão* seguia a mesma divisão do *Viver é Lutar*: conscientização, motivação e instrumentalização. Porém, o trabalhador rural não era “conscientizado” do seu papel como agente histórico de transformação social³⁷⁵, e sim das melhores técnicas para dominar a natureza – como desejou Deus, que mandou “que se cultive o paraíso (Gên.II, 15)”³⁷⁶. Para tanto, o *Mutirão* apresentava a seguinte sequência de aspectos da vida do homem do campo: preparo do terreno, plantio, colheita, venda³⁷⁷.

As lições do *Mutirão* indicavam a adoção de técnicas modernas e a utilização de máquinas agrícolas como as formas mais eficientes para aumentar a produtividade, a renda e a qualidade de vida. Vejamos os trechos a seguir:

³⁶⁸ MEB, *Instruções para aplicação do programa*, 1965, p.3.

³⁶⁹ MEB, *Instruções para aplicação do programa*, 1965, p.6.

³⁷⁰ MEB, *Instruções para aplicação do programa*, 1965, p.6.

³⁷¹ MEB, *Instruções para aplicação do programa*, 1965, p.6.

³⁷² MEB, *Instruções para aplicação do programa*, 1965, p.6.

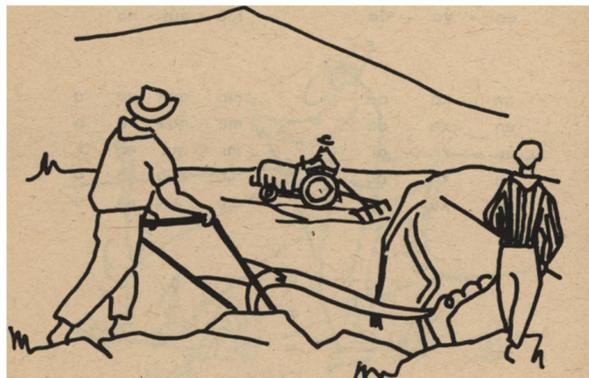
³⁷³ MEB, *Instruções para aplicação do programa*, 1965, p.6.

³⁷⁴ MEB, *Instruções para aplicação do programa*, 1965, p.7.

³⁷⁵ O homem, enquanto agente histórico, era aquele que “sabe o que está fazendo e para que está fazendo”, desde que pautado pelas diretrizes do movimento, “por exemplo: um trabalhador entra pra um sindicato sabendo que sindicato é união, e união é força para resolver os problemas dos trabalhadores. Quando o trabalhador faz isso, ele está construindo a história” (MEB, *Tema para debate: o Homem e a História*, 1963, p.1).

³⁷⁶ MEB, *Fundamentação para o programa de 1965 – 2ª parte: Promoção Humana*, 1965, p.6.

³⁷⁷ MEB, *Mutirão II*, 1965, p.4.



Donato e Maneco trabalham com a enxada
Donato e Maneco vivem do trabalho na enxada.

A máquina ajuda o trabalho.
Trabalhar com máquina dá bom resultado
(MEB, *Mutirão I*, 1965, p.9, grifo nosso).

A família de Pedro é numerosa.
Pedro trabalha muito.
Sua família também trabalha.
Quando a safra é pequena a renda é pouca.
A renda é pouca para a família de Pedro.
Pedro precisa de fornecimento
(MEB, *Mutirão I*, 1965, p.18).

(...) Usando só a enxada,
sem trator e sem arado,
a safra é muito pequena,
o rendimento é minguado.
Mas quando a comunidade
forma um povo organizado,
a coisa vai indo e muda.
Todo povo que se ajuda
vive unido e melhorado
(MEB, *Mutirão I*, 1965, p.24).

Xavier fez roça na ladeira,
mas não soube fazer direito.
Veio a chuva e levou tudo.
A chuva fez um estrago enorme.
Foi um estrago de fazer dó
(MEB, *Mutirão I*, 1965, p.25).

Lavoura só com enxada
dá pequena produção.
O arado e o trator
ajudam ao lavrador
a fazer mais plantação.
Quando o campo tiver máquina,
muita coisa vai mudar.
Todo o povo se ajudando,
com máquina trabalhando,
vai a colheita aumentar
(MEB, *Mutirão II*, 1965, p.9).

O homem pra trabalhar
precisa ter condição,
precisa gozar saúde
e também ter instrução.
Carece ter instrumentos,
carece financiamento
para ter compensação,
pois sofrer muita pobreza
não está direito, não.
Trabalho é necessidade,
é até obrigação,
e se deve trabalhar
pra alegrar o coração
(MEB, *Mutirão II*, 1965, p.14).

Seu João fez a queimada
e depois a plantação.
Mas não sabia que o fogo
enfraquece qualquer chão.
Estragou a sua terra,
queimou mato que é reserva,
riqueza da região.
Também plantou na ladeira,
a chuva fez cachoeira,
e carregou todo o grão.
Se ele aprendesse o traçado
e plantasse atravessado
não perderia o feijão
(MEB, *Mutirão II*, 1965, p.15).

As imagens do conjunto didático também reafirmavam as benesses da mecanização. Enquanto o trabalhador adepto das técnicas modernas era retratado como feliz, robusto e imponente (figura 3), o trabalhador rural praticante das técnicas tradicionais era ilustrado como cansado e entristecido (figuras 4 e 5).

Figura 3: Mecanização do campo.



Fonte: MEB, *Mutirão II*, 1965, p.9.

Figura 4: Técnicas tradicionais.



Fonte: MEB, *Mutirão II*, 1965, p.8.

Figura 5: Sofrimento.



Fonte: MEB, *Mutirão I*, 1965, p.18.

Baseando-se no principal argumento da teoria do desenvolvimento de comunidade, o *Mutirão* indicava que a mecanização agrícola adviria da integração entre povo e governo. Ao governo caberia ampliar os programas de crédito e ao trabalhador rural, formar cooperativas. Por meio da união em cooperativas, os trabalhadores rurais não somente conseguiriam adquirir maquinário como também investir em armazenamento e transporte. Vejamos:

(...) Trabalhando com a enxada,

Donato cuida do roçado.
**A máquina ajuda o povo
a ter melhor resultado.
Todo povo que se ajuda
vive unido e melhorado**
(MEB, *Mutirão I*, 1965, p.15, grifo nosso).

O homem tem obrigação
de procurar melhorar,
de cumprir com seus deveres
e por direitos lutar.
Pra que a vida do interior
possa se modificar,
é preciso que seu povo comece a se organizar.
Somente a cooperação
pode trazer solução
aos problemas de um lugar
(MEB, *Mutirão II*, 1965, p.20).

As críticas à concentração fundiária foram substituídas pelo ataque a propriedades improdutivas. Além disso, o material indicava que não era mais necessário lutar por reforma agrária, pois para se ter acesso a terra bastava requisitar a aplicação do Estatuto da Terra:

Eu posso usar a terra.
Eu uso a terra pra viver.
É possível usar a terra para o bem da comunidade.
A posse e o uso da terra
devem ser para o bem de todos
(MEB, *Mutirão I*, 1965, p.20).

A terra, não produzindo, traz muita pobreza.
Muita pobreza é miséria.
Lutar contra a miséria é dever da comunidade.
Lutar contra a miséria é dever de todos
(MEB, *Mutirão I*, 1965, p.22).

Toda gente tem direito,
porque por Deus foi criado,
de ter posse e uso da terra
para fazer seu roçado.
Se todos pensarem juntos,
um jeito pode ser dado.
Todo povo que se ajuda
Vive unido e melhorado
(MEB, *Mutirão I*, 1965, p.24).

**No Brasil há muita terra
esperando plantação,
toda terra sem proveito
dá prejuízo à nação.
Se a terra é mal dividida
não se arranja solução.
Mas o Estatuto da Terra
pode ajudar a questão,
pois uma parte do povo,**

que planta milho e feijão,
quer ter um pouco de terra
pra plantar com mais paixão
(MEB, *Mutirão II*, 1965, p.6, grifo nosso).

Seu firmo, que tem a posse
da fazenda “São João”,
não deixa terra sem uso,
pois nela faz plantação.
**Enquanto que muita gente
tem terra sem produção
e nem sequer compreende
que prejudica a nação**
(MEB, *Mutirão II*, 1965, p.13, grifo nosso).

Chega o tempo da colheita,
tempo de ver resultado.
Tudo o que a safra me deu
deve ser armazenado,
senão o gorgulho vem
e deixa tudo estragado.
Mas não podendo, sozinho,
ter isso tudo guardado,
dentro de um mês vou perder
toda a safra do roçado
(MEB, *Mutirão II*, 1965, p.31).

Seu José mais seus amigos
enfrentaram a questão:
reuniram todo o povo
pra achar uma solução;
resolveram começar a industrialização.
- “É preciso pois que os homens,
que governam a nação
deem ainda mais alento
ao plantio e à produção”.
Era o que todos diziam
no fim da reunião
- “Não é favor que pedimos,
eles tem obrigação.
Governo é coisa que existe
pra servir ao cidadão”
(MEB, *Mutirão II*, 1965, p.33).

Seu José e os lavradores,
que moram no seu lugar,
fizeram reunião
e começaram a pensar.
Acharam, então, um jeito
de transportar, pra cidade,
a colheita do lugar.
Um carro de boi fretaram
pra levar a produção.
Foi mulher e até menino.
Oh que grande animação!
O ganho foi aumentando
com a cooperação
(MEB, *Mutirão II*, 1965, p.38).

Ainda sobre os problemas de acesso a terra, o *Mutirão* defendia que a mecanização da produção permitiria ao trabalhador rural não mais se preocupar em lutar pela regulação dos contratos de arrendamento e parceira, pois se o trabalhador tivesse acesso as técnicas modernas de produção, ele poderia obter renda suficiente para pagar o arrendamento e ter um bom nível de vida:

Zé plantou de parceria,
não deu muito resultado.
Dividir o pouco lucro
deixou Zé desanimado.
Zé, então, arrendou terra
pra fazer o seu roçado.
Mas a safra foi pequena,
o seu lucro foi minguado.
O Zé precisa aprender
a plantar mais acertado;
ter melhores instrumentos
pra ter melhor resultado
(MEB, *Mutirão II*, 1965, p.10).

Nesses materiais, a função das escolas radiofônicas foi reduzida a estimular a “cooperação”³⁷⁸ entre os indivíduos, como mostra a lição 23 do livro *Mutirão II*:

Lição 23
Todo mundo quer escola.
Neste ponto tem razão.
Mas escola, pra ser boa,
não é só leitura não.
Ensina um jeito pra gente
melhorar a condição.
**Ensina mudar de vida
pela cooperação**
(MEB, *Mutirão II*, 1965, p.27, grifo nosso).

A valorização da cultura autóctone como forma de superar a dependência cultural deu lugar à ideia de integração harmônica entre o moderno e o tradicional, como sugere as vestes do personagem retratado na figura 6. Percebe-se que sua vestimenta consiste na combinação de um par de tênis com trajes que remetem às festas tradicionais nordestinas. Ele é o único personagem da cartilha que não aparece descalço, de sandália ou de bota. Nesse sentido, acreditamos que ele representa o festejo da integração entre os valores modernos e os tradicionais.

³⁷⁸ No *Mutirão II*, a utilização do termo “cooperação” foi ampla, remetendo tanto a ajuda comunitária como a formação de cooperativas.

Figura 6: Modernização dos costumes.

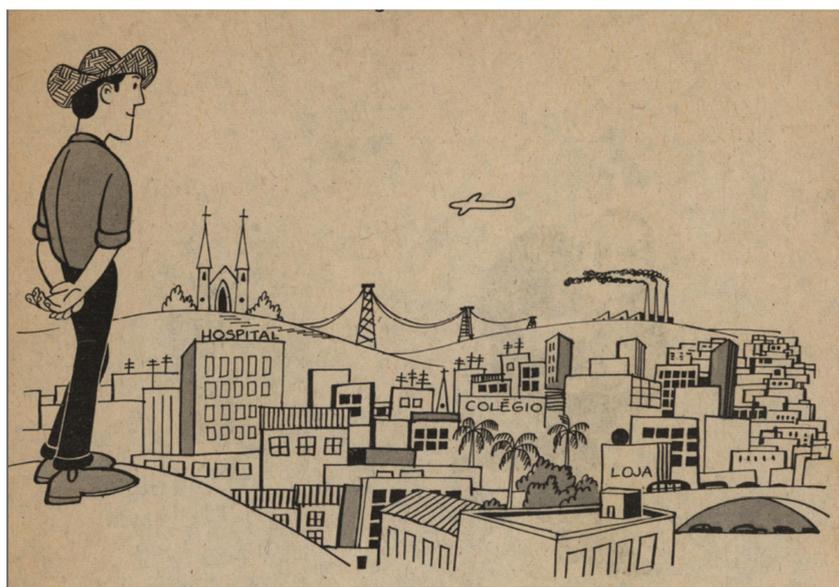


Fonte: MEB, *Mutirão II*, 1965, p.30.

O trecho retirado da *Fundamentação do Programa de 1965* sugere o mesmo tipo de integração:

(...) A cultura, propriamente dita, não é o produto da ação do homem singular, mas dos homens socialmente relacionados. Se é afirmação do homem diante da natureza, transcendendo-a e transformando-a, então ela é, como presença do homem no mundo, **elemento de ligação dos homens entre si: por isso, tem que ser vivida por todos, proporcionalmente** (MEB, *Fundamentação do programa de 1965 – 2ª Parte: Promoção humana*, 1965, p.10, grifo nosso).

Concluindo a reprodução, *ipsis litteris*, dos argumentos modernizadores à moda de Washington, a cartilha classificava a modernização do campo como força motriz do processo de fortalecimento da indústria nacional:



Precisamos conseguir
melhoria de verdade
Pra que todo brasileiro
viva com dignidade
Quer no campo ou na cidade,
o homem, pra ter saúde,
precisa ter condição:
haver fossa em cada casa
haver iluminação,
só se beber água limpa
e ter boa diversão
(MEB, *Mutirão II*, 1965, p.39).

O conjunto didático *Benedito e Jovelina* (1966), produzido pelo MEB/Goias, também seguia o mesmo discurso. Em linhas gerais, o material era dividido em duas grandes partes. O sofrimento de Benedito pré-utilização de insumos artificiais para a produção, refém dos ciclos da natureza e sem renda para comprar boas roupas ou investir em logística; e a alegria pós-mecanização e adoção de técnicas modernas:

Benedito Vive
Jovelina Vive
Benedito lida o dia todo.
Jovelina ajuda Benedito na labuta
(MEB, *Benedito e Jovelina*, 1966, p.3).

Divino é o dono da mata.
Benedito domina a mata.
O fogo na mata dá medo
(MEB, *Benedito e Jovelina*, 1966, p.6).

O sapato de Jovelina acabou.
Ela lida na casa de sapé.
Benedito capina.

Ele usa a enxada na capina
(MEB, *Benedito e Jovelina*, 1966, p.10).

A chuva caiu.
Benedito cova o roçado com a enxada.
Ele vai para a roça de bicicleta
(MEB, *Benedito e Jovelina*, 1966, p.14).

Tem muito trabalho na roça.
A limpa do terreno é custosa.
Tem muito trabalho no curral.
A lida com os bezerros é dura
(MEB, *Benedito e Jovelina*, 1966, p.17).

(...) Com o ganho apurado, Benedito
vai comprar roupa, calçado e
remédio de que carece a família.(...)

A Máquina
Trabalhar a terra só com o
braço e a enxada é custoso.
O trabalho rende pouco e
flagela o homem.
Com máquina a produção é maior.
O rendimento no trabalho
beneficia a todos: homem do
campo e da cidade.
A máquina é instrumento de trabalho.
Ela ajuda, alivia a labuta do homem.
O lavrador tem precisão de máquina
(MEB, *Benedito e Jovelina*, 1966, p.29-30).

4.3.2. Os últimos suspiros da base

A “base” estava inconformada com os rumos do movimento. Entre 8 e 16 de junho de 1964, coordenadores dos estados do Ceará, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Amazônia, Maranhão e Goiás³⁷⁹, D. José Távora, membros da coordenação nacional e Monsenhor José Tapajós reuniram-se no Rio de Janeiro. Neste encontro, os coordenadores estaduais tiveram acesso à versão preliminar das *Diretrizes para o Funcionamento do MEB*, documento elaborado por Tapajós – bispo bastante conservador (FÁVERO, 2006) –, que recolocava o MEB como um movimento comprometido, principalmente, com “a transmissão de conhecimentos de ordem geral e, de modo particular referentes à higiene, à educação doméstica, à educação cívica, ao associativismo, à agricultura ou outros setores de atividade

³⁷⁹ A presença reduzida é explicada pelas dificuldades financeiras do MEB em conseguir “verba para aquisição passagens e mesmo para hospedagem no Rio” para todos os coordenadores. Dessa forma, o movimento decidiu pela convocação daqueles que já “estavam na Guanabara (Amazônia, Maranhão e Ceará)” e dos estados que enfrentavam mais problemas em sua ação (Pernambuco, Bahia, Goiás e Minas Gerais) (MEB, *Reunião de Coordenadores*, 1964, p.1).

que interessem às comunidades rurais ou urbanas”. Inconformados, os coordenadores estaduais decidiram apresentar um “pequeno esboço de uma declaração de ‘testemunho’” (KADT, 2007, p.227) ao CDN. Esta declaração defendia que o MEB não deveria limitar sua atuação a uma simples transmissão de conhecimentos³⁸⁰ ou preocupar-se somente com os números crescentes na produção³⁸¹. O movimento, na visão dos coordenadores, deveria continuar comprometido com a “aplicação prática da Doutrina Social da Igreja”³⁸², podendo “abster-se de criticar a revolução”³⁸³, mas não aprovar, por isso mesmo, a estrutura social do Brasil.

No III Encontro Nacional de Coordenadores (1966), os presentes criticaram as intervenções episcopais na construção do conjunto didático *Mutirão*, demonstrando estarem preocupados com a postura conservadora do material³⁸⁴:

Quando ao “Mutirão”, o novo texto utilizado e que (...) [foi] apresentado ao CDN e posteriormente aos srs. Bispos diocesanos da área onde o MEB atuava, tendo em consequência sofrido as mais variadas modificações e até mutilações. Não nos é possível deixar de protestar contra a afirmação de que pode ser revista, mais uma vez, inclusive pelo MEC.

(...) Teríamos preferido que a Hierarquia não tivesse cedido a pressões que comprometem a autenticidade do Movimento e que vêm contra o nosso compromisso assumido também como membros da Igreja, com o povo brasileiro (MEB, *Conclusões do III Encontro Nacional de Coordenadores*, 1966, p.2-4).

No *Documento dos Coordenadores sobre reestruturação do MEB* é possível encontrar duras críticas ao novo caráter do movimento. Neste documento, os coordenadores propuseram a “substituição do item fins secundários do MEB, alínea b, onde se diz catequese e formação religiosa, por PRÉ-EVANGELIZAÇÃO assim compreendida como uma preparação implícita nas atividades do MEB”, argumentando que a “atividade explícita de catequese, não [deveria ser] realizada pelo MEB, mas por alguns grupos destinados a isso”. Caberia ao MEB, somente capacitar tais grupos, assumindo assim uma função que lhe era própria – a formação de pessoal³⁸⁵. Além disso, consideravam a preocupação com a catequese perda de tempo, visto que a maior parte dos trabalhadores rurais já era católica. O problema, segundo os coordenadores, era outro: o trabalhador rural tinha uma “visão deformada, ou incompleta, da

³⁸⁰ MEB, *Reunião de Coordenadores*, 1964, p.7.

³⁸¹ MEB, *Reunião de Coordenadores*, 1964, p.7.

³⁸² MEB, *Reunião de Coordenadores*, 1964, p.7.

³⁸³ MEB, *Reunião de Coordenadores*, 1964, p.7.

³⁸⁴ Como destacou Kadt, alguns poucos bispos também compartilhavam dessa preocupação. Para estes membros do episcopado, o conteúdo conservador do *Mutirão II* poderia diminuir a legitimidade do movimento entre a população rural.

³⁸⁵ MEB, *Documentos dos coordenadores sobre a reestruturação do MEB*, 1966, p.6.

Doutrina”³⁸⁶. Por isso, o melhor seria focar na promoção de uma educação crítica, capaz de permitir que os trabalhadores rurais pudessem chegar a uma “fé adulta, assumida livre e conscientemente”³⁸⁷.

Os coordenadores buscavam apresentar o caráter cristão do projeto educacional proposto pelo MEB em sua fase progressista. Nesse sentido, defendiam que a educação de base era uma maneira de “estimular a capacidade de compreensão crítica e o poder de criação desse homem rural”, transformando seu “estado de apatia e passividade” em um “estado mental capaz de agir consciente, mesmo em matéria religiosa”³⁸⁸; em outras palavras, “a recuperação do homem marginalizado é pressuposto necessário à catequese”³⁸⁹. Ademais, destacavam que o modelo educacional proposto entre 1962 e 1964 não era contrário aos objetivos produtivistas, apenas enfatizava a necessidade, cristã, de o crescimento econômico ser acompanhado da promoção da justiça social:

Na medida em que o educando toma conhecimento de sua condição de pessoa humana feita à imagem e semelhança de Deus, e a quem Deus confiou a missão de dominar a natureza através do trabalho, junto com outros homens, o educando se encaminha para uma transformação de mentalidade. Esta mudança de mentalidade o leva a encontrar “o outro” e a ter uma visão do significado do esforço em comum, o respeito pelo outro, que leva a formas de convivência social baseadas no respeito pela pessoa humana, abrindo caminho para uma organização social, mais justa, e, portanto, mais cristã (MEB, *Documentos dos coordenadores sobre a reestruturação do MEB*, 1966, p.13-14).

Alguns núcleos tentaram continuar aplicando suas pautas progressistas (FÁVERO, 2006). Por exemplo, no treinamento de monitores realizado entre 29 de agosto e 2 de setembro de 1965, o MEB/Recife utilizou a cartilha *Viver é Lutar* como material de apoio e criticou a intervenção patronal sobre os sindicatos³⁹⁰. Vejamos:

Dia 30:
(...)
2º Grupo (Manhã)
Leitura e interpretação dos textos VIVER É LUTAR.(...)
Dia 31
(...)
2º Grupo (manhã)
(...)
Objetivo específico –

³⁸⁶ MEB, *Documentos dos coordenadores sobre a reestruturação do MEB*, 1966, p.11.

³⁸⁷ MEB, *Documentos dos coordenadores sobre a reestruturação do MEB*, 1966, p.11.

³⁸⁸ MEB, *Documentos dos coordenadores sobre a reestruturação do MEB*, 1966, p.13.

³⁸⁹ MEB, *Documentos dos coordenadores sobre a reestruturação do MEB*, 1966, p.13.

³⁹⁰ Com a instauração da ditadura civil-militar, os sindicatos sofreram intervenções e desestruturaram-se “as redes de apoio e sociabilidade que se constituíram ao longo do processo de produção de novas identidades políticas” (MEDEIROS, 2010, p.124).

Mostrar por meio de uma análise das conquistas dos camponeses e do seu retrocesso atual, (a ponto de apoiarem em massa uma greve dos usineiros) que não há verdadeira promoção de classe sem que o povo esteja verdadeiramente estruturado.

Meios:-

Apostila que proporcione uma análise do comportamento igual, do camponês, diante de um mesmo fato com objetivos diferentes.

1º Fato: – Uma greve em 1963 (aumento de salário) contra a vontade dos usineiros.

2º Fato: – Uma outra greve em 1965 inspirada e instigada pelos usineiros.

Perguntas – Por que essa história?

Houve atitudes conscientes?

O que faltou? Etc.etc....

O povo criticou a greve antes de apoiá-la?

Há estrutura de povo no campo?

No seu engenho que organização existe de povo?

(MEB, *Relatório do Treinamento/Encontro de Monitores*, 1965, p.5-6, grifo nosso).

O mesmo MEB/PE, no seu boletim de julho de 1964, reforçava a compromisso do movimento com a oferta de uma educação de base capaz de capacitar profissionalmente os indivíduos e estimular sua participação política, desde que em instituições avalizadas pela igreja:

Somos pobres e não podemos nos educar, não podemos formar técnicos suficientemente, não podemos subvencionar os centros de pesquisas. E porque não contamos com um povo educado (no sentido exato da palavra) não temos ainda um povo participando ativamente e atuante da vida do país; não temos ainda um povo conscientemente empenhado na mudança das estruturas; **não temos técnicos suficientes e capazes de enfrentar os problemas de toda ordem que diariamente nos desafiam; não alcançando uma vida verdadeiramente digna e humana para todos.**

(...) Os sindicatos e organizações populares deram um contributo valioso na organização e conscientização das massas apesar da existência de agitadores e pelegos nesses movimentos e órgãos sindicais (MEB, *Boletim MEB/PE*, 1964, p.3, grifos nossos).

Apesar desses esforços, a base progressista não conseguiu impedir a transformação conservadora do MEB. Sendo assim, membros da base deixaram o MEB, que acabou encerrando as atividades, em parte significativa dos núcleos regionais, no ano de 1966 (FÁVERO, 2006)³⁹¹.

³⁹¹ O MEB tinha 37 sistemas funcionando no final de dezembro de 1966. No início do ano eram 53 em funcionamento. O estado de Pernambuco foi o que mais fechou sistemas: todos os dez foram encerrados (MEB, *Relatório Preliminar de 1966*, 1966, p.4).

4.3.3. O MEB como agente modernizador reconhecido internacionalmente

A partir de 1964, o movimento aproximou-se cada vez mais das instituições internacionais que desenvolviam projetos de modernização do campo. Em 1964, Maria Aída (MEB/PE) e Zezé (MEB/MA) foram à Bélgica para participar do “curso de Desenvolvimento de Comunidade de Inspiração Cristã”³⁹² ³⁹³. Em 1965, Marina Bandeira participou, a convite da Universidade de Cornell, de um encontro com teólogos e filósofos sobre problemas da América Latina, onde apresentou uma comunicação sobre “fé religiosa, tecnologia e níveis de consciência”³⁹⁴. Também em 1965, Nazira (MEB/GO), Péricles (MEB/BA) e Alba (MEB/AL) participaram dos IV Cursos Internacionais promovidos pelo Centro Cooperativista Uruguaio (CCU)³⁹⁵, organização que naquele momento desenvolvia trabalhos nas áreas de crédito agrícola e produção agropecuária e artesanal.

Aparecida foi outra agente do MEB que realizou missões internacionais. Ela foi enviada à 1ª Reunião de Institutos Latino-americanos Especializados em Educação Cooperativista, realizada entre 19 e 22 de dezembro de 1965, em Atlántida (Uruguai). Na ocasião, Aparecida “contribuiu para a formulação dos objetivos do Sistema Cooperativo na América Latina”, além de aproveitar para estabelecer contatos com “diversos organismos estrangeiros” e colaborar em cursos do “CCU, quando o MEB transmitiu sua experiência através de um painel”. O movimento avaliou a participação de Aparecida como excelente, já que o MEB foi convidado “a participar das próximas reuniões como ‘Membro’”, “a colaborar com os Cursos Internacionais de Cooperativismo” e a “selecionar os bolsistas brasileiros para os próximos cursos do CCU”³⁹⁶.

Entre as instituições que pensavam a educação de base a partir dos referenciais modernizadores, aquela com quem o MEB manteve mais contato foi a UNESCO. Em 1965,

³⁹² MEB, *Boletim MEB/PE*, 1964, p.6-7.

³⁹³ Segundo Aída, sua ida e a de Zezé foram organizadas por D. Hélder Câmara, que estava preocupado com a possibilidade do governo militar perseguir alguns membros do MEB, principalmente os que atuavam na sindicalização rural. Sobre o curso, a fala de Aída revela a participação de membros do clero brasileiro na construção das estratégias internacionais de propagação da teologia do desenvolvimento. De acordo com Aída, os cursos promovidos pelo Instituto Lumen Vitae (sediado em Bruxelas) eram, tradicionalmente, divididos em dois ciclos: pastoral e catequese. O terceiro ciclo, voltado para “leigos com atuação no Terceiro Mundo”, foi inaugurado por influência de D. Hélder Câmara. Cabe ainda destacar que além de Aída e Zezé, pessoas de diferentes de países “terceiro-mundistas” participaram do curso, como: Vietnã, Filipinas, Índia, Congo, Camarões, Argentina, Holanda, Bélgica e Itália (COSTA, 2013, p.116).

³⁹⁴ MEB, *Boletim MEB*, nº5, 1965, p.2.

³⁹⁵ MEB, *Boletim MEB*, nº5, 1965, p.2.

³⁹⁶ MEB, *Boletim MEB*, nº4, 1965, p.1.

Vera Jaccoud³⁹⁷, Maria Alice (MEB/Goiás) e Carlos (MEB/Nacional) receberam bolsas para que participassem de cursos sobre a relação entre educação de base e o desenvolvimento de comunidades³⁹⁸ no Centro de Cooperação Regional para a Educação de Adultos na América Latina (CREFAL) – México. O CREFAL é uma instituição cujo projeto de criação foi gestado pela UNESCO, pelo governo mexicano e pela OEA – participaram também, com apoio adicional, a Organização Mundial da Saúde (OMS), a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a FAO. A função do CREFAL, naqueles anos, era criar materiais sobre a educação de base e ofertar cursos sobre o tema para professores e trabalhadores (HERRERA-JARAMILLO, 2019). De acordo com os relatos dos bolsistas, os cursos abordavam a seguinte temática: princípios, elementos e métodos de desenvolvimento de comunidade; conceitos fundamentais do desenvolvimento econômico e social; problemas relacionados a reforma agrária, crédito agrícola, relações entre educação e desenvolvimento, programas de saúde, grupos indígenas; relações entre desenvolvimento de comunidade e desenvolvimento econômico e social³⁹⁹; administração pública, ciências sociais, meios de informação e desenvolvimento; atividades recreativas, alfabetização de adultos, cooperativismo, economia doméstica, extensão agrícola, métodos educativos e saúde pública⁴⁰⁰.

Ao menos outros dois membros receberam bolsas da UNESCO: Aldayr, que viajou durante 6 meses “por este mundo de Deus” para “observar experiências de educação popular em vários países, de acordo com plano estabelecido para sua bolsa, concedida pela UNESCO”⁴⁰¹. Um dos países visitados por Aldayr foi o Chile, onde participou do curso promovido pelo Instituto Latino-americano de Doutrina e Estudos Sociais (ILADES)⁴⁰² e provavelmente teve contato com as experiências extensionistas implementadas pelo governo democrata-cristão de Eduardo Frei⁴⁰³; e Baccheetto, que em 1965 teve sua viagem, e todas as despesas, cobertas pela UNESCO e pelo governo dinamarquês. Baccheetto representou o MEB em um Seminário Internacional sobre Educação de Adultos. Na ocasião, o membro viajou pelo país visitando, principalmente, instituições educacionais de todos os níveis: sindicatos, cooperativas, fábricas, fazendas experimentais. Na avaliação do movimento, essa viagem

³⁹⁷ Vera Jaccoud participou do curso “O desenvolvimento de comunidade e o desenvolvimento econômico-social” (MEB, *Boletim MEB*, nº4, 1965, p.4).

³⁹⁸ Os dois participaram do “XIV Curso ordinário do Centro de Educação Fundamental para o desenvolvimento de comunidades na América Latina” (MEB, *Boletim MEB*, nº6, 1965, p.3).

³⁹⁹ MEB, *Boletim MEB*, nº4, 1965, p.4.

⁴⁰⁰ MEB, *Boletim MEB*, nº8, 1966, p.8-9.

⁴⁰¹ MEB, *Boletim MEB*, nº4, 1965, p.1.

⁴⁰² MEB, *Boletim MEB*, nº9, 1966, p.3.

⁴⁰³ A integrante Ruth, do MEB/BA, também recebeu uma bolsa para visitar o Chile. Não encontramos maiores detalhes sobre as condições dessa viagem, tampouco a instituição outorgadora da bolsa (MEB, *Boletim MEB*, nº7, 1966, p.5).

resultou na “intensificação de nosso relacionamento oficial com a UNESCO”; além disso, possibilitou contato com “DANRELIEF (uma instituição dinamarquesa para cooperação internacional) que, dependendo de nossos interesses futuros, nos poderá ceder técnicos em associativismo, para períodos de trabalho que podem variar de dois a quatro anos”⁴⁰⁴. Àquela altura era evidente o interesse da UNESCO em inserir o MEB numa rede internacional de agentes modernizadores.

A relação, cada vez mais estreita, com a UNESCO resultou na conquista do prêmio Mohammed Reza Pahlavi, no valor de cinco mil dólares. Segundo consta na documentação do MEB, este prêmio foi criado pela “majestade o Shahinshah do Irã durante o Congresso do Teerã”⁴⁰⁵, ficando a cargo da UNESCO a escolha, anual, dos tipos de atividades a serem beneficiadas pelo Prêmio e dos três membros que comporiam o júri. Para poder concorrer à premiação, as pessoas ou organizações deveriam ser indicadas pelos governos nacionais. Sendo assim, o governo militar apresentou a candidatura do MEB, que foi escolhido como a “instituição mais eficaz na luta contra o analfabetismo”⁴⁰⁶. É interessante notar que o prêmio veio em um momento inflexão do MEB. A grandiosidade de outrora não existia mais. De acordo com o texto base apresentado ao júri em 1968, o MEB possuía vinte e um sistemas em nove estados (ver Apêndice I⁴⁰⁷)⁴⁰⁸. Todavia, ao contrário dos anos anteriores, o movimento estava cada vez mais alinhado aos interesses modernizadores internacionais.

Apesar do maior alinhamento com as agências internacionais de desenvolvimento, o MEB continuava representando um projeto próprio do episcopado. Por exemplo, os integrantes Carlos e Maria, que participaram do curso da CREFAL, fizeram duras críticas à forma pela qual esta instituição pensava os conceitos de desenvolvimento de comunidade e educação de base: “Certamente valeu muito, muito mesmo, **ainda descontando que não vimos Desenvolvimento de Comunidades (onde neste mundo é possível encontrá-lo?) e vimos um quase nada de Educação de Adultos**”⁴⁰⁹; “Grande parte tanto de professores como

⁴⁰⁴ MEB, *Boletim MEB*, nº4, 1965, p.3.

⁴⁰⁵ MEB, *O que é o prêmio Mohammad Reza Pahlavi*, 1968, p.1.

⁴⁰⁶ *Jornal do Brasil*, “Secretária do MEB recebe em Paris o Prêmio R. Pahlavi”, 15/9/1968, p.26, primeiro caderno. Cabe ainda destacar que, para ilustrar os objetivos transformadores do movimento, o periódico publicou a figura 5 (“Sofrimento”) e alguns trechos da lição sobre a “família de Pedro”.

⁴⁰⁷ Este apêndice demonstra, a partir da discriminação das regiões onde o MEB atuou e da distribuição dos sistemas radiofônicos nos estados da União, a ascensão (compreendida entre os anos de 1961 e 1963) e a queda do movimento (a partir do ano de 1964).

⁴⁰⁸ MEB, *Uma experiência de educação de adultos no Brasil*, 1968, p.3.

⁴⁰⁹ MEB, *Boletim MEB*, nº8, 1966, p.10, grifo nosso.

de alunos tem uma fraca visão técnica do problema de Educação e Desenvolvimento, e **uma inexistente visão ideológica**”⁴¹⁰.

Outro exemplo, Nazira (MEB/GO), que havia participado do curso promovido pela CCU, reuniu-se em 1966 com trabalhadores rurais da equipe da Serrinha, a fim de fornecer esclarecimentos sobre a formação de cooperativas. Ao mesmo tempo em que apresentaram aspectos mais técnicos sobre o funcionamento de uma cooperativa (como a questão do retorno dos excedentes) e convocaram um patrão para participar da reunião⁴¹¹ (reforçando as diretrizes da ideologia do Desenvolvimento de Comunidade), os membros do MEB/GO buscaram “dar dados para reflexão a fim de evitar que a comunidade entre numa linha de desenvolvimento pelo desenvolvimento”⁴¹².

Embora fosse arriscado, o movimento continuava indicando a participação por meio do *voto* como forma de promoção da justiça social, como indica a lição 31 – do livro *Mutirão II*:

Lição 31
Seu Tibério, homem do povo,
certas coisas não entende:
existir gente que vota
sem saber o que pretende.
O voto é coisa sagrada
pra aquele que o compreende.
Liberdade não se compra,
consciência não se vende
(MEB, *Mutirão II*, 1965, p.35).

Outro exemplo é a publicação do documento *Estudos sobre Socialização, apostila 3, série B* (1965), que versava sobre a importância da “socialização” para a reformulação do capitalismo. Como trabalhado no capítulo II, a “socialização” – conceito criado pelo papa João XXIII – seria o momento em que Estado, indivíduos e organizações privadas unir-se-iam, respeitando os limites e direitos uns dos outros, em nome da justiça, da equidade, do bem-estar comum, do desenvolvimento integral das pessoas e do aumento da produção. Segundo o referido material, somente assim, o governo militar conseguiria contornar os

⁴¹⁰ MEB, *Boletim MEB*, nº8, 1966, p.12, grifo nosso.

⁴¹¹ Segundo o relatório “entre os participantes se encontravam: meeiros (maioria), um pequeno proprietário, um patrão e um vaqueiro”. Ademais, destacavam que o problema da reunião foi o vaqueiro, que “marcou a exceção com ideias individualistas (preocupado em dirigir a farmácia)” (MEB, *Relatório de Encontro com a Equipe da Serrinha*, 1966, p.5).

⁴¹² MEB, *Relatório de Encontro com a Equipe da Serrinha*, 1966, p.1.

problemas do “individualismo burguês ultramontano” e evitar o avanço do “coletivismo que desconheça a dignidade real da pessoa”⁴¹³. Vejamos:

Como se vê, a evolução da sociedade humana, na sua estruturação político-econômica, traça uma linha que sobe e desce conforme se acentua, neste ou noutro lado, a liberdade absoluta no plano econômico ou no domínio absoluto do Estado, quando ele mesmo tudo controla e distribui. Entre os ápices dessas curvas, que alcançaram seus pontos máximos e mínimos em momentos históricos sempre dolorosos para o homem comum, a sociedade dos que creem, dos que participam da comunidade espiritual da graça – a Igreja – fez seus pronunciamentos e intervenções. (...)

Nessa linha, nos surge hoje uma explicitação corajosa da socialização, como fenômeno dos nossos tempos. João XXIII elaborou-a.

(...) É por ela que se consuma o bem comum da sociedade e de cada um. A socialização vai incidir, diretamente, no relacionamento que existe entre os bens disponíveis de uma comunidade e a sua distribuição entre seus membros. (...) Vai transformar os critérios para repartição e a participação do povo no poder, tanto de suas comunidades nacionais, como nos destinos da comunidade humana universal. Talvez, seja a contribuição que venha provocar uma nova compreensão do problema pessoal do trabalhador, como elemento fundamental no processo da produção e das relações de pagamento que existem entre os países ricos e os países pobres. (...)

É exatamente nesse clima que o cristão tem que se colocar e apontar energicamente para os valores que, como cristão, reconhece capazes de superar o conflito que, tanto o egoísmo pessoal, como o egoísmo social nacional podem gerar.

Daí decorre que a propriedade privada, enquanto expressa o desejo de posse, enquanto for tida como garantia última e única da pessoa humana, é radicalmente contrária à Doutrina Social da Igreja. (...)

Temos agora que tomar algumas notas para distinguir socialização de socialismo. As colocações anteriores nos levam a tomar socialização como atitude decorrente da natureza humana e das condições de progresso tecnológico do que como sistema, quer político, quer econômico.

(...) Se o Brasil não souber mostrar-se agora capaz de crer, efetivamente, na liberdade que afirma ter conquistado, não propiciar, concretamente, a realização da promoção humana, não terá apenas afastado um perigo comunista, que se tornará cada dia uma tentação maior para um povo frustrado. Ter-se-á simplesmente entregue nas mãos de grupos egoístas e incapazes (MEB, *Estudos sobre Socialização, apostila 3, série B*, 1965, p.3-16, grifos no original).

Nacionalmente, a mudança na estrutura dos materiais e objetivos resultou em um maior contato com o DENERU. Junto com o Departamento Nacional da Criança, o DENERU subsidiou algumas ações do MEB, garantindo a impressão e distribuição do conjunto didático *Mutirão*⁴¹⁴. Segundo o relatório *Viagem à comunidade “Serrinha”*, membros do MEB/GO e dois acadêmicos de medicina, no dia 21/08/1966, fizeram debates sobre verminose, distribuíram remédios, obtidos no DENERU, contra verminose e levaram materiais coletados

⁴¹³ MEB, *Estudos sobre Socialização, apostila 3, série B*, 1965, p.8.

⁴¹⁴ MEB, *Relatório Preliminar de 1965*, 1966, p.6.

por uma equipe da comunidade para serem examinados no laboratório de parasitologia da Universidade Federal de Goiás.

Além do Departamento Nacional de Endemias Rurais (DNERU), o MEB firmou convênios com a SUDENE⁴¹⁵ e o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA)⁴¹⁶. O contrato firmado com o IBRA previa o atendimento educativo na área da Usina Caxangá, em Pernambuco⁴¹⁷. Com relação à SUDENE, destacamos o convite para que o MEB participasse do Seminário de Educação e Desenvolvimento, realizado em janeiro de 1967⁴¹⁸. Este convite reforça o alinhamento do movimento com as propostas internacionais de modernização “conservadora” do campo, haja vista que, além do MEB, a SUDENE convidou as seguintes organizações: UNESCO, representada por Pierre Furter; o CREFAL, representado por Carmen Rodrigues; e o IBRA, representado por Osmar Fávero e Vera Jaccoud, que, agora, faziam parte desta instituição, atuando como assessores para planejamento educacional⁴¹⁹.

No ano de 1966, outros membros do MEB também atuavam no IBRA, como Maria Aída Bezerra Costa, que assumira o Setor de Cooperativismo do instituto. Na ocasião da viagem para Bélgica, Aída era funcionária da SUPRA (havia saído com licença de saúde e direito a férias). Quando retornou, a SUPRA havia sido substituída pelo IBRA e pelo INDA. Lotada inicialmente no INDA, Aída afirmou ter encontrado dificuldades para desenvolver seu método de trabalho, sendo cedida, prontamente, ao IBRA:

Fiz uma seleção das coisas que poderiam interessar, escrevi um relatório. O superintendente [do INDA] enviou um telegrama dizendo que oferecesse “(...) à técnica que **tinha feito especialização no exterior as condições necessárias de trabalho**”. O interventor me nomeou assessora dele. Mas não tinha nada para fazer. **O grupo com quem eu trabalhava antes estava todo no IBRA, e eu, no INDA. O IBRA começou a me convocar.** Depois de uns quatro meses, pensei: “Quer saber? Vou embora” (...) Pedi demissão e o interventor perguntou: “Porquê?”... “Porque quero trabalhar, eu gosto de trabalhar”. Fiz uma carta de demissão e, depois, fui lotada lá no IBRA, em 1966⁴²⁰(COSTA, 2013, p.117, grifos nossos).

⁴¹⁵ MEB, *Relatório preliminar de 1966*, 1966, p.28.

⁴¹⁶ O IBRA foi criado em 1964, pela lei do *Estatuto da Terra*. Seu objetivo era auxiliar a elaboração e execução do Plano Nacional de Reforma Agrária, atuando em paralelo ao Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), também criado pela referida lei (PEREIRA e ALENTEJANO, 2014). Em 1970, o IBRA foi substituído pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-tematico/instituto-brasileiro-de-reforma-agraria-ibra>. Acessado em: 3/07/2020.

⁴¹⁷ MEB, *Relatório preliminar de 1965*, 1966, p.11.

⁴¹⁸ MEB, *Boletim MEB*, nº9, p.3; *Diário de Pernambuco*, “Homem é sujeito na história: educação é instrumento de escalada social para desenvolvimento do nordeste”, 5 de janeiro de 1967, p.5, primeiro caderno.

⁴¹⁹ MEB, *Boletim MEB*, nº7, 1966, p.5.

⁴²⁰ No IBRA, Aída também encontrou dificuldades para desenvolver métodos de atuação que respeitassem, minimamente, as decisões dos trabalhadores rurais. Vejamos o relato de Aída sobre a criação de uma cooperativa no campo pernambucano: “Estavam todos identificados. A diretoria [da cooperativa] foi eleita com uma participação enorme, mas o gerente não queria aquela diretoria. Declarou que a diretoria da cooperativa estava cheia de seguidores de Miguel Arraes” (COSTA, 2013, p.118). Em 1967, Aída pediu demissão do IBRA/PE, após ser vítima de uma série de ameaças e perseguições.

A trajetória profissional de Aída representa, muito bem, a interação entre as diferentes forças modernizadoras que atuaram no campo brasileiro. Formada em Serviço Social, Aída iniciou sua carreira na Comissão do Vale do São Francisco, atuando em comunidades de Pernambuco e da Bahia – ajudando as “comunidades a usar os recursos novos que chegavam: a eletricidade, as bombas para irrigação (...) o cinema, o alto-falante tocando músicas, difundindo palestras” (COSTA, 2013, p.109). Em 1961, foi integrada ao Serviço Social Rural, no Recife. Depois, atuou no Setor de Sindicalização Rural da SUPRA, ao mesmo tempo em que era coordenadora do MEB/PE.

Em linhas gerais, sobre as propostas agrárias do MEB foi possível delimitar três fases: a fase modernizadora (1961), quando o movimento estava muito mais próximo dos argumentos episcopais nacionais, enxergando os problemas rurais pelo viés agrícola, indicando como soluções a ampliação do acesso ao crédito rural, a formação de cooperativas, a capacitação técnica dos trabalhadores rurais, a criação de centros sociais, a divulgação de conhecimentos médico-sanitários e as parcerias público-privadas (Estado, patronato e trabalhadores rurais); a fase progressista (1962 a 1964), quando o movimento se aproximou, significativamente, dos pressupostos da encíclica *Mater et Magistra*, criticando o imperialismo, a desigualdade socioeconômica e a concentração fundiária, e defendendo a participação política dos trabalhadores (por meio do voto, dos sindicatos e das cooperativas), a realização de uma reforma agrária, que democratizasse o acesso a pequena propriedade privada (reforçando seu papel emancipador), e a atuação do Estado como garantidor do acesso ao crédito, da capacitação profissional e da formação de cooperativas; a fase progressista conservadora (1965-1966), momento em que o MEB esteve alinhado às propostas modernizadoras do governo militar, retomando as pautas de 1961 – a fim de evitar qualquer associação do movimento ao comunismo, como havia ocorrido em 1964 –, mas mantendo algumas proposições do reformismo cristão. Apesar de replicar, em todas as fases, os argumentos modernizadores (e manter relações com agências modernizadoras), o MEB representava um projeto político internacional de propagação da teologia do desenvolvimento.

Além disso, acreditamos que, a partir das análises desenvolvidas nessa parte, foi possível constatar que o projeto de reforma agrária do MEB dialogava mais com a ideologia da modernização que com a linguagem de resistência. Nesse sentido, os ataques às Ligas e ao PCB eram menos importantes. Porém, quando os assuntos eram a disputa pela arregimentação

dos trabalhadores rurais em torno de sindicatos e a caracterização do mundo do trabalho rural, o quadro se invertia, como veremos na parte II.

Parte II – O MEB e as disputas pela categorização dos trabalhadores rurais

CAPÍTULO V

A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE CAMPONÊS PELO PCB E PELAS LIGAS

Para compreender o lugar do MEB nas disputas pela organização dos trabalhadores rurais é fundamental discutir como o movimento caracterizou estes trabalhadores. Para isso, o primeiro passo é abordar as argumentações desenvolvidas pelos seus adversários: o PCB (nos periódicos *Terra Livre*, *A Classe Operária e Problemas: revista mensal de cultura política*, nas obras dos principais teóricos pecebistas e nas resoluções dos congressos do partido) e as Ligas (no periódico *A Liga* e nos livros dos dirigentes da organização).

5.1. As construções pecebistas

A caracterização pecebista do mundo do trabalho rural foi fortemente influenciada pelas formulações teóricas da Terceira Internacional Comunista (IC)⁴²¹, como veremos a seguir.

5.1.1. As interpretações da Internacional Comunista

Os congressos da IC foram permeados por debates em torno do caráter revolucionário dos camponeses, apesar destes terem contribuído de maneira decisiva para o sucesso da revolução russa (1917). Os presentes no I Congresso da Internacional (1919) enxergavam nos camponeses o individualismo pequeno-burguês e a predisposição a serem organizados pela burguesia, por isso consideravam fundamental se aproximar desse grupo com o intuito de “neutralizá-los” (RIZZI, 1985). Tais caracterização e estratégia baseavam-se nas análises desenvolvidas por Kautsky, na obra *A Questão Agrária* (1899). Para ele, o capitalismo agrário, diferentemente do processo de expansão do grande capital em áreas urbanas, não pressupunha a extinção dos produtores de bens de menor valor, pois a pequena propriedade camponesa beneficiava o patronato rural ao possibilitar a extração de renda fixa por meio do

⁴²¹ A III Internacional Comunista, que funcionou de 1919 a 1943, foi organizada e idealizada por Lênin e Trotsky com o objetivo de ser o partido internacional da revolução mundial (CAMPOS, DIAS e GODOY, 2018).

arrendamento, contornando, assim, as sazonalidades da produção, além de fornecer força de trabalho barata e constante. Esse lugar da pequena propriedade no capitalismo agrário explicava, para Kautsky, o conservadorismo pequeno-burguês dos camponeses, sua alta propensão a apoiar os setores burgueses na luta de classes e, por conseguinte, a necessidade de serem politicamente neutralizados (ALAVI e SHANIN, 1988).

As ideias de “neutralização” e de pretensão pequeno burguesa do campesinato também foram referências para o programa agrário proposto pelo II Congresso da IC (1920). As resoluções desse congresso refletiam a desmotivação comunista em se envolver com qualquer coisa não relacionada aos proletários fabris, recusando a compreensão do mundo do trabalho rural como uma esfera dotada de mecanismos organizacionais próprios – analisando-o a partir de teorias marxistas eminentemente urbanas. Nessa esteira interpretativa, o II Congresso defendeu que o operariado urbano seria capaz de “sozinho libertar as massas trabalhadoras do campo do jugo dos capitalistas e dos proprietários rurais”⁴²², conduzindo-as à luta de classes, “ou, pelo menos, assumindo sua causa”⁴²³. Mas, de que “massa trabalhadora do campo”, presente em “todos os países capitalistas”⁴²⁴ estava se falando? Nessas teses, tratavam-se:

- a) dos proletários agrícolas, definidos como assalariados de empresas rurais, que, em razão da sua condição de proletários – ainda que rurais –, deveriam ter organização própria;
- b) dos semiproletários ou camponeses, apresentados como aqueles que alternavam entre o trabalho nas propriedades rurais e a utilização da terra, de posse ou arrendada, para subsistência; estes, segundo as teses, também poderiam se “tornar um fiel sustentador do comunismo”⁴²⁵;
- c) dos pequenos proprietários, que, apesar de também utilizarem suas propriedades (posse ou arrendamento) para subsistência e simpatizarem com a revolução proletária, hesitariam durante a ditadura do proletariado, pois tendiam à liberdade de comércio e à propriedade privada;
- d) dos camponeses médios, que contavam com empregados e arrendavam terras a outros camponeses, construindo assim condições para ter excedentes de receita;
- e) dos camponeses ricos, empresários capitalistas que exploravam os assalariados rurais, só estando ligados à “classe camponesa” por seu “desenvolvimento intelectual

⁴²² *III Internacional*, 1989, p.99.

⁴²³ *III Internacional*, 1989, p.99.

⁴²⁴ *III Internacional*, 1989, p.99.

⁴²⁵ *III Internacional*, 1989, p.100.

bastante restrito, por sua vida rústica e pelo trabalho pessoal que eles fazem junto com os operários que eles contratam”⁴²⁶; eram considerados os principais inimigos dos proletários urbanos na construção da revolução⁴²⁷.

Enquanto os dois primeiros grupos eram apreciados como sustentáculos do governo proletário, os pequenos proprietários e os camponeses médios, apesar de terem motivos para “simpatizar”⁴²⁸ com a revolução proletária, eram considerados individualistas, gananciosos e possíveis aliados da burguesia⁴²⁹, que deveriam ser neutralizados. Para tanto, o II Congresso estipulou como diretrizes: não adotar como tarefa a organização dos camponeses médios; aceitar o controle dos pequenos proprietários e dos camponeses médios sobre a venda de bens de consumo e o direito de propriedade privada; durante o governo revolucionário, passar progressivamente, e com “circunspeção”⁴³⁰, à coletivização das terras, estimulando os camponeses médios por meio do exemplo; pôr fim, também durante a ditadura do proletariado, à grande propriedade e às condições que permitiam a existência dos camponeses ricos, fato que incidiria sobre a “hesitação pequeno-burguesa” dos pequenos proprietários e dos camponeses médios.

Apesar da ação exploratória dos “camponeses ricos”, o II Congresso também estendeu o princípio da neutralização a esse grupo. Argumentou-se que eles precisariam ser conscientizados sobre a inexistência de espaço, durante a ditadura do proletariado, para a exploração, e sobre a importância dos *soviets* controlados de forma proeminente por proletários e semiproletários agrícolas – admitia-se, no entanto, que, em casos específicos, pedaços das grandes propriedades camponesas, arrendados aos camponeses pobres, poderiam ser confiscados. Essa estratégia de neutralização baseava-se no exemplo da revolução russa, que, de acordo com as resoluções da IC, demonstrou ser possível transformar os camponeses ricos em importantes aliados – após enfrentar “dolorosamente” todas as suas formas de resistência. Cabe ainda destacar que a IC previa, para os países com capitalismo avançado, uma vitória mais rápida dos proletários sobre esse grupo, por estarem mais bem articulados

⁴²⁶ *III Internacional*, 1989, p.103.

⁴²⁷ Segundo Rizzi, essa categorização era variável. Por exemplo, Lênin ora definia o “camponês médio” como aquele que não explorava o trabalho alheio – sendo ao mesmo tempo proprietário e trabalhador –, ora como pequeno proprietário que fazia uso de mão de obra assalariada. Além disso, este termo por vezes vinha acompanhado da palavra “classe” ou da palavra “camada”.

⁴²⁸ *III Internacional*, 1989, p.101.

⁴²⁹ A obra *Die Agrarfrage und die Weltrevolution*, de Julian Marchlewski, foi a base das propostas agrárias do segundo congresso. Esse livro teve grande circulação entre os membros do congresso, podendo ser considerado “mais importante do que as próprias teses” (RIZZI, 1985, p.227).

⁴³⁰ *III Internacional*, 1989, p.103.

que os da Rússia czarista e terem maior estrutura de comunicação – sendo esta vitória fundamental para a consolidação da revolução.

O confisco de terras restringir-se-ia às grandes propriedades comandadas por aqueles que não realizavam nenhum tipo de trabalho, transformando-as em *sovietes* administrados pelos assalariados (proletários e camponeses). Os *sovietes* agrícolas atenderiam, de forma prioritária, as necessidades dos assalariados das unidades, para depois abastecer as cidades, recebendo em troca equipamentos industriais. Defendia-se também o confisco de todo equipamento utilizado pelos grandes proprietários para uso dos *sovietes* e dos “pequenos camponeses”. Segundo as resoluções do II Congresso, era fundamental manter as grandes propriedades, com exceção das regiões em que elas eram poucas e não eram vitais para o abastecimento das cidades – nesses casos, seriam divididas como forma de atrair os camponeses para a luta. Novamente pautados na experiência revolucionária russa, mais especificadamente, nas crises de abastecimento pós-revolução – segundo Marchlewski e outros dirigentes da Internacional, causadas pela recusa do campesinato em fornecer alimentos às cidades (RIZZI, 1985) –, o II Congresso pensou essas ações com o intuito de garantir o provimento das áreas urbanas, não pelo confisco – como sugeriram alguns delegados (RIZZI, 1985) –, mas pelo convencimento, via melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores rurais.

Nos últimos pontos das teses agrárias, a IC reconheceu a necessidade dos partidos comunistas enxergarem a “greve” como importante instrumento de luta entre os proletários e semiproletários agrícolas, e atuarem na criação de sindicatos no campo, como forma de despertar a consciência de classe dos trabalhadores rurais. Embora tenham construído as teses agrárias baseados na ideia de “neutralização” e caracterização dos trabalhadores rurais como intelectual, econômica e socialmente atrasados, nos últimos pontos também existe uma crítica a Kautsky e aos socialistas da II Internacional, por estes terem resistido ao movimento grevista rural, com medo de que ele resultasse em uma redução do abastecimento⁴³¹.

Em linhas gerais, sobre as teses agrárias do II Congresso da IC percebe-se uma preocupação não com os problemas imediatos dos trabalhadores rurais, mas sim com as possíveis interferências do campesinato na luta de classes, seja engrossando as fileiras da burguesia ou forjando crises de abastecimento. Como veremos, os avanços analíticos de Lênin contribuíram para que, no IV Congresso, essas construções sofressem mudanças.

⁴³¹ III Internacional, 1989, p.108.

Em 1899, Lênin, pretendendo demonstrar aos setores populistas russos que o campo não abortaria o desenvolvimento do capitalismo no país e que não era tão estável ou homogêneo quanto parecia, identificou nas áreas rurais o predomínio das relações de mercado, atentando para a exploração praticada por camponeses ricos sobre seus congêneres pobres, e pelos capitalistas agrários sobre os proletários rurais (assalariados e camponeses pobres) (SHANIN, 2005). Como mostrou Rizzi (1985), já em 1902, Lênin se colocava a favor da inserção das massas rurais nas teorizações socialistas, mas com caráter secundário no que se refere ao protagonismo na revolução – uma vez que a vanguarda continuava sendo os proletários urbanos, a única força considerada capaz de superar as estruturas dominantes –, limitado à etapa de superação do feudalismo e implantação da revolução democrático-burguesa, e sob vigia, em razão da sua aspiração “pequeno-burguesa”. Em 1918, no VIII Congresso do Partido Comunista Russo (PCR), Lênin retomou a necessidade de estabelecer aproximações com o campesinato, mas nos termos da “neutralização” proposta por Kautsky (RIZZI, 1985). Ao passo que o partido bolchevique aumentou sua inserção no campo⁴³² e a revolução russa avançou, Lênin começou a criticar a eficiência das proposições que organizavam o pensamento da IC sobre a questão camponesa, pois percebia que o trato monolítico do campo prejudicava ações futuras, em especial, a consolidação da ditadura do proletariado (RIZZI, 1985).

No III Congresso (1921), Lênin discursou sobre a incapacidade das indústrias em oferecer subsídios para o desenvolvimento de uma agricultura coletiva e para os limites das requisições forçadas (como vimos, dois temas da política agrária pensada no II Congresso), reclamando a cobrança de impostos *in natura* e a não interferência na possibilidade do camponês vender o excedente. No IV Congresso, em 1923, Lênin, contrapondo-se às propostas de Varga e Vera Kostrzewa – que pensavam a proximidade com as massas rurais por meio do atendimento parcial às reivindicações, somente para fortalecer as ações revolucionárias dos operários urbanos –, criticou “a divisão operada entre a função revolucionária do proletariado agrícola e a dos semiproletários, pequenos camponeses” (RIZZI, 1985, p.236), defendendo a existência de dois sujeitos revolucionários (proletários e massas rurais), cuja aliança deveria ser repensada para além dos aspectos econômicos e da fase democrático-burguesa. Essa intervenção contribuiu para que o programa agrário do congresso incluísse as lutas cotidianas (questões materiais e de primeira necessidade) dos

⁴³² Nos anos que antecederam a Revolução de Outubro, os bolcheviques tinham 4 células rurais, que somavam 494 membros. Em fins de 1917, já possuíam 203 células, que totalizavam 4.122 membros. Em 1918, eram 2.304 células, com 14.792 membros (RIZZI, 1985).

trabalhadores rurais, superando os aspectos demasiadamente abstratos e futuristas das teses agrárias do II Congresso: direito de greve; liberdade de reunião; aumento salarial; melhores condições laborais; jornada de oito horas; seguro contra acidentes; seguro velhice; proibição do trabalho das crianças; construção de escolas técnicas; provisão de insumos e maquinários (meios de produção) a preços baixos; isenção de impostos; redução das taxas de arrendamento; e apoio dos sindicatos de trabalhadores agrícolas à causa dos meeiros. Ademais, o IV Congresso abandonou a ideia de não organização dos camponeses médios, reconhecendo que os partidos comunistas deveriam atuar constantemente a seu favor, o que serviria para unir as forças dispersas do campo e trazer confiabilidade para as teses sobre o protagonismo revolucionário do proletariado urbano⁴³³⁴³⁴.

Embora mudanças tenham sido propostas no IV Congresso, alguns dirigentes da IC continuaram preterindo a atuação política do campesinato e reproduzindo as interpretações acerca do seu caráter pequeno-burguês. Por exemplo, no IV Congresso, cogitou-se a criação de um governo operário-camponês para o Leste europeu⁴³⁵, porém, em reunião ampliada da Executiva de 1923, Varga sugeriu alteração do nome da frente para “governo operário-camponês trabalhador” – demonstrando estar em consonância com a dicotomia “proletários agrícolas (revolucionários) versus massas rurais (pequeno-burgueses que deveriam ser neutralizados)”⁴³⁶.

No IV Congresso, a IC também demonstrou preocupação com as lutas da população negra. A construção do IV Congresso como espaço de discussão sobre a questão negra foi, em

⁴³³ Vejamos outras propostas agrárias do IV Congresso: a categorização da população rural, apresentada no II Congresso, foi ratificada; reforçou-se a necessidade dos comunistas ingressarem nos sindicatos de trabalhadores rurais e nas cooperativas de produção, de consumo e de crédito (nas duas últimas, deveriam atuar para dirimir, ou fazer desaparecer, o antagonismo de interesses entre os pequenos proprietários pobres e os trabalhadores rurais - tanto no segundo como no quarto congresso, o termo “trabalhadores rurais” englobava os proletários agrícolas e os camponeses); determinou os caminhos das lutas do campesinato nos países coloniais (luta que começaria imediatamente após a libertação nacional, ou, em caso de aliança dos imperialistas com os senhores feudais, seria concomitante às lutas emancipacionistas); reforçou a importância do combate aos resquícios feudais nos países que passaram pela revolução burguesa, pondo fim aos privilégios da posse da terra; novamente, marcou o protagonismo revolucionário, no campo, dos proletários agrícolas; e a questão agrária no Oriente ganhou capítulo especial – o II Congresso havia estimulado os proletários europeus a se aproximarem do movimento camponês do Oriente, das colônias e dos países atrasados (*III Internacional*, 1971).

⁴³⁴ *III Internacional*, 1971.

⁴³⁵ Pensando as construções de governos operários como bandeira de propaganda geral, principalmente nos países em que a burguesia estava instável, a IC sugeriu uma série de configurações de alianças. O partido sugeriu a criação de “governos operários liberais”, “operários social-democratas”, “operários com a participação de comunistas”. Cogitou-se inclusive a formação de alianças com partidos e organizações não comunistas. Sobre todas essas formas de governo existiu alguma explanação, com exceção do “governo operário-camponês” (*III Internacional*, 1971).

⁴³⁶ Sobre o governo operário-camponês, Rizzi destacou que alguns representantes dos partidos comunistas ocidentais e do leste europeu viam essa aliança como parte da ditadura do proletariado; outros, como ferramenta de agitação; outros, como forma de empreender a neutralização. Ainda com relação a essa frente, o principal instrumento para “propagandar a fórmula do governo operário-camponês” (RIZZI, 1985, p.237) foi a Internacional Camponesa (Crestintern), criada em outubro de 1923, com o objetivo de conter o avanço burguês sobre o campo – naquele momento, a burguesia criava políticas de crédito fundiário, reorganizava o sistema cooperativo e realizava a divisão de terras, com base na pequena propriedade privada.

grande medida, resultado da intervenção do delegado sul-africano David Ivon Jones, que no decurso do III Congresso da *Comintern*, criticou o desprezo da Internacional pela questão negra e solicitou que o tema fosse mais bem debatido no próximo encontro (CHADAREVIAN, 2008). No IV Congresso, a opressão racial foi classificada como questão de classe, resultado das opressões imperialista e capitalista. Em razão do protagonismo político e econômico autóctone, os negros estadunidenses foram alçados ao lugar de vanguarda, devendo orientar as lutas negras em diferentes regiões do mundo. Reivindicou-se o direito dos negros à igualdade política, social e racial, e enfatizou-se a necessidade de superar as barreiras raciais que impediam a associação dos negros às *trade-unions*. Essa plataforma de luta vigorou até 1928, quando as teorizações comunistas sobre a questão negra sofreram significativas mudanças (CHADAREVIAN, 2008). Durante o VI Congresso, a IC desassociou a questão racial da questão de classe, reconhecendo que a população negra estava submetida a processos particulares de opressão e, com base na classificação dos negros como nação oprimida, promoveu-se a luta pela autodeterminação como a principal diretriz, pois entendia-se que a luta contra a opressão racial, *ao fim e ao cabo*, estava relacionada à luta contra o imperialismo. Novamente tendo como referência a conjuntura estadunidense, acreditava-se que com essa agenda seria viável atrair para o Partido Comunista dos Estados Unidos os integrantes dos movimentos negros de autodeterminação em atuação naquele país (SOTERO, 2015).

Como veremos, a questão negra e a questão agrária tiveram ligação simbiótica nas formulações pecebistas sobre o campo brasileiro.

5.1.2. Os primeiros usos

Na resolução do II Congresso do PCB (1925), o termo “camponês” foi utilizado para descrever o conjunto de “lavradores pobres” e “operários agrícolas” (o destaque à presença de operários no meio rural está em concordância com a argumentação, presente no item II da resolução, sobre a existência de um capitalismo agrário que disputava forças com o capitalismo industrial). Nessa resolução é possível perceber uma aproximação com as interpretações amplamente propagadas nas formulações teóricas da IC, pois, ainda que o PCB

reconhecesse a necessidade de estabelecer diálogos com as “massas camponesas”, classificava a população rural como “reacionária” e “obscurantista” (item IV)⁴³⁷.

Segundo consta nas resoluções do referido congresso, o periódico *A Classe Operária* — primeiro jornal publicado pela imprensa comunista brasileira — seria o instrumento de propagação das diretrizes pecebistas em fábricas, fazendas e usinas⁴³⁸. Por essa razão, analisamos o periódico para compreender melhor as teses sobre o campo brasileiro e as caracterizações dos trabalhadores rurais empreendidas pelo PCB durante as décadas de 1920 a 1940. Na primeira página da edição de 30 de maio de 1925, encontramos um artigo que apresenta os grupos sociais que compunham os engenhos do Nordeste. Sem fazer uso da categoria “camponês” e em concordância com as diretrizes do II Congresso do PCB, a análise da situação rural era referenciada nos grupos “lavrador pobre”, “operariado agrícola” e “trabalhadores rurais”. Seis eram as categorias apresentadas ao público leitor:

- 1) os barões feudais – caracterizados pela avareza, pela mesquinharia, pelo egocentrismo, pelo orgulho desmedido, pela brutalidade, pela ignorância, pelo uso oportunista da religião e pelo apego à propriedade privada;
- 2) os cangaceiros – caracterizados como braço armado dos senhores de engenho — bandidos a soldo —, acionados para garantir os interesses destes, seja pela prática do voto de cabresto ou por forçarem pessoas a venderem suas propriedades;
- 3) os rendeiros ou lavradores pobres – representados como aqueles que pagavam determinada “importância por tantas braças de terra”, possuíam criação de animais (galinhas e cabras) e cultivavam mandioca, banana e milho;
- 4) os operários agrícolas ou assalariados dos campos ou trabalhadores rurais – destacou-se suas condições precárias de vida e suas formas de resistência cotidiana, como consumir cana “às escondidas” e tirar “madeira da mata e indo vendê-la na cidade ou no povoado vizinho”, enfatizando-se também a punição, em forma de castigo físico, aplicada àqueles que eram pegos realizando tais ações;
- 5) as mulheres lavradoras – também classificadas como “mulheres proletárias”, tinham uma descrição pautada na objetificação do seu corpo, apresentadas como “pobres e lindas caboclas do norte” que “amadurecem depressa. Atingem um alto esplendor de fruta selvagem”; vítimas de enfermidades (destacando

⁴³⁷ PCB, 1925, p.2.

⁴³⁸ *A Classe Operária* circulou, com periodicidade e formato irregulares, entre 1925 e 2019 (a última edição que tivemos acesso foi lançada no dia 1º de maio de 2019). De 1925 a 1962, esse periódico estava sob controle do PCB. A partir de 1962, com a cisão do partido, o periódico se transformou em órgão oficial de comunicação do Partido Comunista do Brasil (PC do B).

a sífilis e as “doenças uterinas”), da miséria e da “luxúria do senhor ou do filho do senhor” (não reconhecendo a violência sexual como problema estrutural, mas como questão de classe, restrita aos grandes proprietários);

6) os vaqueiros – tendo como parâmetro as condições de vida do “trabalhador da enxada”, são tipificados como detentores de melhor qualidade de vida, pois possuíam mais “liberdade”.

Segundo Eduardo Bonfim, o período compreendido entre os anos de 1925 e 1930 marcou o auge da influência de Octávio Brandão (1896-1980) nas estratégias pecebistas⁴³⁹. Não por acaso, a categorização acima se aproxima consideravelmente da caracterização do campo realizada por Brandão no livro *Agrarismo e industrialismo*⁴⁴⁰.

O livro *Agrarismo e industrialismo* tem duas edições. A primeira, publicada em 1924, serviu de subsídio para as teses apresentadas por Astrojildo Pereira no II Congresso do PCB, em especial, o ponto IV, sobre a necessidade de atuação junto à “massa camponesa”. Provavelmente, o destaque à existência de um capitalismo agrário também se ancorava nas reflexões presentes nessa edição, na qual Brandão utilizou os termos “burguês agrário”, “burguesia agrária” e “proletário rural”, que sugerem a existência de relações capitalistas no campo brasileiro, para categorizar a população rural. Na segunda edição dessa obra, esses termos foram suprimidos em prol da afirmação da força do “modo de produção feudal” sobre o campo — com relação ao termo “proletário rural”, acreditamos que a supressão está igualmente relacionada à intenção do autor em legitimar a ausência de consciência de classe entre os trabalhadores rurais. O artigo publicado no *A Classe Operária* representa a transição dessa caracterização do mundo do trabalho rural, por isso, ao mesmo tempo que as mulheres lavradoras são caracterizadas como proletárias — se aproximando das primeiras análises de Brandão e das categorizações propostas pela IC, ao considerar os “lavradores” parte do proletariado rural —, o feudalismo foi apresentado como forma política e econômica predominante no campo brasileiro.

Ao compararmos o artigo com a segunda edição do livro, encontramos estratégias argumentativas e trechos semelhantes. Por exemplo, para tornar mais inteligível sua caracterização do campo como feudal, ambos relacionaram as categorias rurais brasileiras aos

⁴³⁹ Brandão dedicou parte significativa de sua vida à construção do PCB, atuando como militante de base, teórico e dirigente.

⁴⁴⁰ Nas notas introdutórias à edição publicada, em 2006, pela Editora Anita Garibaldi, Eduardo Bonfim afirmou que Brandão, além de ter sido o primeiro editor e diretor do *A Classe Operária*, escrevia para o jornal usando os pseudônimos Krieg, Larl Krieg, Manoel Braúna e João Garroeira. Infelizmente, o artigo em análise não foi assinado, por isso, tomamos a precaução de não apresentar Brandão como autor, embora as semelhanças sejam muitas.

grupos da sociedade feudal: “o senhor de engenho é uma forma moderna do barão feudal. O cangaceiro é uma degenerescência do cavaleiro mercenário. O trabalhador rural **negro** provém do escravo, exatamente como o ‘vilão-servo’ medieval”⁴⁴¹⁴⁴². Ao utilizarem o termo “vilão-servo”, imputaram uma ambivalência inexistente à sociedade estamental feudal, pois os vilões, por serem descendentes dos antigos romanos, eram camponeses livres, diferentemente dos servos, que estavam presos a terra. Sabemos que para um discurso ter efeito, ele precisa tocar no horizonte material do público receptor (MARX; ENGELS, 2007; CÍRCULO DE BAKHTIN, 1981). Por essa razão uniram duas categorias díspares (“vilão”, análogo ao rendeiro; “servo”, correlato ao operário agrícola) — reproduzindo as dinâmicas de classe do campo brasileiro, onde um mesmo indivíduo ora pertencia à categoria dos operários agrícolas ora à dos lavradores — e destacaram a ancestralidade escrava dos “vilão-servos” europeus — percebendo a importância do passado recente da escravidão nas relações do mundo do trabalho rural brasileiro. Com relação a essa ancestralidade, estendiam a característica racial negra aos dois grandes grupos que, na opinião do partido, compunham o campo brasileiro (lavradores pobres e operários). Ademais, devemos destacar o uso recorrente dos termos “caboclo” e “cabocla” para se referir aos trabalhadores rurais.

Outra característica presente no artigo em análise e na obra de Brandão é a inferiorização dos trabalhadores rurais — destacando “o terror diante das forças naturais”, a “superstição” e “o gosto pelas cores berrantes”⁴⁴³ —, traço característico das teorizações pecebistas. Em *Agrarismo e industrialismo*, o trabalhador rural foi exposto como individualista e sem consciência de classe; e suas lutas foram consideradas “obscuras” (BRANDÃO, 1926, p.113). Sobre essas lutas “obscuras”, o autor afirmou que em “1918-1920 deram-se, nos campos de Pernambuco, fatos interessantes que ainda esperam por um historiador”(BRANDÃO, 1926, p.113). De fato, tivemos que esperar até que dois historiadores, Flávio Gomes e Antônio Luigi Negro (2013), trouxessem luz sobre esses acontecimentos, nos ajudando a entender as intenções de Brandão. Em 1919, trabalhadores da zona açucareira de Recife entraram em greve contra o sistema de “barracão” e por melhores salários, carga horária de 8h e direito de associação⁴⁴⁴. Ou seja, analisar essa greve seria

⁴⁴¹ *A Classe Operária*, “[ilegível] regime feudal”, 30/5/1925, p.1, grifo nosso.

⁴⁴² A título de ilustração, destacamos o trecho da obra de Brandão: “O cangaceiro, revoltado, ao mesmo tempo, degenerescência do cavaleiro mercenário. O trabalhador rural **negro**, proveniente do escravo exatamente, como o vilão-servo medieval” (1926, p.50, grifo nosso).

⁴⁴³ *A Classe Operária*, “[ilegível] regime feudal”, 30/5/1925, p.1; BRANDÃO, 1926, p.49.

⁴⁴⁴ Dez anos depois, em 1929, essas mesmas pautas constariam na *Resolução sobre a Questão Camponesa no Brasil*, primeiro documento agrário do PCB, publicado na revista *La Correspondencia Sudamericana*, de Montevideu (SANTOS, 1996).

reconhecer a consciência de classe e a capacidade organizativa autônoma dos trabalhadores rurais, indo contra a ideia de que “o comunismo é, em primeiro lugar, uma teoria para os operários da grande indústria, da alta indústria centralizada, e não para artesãos e pequeno-burgueses” (BRANDÃO, 1926, p.127-128), e que a libertação dos trabalhadores rurais viria por meio do proletariado urbano, “a única classe revolucionária até o fim” (BRANDÃO, 1926, p.129).

Destacamos três artigos que ilustram como *A Classe Operária* endossava essa inferiorização dos trabalhadores rurais. O primeiro artigo (“Por entre os canaviais do Nordeste”⁴⁴⁵) buscou, por meio de uma “síntese histórica sobre a evolução dos engenhos no Nordeste”, oferecer subsídios à construção de um programa agrário partidário. A intenção era mostrar, baseados nas análises do “mestre Carlos Marx”, que “a política, a religião, a moral, a ideologia, a sociedade — tudo era uma decorrente da economia”. Apesar do intuito, a construção do artigo ficou restrita à legitimação da tese a respeito do avanço capitalista no campo brasileiro e, conseqüentemente, da focalização das ações revolucionárias no operário agrícola — destacando que a transformação dos engenhos a vapor em usinas resultaria na substituição da servidão pelo “semi-salariado”. As justificativas para o abandono da análise proposta no início do artigo foram de ordem material (as quatro páginas do jornal seriam insuficientes para exame de tamanha complexidade) e imaterial (o “estado intelectual das largas massas do Brasil”).

O segundo artigo (“Nos campos do Rio Grande do Norte”) delegou aos operários urbanos o papel de libertação dos trabalhadores rurais: “Trabalhadores das cidades, olhai para o nosso sofrimento. Vinde auxiliar a nossa libertação!”⁴⁴⁶.

O terceiro artigo (“‘A Classe Operária’ mergulha nas profundezas dos seringais”⁴⁴⁷), caracterizou os trabalhadores rurais como ingênuos. Ao relatar as condições de trabalho dos seringueiros, “os trabalhadores industriais de Manaus”, os autores do artigo, destacaram que esses eram facilmente enganados pelos “águias”. Os águias atuavam recrutando trabalhadores para o serviço nos seringais, oferecendo “hospedagem e dinheiro por conta, até chegar o dia de embarcar, rumo ao seringal”. Quando os seringueiros compreendiam a verdadeira intenção dos águias, já era tarde: “O patrão, ao qual não convém perder a presa, domina-a, mostra-lhe as contas e a vítima verifica estar a dever ao patrão”, pelo consumo de produtos de

⁴⁴⁵ *A Classe Operária*, “Por entre os canaviais do Nordeste”, 4/7/1925, p.1.

⁴⁴⁶ *A Classe Operária*, “Nos campos do Rio Grande do Norte”, 27/6/1925, p.2.

⁴⁴⁷ *A Classe Operária*, “‘A Classe Operária’ mergulha nas profundezas dos seringais”, 6/6/1925, p.2.

subsistência (alimentos e remédios) no “barracão” dos seringais. Tendo de ficar nos seringais “até o patrão reconhecer que ele não tem mais sangue para perder; então, resolve dar de esmola a passagem”. Os autores foram enfáticos: “a vida dos seringueiros nas florestas do Amazonas só tem uma comparação: é com a dos sentenciados a trabalhos forçados”. O argumento desse artigo foi complementado pela análise do correspondente da cidade de Recife, na reportagem “A situação da classe trabalhadora em Pernambuco” — publicada na mesma página —, que classificou o “trabalho forçado” como trabalho escravo, recorrendo aos signos do período escravocrata para legitimar tal constatação: “Interminável **senzala** que se estende dos engenhos de açúcar de Pernambuco aos seringais do Amazonas, sob o julgo de **feitores** de casaca^{448,449}”.

Em fins de 1927, após ter sido colocado na ilegalidade, o PCB resolveu renomear o Bloco Operário-Camponês (BOC). Esse “novo” bloco, que teve o negro operário Minervino de Oliveira como candidato à Presidência da República, foi criado com o objetivo de ser uma frente eleitoral legal, capaz de utilizar o apoio dos trabalhadores urbanos e rurais para angariar alianças com outros partidos e aproximar-se da pequena burguesia. Para conquistar o apoio dos trabalhadores rurais, o BOC tinha como agenda a luta contra a ausência de incentivo à formação de cooperativas rurais e as insalubres condições de moradia e trabalho desse grupo, ou seja, não ofereciam um programa sólido para a resolução dos problemas estruturais agrários (MEDEIROS, 1995). Ainda que o termo camponês tenha sido escolhido para representar os trabalhadores rurais na união com o proletariado urbano, as resoluções e a imprensa pecebistas não faziam uso desse termo como símbolo da emancipação social ou do caráter revolucionário das categorias rurais. O PCB utilizava o termo camponês com a intenção de criar uma linguagem de classe para o campo, indicando sua crueza, generalidade e possibilidades de alteração (MEDEIROS, 1995), como na obra *Agrarismo e industrialismo* (BRANDÃO, 1926, p.132) e na resolução do III Congresso (1928). Nessa resolução, o termo — que também foi utilizado como sinônimo de trabalhadores agrícolas — continuava dissociado da palavra classe, embora o PCB tenha reconhecido, nesse Congresso, a necessidade de discutir a questão agrária com seriedade, enfatizando a “importância revolucionária” dos trabalhadores rurais para a construção da revolução democrático-burguesa.

⁴⁴⁸ Nessa notícia, o termo “feitores de casaca” foi utilizado para se referir ao juiz que negou o *habeas-corpus* aos padeiros, presos durante a reunião para fundação de um sindicato em Pau d’Alho.

⁴⁴⁹ *A Classe Operária*, “A situação da classe trabalhadora em Pernambuco”, 6/6/1925, p.2, grifos nossos.

Indo na contramão dessa categorização, *A Classe Operária* evitava utilizar a palavra camponês, preferindo lançar mão dos termos assalariados agrícolas, lavradores pobres, rendeiros, arrendatários, meeiros, terceiros e operários das usinas. A título de ilustração, enquanto Brandão apresentava a foice como símbolo material da luta camponesa (BRANDÃO, 1926, p.139), *A Classe Operária* classificava-o como “símbolo do labor do operário agrícola”⁴⁵⁰. Somente na edição de 20 de julho de 1929 é que encontramos o uso do termo “camponês” para se referir a uma categoria específica do mundo do trabalho rural. No artigo “Protestando contra as Perseguições Policiais – o Bloco Operário e Camponês está no cérebro dos trabalhadores e não nas quatro paredes da sede”⁴⁵¹, o camponês foi classificado, em concordância com as interpretações da IC, como pequeno-burguês. Interpretação sem precedentes, uma vez que massa camponesa e pequena-burguesia apareciam, na obra de Brandão e nas resoluções do II e III congressos do PCB, como grupos distintos⁴⁵².

Na edição de 15 de fevereiro de 1930, o jornal noticiou a realização do “Congresso dos colonos e assalariados agrícolas”⁴⁵³, no qual os operários agrícolas, pela “primeira vez”⁴⁵⁴, se reuniram para discutir a situação política do campo. O Congresso teria sido realizado na sede da União Geral dos Trabalhadores de Ribeirão Preto e contou com a participação de Minervino de Oliveira como secretário-geral da Confederação Geral do Trabalho (CGT). Segundo a notícia, a reunião dos trabalhadores foi uma resposta às ações dos fazendeiros, que haviam se encontrado para discutir a redução dos salários e o estabelecimento de cadernetas de referência. Segundo os relatos, decidiu-se que uma comissão de assalariados agrícolas e colonos participariam do Congresso Sindical Regional do Estado de São Paulo e fundou-se um sindicato central, ligado à Confederação-Geral do Trabalho. A repressão policial foi imediata, prendendo os membros da mesa e confiscando a resolução do Congresso. Na edição de 22 de fevereiro de 1930, publicou-se uma notícia com as questões discutidas no Congresso dos Operários Agrícolas e Colonos (como também era chamado), a qual, novamente, apresentava os camponeses como uma categoria específica. Sem qualquer explicação sobre as características desse grupo, apenas destacava que deveriam ser organizados e ligados à luta dos proletários da cidade e dos campos⁴⁵⁵. Cabe ainda

⁴⁵⁰ *A Classe Operária*, “O martelo e a foice”, 30/5/1925, p.1.

⁴⁵¹ *A Classe Operária*, “Protestando contra as Perseguições Policiais”, 20/7/1929, p.4.

⁴⁵² Brandão atentou para a existência de uma irrisória “pequena-burguesia” rural (classificada como “pequena-proprietária”), que deveria ser neutralizada.

⁴⁵³ Colonos eram empregados que recebiam pelo pé de café tratado e que ficavam à disposição dos proprietários para realização de diversos serviços. Muitas vezes completavam sua renda com os produtos da roça (COSTA, 1990).

⁴⁵⁴ *A Classe Operária*, “O congresso dos colonos e assalariados agrícolas”, 15/2/1930, p.1.

⁴⁵⁵ *A Classe Operária*, “O congresso dos colonos e assalariados agrícolas”, 22/2/1930, p.2.

destacar que a realização desse Congresso influenciou a caracterização dos trabalhadores rurais empreendida pelo periódico, que passou a utilizar a palavra proletário para se referir aos colonos e assalariados agrícolas⁴⁵⁶, já que esses dois grupos, ao adotarem estratégias de luta validadas pelo partido, teriam demonstrado possuir consciência de classe⁴⁵⁷.

O processo de proletarização do partido — em 1930, dirigentes de origem considerada burguesa foram substituídos por militantes operários (SOTERO, 2015) — e a maior interação com os trabalhadores rurais — como sugere a notícia supracitada — parecem ter contribuído para o refinamento analítico de *A Classe Operária*. A partir de 1930, fica nítida a inserção de novas categorias nas construções das análises publicadas: na edição de 27 de agosto de 1930 (p.2), o artigo “Nos campos e fazendas” apresentou o foreiro ao público leitor, explicando, a partir do caso de uma fazenda em Itaboraí (RJ), as nuances da cobrança do foro; assemelhando-se às discussões realizadas na reunião ampliada da Executiva de 1923 e às categorizações da IC, os camponeses são divididos em pobres⁴⁵⁸, médios⁴⁵⁹ e laboriosos⁴⁶⁰ — sem muitas explicações sobre as principais características desses grupos, apenas destacavam que o “coiteiro” (aquele que fornecia abrigo aos cangaceiros) seria um camponês médio⁴⁶¹; os cangaceiros, inicialmente demonizados, passaram a ser apresentados como camponeses que assumiram essa “forma primitiva de luta, luta ainda anárquica, isolada, individual” contra o regime feudal, por terem sido “escorraçados de suas terras”⁴⁶².

Apesar dos avanços, a imprecisão no uso do termo permanecia. Nas edições de 1930, ora o termo “camponês” era utilizado como identidade coletiva dos trabalhadores rurais⁴⁶³, ora servia para caracterizar uma camada específica do campo — como sugerem o trecho, “tomar as terras dos latifúndios, das fazendas, do Estado, confiscá-las e dividi-las por todos os camponeses, por todos os operários agrícolas”⁴⁶⁴, e a análise sobre a Primeira Conferência

⁴⁵⁶ *A Classe Operária*, “O congresso agrícola de Ribeirão Preto”, 17/4/1930, p.2.

⁴⁵⁷ As ações dos colonos de Ribeirão Preto parecem mesmo ter marcado os membros do PCB. Anos depois, em 1977, Brandão lembrava, com saudosismo, as ações do partido na região: “Mas no interior conseguimos posições em Ribeirão Preto, em Sertãozinho... Imaginem vocês: uma marcha de verdadeiros colonos das fazendas de café em direção à cidade de Sertãozinho, para fraternizar com os operários - coisas assim bonitas” (BRANDÃO, 1977, p.35-36).

⁴⁵⁸ *A Classe Operária*, “O congresso agrícola de Ribeirão Preto”, 17/4/1930, p.2.

⁴⁵⁹ *A Classe Operária*, “As heroicas lutas das massas camponesas nordestinas contra a exploração e a opressão que são vítimas”, 11/3/1935, p.2.

⁴⁶⁰ *A Classe Operária*, “Crescem as lutas camponesas no Nordeste!”, 12/9/1934, p.3.

⁴⁶¹ *A Classe Operária*, “As heroicas lutas das massas camponesas nordestinas contra a exploração e a opressão que são vítimas”, 11/3/1935, p.2.

⁴⁶² *A Classe Operária*, “Crescem as lutas camponesas no Nordeste!”, 12/9/1934, p.3.

⁴⁶³ *A Classe Operária*, “Aos operários e camponeses, a todos os explorados e oprimidos”, 3/7/1930, p.1 e 3; “Aos trabalhadores das cidades e dos campos, a todos os explorados do Brasil”, 19/7/1930, p.1.

⁴⁶⁴ *A Classe Operária*, “Aos operários e camponeses, a todos os explorados e oprimidos”, 3/7/1930, p.1.

Nacional do Partido, que classificou o “camponês” como aquele que possuía terra⁴⁶⁵. Ademais, em alguns momentos, o termo foi empregado como sinônimo de “trabalhador da enxada”, expressão que era usada para se referir ao assalariado rural⁴⁶⁶.

Ao que parece, no final da década de 1930 os esforços para a construção de uma identidade coletiva em torno do conceito de camponês alcançavam seus primeiros resultados, pois encontramos o artigo “A exploração dos camponeses de Uberlândia”, o primeiro em que, supostamente, os trabalhadores rurais se apresentam como camponeses, assinando como “um grupo de camponeses”⁴⁶⁷.

5.1.3. A década de 1950 e os avanços analíticos

Após a sua terceira conferência nacional (1946), quando a ampliação das organizações dos trabalhadores rurais foi definida como uma das diretrizes do partido e o latifúndio considerado um mal a ser combatido, o PCB passou a atuar de forma sistemática no campo. As primeiras iniciativas nesse sentido foram a criação das ligas camponesas comunistas e das irmandades. As irmandades pecebistas tiveram atuação efêmera e concentrada em Goiás⁴⁶⁸, ao contrário das Ligas, que, criadas em 1945, atuaram em Pernambuco, Distrito Federal, Rio de Janeiro, Goiás, São Paulo, Paraná e Minas Gerais, por meio da assessoria jurídica e do envio de memoriais aos poderes públicos (SANTOS, 2005)⁴⁶⁹. Concomitantemente a esse processo de atuação sistemática, as análises teóricas do partido sobre o campo brasileiro foram, aos poucos, transformando-se em estudos científicos⁴⁷⁰.

Em agosto de 1947, o PCB lançou o periódico *Problemas – Revista mensal de cultura política*, que teve Carlos Marighella (até dezembro de 1949) e Diógenes Arruda (janeiro de 1950 a

⁴⁶⁵ *A Classe Operária*, “Manifesto da 1ª Conferência Nacional do Partido Comunista do Brasil”, 1/8/1934, p.7.

⁴⁶⁶ *A Classe Operária*, “A vida de miséria e sofrimento das massas camponesas”, 25/12/1935, p.6.

⁴⁶⁷ *A Classe Operária*, “A exploração dos camponeses de Uberlândia”, março de 1937, p.4.

⁴⁶⁸ As informações sobre as irmandades comunistas são escassas, sabemos o seu recorte geográfico, a sua durabilidade e que, assim como as ligas comunistas, foram criadas para organizar os assalariados rurais, meeiros, parceiros, posseiros e pequenos proprietários (SILVA, 1994).

⁴⁶⁹ Em 7 de maio de 1947, o PCB teve seu registro cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), por consequência, a atuação das ligas camponesas comunistas foi interrompida. Alguns núcleos tentaram continuar agindo, mas foram repetidamente reprimidos. Como veremos, o fim dessas ligas e a clandestinidade imposta ao PCB — suspensa durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-61), quando o partido atuou de forma semilegal — não significaram o fim das ações pecebistas no campo brasileiro. Entre 1947 e 1964, o PCB atuou sistematicamente no campo brasileiro, organizando associações, sindicatos, manifestações etc. (COSTA, 1990).

⁴⁷⁰ Defendiam uma tese, utilizavam fontes, principalmente os censos, e dialogavam com obras científicas.

junho de 1956) como diretores⁴⁷¹. A revista *Problemas* foi criada com o objetivo de fornecer subsídio teórico à denominada classe operária, uma vez que “já confirmada pelos fatos, de Lenin, de que sem teoria revolucionária não pode haver tampouco movimento revolucionário”⁴⁷². Para tanto, apresentava textos sobre a conjuntura política internacional e nacional, transcrevia resoluções de congressos comunistas e textos de consagrados autores marxistas — Stálin tinha papel de destaque na revista, não por acaso, a revista encerrou suas atividades pouco tempo após o XX Congresso do PCUS, ocasião em que as ações criminosas do governante da URSS foram expostas⁴⁷³.

O artigo *Reforma Agrária* abriu a primeira edição da revista. Este texto, que era a publicação de parte do discurso de Prestes na Assembleia Constituinte de 1946, inaugurou uma nova utilização do termo camponês, que passaria a ser um conceito-chave das teses revolucionárias produzidas entre 1945 e 1964, estimulando a pressuposição imediata de tendências e padrões dos trabalhadores rurais e do campo brasileiro. Nesse artigo, o termo camponês foi utilizado como metonímia de feudalismo, aproveitando a relação objetiva entre as duas palavras e a fácil associação de ideias. Para Prestes, o campo brasileiro era semifeudal, sem qualquer traço de práticas capitalistas: “o campônio brasileiro não é operário, não é um assalariado, nem ideológica e nem praticamente. É camponês, não recebe salário e é ele quem paga o arrendamento da terra com o seu trabalho ou com os produtos que retira da própria terra”; “Nas grandes propriedades, ainda não predomina o assalariado”⁴⁷⁴. Essa construção político-discursiva do conceito de camponês não foi uma peculiaridade pecebista. Na Rússia, entre o final do século XIX e a década de 1920, diferentes teóricos pertencentes à Academia Soviética da Agricultura e ao estratagema de estatísticos rurais produziram dezenas de artigos e livros voltados à diferenciação camponesa, a fim de fomentar suas teses revolucionárias (SHANIN, 1983). Ainda hoje, cientistas sociais, políticos, historiadores e economistas também fazem uso do termo com o intuito de oferecer ordem e pressuposição imediata a suas análises (em sua maioria marxistas). Esses estudos costumam partir de quatro itens para caracterizar os camponeses: a) indivíduos ligados aos meios de produção, utilizando força de trabalho familiar, e a propriedade assumindo posição de unidade básica da organização socioeconômica; b) não utilização da propriedade de maneira a expropriar os outros membros da sociedade (ou seja, utilização para subsistência); c) possuem lógicas temporais próprias, respeitando, por

⁴⁷¹ A tiragem dessa revista era de 120 mil exemplares.

⁴⁷² *Problemas*, “Apresentação”, agosto de 1947.

⁴⁷³ Cabe destacar que o último número da revista foi dedicado à tradução das principais falas, discussões, informações e diretrizes desse Congresso.

⁴⁷⁴ *Problemas*, “A Reforma Agrária”, agosto de 1947.

exemplo, o ciclo natural do meio ambiente para produzir; d) submetidos à opressão de forças estruturais.

Miguel Almeida, no artigo “A queda da produção agrícola no Brasil”, corroborou os apontamentos de Prestes, ao caracterizar o campo como semifeudal e, conseqüentemente, analisar os problemas enfrentados pelos trabalhadores rurais a partir da tríade monopólio de terra, arrendamento e ausência de salário:

Decorreram dois anos desde a apresentação desses argumentos e até hoje eles não receberam, como aliás não podem receber, qualquer contestação. Em seu conhecido discurso “O Problema da Terra e a Constituição de 46”, pronunciado da tribuna da Assembleia Constituinte em julho de 1946, Prestes analisou profundamente, com farto documentário colhido em fontes oficiais, o problema do latifúndio e provou novamente de maneira irresponsável que na grande propriedade semifeudal está a causa maior do nosso atraso e do baixo rendimento da produção agrícola nacional. (...)

O caráter semifeudal da nossa agricultura é ainda comprovado pelo fato de que na maioria absoluta das propriedades não existe o pagamento em salários, como é próprio do regime capitalista, mas sim uma semi servidão na qual os camponeses trabalham a terra em troca de produtos, com as características medievais da parceria que, no Brasil, assume as formas dos contratos de terça e de meação. Outra força generalizada de exploração semifeudal, é o pagamento do arrendamento com o trabalho gratuito nas terras do fazendeiro, conhecido como as “diárias” na semana que muito se assemelham à “corveia” feudal (*Problemas*, “A queda da produção agrícola no Brasil”, janeiro de 1948).

Outro ponto de semelhança entre as teses de Prestes e as de Almeida é o uso do termo “camponês” como metonímia da caracterização do campo como semifeudal (presença do monopólio de terra, arrendamento e pagamento *in natura*), exemplo:

Há, de um modo geral, dois tipos de grande propriedade individual da terra. Uma é a grande propriedade semifeudal, cultivada por métodos extensivos, atrasada, explorando o camponês por formas medievais (...) A outra é a grande propriedade capitalista, submetida à lavoura intensiva, empregando uma técnica progressista em grande escala e explorando operários agrícolas aos quais paga em salários (*Problemas*, “A queda da produção agrícola no Brasil”, janeiro de 1948)⁴⁷⁵.

Na década 1950, apesar da maior preocupação do PCB com a organização da luta dos trabalhadores rurais, Prestes continuava enfatizando a essência “pequeno-burguesa” dos camponeses⁴⁷⁶. Por exemplo, em 1951, Luiz Carlos Prestes, ao discutir a influência ideológica

⁴⁷⁵ Percebe-se que ao falar da grande propriedade capitalista, o termo camponês não é mais utilizado.

⁴⁷⁶ Como vimos na parte I, em 1950, o partido lançou o *Manifesto de Agosto* que, apesar de manter a tese da revolução etapista, refutava a aliança com a burguesia nacional, apresentando como aliados dos proletários urbanos, os trabalhadores rurais e os setores das classes médias urbanas — e criticava o caminho institucional para a realização de mudanças (SALES, 2005). Essas transformações teóricas refletiram nas proposições do partido para o campo brasileiro, que, na primeira metade dos anos 1950, propôs: a ampliação das organizações camponesas; a resistência armada do camponês; a desapropriação de terras para reforma agrária sem indenização ao proprietário; a extinção da meação, do foro, da terça, do vale-barracão e de todas as demais formas de prestação de serviços gratuitos; o fim do pagamento *in natura* (com participação no produto e/ou o direito de utilizar as terras do proprietário); a anulação de todas as dívidas dos camponeses; a garantia à produção; e o direito

da pequena-burguesia no seio do PCB, destacou que “essa influência decorre das próprias características do proletariado brasileiro e do processo de formação de nosso Partido (...) Além disto, o proletariado brasileiro é de formação ainda recente e sua origem camponesa não pode deixar de exercer forte influência ideológica, trazendo para o seio do Partido diferentes opiniões não proletárias”⁴⁷⁷.

Outro teórico pecebista que realizou importantes análises sobre o campo brasileiro foi Alberto Passos Guimarães – conhecido por utilizar Lênin como principal referência (SANTOS, 1996), em especial o *Projeto de programa de nosso partido* (1899) e *O programa agrário da social-democracia na primeira revolução russa* (1907). A intenção de Guimarães era a mesma de Lênin em suas primeiras obras: defender que o campo não abortaria o desenvolvimento do capitalismo no país e que não era tão estável ou homogêneo como alguns supunham, contando, inclusive, com fortes conflitos e desigualdades. Dessa forma, aproximando-se das divisões propostas pela IC, categorizou a população rural da seguinte forma: assalariados, que recebiam em dinheiro; semiassalariados, que recebiam parte em dinheiro e parte em produtos; camponeses pobres, “os quais nunca ou quase nunca admitem mão de obra assalariada” (GUIMARÃES, 1960, p.107); camponeses médios, aqueles que utilizavam, em suas terras, mão de obra assalariada; e camponeses ricos, que promoviam a exploração capitalista da terra, empregando mão de obra assalariada e “processos de produção de nível técnico mais elevado” (GUIMARÃES, 1960, p.107). Seguindo a linha da cientificização das análises do partido, Guimarães preocupa-se em desenvolver um diagnóstico mais atento à realidade do campo brasileiro e objetivo, superando as proposições daqueles companheiros “deformados pelo subjetivismo” (GUIMARÃES, 1960, p.102). Por isso, defendia que o tamanho da propriedade também deveria ser considerado nessa categorização: camponeses pobres possuíam até 20 hectares de propriedade; camponeses médios, de 20 a 50 hectares; camponeses ricos, entre 50 e 500 hectares. Acima dos 500 hectares seriam as propriedades feudais e as aburguesadas.

à sindicalização (MEDEIROS, 1983). Em 1952, o PCB passou a se preocupar com a sindicalização dos trabalhadores rurais, tendo como referencial a ideia de que somente os assalariados agrícolas deveriam se filiar aos sindicatos, pois enxergavam nele uma única função: alcançar melhores condições de trabalho e salários (MEDEIROS, 1995; DEZEMONE e GRYSZPAN, 2007). A luta por meio dos sindicatos era difícil, haja vista a necessidade de reconhecimento por parte do Ministério do Trabalho, que raramente concedia. Outros fatores também contribuíam para o baixo número de sindicatos rurais. O próprio PCB afirmava ser difícil organizar esses trabalhadores em razão da dispersão, da negação de direitos, da intensa repressão, das migrações e da falta de tradição organizativa. Ademais, em concordância com a radicalidade presente nas teorias do partido e preocupados em instaurar o mais rápido possível a revolução, os pecebistas ao articularem um sindicato, sequer preocupavam-se em obter seu registro, prontamente queriam utilizá-los para lograr lutas armadas (MEDEIROS, 1995, p.175).

⁴⁷⁷ *Problemas*, “Nossa Política: estudar e aplicar as resoluções de fevereiro do Comitê Nacional para entrarmos no bom caminho da construção do Partido”, maio – junho de 1951.

Para Guimarães, o campo brasileiro era composto tanto por forças capitalistas como feudais, como sugere a caracterização das propriedades com mais de 500 hectares. Essa divisão foi estendida aos camponeses. Os camponeses de “formação burguesa” (“pequeno-burgueses” e “burgueses”) seriam todos “os que possuem o domínio ou a posse da terra (proprietários, arrendatários capitalistas, ocupantes ou posseiros)” (GUIMARÃES, 1960, p.106). Já os camponeses “pré-capitalistas”, ou “semifeudais”, seriam

os trabalhadores rurais da categoria da renda-trabalho (“moradores”, “agregados” e todos os que realizam prestação de serviço gratuito ou semigratuito), os trabalhadores rurais da categoria renda-produto (meeiros dos diferentes tipos e os considerados pelo recenseamento como “parceiros”) e os trabalhadores rurais da categoria da renda-dinheiro (“rendeiros”, “foreiros” e arrendatários não autônomos ou semiautônomos como, por exemplo, muitos “arrendatários” do arroz, do algodão etc.) (GUIMARÃES, 1960, p.106).

Essa caracterização mista do campo e do campesinato é vital para a tese revolucionária defendida por Guimarães. Para o comunista histórico, o Brasil passava por uma “revolução nacional-democrática burguesa”, faltava definir o caráter anti-imperialista e antifeudal dessa revolução (SANTOS, 2008). Por isso, sua análise sobre o campo é pautada no destaque à presença de numerosos setores de origem pequeno-burguesa.

Apesar de utilizar o termo camponês para definir aqueles que possuíam terra, podendo ser “camponeses feudais” ou “burgueses”, Guimarães dialoga com a tradição histórica pecebista de utilizar o termo como identidade política dos grupos oprimidos no campo, ao apresentar os conceitos de revolução e reforma agrária. Nas palavras de Santos:

distinguia as etapas conforme as tarefas programáticas (na primeira etapa, medidas para deter o imperialismo e impulsionar a revolução agrária que “não passará de uma reforma agrária inicial (e ainda não camponesa) que varra os vestígios caducos do escravismo e do feudalismo”; e numa segunda, tarefas visando extinguir a dependência e a “instituição de uma reforma agrária radical” de tipo camponês “que transformará por completo a estrutura agrária” (GUIMARÃES, 1960 apud SANTOS, 2008, p.47).

A construção pecebista em torno do conceito de camponês associado ao monopólio de terra, ao arrendamento e à ausência de relações monetárias ficou explícita no texto “As Teses e a Revolução Brasileira (I)”, escrito por Caio Prado Jr. para a *Tribuna de Debates* do V Congresso do PCB⁴⁷⁸. Prado Júnior foi o principal defensor da tese de que o campo brasileiro era capitalista. Para ele, a percepção do Brasil como semifeudal se mostrava uma “conceituação teórica da revolução brasileira muito aquém do que se deveria esperar e daquilo que o momento

⁴⁷⁸ Entre 10 de junho e 22 de julho de 1960, Caio Prado Júnior publicou no periódico *Novos Rumos* sete artigos com o título: “As Teses e a Revolução Brasileira”.

exige”⁴⁷⁹ pois se ressentia “de superficialidade e imprecisão na análise dos fatos econômicos, sociais e políticos: frequentemente essa análise se faz ambígua e incoerente e descamba mesmo não raro, para apreciações positivamente falsas”⁴⁸⁰. Em sua opinião, o emprego da expressão “monopólio de terra” era vazio, por não precisar do que se tratava — para ele, existia uma concentração de propriedades em poucas mãos.

Como vimos, a ideia de que o arrendamento da terra era onipresente foi utilizada por aqueles que buscavam definir o Brasil e a relações entre os proprietários e os trabalhadores rurais como semifeudais. Prado Jr. criticou essa ideia. Baseando-se no recenseamento de 1950, afirmava que o arrendamento era uma excepcionalidade, pois “num total de 2.064.642 estabelecimentos agropecuários do país, que ocupavam 232.211.108 hectares, apenas 186.949 estabelecimentos, cobrindo 12.946.538 hectares, se encontravam em regime de arrendamento”⁴⁸¹. Além disso, ele destacou que o número de assalariados (3.729.244) era três vezes maior do que o de parceiros (1.245.557).

A interpretação da relação entre os arrendatários e os proprietários como “servil” foi o terceiro aspecto discutido por Prado Júnior. Em sua opinião, a relação entre eles era como a existente entre os assalariados e os empregadores, porém com o arrendatário recebendo um pedaço de terra para plantar, em vez de salário. Além disso, o pagamento em dinheiro era o que ditava as relações entre os proprietários e os prestadores de serviço, somente em momentos de dificuldade financeira que a remuneração das prestações de serviço era *in natura*. Do desmembramento dessa crítica, ele defendeu que o trabalho gratuito, apontado como uma das principais características do campo semifeudal, era uma rara exceção. Por buscar demonstrar e caracterizar o campo como capitalista, Prado Jr. evitou utilizar o termo camponês. Para ele, em primeiro plano, todos eram assalariados, sendo os moradores de condição, foreiros, colonos, arrendatários e parceiros ocupações temporárias decorrentes da forma de pagamento ao primeiro — retomando, a concessão de terras para cultura própria era interpretada, pelo autor, como uma forma de remunerar um serviço e garantir a estabilidade da força de trabalho ao fixar os trabalhadores rurais na região.

As declarações do comitê central e as resoluções do congresso do PCB não reproduziram esses debates e formulações, optando por simplificar as análises e transmitir, por meio da pressuposição imediata, segurança aos militantes e filiados. Grande parte das declarações do IV Congresso (1954) e a *Declaração de Março* (1958) empregaram o termo

⁴⁷⁹ *Novos Rumos*, “As Teses e a Revolução Brasileira (I)”, 10 a 16 de junho de 1960, p.3.

⁴⁸⁰ *Novos Rumos*, “As Teses e a Revolução Brasileira (I)”, 10 a 16 de junho de 1960, p.3.

⁴⁸¹ *Novos Rumos*, “As Teses e a Revolução Brasileira (I)”, 10 a 16 de junho de 1960, p.3.

camponês como identidade coletiva e metonímia da caracterização feudal do campo brasileiro. Por exemplo:

A população camponesa, constituída por milhões de meeiros, agregados, arrendatários, sitiantes, posseiros, colonos, assalariados agrícolas, vaqueiros, peões, etc., que representa 63% da população brasileira, na sua maior parte não possui terra e vive brutalmente explorada, privada de quaisquer direitos e submetida ao arbítrio dos donos dos latifúndios, seja nas fazendas, estâncias de criação de gado, engenhos ou usinas de açúcar. Milhões de camponeses vivem na miséria, abandonados ao analfabetismo, vítimas de endemias, descalços e seminus, morando em choupanas (*Problemas*, “Programa do Partido Comunista do Brasil”, dezembro de 1954 – fevereiro de 1955).

As exceções foram Oto Santos (pseudônimo utilizado por Calil Chade⁴⁸²) e a *Resolução Política do V Congresso do PCB* (1960). Durante o IV Congresso, Oto Santos dividiu os camponeses em: sem terra, pobres, médios e ricos. Porém, não detalhou os marcos dessa diferenciação — como fez Guimarães —, apenas destacando que os camponeses pobres, médios e ricos eram aqueles que possuíam terras com menos de 500 hectares: “Cerca de 1.995.000 proprietários, possuidores de áreas de terra inferiores a 500 hectares, são donos de 37% da área global das propriedades agropecuárias. Na sua grande maioria esses proprietários constituem a massa de camponeses pobres, médios e ricos, possuidores de terra própria.” Além disso, reproduzia as interpretações clássicas da IC, ao destacar que os camponeses ricos atuavam como exploradores dos trabalhadores rurais: “Mesmo naquelas economias onde maior tem sido a penetração capitalista, subsistem restos feudais e escravistas, utilizados pelos latifundiários e pelos camponeses ricos para arrancar maior renda da terra e maiores lucros”⁴⁸³.

A *Resolução Política do V Congresso do PCB* (1960) atentava para a existência de “camponeses ricos”, “camponeses total ou parcialmente proletarizados” e “assalariados agrícolas”. Os “camponeses ricos” seriam a pequena parcela da população rural que se beneficiou do avanço do capitalismo sobre o campo brasileiro. Os “camponeses total ou parcialmente proletarizados” seriam os pequenos proprietários de terra que, nesse mesmo processo, foram submetidos à pauperização extrema, tornando-se assalariados rurais. Segundo o Comitê Central, durante essa transformação, esta parcela do campesinato assumiria posições mais radicais, abandonando o caráter reacionário da sua origem pequeno-burguesa e se constituindo “aliado fundamental do proletariado na revolução anti-imperialista e antifeudal”⁴⁸⁴. A separação fluída entre posseiros e assalariados rurais,

⁴⁸² Segundo Silva (1994), membros do PCB regularmente utilizavam pseudônimos a fim de contornar a repressão.

⁴⁸³ *Problemas*, “O Programa do Partido, a questão agrária, a organização e a luta dos camponeses”, dezembro de 1954 – janeiro de 1955.

⁴⁸⁴ PCB, 1960, p.43.

característica da sociedade rural brasileira, foi, finalmente, reconhecida pelo Comitê Central, já que tal categorização da população rural, agora, legitimava a agenda pecebista. Vejamos.

Para validar o abandono da via insurrecional e a adoção de estratégias democráticas – definitivamente assumidos na *Declaração de Março* (1958) –, o PCB atentava para o fortalecimento do capitalismo de Estado de caráter nacional e progressista enquanto resultado do crescimento no número de parlamentares dedicados à promoção de projetos nacionalistas e democráticos, o que, por sua vez, possibilitaria a superação pacífica da dominação imperialista norte-americana (DEZEMONE e GRZYNSZPAN, 2007; MEDEIROS, 1995). Tal constituição parlamentar justificava também a alteração dos objetivos revolucionários do partido nesse período: a luta anti-imperialista torna-se a principal bandeira do PCB, preterindo a luta antifeudal (COSTA, 1990). Portanto, embora continuasse caracterizando o campo como majoritariamente semifeudal, a divisão entre “camponeses ricos”, “camponeses total ou parcialmente proletarizados” e “assalariados agrícolas” indicava que o capitalismo nacional havia se fortalecido e, inclusive, avançado sobre o campo:

No seu conjunto, a pequena burguesia urbana é uma força revolucionária, tem posição favorável à luta anti-imperialista e democrática, e importantes camadas pequeno-burguesas dela participam ativamente. Com o desenvolvimento capitalista, a pequena burguesia se diferencia: uma camada menor se torna abastada e a grande maioria sofre uma situação de instabilidade econômica que evolui para a proletarização e a leva frequentemente a posições radicais.

As massas camponesas sofrem as consequências do sistema latifundiário. Mais de três quartas partes dos que trabalham no campo são desprovidos da propriedade da terra, vivendo, geralmente, em condições de extrema pobreza. Com a penetração capitalista na agricultura, forma-se uma camada de camponeses ricos; mas, de outro lado, cresce o número de camponeses total ou parcialmente proletarizados, aumenta a quantidade de assalariados rurais permanentes ou temporários e muitos camponeses são obrigados a emigrar para as cidades. As massas de assalariados agrícolas além de receberem baixos salários, não gozam dos direitos assegurados em lei aos trabalhadores. Uma grande parte dos camponeses se encontra em situação intermediária, submetida a um trabalho extenuante e a precárias condições de vida. As massas camponesas, sobretudo as camadas mais oprimidas e exploradas, têm interesse em profundas transformações na estrutura agrária e na emancipação econômica do País, constituindo o aliado fundamental do proletariado na revolução anti-imperialista e antifeudal (PCB, 1960, p.42-43).

Além das construções analíticas, o maior contato dos quadros do PCB com os trabalhadores rurais resultou também no refinamento das construções discursivas. Como destacaram os estudos do Círculo de Bakhtin, todo signo precisa de materialidade para se representar e ter legitimidade, pois é necessário alcançar o horizonte material do grupo receptor. Nesse sentido, o PCB soube identificar bem elementos do dia a dia dos trabalhadores rurais que serviriam para legitimar sua caracterização do campo e suas palavras. Ao contrário do que uma interpretação eurocêntrica poderia sugerir, a

foice foi pouco utilizada nesse sentido — como vimos em Brandão e em *A Classe Operária*. O PCB recorria à identidade racial negra, aos objetos do passado escravocrata (o tronco, as correntes e a chibata), à enxada⁴⁸⁵ e ao cigarro de palha. Uma vez que o uso da identidade negra será analisado no próximo tópico, apresentaremos o simbolismo do cigarro de palha. Ancorando-se na oposição de hábitos e necessidades, o periódico conferia ao charuto a simbologia da ostentação e do autoritarismo em oposição à simplicidade genuína do cigarro de palha, comumente utilizado pelos trabalhadores rurais. As piadas tiveram papel fundamental nessa construção, como podemos observar nos trechos abaixo.

O Taturão e ditinho

O Taturão parou o carro de luxo e **tirando o charuto de 80,00 da boca** esbravejou:

– Ditinho, abra aquela porteira!

– Não abro nada...

– Você não sabe que quem manda aqui sou eu?

– Então mande a porteira abrir-se sozinha... (*Terra Livre*, “O Taturão e ditinho”, 1ª quinzena de julho de 1954, p.2, grifo nosso).

Você sabia que o charuto fumado pelo presidente Getúlio Vargas custa 60 cruzeiros e que ele fuma 10 charutos por dia, segundo informações publicadas pelo jornal “Última Hora”? (*Terra Livre*, “Você sabia?”, 2ª quinzena de julho de 1954, p.2).

As charges também eram utilizadas para essa construção, como mostra a figura 7.

Figura 7: Uso do cigarro de palha.



⁴⁸⁵ Nas primeiras edições de *A Classe Operária*, os assalariados rurais, por vezes, eram chamados de “trabalhadores da enxada” ou “enxadeiros”. O título do primeiro jornal pecebista voltado especificadamente à população rural, *O Guatambú* (1946), fazia “referência direta a uma árvore cuja madeira era utilizada para se fazer o cabo da enxada, instrumento de trabalho tão comum ao universo rural” (BARBOSA, 2014, p.14) — este periódico, impresso na cidade de Cosmorama (distrito de Tanabi, região de São José do Rio Preto), era voltado aos trabalhadores rurais do interior do estado de São Paulo; cabe ainda destacar que sua periodicidade é desconhecida (TUCCI; KOSSOY, 2003).

5.1.3.1. A inferioridade do campesinato

Apesar dos avanços analíticos, os trabalhadores rurais continuaram sendo observados como politicamente inferiores. Miguel Almeida caracterizava o trabalhador rural como “faminto, doente e ignorante”⁴⁸⁶. O *Terra Livre* publicava conteúdos que reforçavam a posição dos trabalhadores urbanos como orientadores e despertadores da consciência de classe entre os assalariados rurais. A figura 8 reproduz a tirinha encontrada na edição da primeira quinzena de novembro de 1955, que representa bem essa caracterização, pois narra a trajetória do trabalhador rural João Carreiro, que somente despertou para as possibilidades de luta e resistência durante uma visita à cidade, quando escutou e conversou com um farmacêutico, um alfaiate e um carpinteiro.

Figura 8: João Carreiro.



⁴⁸⁶ *Problemas*, “A queda da produção agrícola no Brasil”, janeiro de 1948.

Fonte: *Terra Livre*, “João Carreiro e a reforma agrária”, 2ª quinzena de outubro de 1955, p.3.

Os discursos produzidos por diferentes setores da sociedade brasileira costumavam classificar o trabalhador rural como *rurícola*, categorização que transmitia a ideia de incapacidade técnica, ingenuidade e inferioridade política. O patronato rural, interessado em combater a sindicalização classista e deslegitimar qualquer organização política dos trabalhadores rurais, associava rurícola à ingenuidade, sinalizando que estes seriam facilmente persuadidos por forças interessadas em reproduzir conflitos de classe exclusivos das cidades e, por conseguinte, acabar com a “harmonia” entre empregados e empregadores no campo (MEDEIROS, 2010). Ademais, utilizavam o termo para adjetivar a incapacidade técnica dos trabalhadores rurais e deslegitimar qualquer proposta de interpretação dos problemas do campo a partir da concentração fundiária, pois defendiam que a improdutividade rural estava relacionada, única e exclusivamente, a essa incapacidade (MENDONÇA, 2010).

Setores urbanos também compartilhavam dessa interpretação, haja vista o sucesso da obra *Urupês* (1918), onde Monteiro Lobato, por meio do personagem “Jeca Tatu”, caracterizava os trabalhadores rurais como ignorantes e preguiçosos. Ao se aproximar do PCB, a forma como o autor pensou o homem do campo sofreu pequenas alterações. Em 1947, Lobato publicou o folheto “Zé Brasil”, que funcionou como uma revisita ao Jeca Tatu. O trabalhador rural não era mais então representado como preguiçoso, pelo contrário, a sua miséria agora decorria da concentração fundiária, da dificuldade de aquisição de insumos químicos, da ausência de assistência médica e da exploração patronal. Apesar dessa mudança, o escritor continuou caracterizando os trabalhadores rurais como inferiores (nesse caso, sem capacidade técnica e consciência política) que só reconheceriam as possibilidades de luta e o tamanho da sua força após contato com o “cavaleiro da esperança”, Luiz Carlos Prestes.

O rurícola também fez parte das teorizações de diferentes sociólogos – em sua maioria, ligados à Universidade de São Paulo (USP) –, que, no decorrer das décadas de 1960 e 1970, buscaram analisar os movimentos sindicais urbanos, tentando entender a “não-reação” ao golpe civil-militar de 1964. Podemos citar como expoentes dessa escola Azis Simão (1966), José Albertino Rodrigues (1968), Leôncio Martins Rodrigues (1970) e Juarez Brandão Lopez (1971). Apesar dessas análises se distanciarem em diferentes pontos, os argumentos tinham como referencial o caráter “natural” da consciência de classe entre os trabalhadores europeus, em contraposição à ausência de consciência dos trabalhadores brasileiros (resultado da sua origem rural e escravizada). Além disso, tratavam as experiências

trabalhistas nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo como amostras representativas do Brasil e consideravam que o *clímax* da articulação do operariado urbano havia ocorrido no período pré-1930, graças ao protagonismo de imigrantes europeus.

5.1.4. A continuidade da escravidão

O ponto de alinhamento e de maior precisão entre as resoluções pecebistas, as construções dos intelectuais comunistas e a imprensa operária era a utilização dos signos do período escravocrata para descrever a vida dos trabalhadores rurais. Grande parte dos artigos de *A Classe Operária* fazia referência à ideia de continuidade da escravidão. Por exemplo, na edição de 27 de agosto de 1930, ao descrever a vida dos foreiros, enfatizou-se: “assim vivem os brasileiros escravizados no seu próprio país e pelos seus próprios irmãos!”⁴⁸⁷. Já na edição de 13 de junho de 1925, o correspondente José Alvez, do Rio Grande do Norte, ao descrever o cotidiano dos trabalhadores rurais da região, também utilizou signos relacionados ao período escravocrata: “trabalham nos campos, sujeitos ao chicote do ‘feitor’ ou diretamente dos proprietários de terra”⁴⁸⁸. Outro exemplo: na edição de 27 de junho de 1925, a “Vanguarda dos trabalhadores do campo do Rio Grande do Norte” (que assinou o artigo “Nos campos do Rio Grande do Norte”), caracterizou o trabalhador rural como escravo: “Então a nossa vida é um horror de sofrimento. Escravos do bodegueiro e do senhor das terras”⁴⁸⁹. Por vezes, ao falar sobre o regime feudal nos campos, o periódico utilizava o termo feudal-escravagista⁴⁹⁰.

O uso das experiências negras nas argumentações de Brandão foi recorrente. Além da caracterização do trabalhador rural como negro — destacada no início deste capítulo —, o autor classificou Pernambuco como um estado “escravizado pelos usineiros”, atentando para a relação hereditária entre os “barões feudais” e os antigos proprietários de escravos, perseguidores dos “rebeldes palmarianos”. Ao falar sobre os políticos brasileiros, destacou o “sangue do feitor e do capitão do mato” (BRANDÃO, 1926, p.125) que corria em suas veias, caracterizando-os como descendentes dos “caçadores de índios como Antônio Raposos e de caçadores de negros como Domingos Jorge Velho” (BRANDÃO, 1926, p.125). Ademais,

⁴⁸⁷ *A Classe Operária*, “Nos campos e fazendas”, 27/8/1930, p.2.

⁴⁸⁸ *A Classe Operária*, “Dos nossos correspondentes: Rio Grande do Norte”, 13/6/1925, p.2.

⁴⁸⁹ *A Classe Operária*, “Nos campos do Rio Grande do Norte”, 27/6/1925, p.2.

⁴⁹⁰ *A Classe Operária*, “As heroicas lutas das massas camponesas nordestinas contra a exploração e a opressão de que são vítimas”, 11/3/1935, p.2; “Aos trabalhadores das cidades e dos campos, a todos os explorados do Brasil!”, 19/7/1930, p.1.

Brandão caracterizou os comunistas adeptos da Terceira Internacional como descendentes de Zumbi e Castro Alves, ao passo que as manifestações religiosas de matriz africana foram tratadas como resultado da “conciliação entre o fetichismo e o catolicismo” (BRANDÃO, 1926, p.49), simbiose símbolo da mentalidade “feudal” da população brasileira.

Nos documentos do comitê central, tal estratégia argumentativa apareceu pela primeira vez em 1928, nas resoluções do III Congresso, quando se observou as “condições de semiescravidão em que vivem os trabalhadores agrícolas”. A *Resolução sobre a questão camponesa no Brasil*, publicada em 1929, também tratou da questão da “semiescravidão”. Esta resolução é o primeiro exercício pecebista de análise sistemática do campo, em que foram estabelecidas, simultaneamente, diretrizes nacionais (no total de 13) e regionais (17). As propostas não diferiam da agenda apresentada pelo BOC, permanecendo ligadas às propostas leninistas do IV Congresso da IC: aumentos salariais, incentivo à formação de cooperativas de produção e consumo, saneamento básico, fornecimento gratuito de utensílios de trabalho, liberdade de associação, ajuda gratuita para o combate a pragas, liberdade de voto, conservação de estradas e benfeitorias, arrendamentos a preços módicos e assistência médica. O “combate enérgico e decisivo às reminiscências da escravidão”⁴⁹¹ foi considerado consigna imediata para o plano nacional e para as regiões Norte e Nordeste e os estados de Mato Grosso, Goiás, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, onde os “assalariados ou semiescravos são explorados em todas suas formas, trabalhando dia e noite, sob sol e chuva, sem nenhum direito”⁴⁹². Cabe destacar que esta resolução retificava a intenção do comitê central de transformar a palavra camponês em uma identidade coletiva, ao utilizarem-na somente no título — as categorias apresentadas e analisadas nesse documento foram os assalariados agrícolas, pequenos proprietários e colonos.

Nas décadas de 1950 e 1960, as experiências negras continuaram presentes nos discursos pecebistas para, e sobre, o campo. Para entender um pouco mais a respeito desses usos, devemos recorrer às discussões da IC. A resistência do partido em reconhecer a discriminação racial no Brasil e em desenvolver trabalhos voltados à organização da população negra desagradava a Internacional Comunista. Entre 22 de outubro e 5 de novembro de 1929, membros do partido participaram de uma reunião, em Berlim, onde foram pressionados a promover ações voltadas à população negra. Stoian Minev, dirigente do Secretariado Latino da IC, atentou para o quadro de desigualdade racial presente no Brasil,

⁴⁹¹ PCB, 1929, p.39.

⁴⁹² PCB, 1929, p.42.

que reservava aos negros os postos de trabalho com menor prestígio e remuneração, e os excluía do processo político formal, pois a alfabetização, requisito para participação, não era a realidade de grande parte da população negra (SOTERO, 2015).

Em fevereiro de 1930 outra crítica foi formulada. O Secretariado Político da IC publicou uma resolução indicando as deficiências do partido e exigindo mais empenho na organização desse grupo (CHADAREVIAN, 2012). Em 1931, o Bureau Sul-Americano, influenciado pelo avanço da recém-fundada Frente Negra Brasileira (FNB), sinalizou a necessidade do PCB estabelecer relações com as organizações negras nacionais e elaborar uma plataforma capaz de superar a subrepresentatividade do negro no partido (SOTERO, 2015). Por acreditar que a atuação da FNB contribuía para a fragmentação da classe operária ao disseminar ideias reformistas condizentes com os interesses burgueses estadunidenses, o PCB tentou se aproximar dos fretenegrinos, mas suas proposições não foram bem recebidas — a iniciativa dos comunistas foi classificada como panfletária, preocupada somente em aumentar o número de filiados, sem desenvolver propostas sólidas para a superação dos problemas enfrentados pelos negros (GRAHAM, 2014). A sistemática pressão da IC, somada ao fortalecimento de grupos políticos negros nacionais, à significativa presença negra entre os trabalhadores urbanos e à proletarização do partido, contribuiu para que o PCB, alinhado com as diretrizes do VI Congresso, estabelecesse a autodeterminação da população negra como agenda a partir de 1931 (GRAHAM, 2014; SOTERO, 2015).

O exame de Lênin, na obra *Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América*, balizou as formulações teóricas do PCB sobre as questões negra e agrária. Nessa obra, o teórico comunista considerava a situação degradante vivenciada pelos negros estadunidenses como resultado, único e exclusivo, da opressão de classe, viabilizada pela estrutura agrária semifeudal ou semiescravista sulista (termos utilizados como sinônimos na obra), baseada no arrendamento, que os mantinha economicamente dependentes da burguesia branca (LÊNIN, 1980). O PCB, por sua vez, defendia que os problemas enfrentados pela população negra eram mais acentuados no campo — onde vivia a maior parte desse grupo, cujos membros, apesar de transformados em servos, eram atingidos pela sobrevivência da escravidão —, vislumbrando na revolução democrático-burguesa a primeira etapa da luta contra a discriminação racial, uma vez que a substituição da classe feudal latifundiária pela burguesia industrial promoveria a modernização das relações salariais e do campo, extinguindo, assim, a

servidão dos trabalhadores rurais (CHADAREVIAN, 2012). A presença majoritária de negros entre os trabalhadores rurais influenciou as estratégias argumentativas do *Terra Livre*.

5.1.4.1. O *Terra Livre* e a identidade negra

Dois dos três presidentes da ULTAB eram negros: Geraldo Tiburcio e Lyndolpho Silva. Esse dado não poderia ser diferente, pois estamos falando de uma classe que, apesar de comumente tratada sob a insígnia geral e uniforme de “trabalhadores rurais”, era composta, majoritariamente, por pretos e pardos.

Geraldo Tiburcio nasceu em 30 de agosto de 1924, no município de Catalão (GO). Filho dos arrendatários João Tiburcio e Antonieta Agostinho, ainda criança começou a trabalhar nas fazendas da região. Sua vida foi marcada por migrações sazonais, como grande parte dos trabalhadores rurais que vivenciava os processos de intensificação da exploração e, conseqüentemente, da miséria, migrando para áreas urbanas em busca de melhor qualidade de vida e mais oportunidades de emprego. Tiburcio alternou a ocupação dos cargos de servente de pedreiro, garimpeiro na Chapada dos Veadeiros, peão de boiadeiro e operário nas charqueadas e curtumes de Catalão, com a condição de meeiro, que desempenhava quando desempregado. Em 1949, as migrações de Tiburcio cessaram, pois conseguiu um lote na Colônia Agrícola Nacional de Goiás — criada, em 1941, como parte integrante do projeto varguista de expansão da fronteira agrícola nacional (CASTILHO, 2012). Nesse momento, aproximou-se da “União dos Camponeses de Goiás”, onde ocupou os cargos de secretário-geral e presidente. Durante os anos em que esteve à frente dessa associação, Tiburcio, apesar de começar a frequentar a escola aos 12 anos de idade e por pouco tempo, fundou o periódico *Ranca Toco*, canal de denúncia da violência sofrida pelos trabalhadores rurais na região. Em 1954, concorreu à vaga de deputado na Assembleia Legislativa de Goiás. Sua candidatura teve significativa repercussão no *Terra Livre*, que utilizou diferentes recursos para legitimá-la, a saber, o destaque à sua “inteligência e capacidade”⁴⁹³, ilustradas na participação como presidente de uma das sessões do IV Congresso da Confederação dos Trabalhadores da América Latina (Chile, 1953); sua atuação à frente do periódico *Ranca Toco*; a publicação da sua biografia no formato de história em quadrinhos. A narrativa da tirinha biográfica girava em torno da sua origem camponesa e da sua raça, corroborando o argumento central da

⁴⁹³ *Terra Livre*, “Geraldo Tiburcio: camponês de Goiás”, 2ª quinzena de julho de 1954, p.1.

campanha iniciada pelo periódico: eleger o primeiro camponês “filho da raça negra” ao cargo de deputado estadual de Goiás⁴⁹⁴.

Embora Tiburcio não tenha sido eleito deputado, o esforço do *Terra Livre* provavelmente influenciou na sua nomeação para presidente da ULTAB, após escolha unânime dos 303 participantes da II Conferência Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (1954). Entre 1954 e 1959, quando esteve à frente da ULTAB, Geraldo Tiburcio presidiu a Campanha Nacional pela Reforma Agrária⁴⁹⁵, auxiliou na fundação de sindicatos⁴⁹⁶, visitou a URSS e a China — para melhor compreender os processos de reforma agrária ali desenvolvidos — e foi eleito membro do Conselho Mundial da Paz⁴⁹⁷. Em 1962, Tiburcio voltou a ocupar as páginas do *Terra Livre*, agora como vereador mais votado da cidade de Anápolis (GO). Mais uma vez a identidade racial de Tiburcio foi o eixo da argumentação desenvolvida pelo periódico, que transformou a tentativa dos latifundiários de “depreciar a cor” de Tiburcio, ao caracterizá-lo como “preto, pobre e comunista”⁴⁹⁸, em slogan aglutinador de sua luta: “Geraldo Tibúrcio, um dos grandes líderes populares de Goiás. Vereador mais votado de Anápolis, ganhou a confiança do eleitorado declarando-se ‘preto, pobre e comunista’”⁴⁹⁹.

No período em que Geraldo Tiburcio foi presidente da ULTAB, outro negro fazia parte do comitê executivo da associação, Lyndolpho Silva, como secretário-geral. Desde os primeiros anos da década de 1950, quando começou a fomentar a sindicalização de trabalhadores rurais em Santíssimo, Campo Grande e Senador Camará⁵⁰⁰, Silva teve grande destaque na organização política dos trabalhadores rurais. Em 1959 assumiu a presidência da ULTAB, na qual se manteve até dezembro de 1963, quando começou a presidir a CONTAG. A larga experiência de luta e legitimidade entre os trabalhadores rurais influenciou a sua escolha como colunista do periódico *Terra Livre*. Lyndolpho Silva assinava a coluna “Conheça os seus direitos”, em que versava sobre a importância da Lei do Inquilinato e da

⁴⁹⁴ *Terra Livre*, “Vida e luta do camponês Geraldo Tiburcio”, 1ª quinzena de agosto de 1954, p.3.

⁴⁹⁵ Lançada pelo PCB em 1955, a Campanha tinha por objetivo divulgar a bandeira da reforma agrária para diferentes setores da sociedade brasileira e, assim, recolher assinaturas de apoio ao Memorial, dirigido ao presidente e ao Congresso Nacional. Este Memorial apresentava a reforma agrária como recurso fundamental para o desenvolvimento do país, atentando para sua capacidade de estimular o crescimento do mercado interno e, concomitantemente, promover a justiça social. O tom integracionista da Campanha era balizado pelas críticas feitas por Oto Santos, durante o IV Congresso do PCB, ao trabalho político restrito a determinados setores do campesinato (MEDEIROS, 1995).

⁴⁹⁶ Durante os seus dois primeiros anos, a ULTAB participou da criação de 46 sindicatos rurais (COSTA, 1990).

⁴⁹⁷ *Terra Livre*, “Membro do Conselho Mundial da Paz: o presidente da ULTAB”, 2ª quinzena de novembro de 1955, p.1.

⁴⁹⁸ *Terra Livre*, “Eleitos às Câmaras legítimos representantes camponeses”, novembro de 1962, p.8.

⁴⁹⁹ *Terra Livre*, dezembro de 1963, p.2, suplemento especial.

⁵⁰⁰ Essas regiões faziam parte do “Sertão Carioca”, nomenclatura utilizada pela opinião pública, na década de 1950, para designar as zonas rurais do Distrito Federal (SANTOS, 2006).

regularização dos contratos de arrendamento para o desenvolvimento da luta pela posse da terra, o direito à sindicalização, a regulação das parcerias agrícola e pecuária, a extensão da legislação trabalhista aos trabalhadores rurais e a previdência social para os trabalhadores rurais. Essa coluna era um dos elementos-chave da estratégia pecebista de organização, pois, além de orientar os trabalhadores rurais sobre os direitos conquistados, legitimava juridicamente sua agenda de luta no campo, item fundamental para uma categoria que considerava a “questão legal e mesmo jurídica (...) valor cultural de primeira grandeza” (TEIXEIRA, 2012, p.144). O protagonismo teórico desse comunista histórico pode ser mais bem verificado quando observamos o *status* daquele que assumiu o espaço a partir de janeiro de 1963, o advogado e procurador da SUPRA, Cícero Viana.

O *Terra Livre* preocupava-se em ir pela contramão da caracterização homogeneizadora dos trabalhadores rurais. Apesar de tentar criar uma linguagem de classe inserindo-os em uma “rede mais ampla, que mostrava situações semelhantes à sua e, através desse espelhamento, indicava sua crueza, generalidade e possibilidades de alteração” (MEDEIROS, 1995, p.77), o *Terra Livre* atentava para a raça dos trabalhadores, como é possível perceber nas figuras 9 e 10.

Figura 9: Característica racial.



Fonte: *Terra Livre*, “Aos camponeses e ao povo”, julho de 1961, p.4.

Figura 10: Característica racial.



Fonte: *Terra Livre*, “Cartaz profusamente distribuído no estado de Pernambuco durante a preparação da II Conferência Nacional”, 2ª quinzena de setembro a 1ª quinzena de outubro de 1954, p.3.

A identidade racial também permeava a parte textual do periódico, que relacionava a opressão racial à exploração de classe, como indica a piada publicada na edição de março de 1960, a qual classificou o latifundiário como “branco rosado” e o camponês como “nego velho”:

Não havia pergunta maliciosa ou dito visando ofender Julião, que não encontrasse do velho camponês uma pronta resposta. Um dia, percorrendo janela por janela do trem de passageiros, para oferecer seu milho cozido, deparou com um branco rosado e de barriga grande, viajante de 1ª classe, decerto um latifundiário.

– Ô moço, olha o milinho cozido. Dois cruzeiros a espiga. Vai uma?...

– Sai daí nego velho. Quem come milho é cavalo – respondeu o viajante. Bem não come?...

– UAI! E burro também come?... (*Terra Livre*, “Vamos rir...”, março de 1960, p.5).

Apesar dos conceitos servidão e feudalismo terem sido utilizados para caracterizar o campo brasileiro, eram vocábulos restritos aos debates teóricos do partido. Quando se tratava de organizar os trabalhadores rurais e mobilizar a opinião pública, a palavra servidão era substituída por escravidão. Remeter a um período trágico para os ancestrais dessas pessoas foi uma importante estratégia discursiva. Para tanto, classificavam o trabalhador rural como escravo do latifúndio e do imperialismo estadunidense⁵⁰¹; caracterizavam a opressão patronal a partir de práticas do regime escravocrata, enfatizando, simbolicamente, o uso do chicote — por exemplo, “ficando o trabalhador que se rebelar, sujeito a castigo de 30 a 100 chicotadas”⁵⁰² e “submetidos a um regime escravo de chicote”⁵⁰³ —; publicavam charges que retratavam o trabalhador rural acorrentado ao tronco, como mostra a figura 11.

⁵⁰¹ Esse argumento, em específico, foi recorrentemente utilizado no *Manifesto de Agosto* (1950). Nele, o PCB retomava o passado de luta dos escravizados, para conclamar a população à luta contra o imperialismo: “Este o caminho revolucionário que apresentamos e propomos a todos os compatriotas, que não querem ser escravos, que não estão dispostos a aceitar a submissão ao terror fascista, a todos que almejam o progresso do Brasil, que querem ver o nosso povo livre do atraso, da miséria, da ignorância em que até agora vegeta”; “Nosso povo saberá honrar suas gloriosas tradições e lutará agora pela paz e a independência da pátria com a mesma bravura com que soube lutar em todos os momentos decisivos de nossa história, com que lutou contra a dominação portuguesa e contra todos os invasores estrangeiros, com que sempre lutou pela liberdade contra todos os tiranos. Em cada região do país continua viva no coração do povo, das grandes massas sofredoras, a memória de seus mártires e heróis de Tiradentes a Frei Caneca, dos cabanos, dos farrapos e dos balaio, dos jovens soldados e alfaiates de 1798, dos heróis pernambucanos de 1817 e 1824, dos negros que lutaram durante séculos contra a escravidão, como vivem os exemplos mais recentes de todos aqueles que tombaram na luta contra o integralismo, dos heroicos lutadores de 1935, dos que morreram nos cárceres getulistas e dos bravos da FEB que combateram na Europa para ajudar com o sacrifício de suas jovens vidas a libertar o mundo da escravidão nazista”; “É o povo que luta porque não está disposto a ser reduzido à condição de escravo. Diante da violência dos dominadores, a violência das massas é inevitável e necessária, é um direito sagrado e o dever ineludível de todos os patriotas. É o caminho da luta e da ação, o caminho da revolução” (*Voz Operária*, “Manifesto de Agosto”, 5 de agosto de 1950, p.6).

⁵⁰² *Terra Livre*, “Mato Grosso em pleno regime de escravidão”, abril de 1963, p.4.

⁵⁰³ *Terra Livre*, “Governo de latifundiários protege carrascos de camponeses”, julho de 1961, p.1.

Figura 11: Escravização do trabalhador rural.



Fonte: *Terra Livre*, “Movimento de solidariedade libertou 37 colonos presos em Mato Grosso”, janeiro de 1963, p.2.

Tirinhas também eram publicadas com o intuito de reforçar a ideia de permanência do regime escravista. Na primeira quinzena de junho de 1955, o jornal publicou a história de Castro Alves, optando por apresentar o papel dos escravizados na promulgação da abolição e atentar para a linhagem da classe dominante brasileira, ao defender que os latifundiários eram “filhos e netos dos senhores de escravos”⁵⁰⁴. Na primeira quinzena de julho de 1954, o periódico publicou uma adaptação do romance *Uncle Tom’s Cabin* (traduzido pelo periódico como *Cabana do Pai Tomás*)⁵⁰⁵. A forma como a adaptação foi concluída ressalta a ideia de continuidade das práticas escravocratas:

Georges mandou cavar uma sepultura, à sombra de uma árvore, e ali enterrou Pai Tomás. Porém, nas outras plantações, os negros, cansados de ser explorados, torturados e separados de sua família, têm ainda que travar uma longa luta para serem reconhecidos como homens livres. **E, hoje, sua luta continua** (*Terra Livre*, “Cabana do Pai Tomás”, 2ª quinzena de junho à 1ª quinzena de julho de 1954, p.1, grifo nosso).

Cabe aqui destacar que, entre 1930 e 1960, diferentes setores do partido fizeram uso da ideia de continuidade da escravidão como estratégia para organizar os trabalhadores negros. As primeiras ações que expuseram a preocupação do PCB com a questão racial no

⁵⁰⁴ *Terra Livre*, “O poeta dos escravos”, 1ª quinzena de junho de 1955, p.3.

⁵⁰⁵ O romance estadunidense *Uncle Tom’s Cabin*, escrito por Harriet Beecher Stowe, foi um livro de grande sucesso na década de 1850. Por narrar os horrores da escravidão, o livro serviu de instrumento à causa abolicionista.

Brasil envolveram conclamações pautadas na construção dessa continuidade: “Trabalhadores Negros! – a vossa escravidão continua! Lutai em conjunto com os demais trabalhadores contra a exploração feudal, por vossa libertação definitiva”⁵⁰⁶. Outro exemplo de utilização dessa estratégia foi o manifesto da Aliança Nacional Libertadora (ANL)⁵⁰⁷ — movimento ligado ao PCB —, que enfatizava a implantação de um governo popular como condição *sine qua non* para o reconhecimento dos direitos dos negros e consequente consolidação da sua liberdade (SOTERO, 2015). A ANL também publicou, no dia 13 de maio de 1935, o panfleto “Salve, 13 de Maio!”, em que compara a exploração durante a escravidão com a opressão imperialista (SOTERO, 2015). No ano de 1938, um folheto da Federação da Juventude Comunista do Brasil comparava Vargas a um feitor (SOTERO, 2015). Em 1939, Aristeu Nogueira, membro efetivo do comitê estadual do PCB (BA), publicou artigo na revista *Seiva*, no qual reforçava a ideia que o trabalhador livre nas fazendas do nordeste baiano continuava escravo (FERREIRA, 2012, p.92). Em 1946, o discurso proferido por Claudino José da Silva, negro e deputado federal, também era pautado nessa relação: “Hoje, temos aqui reunida uma Assembleia Constituinte (...) Bem poderia ela concorrer, e de maneira decisiva, para completar, no Brasil, a libertação dos escravos. (*Muito Bem*). **Agora não são apenas os negros cativos, mas toda uma população de trabalhadores agrários que vive em situação muito pior que a dos escravos. (Palmas)**”⁵⁰⁸.

O *Terra Livre* publicava cartas e depoimentos que denunciavam o trabalho escravo no campo brasileiro. Na segunda quinzena de abril de 1955, o periódico publicou a denúncia “Vendido como Escravo”, em que o trabalhador rural Pedro Rafael de Lima, natural do Rio Grande do Norte, narra o seu processo de escravização, destacando a ação dos agenciadores, a venda de pessoas e a restrição da sua locomoção em razão da dívida contraída com o empregador:

Saí do Rio Grande do Norte em outubro de 1953, em cima de um pau de arara. O proprietário do caminhão, que me trouxe, se chama Chico Binho, morador em São Vicente (...) não paguei nada pela viagem. O dono do caminhão já tem contrato com os fazendeiros do Sul para não cobrar nada, a fim de que o pessoal fique escravizado (...) fui vendido por 850 cruzeiros (*Terra Livre*, “Vendido como escravo”, 2^a quinzena de abril de 1955, p.4).

⁵⁰⁶ *A Classe Operária*, “Aos trabalhadores das cidades e dos campos, a todos os explorados do Brasil”, 19/07/1930, p.1.

⁵⁰⁷ A ANL foi uma frente única, lançada em 30 de março de 1935, que reuniu diferentes correntes políticas (socialistas, comunistas, democratas e católicos) e setores da sociedade (operários, profissionais liberais e militares) com o objetivo de combater o fascismo, o integralismo, o imperialismo e o latifúndio (VIANNA, 2003).

⁵⁰⁸ BRASIL, 1948, p.33, grifo nosso.

Como vimos na parte I, os comunistas brasileiros expuseram a URSS como lugar de fartura, alegria e plenitude, onde as terras eram coletivas e a agricultura mecanizada, o que aumentava a produtividade e diminuía o esforço do camponês (SOARES, 2011). Essa propaganda também foi estendida à questão racial. No início dos anos 1930, a URSS era apresentada como o único lugar do mundo que concedia direitos aos negros e não existia discriminação racial (GRAHAM, 2014). O *Terra Livre* também assinalou o modelo socialista como a única forma de governo capaz de superar os problemas raciais, porém, não foi a URSS o país considerado modelo no tratamento das relações raciais, e sim Cuba. Uma das formas encontradas para legitimar as mudanças empreendidas durante a revolução cubana consistia em destacar o reconhecimento dos direitos dos negros à igualdade civil, social e política.

O combate ao racismo era utilizado tanto para legitimar como criticar sistemas políticos. Dentro de um jornal voltado à questão agrária, era possível encontrar notícias sobre as manifestações pelos direitos civis e a violência contra negros nos Estados Unidos. A apresentação das perseguições sofridas pelos negros estadunidenses era a principal estratégia empregada pelo periódico para deslegitimar o *american way of life*. O lúdico foi um importante recurso utilizado nessa estratégia argumentativa. A coluna fixa “Você Sabia?” era utilizada para criticar as ações do imperialismo estadunidense: “você sabia que nos Estados Unidos, apesar de ter sido abolida há dezenas de anos a escravidão, os negros continuam sendo perseguidos e em muitos Estados não podem frequentar as mesmas escolas dos brancos, os mesmos cinemas, hotéis e etc.?”⁵⁰⁹; “você sabia que os negros nos Estados Unidos até na Igreja são obrigados a sentarem-se atrás e bem separados dos brancos?”⁵¹⁰.

Resumindo as discussões realizadas nesta primeira parte do capítulo, percebe-se que à medida que o PCB intensificava a inserção no campo, os teóricos do partido abandonavam, paulatinamente, o trato monolítico das categorias rurais, identificando diferentes grupos que deveriam ser mobilizados levando em conta suas particularidades, caso o partido quisesse garantir o sucesso dos seus projetos políticos. Todavia, apesar do avanço e refinamento, os teóricos ainda encontravam dificuldades em trabalhar com as dinâmicas e ambiguidade das relações de trabalho no campo. Por exemplo, tratavam as expressões “trabalhadores rurais”, “assalariados agrícolas” e “camponeses” como sinônimos (MEDEIROS, 1995) e recorriam à identidade étnica como ponto de segurança para a elaboração de palavras de ordem e análises

⁵⁰⁹ *Terra Livre*, “Você sabia?”, 2ª quinzena de dezembro de 1954, p.2.

⁵¹⁰ *Terra Livre*, “Você sabia?”, julho de 1963, p.4.

sobre a situação do campo brasileiro. Arriscamos dizer que a questão étnica até mesmo influenciou a construção das primeiras organizações rurais pecebistas do período pós-1945, pois não podemos esquecer que é lugar comum na historiografia considerar as irmandades (primeira forma de atuação comunista no campo no período pós-1945) como forma organizativa comum à população negra, principalmente durante o período da escravidão.

5.2. O “camponês” das Ligas Camponesas

Diferentemente do PCB, as Ligas, tanto nas obras dos seus dirigentes como no seu periódico, tiveram preocupação em apresentar o camponês como categoria específica e em justificar sua importância revolucionária. Nesses textos, o camponês aparece como o detentor dos meios de produção, seja “através da posse pura e simples, seja através do direito de propriedade ou apenas de aluguel de uma gleba”⁵¹¹. Esse “camponês” era o público alvo do movimento. Julião (1962) e Moraes (1969) apresentaram uma série de argumentos, a fim de justificar essa estratégia. Como bons advogados, as principais justificativas foram de ordem jurídica. Ambos partiram de duas premissas: para fundar um sindicato rural era necessário ir às principais cidades do país e esperar por meses pela difícil autorização de funcionamento; os assalariados rurais que quisessem lutar judicialmente contra os abusos dos empregadores deveriam ir até as capitais ou às cidades mais importantes – lugares onde estavam os Tribunais do Trabalho – e, assim, perder dias de trabalho, algo nada fácil para alguém que dependia da venda diária da sua força de trabalho para sobreviver. Na opinião dos dois dirigentes, esses dois aspectos dificultavam a organização legal dos assalariados rurais. Em contrapartida, os camponeses, por possuírem alguns meios de produção e não dependerem da venda da sua força de trabalho, poderiam financiar a luta jurídica contra o proprietário. Além disso, a organização legal dos camponeses sob uma associação era prevista por lei e, para colocá-la em funcionamento, bastava reunir trinta ou quarenta camponeses, redigir uma ata e lavrá-la em qualquer cartório. O instrumento garantidor desse direito era o código civil. O fato da luta por meio dele isolar os proprietários de terra, que se baseavam em práticas consideradas feudais, e neutralizar a burguesia – que não desrespeitaria o código civil, que “sacralizou” a propriedade privada – também era uma das justificativas para o foco no camponês. Na opinião dos dirigentes, enquanto os camponeses utilizavam esse código como forma de luta, os assalariados

⁵¹¹ *A Liga*, “O camponês é camponês”, 09/10/1962, p.5.

rurais utilizavam a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), instrumento jurídico que, por não ser reconhecido pela burguesia e pelos proprietários rurais, os isolava.

Outra justificativa dizia respeito ao fato da luta do camponês já nascer “revolucionária”, ao passo que a do assalariado deveria percorrer um longo caminho da despolitização à politização até se tornar revolucionária. O camponês era caracterizado como personagem fundamental para a realização da revolução socialista e a implantação da reforma agrária. Como destacaram Andrade e Moraes, Francisco Julião defendia que o projeto de reforma agrária deveria surgir do próprio camponês, pois este teria a experiência necessária para o trato com a terra. A função das Ligas seria, somente, a de criar a consciência necessária nos camponeses.

Outras duas justificativas eram o número de camponeses, oito vezes maior que o número de assalariados, e a possibilidade dos assalariados rurais mudarem para uma área não abrangida pelas Ligas (JULIÃO, 1962).

Curiosamente, apesar de considerar o campesinato a vanguarda da revolução, em razão do seu número e da sua radicalidade inata, as Ligas consideravam que o operariado urbano era quem deveria conduzi-la, de maneira que o campesinato, com o seu “individualismo e personalismo pequeno-burgueses”, não servisse de obstáculo ao “advento da economia socialista”. Em sua opinião, o futuro do povo pertenceria à “classe operária dirigida pelos ensinamentos de Marx”⁵¹². Nesse ponto é possível perceber que, apesar dos embates com o PCB em relação à classificação do grupo responsável por impulsionar as mudanças no campo⁵¹³ e à natureza da revolução brasileira⁵¹⁴, os membros da Liga reproduziam a tese marxista clássica, propagada no Brasil pelo PCB, da essência pequeno-burguesa dos camponeses e do seu perigo para a construção do socialismo; além disso, evitavam associar a palavra “classe” ao termo “camponês”. A análise desenvolvida por Moraes (1969), sobre a construção do território livre de Formoso⁵¹⁵ e da

⁵¹² *A Liga*, “Camponês é camponês”, 09/10/1962, p.5.

⁵¹³ O PCB focalizava suas ações na atuação dos assalariados agrícolas, diferentemente das Ligas, que consideravam os camponeses (aqueles que detinham os meios de produção) a força motriz da revolução no campo.

⁵¹⁴ Enquanto o PCB defendia a regulamentação da parceria e do arrendamento, as Ligas, considerando precárias essas formas de acesso à terra, defendiam a implementação, *na lei ou na marra*, de uma reforma agrária capaz de extinguir o monopólio da terra e estatizar a propriedade rural. O contato com a revolução cubana contribuiu para que o projeto de reforma agrária radical ganhasse contornos mais sólidos e o movimento passasse a defender que, a exemplo de Cuba, o Brasil não precisaria passar pelo capitalismo para alcançar o socialismo. Ao adotarem a revolução cubana como referencial, as Ligas foram pela contramão da visão etapista do PCB. O primeiro espaço de disputa foi o V Congresso Comunista (1960), quando a luta antifeudal foi subordinada à luta anti-imperialista (MORAIS, 1969). Porém, a divergência entre o PCB e as Ligas só atingiu o seu ápice no I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (1961).

⁵¹⁵ Na década de 1950, trabalhadores rurais emigrados do Maranhão instalaram-se, como posseiros, na região de Trombas e Formoso, uma região marcada por conflitos potenciais, grileiros e especulação imobiliária. Grileiros, no intuito de viabilizar possíveis expulsões, tentaram convencê-los a assinar contratos de arrendamento, mas os trabalhadores rurais se recusaram, dando início a violência por parte dos grileiros. Esse conflito teve repercussão nacional e alguns militantes do PCB foram até a região auxiliar os trabalhadores na sua resistência armada e política, que resultou na formação de um governo popular

guerrilha de Porecatu⁵¹⁶, ilustra bem o preconceito de classe presente nas construções teóricas das Ligas. Apesar de esses acontecimentos demonstrarem o protagonismo político dos camponeses e sua consciência de classe, Moraes destacou que essas “manifestações de independência ideológica do campesinato não se generalizaram” (MORAIS, 1969, p.24), emergindo em “áreas já politizadas ou ‘conscientizadas’ no período de 1945-47” (MORAIS, 1969, p.25), pelo PCB.

Feitas essas ressalvas, a categorização específica dos posseiros, arrendatários, meeiros e pequenos proprietários como “camponeses”, e como vanguarda revolucionária rural, parece relacionar-se mais ao protagonismo político assumido por esses grupos nas lutas contra os avanços do capitalismo monopolista no campo (MEDEIROS, 1983; GRYNZPAN, 1987; SINGER, 1984), do que ao refinamento analítico e à crítica a certas visões a respeito dos trabalhadores rurais. Em outras palavras, os dirigentes das Ligas delimitaram o conceito como parte da tentativa de fazer uso, em prol dos seus projetos políticos, do protagonismo político daqueles que lutavam pela posse da terra – afinal, não dialogar com a nova conjuntura política, marcada pelo protagonismo e especificidade dessas camadas rurais, significaria correr o risco de não organizá-las. Como destacaram Marx e Engels (2007), ideias e conceitos revolucionários pressupõem a existência de grupos revolucionários. Ademais, as palavras, por serem resultado de relações tecidas em diferentes níveis, são os indicadores mais sensíveis de todas as transformações sociais, mesmo as que ainda não tomaram forma (CÍRCULO DE BAKHTIN, 1981).

As Ligas buscaram tornar o termo “camponês” um conceito de geometria variável, que poderia ser estendido àqueles que preservavam seu signo de luta pela emancipação social do trabalhador rural, sem que necessariamente vivessem no campo ou possuíssem uma gleba. Tal tentativa foi materializada na edição de 4 de dezembro de 1962, quando criaram o prêmio “Chapéu de Palha do Mérito Camponês”, entregue pessoalmente por Julião aos que mais se

autônomo. Em 1957, o governo enviou forte contingente para confrontar os trabalhadores. Frente a essa situação, membros do PCB propuseram apoiar as pretensões políticas do então governador Pedro Ludovico e de seu filho Mauro Borges, em troca da retirada das tropas. Tal proposta foi aceita, e, assim, Trombas e Formoso permaneceram como território livre até 1964 (MARTINS, 1983, 1994).

⁵¹⁶Na mesma época em que começou os problemas em Formoso, 1.500 famílias de posseiros, que ocupavam terras devolutas em Jaguapitã (PR), foram ameaçadas de despejo pelo governo do estado, que havia cedido essas terras aos grandes proprietários. No intuito de se proteger dos despejos violentos, os trabalhadores rurais se articularam em grupos armados que resistiam ou atacavam fazendas. A região de Porecatu, localizada próxima a Jaguapitã, atravessava os mesmos problemas. Em meio a essa situação, membros do PCB forneceram subsídios aos trabalhadores rurais da região para a articulação de uma guerrilha, que ficou conhecida como guerrilha de Porecatu. As lutas tiveram como resultado a desapropriação dessas terras por interesse social (MARTINS, 1983).

destacassem “na agitação dos problemas sociais do nosso povo”⁵¹⁷. O primeiro e único a receber esse prêmio foi Dias Gomes, autor da peça teatral “A Invasão”, que retratava os problemas sociais da favela, levando em consideração o êxodo rural, o grileiro, a ineficiência do sistema político e a repressão policial.

Mesmo apresentando uma definição ao conceito de camponês, em alguns momentos *A Liga* utilizou esse termo como sinônimo de assalariado rural⁵¹⁸. Tal confusão demonstra a dificuldade de enquadrar os grupos rurais em categorias específicas e claramente delimitadas. Nesse caso, a diferenciação entre camponeses e assalariados agrícolas percorre uma linha tênue, haja vista que a classe dos assalariados agrícolas era composta, na maioria das vezes, por indivíduos que possuíam pequenas faixas de terra, mas, em razão da sazonalidade produtiva, vendiam a sua força de trabalho. A saída encontrada para superar essa dificuldade e aglutinar os trabalhadores rurais em torno das agendas políticas foi a mesma que o PCB lançou mão: recorrer à identidade negra e ao passado recente da escravidão, elemento comum à grande parte dos trabalhadores rurais. Dessa forma, *A Liga* comparava a condição de vida do camponês a de um escravo, como podemos constatar em várias de suas edições publicadas em 1962 e 1963: “Mato Grosso: Nordestinos vendidos como escravos”⁵¹⁹; “És escravo de dia, és escravo de noite. Acordado és escravo. És escravo dormindo”⁵²⁰; “‘tronco dos escravos’ foi conservado pelos sucessores dos senhores feudais do século passado”⁵²¹; “o camponês nasceu para sofrer como escravo”⁵²²; “O camponês vive como escravo e como escravo morre”⁵²³; a carta de orientação à liberdade camponesa tinha como título “Carta de **Alforria** do camponês”. Além disso, o vocabulário utilizado pelo periódico remetia aos opressores do período escravocrata: “o chicote do administrador (ou feitor, ou capataz)”⁵²⁴, “juiz fascista faz do exército capitão do mato”⁵²⁵ e a “violência dos capitães do mato do Exército”⁵²⁶. Outra estratégia argumentativa similar à pecebista era a utilização do combate ao racismo para legitimar ou criticar sistemas políticos. A luta dos negros estadunidenses pelos direitos civis foi utilizada para criticar a “democracia ocidental cristã” norte-americana⁵²⁷. Por outro lado, apresentava Cuba como um lugar onde

⁵¹⁷ *A Liga*, “O chapéu de palha do mérito camponês”, 04/12/1962, p.4.

⁵¹⁸ *A Liga*, “Estourou no estado do Rio a primeira greve camponesa”, 20/11/1962, p.3; “Camponeses de Goiânia lutam por aumento de salário”, 29/9/1963, p.5.

⁵¹⁹ *A Liga*, “Mato Grosso: Nordestinos vendidos como escravos”, 9/10/1962, p.5.

⁵²⁰ *A Liga*, “Carta de alforria do camponês”, 13/11/1962, p.4.

⁵²¹ *A Liga*, “Campos: regime de escravidão impera nos canaviais”, 6/11/1962, p.4.

⁵²² *A Liga*, “Campina Grande: contrato de arrendamento só favorece ao fazendeiro”, 18/12/1962, p.3.

⁵²³ *A Liga*, “Lutar pela reforma agrária”, 9/1/1963, p.3.

⁵²⁴ *A Liga*, “Os camponeses devem resistir à violência reacionária”, 18/12/1962, p.4.

⁵²⁵ *A Liga*, “Juiz fascista faz do exército capitão do mato, inventa umas supostas guerrilhas e executa plano contra as Ligas Camponesas”, 11/12/1962, p.6.

⁵²⁶ *A Liga*, “Os camponeses devem resistir à violência reacionária”, 18/12/1962, p.4.

⁵²⁷ *A Liga*, “Racismo nos EUA”, 22/5/1963, p.4; “O outro lado da história: o direito do negro”, 9/10/1962, p.3.

não existia discriminação contra o negro⁵²⁸, a ponto de negros estadunidenses participarem de grupos em prol da revolução cubana⁵²⁹. Outra semelhança era a denúncia das novas formas de escravização do trabalhador rural para legitimar sua retórica, como fez ao destacar as experiências dos seringueiros: “quando chegam aos seringais (...) começam devendo, pois têm que pagar o preço do transporte, equivalente na contabilidade do latifundiário a mais de um mês de trabalho forçado (...) se isso acontece e se já não quer ser escravo, tenta a fuga”⁵³⁰.

Como parte da estratégia das Ligas de utilizar cantadores, folhentistas, violeiros e literatura de cordel para organizar os trabalhadores rurais, poemas também foram utilizados com o objetivo de reforçar a ideia de continuidade da escravidão. Destacamos o poema “Nordeste Escravo”:

Foi abolida a negra escravidão
Que foi opróbio no Brasil inteiro,
Mas... hoje sofre enorme multidão
Os agulhões de um novo cativo.
Vive hoje, ainda em terras nordestinas,
Escravisado, o pobre camponês
Que apenas por salário tem propinas
Que lh'as pagam em vales, todo mês.
Descalço, seminu, enxada aos ombros,
Vai tristonho, faminto e escravisado,
De sol a sol, as terras sobre escombros,
Amanhando, mas sempre amargurado.
E se repetem cenas de cativo
Quando os campônios marcham ao labor...
Pois se avista, robusto e sempre altivo,
Repelente figura de um feitor.
Grosso azorrague empunha, ele nas mãos,
De perneiras, botinas e culote
E com desdém “aponta” aos seus irmãos...
Menospresados, ao revés da sorte.
Pue se desfaça o jugo do cambão,
Que se pague dinheiros e não vales
E que haja fisco em todo barracão
E se combatam da miséria os males.
Que ressurjam, Nabuco⁵³¹, Patrocínio...
Pois o Nordeste clama redenção,
Porque já tem formado o tirocínio
De ser precisa **nova abolição**
(*A Liga*, “Nordeste Escravo”, 25/12/1962, p.3, grifo nosso).

⁵²⁸ *A Liga*, “Fidel Castro: ‘Dever do revolucionário é fazer revolução’”, 23/1/1963, p.4.

⁵²⁹ *A Liga*, “Americanos que vivem em Cuba vão lutar pela revolução”, 13/11/1962, p.1.

⁵³⁰ *A Liga*, “Em meio ao terrorismo nascem as Ligas Camponesas de Mato Grosso”, 16/10/1962, p.5.

⁵³¹ As estratégias argumentativas utilizadas para reafirmar a continuidade da escravidão assumiam características inusitadas, por exemplo, na edição de 9 de janeiro de 1963, encontramos a notícia “Ontem Nabuco, hoje Julião”, em que o presidente das Ligas Camponesas foi comparado ao abolicionista pernambucano e defensor da reforma agrária, Joaquim Nabuco. Cf. *A Liga*, “Ontem Nabuco, hoje Julião”, 9/1/1963, p.4.

Apesar de recorrer à memória do cativo para mobilizar os trabalhadores rurais, uma visão estereotipada do negro e do seu processo de escravização foi reproduzida pelo periódico, caracterizando-o como “menos resistente” à escravidão, quando comparado aos índios, “insubmissos aos conquistadores”: “Da África, vieram os negros que, deslocados do meio ambiente, tiveram de suportar o regime escravo até que, alguns anos depois, habituados ao clima e ao temperamento do nativo, influenciavam-se”⁵³². O mesmo não ocorreu com o *Terra Livre*, que não reproduziu a concepção presente nas obras de diferentes teóricos pecebistas.⁵³³

Em linhas gerais, as Ligas contribuíram para a ressignificação do conceito de camponês, associando-o à ideia de emancipação social e utilizando-o para reconhecer e organizar as camadas rurais que protagonizavam lutas contra o avanço do capitalismo monopolista sobre o campo (posseiros, meeiros, arrendatários, pequenos proprietários). Dessa forma, as Ligas foram essenciais no processo de transformação desse conceito em elemento fundamental dos discursos dos movimentos sociais rurais das décadas de 1950 e 1960. Não por acaso, a conotação político-revolucionária do conceito de camponês foi trabalhada pelos materiais didáticos do MEB, como vemos a seguir. Cabe ainda destacar que os teóricos das Ligas enfrentavam os mesmos dilemas dos teóricos pecebistas, no que se refere às dinâmicas de classe das regiões rurais – que resultava no emprego da palavra “camponês” ora como identidade coletiva, ora como categoria específica – e ao uso da identidade negra como ponto seguro.

⁵³² *A Liga*, “As lutas sociais no Brasil”, 9/10/1962, p.4.

⁵³³ Para análise sobre a caracterização da população negra como passiva à escravidão, nas obras teóricas do partido, ver CHADAREVIAN (2012, p.270-275).

CAPÍTULO VI

O “CAMPONÊS” DO MEB

Apesar das visões estereotipadas e do uso impreciso, reconhecia-se internacionalmente que “camponês” era um termo com forte conotação política, utilizado, principalmente, por movimentos da esquerda revolucionária. Não por acaso, a encíclica *Mater et Magistra* (1961), cuja produção foi uma resposta ao avanço do movimentos da esquerda revolucionária na América Latina (ALVES, 1979), não o utilizou. Os termos escolhidos para caracterizar os trabalhadores rurais foram agricultores, lavradores, cidadãos e trabalhadores da terra.

No Brasil, setores conservadores do bispado também evitaram lançar mão do conceito. A famosa carta *Conosco, sem nós ou contra nós se fará a reforma rural* (1950), escrita por Dom Inocência Engelke, empregou as palavras operariado rural, trabalhador rural, sertanejos, populações trabalhadoras do campo, homem do campo, agricultor sem terras, trabalhadores sem terra, colonos, camaradas, agregados, massa dos trabalhadores sem terras, meros trabalhadores assalariados e proletariado dos campos. Embora reconhecesse a existência de classes sociais no meio rural – como sugere o uso da palavra “proletário” para caracterizar o operário rural –, o argumento de Dom Inocêncio Engelke, como vimos na parte I, era o seguinte: o caminho para tornar o campo um lugar melhor e harmônico seria possibilitar o acesso dos trabalhadores rurais à propriedade privada e a condições para produzir (crédito rural facilitado e ensino técnico agrícola), pois, ao melhorar a qualidade de vida, seria possível “desproletarizar o operário dos campos”⁵³⁴ e, conseqüentemente, afastar o perigo da luta de classes. Para Engelke, o que tornava o operário rural uma classe era a sua exploração – embora não identifique o grupo responsável por realizar tal ação –, por isso, os que possuíam pequenas propriedades não foram considerados uma classe, pois não eram explorados pelos grandes proprietários, e sim vítimas de uma estrutura estatal obsoleta⁵³⁵. D. Vicente Scherer (1962), em seus pronunciamentos, também foi por esse caminho, lançando mão dos termos agricultor, trabalhadores rurais, trabalhadores da terra, homem rural, pequenos proprietários, agricultores independentes, párias rurais e cultivadores da terra.

O MEB teve papel de destaque nessa estratégia argumentativa da Igreja. Iniciemos nossa análise pelo conjunto didático *Viver é lutar*.

⁵³⁴ CNBB, 1981, p.51.

⁵³⁵ O termo “camponês” apareceu somente quando D. Inocêncio Engelke se referiu aos trabalhadores rurais de outras nações: “levar reverentemente o nosso pensamento a milhões de camponeses de outros países”.

6.1. *Viver é lutar*

Os avanços das lutas de pequenos proprietários, lavradores, meeiros, posseiros e arrendatários não permitiram ao MEB construir discursos para os trabalhadores rurais que não associassem o termo a uma categoria específica, por isso o movimento empregou o termo “camponês” em algumas lições dessa cartilha. Porém, o objetivo do MEB era atribuir ao termo um significado monolítico. Para tanto, apresentava os camponeses como integrantes da classe trabalhadora – de forma mais específica, como “trabalhadores-sem-terra” –, não no sentido marxista de classe social, e sim de grupo de pessoas que exerciam a mesma ocupação. Além disso, fazendo uso de uma categorização universal, extensível e aparentemente apolítica, o MEB os definia como “homens do povo” e “filhos de Deus”⁵³⁶. Ao fazer isso, retirava da palavra “camponês” sua identidade política, associada a lutas específicas. A seguir, destacamos as lições voltadas a essa construção, que, inicialmente, comparavam a situação de vida dos camponeses com a do operariado urbano e das mulheres, para depois apresentar os três grupos como “filhos de Deus”.

8ª Lição

Este homem é trabalhador rural.

O trabalhador rural é o camponês.

O camponês trabalha no campo.

O camponês alimenta os homens.

No Brasil há milhões de camponeses.

O camponês é homem do povo.

NO BRASIL HÁ MILHÕES DE CAMPONESES

(MEB, *Viver é lutar*, 1963, p.16, grifos nossos).

9ª Lição

O camponês é homem da terra.

Ele trabalha a terra.

Ele colhe os frutos da terra.

O camponês tem terra?

Ele tem tudo para cultivar a terra?

Ele tem garantia na colheita?

O camponês tem garantia no trabalho?

O CAMPONÊS É HOMEM DA TERRA

(MEB, *Viver é lutar*, 1963, p.18, grifo nosso).

10ª Lição

Este homem é operário.

Ele vive de salário.

O salário não dá para nada.

O Brasil tem muitos operários.

⁵³⁶Bourdieu (1996) argumentou que alguns conceitos, como “povo” e “trabalhadores”, são de geometria variável, ou seja, podem ser estendidos, englobando sujeitos diversos, ou retraídos de acordo com a intenção do autor. Além disso, o conceito de “povo” era de grande valia para as forças sociais que buscavam organizar os setores populares. Ao utilizar esse termo, o movimento apresenta-se como autorizado em falar do “povo” ou para o “povo”, demarcando sua diferença em relação aos demais, simultaneamente, assumindo e reivindicando “tudo o que os separa de seus concorrentes” e mascarando “– em primeiro lugar para si mesmos – o corte com o ‘povo’ que está inscrito no acesso ao papel de porta-voz” (BOURDIEU, 1990, p.184). Análise que podemos estender ao MEB, compreendendo, assim, mais um traço das suas intencionalidades políticas.

O operário sofre injustiça.
Sofre injustiça como o camponês.
O operário e o camponês são homens.
Eles têm direito de viver como gente.
ELES TEM DIREITO DE VIVER COMO GENTE
(MEB, *Viver é lutar*, 1963, p.20, grifo nosso).

11ª Lição
As mulheres também trabalham.
Algumas bordam, outras lavam.
Algumas cozinham, outras cultivam.
Algumas trabalham longe de casa.
Algumas trabalham longe dos filhos.
Muitos trabalhos são feitos só por mulheres.
Todas as mulheres trabalham?
A mulher nasceu para servir?
O povo precisa do trabalho das mulheres?
O POVO PRECISA DO TRABALHO DAS MULHERES
(MEB, *Viver é lutar*, 1963, p.22, grifo nosso).

12ª Lição
Pedro conhece a vida do camponês.
Pedro conhece a luta do operário.
Pedro reconhece o trabalho das mulheres.
Ele vê que muita gente sofre injustiça.
E todos são homens.
São filhos de Deus.
Precisam viver como homens,
Precisam viver como filhos de Deus.
TODOS PRECISAM VIVER COMO HOMENS
(MEB, *Viver é lutar*, 1963, p.24, grifo nosso).

Tendo em vista que o MEB atuava em prol da sindicalização rural, essa caracterização dos camponeses parece ser parte das estratégias para estimular a organização dos trabalhadores rurais em torno dos sindicatos católicos. Ao esvaziar a conotação política dos termos operários, mulheres⁵³⁷ e camponeses, uniformizando-os nas categorias de “classe trabalhadora” e de “homens de Deus”, o MEB tentava atingir as duas forças com as quais disputava a representação dos trabalhadores rurais: de um lado, as Ligas, que se apresentavam como um movimento voltado, única e exclusivamente, aos interesses dos camponeses

⁵³⁷ É necessário ligar essa estratégia discursiva à “primavera feminista” – fenômeno, que segundo Fávero, influenciou as práticas pedagógicas do MEB – e ao avanço dos movimentos sociais rurais compostos exclusivamente por mulheres e com pautas específicas, como as Ligas Femininas. O princípio da necessidade de dialogar com uma conjuntura discursiva, para então superá-la, estende-se a esse caso. Apesar da tentativa de esvaziar a identidade política do termo “mulher”, o MEB reconhecia a especificidade de suas lutas, ação reforçada nos exercícios: “Noções gramaticais: (...) O adjetivo concorda, sempre, com o substantivo, isto é, se o substantivo for masculino ele irá para o masculino e, se estiver no plural, ele irá para o plural. Exemplo: *As mulheres estão interessadas na luta. O povo precisa do trabalho feminino.* Exercícios: 1º Passe para o feminino: Este homem é honesto Ele é um trabalhador esclarecido..... Aquele menino é inteligente” (MEB, *Viver é lutar*, 1963, p.31, grifo no original).

enquanto categoria específica⁵³⁸; de outro, o PCB, cujos sindicatos eram baseados na ideia de organização de classe⁵³⁹⁵⁴⁰.

Outros discursos arregimentadores do episcopado brasileiro e da *Mater et Magistra* também foram utilizados pelo MEB, por exemplo, a tentativa de organizar os trabalhadores rurais em torno de pautas generalizantes, tais como o cumprimento das leis trabalhistas e promoção da assistência espiritual (lição 7); o repúdio à politização classista dos sindicatos, indicando a harmonização de classes como caminho para a resolução dos problemas rurais; a defesa do sindicato católico como instrumento voltado, exclusivamente, para a transformação da mentalidade do “homem do campo”, estimulando-o a enxergar a vida comunitária como meio de defesa dos seus interesses e promoção da justiça social; a caracterização da intervenção católica nas questões socioeconômicas como medida necessária para a eficácia da evangelização (lições 7 e 29).

7ª Lição

Ao homem não basta comida.

Não basta casa e salário.

O homem precisa de Deus.

Deus é Justiça e Amor.

Deus quer Justiça entre os homens.

Deus quer Amor entre os homens.

DEUS É JUSTIÇA E AMOR

(MEB, *Viver é lutar*, 1963, p.14, grifo nosso).

29ª Lição

Pedro não desanima.

Sente que a luta não é só dele.

É uma luta de todo o povo.

Luta de todos os homens.

Todos devem lutar por Justiça.

Justiça para todos os homens:

homens que sofrem,

homens que fazem sofrer.

A luta de Pedro é nossa luta.

Todos nós lutamos para viver como homens.

Para ter casa e comida.

Para ter Justiça e Amor.

A LUTA DE PEDRO É NOSSA LUTA

(MEB, *Viver é lutar*, 1963, p.58, grifo nosso).

⁵³⁸ Os exercícios também completavam esses esforços, ao explicar as noções gramaticais: “Os substantivos que indicam, de um modo geral, todos os seres da mesma espécie (pessoas, lugares, animais ou coisas) são SUBSTANTIVOS COMUNS. Exemplo: homem, camponês, trabalho” (MEB, *Viver é lutar*, 1963, p.19); “Complete com substantivos próprios: é trabalhador rural” (MEB, *Viver é lutar*, 1963, p.19); “Passe para o singular as seguintes frases: Os camponeses também são filhos de Deus” (MEB, *Viver é lutar*, 1963, p.25).

⁵³⁹ A partir da década de 1960, os sindicatos rurais pecebistas foram organizados a partir da ação política, utilizando a bandeira da reforma agrária para aglutinar os diferentes setores dos trabalhadores rurais (COSTA, 1990).

⁵⁴⁰ A atuação do PCB preocupava a Comissão de Sindicalismo do MEB, que alertava para a “campanha de sindicalização do governo (perigo similar do urbano de uma pelegagem governamental) e a penetração do P.C., segundo declarações de certos líderes urbanos de que seus sindicatos deviam ‘ajudar os irmãos do campo’” (MEB, *I Encontro Nacional de Coordenadores (Sindicalismo)*, 1962, p10).

Conhecendo o quadro de disputas pela organização dos trabalhadores rurais brasileiros da década de 1960, já esperávamos encontrar discursos atacando as Ligas. Entretanto, a 27ª lição – que reforçava a importância do “povo” atuar em sindicatos, escolas e cooperativas para garantir a justiça social – nos surpreendeu.

Todas as lições presentes nesse material eram acompanhadas de imagens “autênticas e expressivas, que representassem, realmente, a situação do povo do Nordeste, retratando figuras e situações que qualquer pessoa que viaja pelo interior tem, frequentemente, diante dos olhos”⁵⁴¹. A fotografia acoplada à lição 27 retratava camponeses reunidos na Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco (SAPPP). É lugar comum na historiografia considerar a SAPPP, organizada no Engenho da Galiléia (Vitória de Santo Antão – PE) em 1954 e legalmente reconhecida em 1955, como o marco fundacional do movimento que viria a ser conhecido como Ligas Camponesas. De posse dessas informações, uma pergunta surge: o que motivou o uso dessa imagem na lição?

27ª Lição



Xavier, Pedro e os companheiros procuram um jeito de libertar o Brasil desta situação.
Com escola, sindicato e cooperativa procuram organizar
Só um povo organizado participa do governo.
Povo organizado é força.
É força para exigir mudança.
Força para eleger seus candidatos.
Todo o povo deve participar do governo.
Participar do governo para lutar por Justiça.
Justiça para todos os homens.
O povo tem o dever de lutar por Justiça.

⁵⁴¹ MEB, *Conjunto didático Viver é lutar*, 1964, p.3.

Sabemos que existem diferentes narrativas sobre as características iniciais das Ligas Camponesas, ponto de maior discordância entre aqueles que escreveram sobre o movimento. Tal disputa diz respeito à filiação da associação ao PCB e seus objetivos iniciais. A atuação de membros do PCB na articulação da SAPPF foi destacada por Moraes (1969), Martins (1981), Azevêdo (1982), Bastos (1984), Medeiros (1989), Rangel (2000), Motta e Esteves (2009). Apesar da semelhança nesse aspecto, esses autores divergiram quanto ao papel político e/ou beneficente da SAPPF. Moraes, Martins e Azevêdo interpretaram a associação como exclusivamente política, preocupada, principalmente, em lutar contra a expulsão dos foreiros das terras do engenho⁵⁴². Já Bastos, Medeiros e Motta e Esteves adotaram a ideia de que o movimento começou beneficente – preocupado em fundar uma escola, comprar um engenho, adquirir implementos agrícolas, reivindicar assistência técnica governamental e criar um fundo para a assistência funerária, médica e jurídica – e se transformou em político, lutando com o objetivo de proteger os galileus⁵⁴³ do foro cobrado pelo proprietário do engenho.

Já Julião (1962), Andrade (1963) e Martins (1994) são autores que tentaram dissociar a SAPPF do PCB. Martins refutou o protagonismo do PCB e das Ligas Camponesas na organização política dos trabalhadores rurais, argumentando que não havia qualquer característica política na SAPPF e defendendo que essa “cooperativa” (MARTINS, 1994, p.60) havia sido criada, única e exclusivamente, para amenizar os custos de sepultamento dos arrendatários mortos. Andrade, por sua vez, aproximou-se daqueles que identificaram a transformação do caráter beneficente da SAPPF em político. Já para entender a dissociação empreendida por Julião é preciso ressaltar dois aspectos: primeiro, o nome “Ligas Camponesas” foi imputado pela imprensa e pelos latifundiários à SAPPF, como tentativa de associá-la àquelas criadas pelos comunistas em 1945 e, assim, legitimar a utilização da Lei de Segurança Nacional para reprimir a expansão do movimento (NOVAES, 1997; RANGEL, 2000); segundo, havia uma divergência entre as Ligas Camponesas e o PCB que se tornou pública em novembro de 1961. Dessa forma, acreditamos que Julião negligenciou a participação de militantes pecebistas na organização da SAPPF, interessado em contornar a

⁵⁴²Com a revitalização do mercado do açúcar, os proprietários expulsaram os camponeses das terras do engenho, para, no lugar das suas culturas, plantarem cana-de-açúcar.

⁵⁴³Maneira como a historiografia se refere aos moradores do Engenho da Galiléia.

referida repressão legal e silenciar a atuação do principal adversário na organização política dos trabalhadores rurais.

Outro aspecto que nos ajudará montar esse quebra-cabeça é a entrevista com o Padre Melo, publicada nos periódicos *O Nordeste* e *Diário de Pernambuco* (SANTOS, 2014). Nessa entrevista, Padre Melo reivindicou, para si, o título de “fundador das Ligas Camponesas”:

É preciso que todos saibam que fundei as Ligas Camponesas. Julião, certa vez, teve oportunidade de defender no Tribunal a causa do camponês, atendendo a convite nosso. Daí adveio a inegável popularidade de que goza, mas que é vista em proporções exageradas pelo cartaz que lhe concede a imprensa (*O Nordeste*, “Os falsos intérpretes”, 30/1/1962, p.3).

Essa entrevista marcou uma virada argumentativa do periódico *O Nordeste*. As Ligas, por um momento, deixaram de ser classificadas como adversárias ou subversivas e tornaram-se aquelas que “não querem subverter a ordem ou se prestar à difusão de ideologias estranhas aos ideais da democracia”⁵⁴⁴, delegando aos líderes da organização, em especial Francisco Julião, a responsabilidade por politizá-la e assim açambarcar o “verdadeiro” sentido da luta camponesa, a busca pela sobrevivência.

Embora a lição 27 não pareça inserir o MEB entre os atores que reivindicavam a gênese das Ligas, assemelha-se à construção empreendida por *O Nordeste*. Antes de justificar essa afirmação, devemos destacar que os discursos são multifacetados, trazem uma gama de informações, colocadas em primeiro plano, relegadas ao segundo plano, ou, ainda, silenciadas (FAIRCLOUGH, 2001). Com essa lição não foi diferente. Identificamos três planos discursivos. O primeiro recorre à imagem para legitimar o enunciado, ilustrando o peso da palavra (GUIMARÃES, 2013). Sabendo que as Ligas ocupavam o imaginário dos trabalhadores rurais nordestinos, como exemplo da real possibilidade de ter acesso à terra⁵⁴⁵,

⁵⁴⁴ *O Nordeste*, “O nordeste não é comunista: Luta contra a fome, diz Pe. Melo”, 31/1/1962, p.2.

⁵⁴⁵ Em 1959, as Ligas Camponesas conquistaram a desapropriação do Engenho da Galiléia, pela via legal. O projeto de desapropriação foi apresentado à assembleia legislativa pernambucana pelo deputado estadual Carlos Luiz de Andrade, suplente de Francisco Julião (MORAIS, 1965; BASTOS, 1984; AZEVÊDO, 1982; MOTTA e ESTEVES, 2009). Segundo Moraes (1965), grandes manifestações e comícios realizados em frente à assembleia e ao palácio do governo favoreceram a aprovação do projeto. Azevêdo, Moraes, Rangel e Bastos consideraram a desapropriação do Engenho da Galiléia, em 1959, fator importante para extensão das bases do movimento. Bastos, Rangel e Moraes entenderam que, em um primeiro momento, os camponeses, empolgados com a real possibilidade de realizar a reforma agrária em diversas “galiléias”, incentivaram a criação de muitas outras Ligas Camponesas pelo Nordeste. Porém, como particularmente atentou Azevêdo, no decorrer da desapropriação, as Ligas observaram os limites da luta dentro dos parâmetros constitucionais, uma vez que a Companhia de Revenda e Colonização (CRC), responsável por organizar a desapropriação do engenho, buscou desmobilizar o movimento. A CRC utilizou critérios absurdos e abstratos, que foram acionados para alocar os membros da SAPP em engenhos improdutivos, localizados no sertão e na chapada do Araripe. A título de curiosidade, o engenho só seria dos foreiros quando todos eles pagassem pelos seus respectivos lotes. Se um deles não quitasse as prestações anuais, o engenho continuaria

os criadores da cartilha parecem ter utilizado a imagem da SAPPP para reforçar as conquistas que a organização dos trabalhadores rurais em sindicatos, escolas e cooperativas poderia trazer. O segundo plano discursivo, por sua vez, relacionava-se à construção do periódico *O Nordeste*, que apresentava a SAPPP como um movimento autêntico de camponeses preocupados com questões materiais de primeira necessidade, alimentando, assim, a ideia de que a agenda revolucionária das Ligas era resultado de ações exógenas e que os camponeses não precisariam promover mudanças estruturais para garantir a melhora das suas condições de vida. O terceiro plano, que engloba os dois primeiros, consistia em não apresentar a Igreja como “elemento de impedimento à justa promoção que o camponês está adquirindo em nosso país”⁵⁴⁶. Para isso, era necessário demonstrar apreço às Ligas, que, naquele momento, vocalizavam a linguagem de resistência. Esta parecia ser uma preocupação comum a vários setores do MEB, haja vista as orientações da Comissão de Sindicalismo Rural do MEB (1962) ressaltarem a importância de evitar uma postura “anti-Ligas”.

As Ligas camponesas e a atuação de Julião motivaram um alerta da opinião pública para a situação do meio rural. Em muitos casos, a campanha de sindicalização nasceu como contrapartida ao avanço das ligas; salienta-se, contudo, que em muitos estados o trabalho é de evitar qualquer sentido anti-ligas e dar uma linha positiva. (...) Resolveu-se na comissão:

- a) o trabalho dos sindicatos nunca deve ter um caráter anti-ligas, mas uma necessidade de justiça (MEB, *I Encontro Nacional de Coordenadores (Sindicalismo)*, 1962, p.19).

Além da ressignificação da luta das Ligas Camponesas, a lição 27 indica também um ponto de convergência entre as ações do MEB e as diretrizes da *Mater et Magistra*, pois apresentava os sindicatos como meio de participação dos trabalhadores rurais na política: “Com escola, sindicato e cooperativa procuram organizar o povo. Só um povo organizado participa do governo”. Essa apologia respondia a sugestão feita pelos membros da base, durante o I Encontro de Coordenadores (1962). Na ocasião, recomendou-se que os sindicatos fossem utilizados para suscitar “o desenvolvimento da responsabilidade comunitária, levando em conta a autopromoção do homem na comunidade e despertando-o para sua inserção no contexto local, regional, nacional e internacional” e “despertar as comunidades para que

pertencendo ao Estado. E para ter acesso a um lote, o foreiro não poderia possuir doença ou defeito físico (BASTOS, 1984). A decepção com a desapropriação contribuiu para que o movimento concluísse que grandes mudanças só ocorreriam por meio de uma reforma agrária radical (AZEVEDO, 1982).

⁵⁴⁶ MEB, *Conjunto didático Viver é lutar*, 1964, p.8.

exijam e assumam as reformas necessárias à mudança da estrutura”⁵⁴⁷. Como podemos imaginar, tal participação política deveria ocorrer em consonância com os pressupostos da teologia do desenvolvimento. Sendo assim, os indivíduos deveriam utilizar os sindicatos para, única e exclusivamente, conquistar a aprovação de leis capazes de promover a justiça social e o desenvolvimento da comunidade. Qualquer tipo de ação que não tivesse como objetivo a implantação do capitalismo humanitário, não era bem quista. As aulas emitidas pelo MEB/Recife (1963) reforçam a caracterização, supracitada, dos sindicatos e a tentativa de anular outras formas de fazer política a partir do esvaziamento do significado político do termo “classe”. Vejamos a primeira aula de Educação Política:

E isso se está conseguindo através das reuniões, de conversas, de entendimentos entre os representantes da Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco e os representantes das classes patronais – senhores de engenho, proprietários, fazendeiros, usineiros – Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco, Sociedade Auxiliadora de Pernambuco, Sindicato da Indústria do Açúcar, também o delegado Regional do Trabalho que é o representante da lei, do governo.

É, realmente, uma nova era para os trabalhadores rurais, quando as autoridades e o governo garantem que os agricultores serão respeitados dentro do que tiverem direitos por lei. **Esta foi a grande vitória do Sindicalismo Rural de Pernambuco: patrões e governo ouvindo, conversando, se entendendo com os representantes dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco.**

Educação Política – 1ª Aula

4-03-63 (...)

SUPERVISORA – Sindicato é a reunião de uma classe e para defesa dos seus direitos. Assim, temos a classe dos padeiros formando o seu Sindicato; a classe dos empregados do comércio, a classe dos músicos, a classe dos operários das indústrias; a classe dos donos das fábricas, todas essas classe formando, cada uma, um Sindicato diferente. (...)

SUPERVISORA – Vamos ver então esta parte: os sindicatos uniram os agricultores, mostraram as injustiças e os absurdos praticados contra eles. Graças aos Sindicatos, o agricultor ficou conhecendo o direito de fazer greve, de reclamar, de falar, de lutar pelo que tem direito! (MEB, *Série. Programas de Educação Política. Recife, 1963*, p.4-9, grifos nossos).

Agora, a segunda aula:

Educação Política – 2ª aula

quarta-feira
06-03-63 (...)

PERGUNTINHA – Esses patrões – muitos deles – não são todos, pois em toda classe tem gente boa e gente ruim...Será que os patrões vão atender as reclamações dos sindicatos?

SUPERVISORA – Têm que atender. **Os sindicatos fazem suas reclamações, fazem suas exigências baseadas nas leis do país, amparados pela Constituição...**

⁵⁴⁷ MEB, *I Encontro de Coordenadores (Conclusões I)*, 1962, p.3-4.

Além dos mais os líderes, os dirigentes dos Sindicatos encontrarão sempre as autoridades ao seu lado, toda vez que fizerem suas reclamações dentro da lei.

PERGUNTINHA – Sabe do que tenho receio?

SUPERVISORA – Do que é?

PERGUNTINHA – É de certos indivíduos que existem aí, que só querem tirar proveito, nem são trabalhadores; ao contrário, vivem procurando quem inventou trabalho para dar um tiro!...

SUPERVISORA – Você agora tocou num ponto muito importante, Perguntinha! Realmente, existem elementos interessados em anular o trabalho, o esforço dos Sindicatos. **É gente que se finge de amiga do homem do campo, somente para aproveitar da situação para fins políticos.**

PERGUNTINHA – Ah, dessa gente o nosso mundo está cheio!

SUPERVISORA – Há até indivíduos que caluniam, mentem, inventam histórias falsas sobre o Sindicalismo, como o intuito de amedrontar as pessoas.

PERGUNTINHA – É, mas nós do campo estamos prevenidos e unidos... Isto é que é a verdade. Estamos prevenidos e unidos. Só daremos ouvidos aos verdadeiros elementos que se batem por nossa causa, dentro dos Sindicatos. (...)

PERGUNTINHA – Sim, porque já vi, estudei e assuntei que **o Sindicato Rural só tem um interesse: o bem da classe, dentro da justiça e da igualdade.** (...)

SUPERVISORA – Agora, a nossa luta terá de ser dentro da justiça e da ordem. (...)

SUPERVISORA - É bom que nos lembremos que só pode perder o direito implantando a desordem e o ódio. Nessa hora de tanta confusão a gente não vê claro todas as coisas e a violência, vinda de qualquer dos lados, só ajuda aos que desejam a desordem e a anarquia na vida do campo (MEB, *Série. Programas de Educação Política. Recife*, 1963, p.14-17, grifos nossos).

A caracterização dos trabalhadores rurais como ignorantes e submetidos ao obscurantismo, aspecto chave dos ataques d’*O Nordeste* às Ligas, estava presente nos discursos de diferentes setores da Igreja. Como vimos na parte I, nas cartas pastorais, a Igreja era apresentada como a responsável por levar apoio psicológico e esclarecimento técnico e político a esse grupo social. Por exemplo, na *Declaração dos Arcebispos e Bispos presentes à reunião das províncias eclesiásticas de São Paulo* (1960), o episcopado suplicava aos trabalhadores rurais para que procurassem o “quanto antes, uma pessoa esclarecida e cristã que vos dê a palavra exata sobre o alcance da Revisão Agrária, pois seria uma lástima desconhecê-la e seria um perigo entendê-la mal, caso ela vos fosse apresentada de modo tendencioso por agitadores”⁵⁴⁸. Já nas conclusões da *2ª Assembleia Geral da CNBB* (1954), enfatizava-se a “ignorância do homem rural quanto ao trato da terra”⁵⁴⁹. Seguindo a mesma linha, a carta pastoral *A Igreja e o vale do São Francisco* (1952) atentava para a incapacidade técnica do homem do campo, com o propósito de atacar aqueles que defendiam a reforma agrária de tipo redistributiva: “(...) não basta entregar um pedaço de terra (...) faltando-lhe um mínimo de formação”⁵⁵⁰. Dom Inocêncio Engelke (1950), por sua vez, destacava a

⁵⁴⁸ CNBB, 1981, p.108.

⁵⁴⁹ CNBB, 1981, p.88.

⁵⁵⁰ CNBB, 1981, p.72.

passividade política do trabalhador rural: “Só assim (...) o homem do campo poderá defender-se contra as perigosas seduções daqueles que enxergam nele um caldo de cultura fecundo para o bacilo das agitações e das revoluções violentas”⁵⁵¹.

Igualmente, o MEB lançou mão dessa argumentação. Maria Alice (integrante do MEB/Goiás), em carta enviada a Osmar Fávero, reproduziu essa caracterização com a intenção de deslegitimar a agenda do Congresso Camponês-Operário-Estudantil, organizado pelo PCB (CUNHA, 2007):

(...) Realizou-se, há pouco, aqui em Goiânia, o 1º Congresso de Camponeses do Estado. Estiveram presentes cerca de 1.200 camponeses. E foi nesse congresso que tivemos oportunidade de ver, em toda extensão, o rumo que vem tomando o movimento camponês no nosso estado.

É impressionante ver a massificação total de que estão sendo vítimas os camponeses, por parte de grupos que se fortificam cada vez mais no campo. Depois que a gente tem uma ideia exatamente do que seja conscientização, chega a ser revoltante presenciar essa falta de respeito pelos lavradores, que estão sendo manipulados, usados em jogadas políticas, em interesses de grupos. Assistimos a isso no Congresso de Camponeses **e bem pudemos imaginar o que seria uma revolução brasileira feita nesses termos, sem a participação consciente do povo** (MEB, *Boletim MEB*, nº 3, 1963, p.5, grifo nosso).

D. José Távora também depreciou o lavrador, destacando a “deficiência cultural, do ponto de vista humano e religioso”, e qualificando-o como infantilizado e passivo. Nas suas palavras: “resolveu ser um homem adulto, está tomando suas próprias deliberações e marchando para frente”⁵⁵². Também na cartilha *Viver é lutar* tal depreciação apareceu nas lições 16 e 17:

16ª Lição

Pedro voltou esclarecido do treinamento.

Voltou esclarecido de que:

O governo é para todos.

Todo o povo deve participar do governo.

Alguns homens têm de sobra e muitos nada têm.

Alguns ganham demais.

Muitos trabalham e seu trabalho é explorado por outros.

Muita coisa está errada no Brasil.

É preciso mudança completa no Brasil.

É PRECISO MUDANÇA COMPLETA NO BRASIL

(MEB, *Viver é lutar*, 1963, p.32, grifo nosso).

17ª Lição

Pedro entendeu ainda outras coisas:

O povo ignora que é explorado.

⁵⁵¹ CNBB, 1981, p.50.

⁵⁵² MEB, *Conjunto didático viver é lutar*, 1964, p.7.

O povo ignora seus direitos e deveres.
Seus direitos não são respeitados.
E as leis que existem não são cumpridas.
O povo precisa conhecer seus direitos e deveres,
O povo precisa ficar esclarecido.
Ficar esclarecido para mudar o Brasil.
O POVO PRECISA FICAR ESCLARECIDO
(MEB, *Viver é lutar*, 1963, p.34, grifo nosso).

Embora a inferiorização dos trabalhadores rurais fosse um ponto de aproximação entre as Ligas, o PCB e o MEB, este não definia o camponês como pequeno-burguês. Segundo Fávero, os membros do MEB classificavam a si mesmos como pequeno-burgueses. Por essa razão, acreditavam que não tinham a capacidade necessária para compreender, em seus múltiplos aspectos, o mundo do trabalho rural, definindo a atuação dos monitores – esses sim, de origem rural – como fundamentais para melhor elaboração e alcance das propostas. É lugar comum na historiografia reconhecer o protagonismo dos monitores, que atuavam como intérpretes, transmitindo aos membros do MEB as aflições da comunidade e, às comunidades, as diretrizes do movimento.

Os monitores, recém-selecionados, passavam por treinamentos que enfatizavam a importância da sua atuação para a consolidação do movimento; incentivavam sua atuação em cooperativas e sindicatos – apresentada como extensão das atividades educacionais; destacavam o seu papel como agentes da história; buscavam, por meio do método global, “conscientizá-los”⁵⁵³ (FÁVERO, 2006; RAPÔSO, 1985). A metodologia empregada nos treinamentos consistia em debates, dramatizações e recreações. Por meio da recreação, buscavam “observar outras facetas do comportamento não reveladas no trabalho, e dava oportunidade para testar a responsabilidade, o espírito de iniciativa, o desembaraço” (FÁVERO, 2006, p.142), características valorizadas pelos recrutadores, assim como, lealdade, autenticidade, facilidade de comunicação, possibilidade de estabelecer “verdadeiro” diálogo com a comunidade, sensibilidade e capacidade para compreender e sintetizar os problemas da região e atuação segura e autêntica (RAPÔSO, 1985). A recreação também era fundamental para “conhecer as experiências, introduzir novidades, familiarizar os futuros monitores com o uso do toca-discos, do gravador e do rádio (emissor e receptor)” (FÁVERO, 2006, p.142). Esperava-se que, após o primeiro treinamento, os monitores selecionados estivessem

⁵⁵³ O método global previa a conscientização em etapas, partindo do entendimento dos problemas da realidade local para a regional, a nacional e a internacional (FÁVERO, 2006).

“conscientizados”; fossem capazes de tecer autocríticas e de trabalhar em grupo; tivessem agilidade mental, responsabilidade, objetividade, “espírito de reivindicação” e desejo pela justiça; e entendessem a importância do bem-comum (RAPÔSO, 1985).

Os treinamentos eram constantes e os monitores antigos continuavam submetidos a eles. Os conteúdos desses treinamentos tratavam de temas como reforma agrária, sindicalismo e comunismo (RAPÔSO, 1985). Sabendo que os monitores eram os responsáveis por fomentar e direcionar os debates⁵⁵⁴, analisar a relação entre os temas desses treinamentos e a construção das cartilhas nos permite melhor compreender o projeto de direção política da Igreja.

As obras são uníssonas sobre o fato dos monitores serem enxergados como líderes locais. Os setores conservadores da Igreja Católica no Brasil (Círculos Operários, SAR e SORPE) previam a formação endógena de lideranças (ALBUQUERQUE, 1991). As lições do MEB estavam alinhavadas a esse projeto episcopal para o campo, pois ao apresentar o treinamento como espaço de “conscientização”, legitimavam o papel dos monitores enquanto líderes e agentes de melhora da qualidade de vida do trabalhador rural, uma vez que estariam esclarecidos acerca dos problemas enfrentados por esse setor e indicariam, aos seus companheiros, quais seriam os caminhos da mudança (lições 15, 16 e 17)⁵⁵⁵:

15ª LIÇÃO

Pedro encontrou Agripino na feira.

Agripino vinha de um curso.

Vinha de um treinamento.

Ele estava muito animado.

Tinha aprendido muita coisa.

Muita coisa para mudar a vida do povo.

Pedro ficou interessado.

Vai fazer um curso desses.

PEDRO VAI FAZER UM TREINAMENTO

(MEB, *Viver é lutar*, 1963, p.30).

Entre 8 e 17 de maio de 1963, realizou-se um treinamento para as lideranças da localidade de Pirapemas (MA). Rapôso transcreveu o questionário distribuído aos participantes desse curso. A quarta pergunta reforçava a relação do MEB com os objetivos episcopais de conter o suposto avanço do comunismo no campo – especialmente no

⁵⁵⁴ Nas palavras de José Moreira Coelho, monitor do MEB/Goiás entrevistado por Ione Adriano, nos treinamentos “(...) a gente sempre recebendo aquelas instruções sobre como a gente vencer aquela situação e como trabalhar aquelas coisas com os alunos”(COELHO apud ADRIANO, 2012, p.143).

⁵⁵⁵ Os exercícios reforçavam essa construção, por exemplo: “Sublinhe as sílabas tônicas das seguintes palavras: aluno – homem – monitor – estudar – melhorar – vida” (MEB, *Viver é lutar*, 1963, p.17).

Maranhão, onde o MEB disputava a organização dos trabalhadores rurais com a Associação de Trabalhadores Agrícolas do Maranhão (ATAM), ligada ao PCB (RAPÔSO, 1985). Perguntava-se: “Será que o comunismo é ou não é uma solução para o Brasil?” (RAPÔSO, 1985, p.116). A resposta depreciava o regime, enfatizando sua característica autoritária e cerceadora das liberdades individuais: “Não é. Porque é ignorado entre nós. Dá conforto mais falha na liberdade. Porque o homem não precisa só de casa, comida e instrução. Ele precisa de ter liberdade e ser responsável pelas coisas” (RAPÔSO, 1985, p.117).

Além dessa constatação imediata, a partir dessa resposta é possível apreender outros dois pontos. O primeiro dizia respeito ao reconhecimento das estratégias do PCB e das Ligas para legitimar o regime socialista no país. Como vimos na parte I, o *Terra Livre* recorrentemente publicava notícias destacando a qualidade dos ensinos chinês e soviético (por exemplo, a URSS era congratulada por sua qualificada educação, capaz de transformar um camponês em astronauta)⁵⁵⁶. A qualidade das casas dos trabalhadores rurais soviéticos também era elogiada: “você sabia que na União Soviética, onde as fábricas e a terra estão nas mãos dos operários e dos lavradores, todas as casas no campo são servidas de energia elétrica?”⁵⁵⁷. Por fim, exaltavam-se os altos índices de produção e distribuição de alimentos na China e na URSS, atribuídos à distribuição da terra para quem nela trabalha e à mecanização da agricultura. *A Liga*, por sua vez, congratulava o governo revolucionário cubano por ter construído moradias dignas para os camponeses, mecanizado a agricultura e extirpado o analfabetismo⁵⁵⁸. Sabemos que para propor novas retóricas e maneiras de falar sobre política, os discursos precisam dialogar com o contexto linguístico existente (CÍRCULO DE BAKHTIN, 1981; FAIRCLOUGH, 2001; POCOOCK, 2003). Percebe-se que o MEB dialogou com os discursos produzidos pelo PCB e pelas Ligas para, então, tentar superá-los. O MEB buscava demonstrar os limites das conquistas materiais associadas ao regime comunista (educação, terra e comida), recorrendo ao signo afetivo que a palavra “liberdade” possuía para os trabalhadores rurais brasileiros⁵⁵⁹.

Já o segundo ponto diz respeito à necessidade de relacionarmos essa resposta à 7ª lição da cartilha *Viver é lutar*, para novamente percebermos a unidade ideológica dos discursos do movimento. Ao fazermos isso, conseguimos ir além do primeiro plano discursivo,

⁵⁵⁶ Na maioria das vezes que o jornal se referia a Yuri Gagarin, destacava sua origem camponesa.

⁵⁵⁷ *Terra Livre*, 1ª quinzena de março de 1955, p.2.

⁵⁵⁸ *A Liga*, “Todo apoio a Cuba!”, 27/03/1963, p.1.

⁵⁵⁹ Como veremos no último tópico deste capítulo, diferentes setores da Igreja, incluindo forças ligadas ao MEB, dialogaram com o passado escravocrata, apelando à dicotomia “liberdade” x “escravidão” para atacar a esquerda, genericamente enquadrada na categoria “comunismo”.

essencialmente religioso, da referida lição, encontrando sua possível expressão política de combate ao comunismo. É intrigante a semelhança entre os primeiros versos dessa lição “Ao homem não basta comida/Não basta casa e salário/O homem precisa de Deus” e a resposta encontrada no questionário citado. A diferença está no fato da lição recorrer a outro signo afetivo, a espiritualidade, também comum à grande parte dos trabalhadores rurais, seguidora do catolicismo. Provavelmente, os monitores, no decorrer das aulas, utilizavam essa lição para indicar os limites do comunismo.

Rapôso também transcreveu a programação de alguns dos treinamentos realizados pela equipe do MEB/Maranhão. No item 3.1.4 do treinamento de líderes da região de Pindaré-Mirim, realizado entre os dias 13 e 16 de agosto de 1962, constava a preocupação em apresentar a Ligas Camponesas como uma organização fundada por “camponeses [que] se unem, fazem liga, sindicatos e lutam principalmente pela Reforma Agrária” (RAPÔSO, 1985, p.111). O tópico 7.1, da mesma programação, previa o reforço dessa tese, ao destacar que os camponeses, “os homens mais explorados no Brasil (...) há cinco anos começaram a lutar”, “reuniram-se” e “fundaram ligas” (RAPÔSO, 1985, p.112), aspectos que reforçam o argumento apresentado parágrafos acima sobre os objetivos discursivos da 27ª lição da cartilha *Viver é lutar*.

Outra estratégia para, ao mesmo tempo, legitimar o movimento e atacar as Ligas e o PCB era a indicação das escolas (lição 18) e dos treinamentos como lugares da promoção da conscientização. Ao fazer isso, o MEB apresentava a fundação do sindicato católico como resultado de um desejo natural e legítimo do trabalhador rural “conscientizado” – que, após ter sua capacidade de reflexão individual e de grupo estimulada, “sente” a necessidade de agir por meio desse instrumento (lição 21), legitimando a preocupação, única e exclusiva, do movimento com a “promoção da autopromoção” – e invalidava qualquer organização sindical que não seguisse a metodologia do movimento, associando-a a interesses exógenos e artificiais. Ao que tudo indica, esta estratégia argumentativa era a pedra-angular dos discursos do MEB, utilizada tanto para justificar à opinião pública a intervenção da Igreja na disputas sindicais rurais como para arregimentar os trabalhadores rurais. As pautas debatidas na reunião da Comissão Sindical do MEB (1962) reforçam esta constatação. Na ocasião, criticou-se o protagonismo exercido pelos padres Melo e Crespo na organização dos trabalhadores rurais em torno dos sindicatos católicos. Segundo a Comissão, tal atuação servia àqueles que identificavam interesses próprios na atuação da Igreja no meio rural. A solução proposta consistiria em evitar “sempre que o padre apareça agindo nos sindicatos” e “nos

cursos de líderes rurais”, cabendo tal atuação aos leigos, que “podem e devem aprofundar a Doutrina Social da Igreja”, ao participarem dos “cursos de parte à parte”:

Atualmente se nos afigura um dos problemas gerais que temos de enfrentar: a opinião pública (às vezes com interesse de queima) já taxa os “sindicatos do padre” e chama pe. Melo ou pe. Paulo Crespo de “líderes sindicais rurais”. A presença do padre, em muitas ocasiões como iniciador ou organizador do trabalho, é justificável em parte pela carência dos leigos e pela autoridade que possui pelo interior, possibilitando uma abertura em certas áreas fechadas. Contudo, hoje, as equipes de leigos estruturando-se não há mais como manter esta situação. (...)

- A realidade mostra que em vários estados os padres assumiram inclusive a vida sindical, realizando assembleias e “dirigindo”, o que é lastimável (MEB, *I Encontro Nacional de Coordenadores (Sindicalismo)*, 1962, p.17).

Outro recurso para legitimar tanto as escolas radiofônicas (lição 18) como os sindicatos católicos (lição 21) era apresentar o seu caráter legal. Tal estratégia argumentativa demonstra o diálogo com mais um traço característico da linguagem de resistência: a cultura legalista. Como mostraram Clifford Welch (2010) e Fernando Teixeira Silva (2012), os trabalhadores rurais brasileiros, apesar de tratarem com parcimônia os efeitos da lei e da Justiça do Trabalho, idealizavam a efetivação e a aplicação da legislação enquanto garantidora de seus direitos, por isso adotavam a legalidade como princípio norteador de suas ações. A fala de Teixeira Silva resume bem a estratégia argumentativa do movimento:

Se lermos com cuidado essas declarações, poderemos constatar que não apenas os ativistas eram responsáveis por fazer os trabalhadores rurais conhecerem seus direitos, como também eram estes que mostravam àqueles que a questão legal e mesmo jurídica era um valor cultural de primeira grandeza (TEIXEIRA, 2012, p.144).

Vejamos, então, as lições 18 e 21:

18ª LIÇÃO

A lei diz que todos devem ir à escola.

A lei diz: mas não existe escola para todos.

Xavier e sua mulher discutiram este problema.

Decidiram abrir uma escola em sua casa.

Com a ajuda de outros abriram uma escola radiofônica.

Escola para esclarecer o povo a mudar esta situação.

O povo quis ficar esclarecido.

Esclarecido para poder mudar de vida.

POVO ESCLARECIDO PODE MUDAR DE VIDA

(MEB, *Viver é lutar*, 1963, p.36, grifo nosso).

21ª Lição

Os camponeses sentem necessidade de união.

Sentem que unidos podem agir.
Seu direito de união é lei.
Pedro e os companheiros querem fundar um sindicato.
Eles sentem os problemas de sua classe.
Querem organizar sua classe.
Sindicato é união.
Sindicato é força.
A união faz a força do sindicato
A UNIÃO FAZ A FORÇA DO SINDICATO
(MEB, *Viver é lutar*, 1963, p.42, grifo nosso).

Tal reconhecimento também mobilizou a criação de programas radiofônicos que, funcionando como orientadores jurídicos, comentavam temas como: Estatuto do Trabalhador Rural, trabalho infantil, jornada de trabalho, hora-extra, tipos de contratos de trabalho (escrito e oral), salário mínimo no campo, descontos em folha, segurança da mulher no trabalho e repouso remunerado (FÁVERO, 2006). Tal iniciativa seguia as estratégias desenvolvidas pelas Ligas, que possuíam um “Departamento Jurídico de Assistência Popular”, onde advogados atendiam, gratuitamente, os camponeses que se deslocassem à sede do semanário *Liga*⁵⁶⁰, e pelo PCB/ULTAB, que veiculava, como vimos, a coluna “Conheça os seus direitos” e que, no início da década de 1960, providenciou a instalação de um departamento jurídico e contratou um advogado para acompanhar os processos que tramitavam em instância superior (MEDEIROS, 1995)⁵⁶¹.

O MEB era visto pela CNBB como uma importante ferramenta para a promoção da sindicalização dos trabalhadores rurais. Bispos,

preocupados com a multiplicação de esforços desconexos das dioceses no campo do sindicalismo, deram a tarefa de coordená-los a um jovem advogado que exercera importante papel na JUC durante sua fase crítica de transição, em 1960. Ele deveria fazer do MEB seu quartel general e também ajudar a preparar seus técnicos para a tarefa de educação sindical. Essa nomeação foi um ponto significativo de virada para o Movimento (KADT, 2007, p.189).

Ao que tudo indica, tal atuação sindical foi articulada, principalmente, com organizações cristãs conservadoras. Segundo Padre Crespo (importante articulador do SORPE), foi delegada ao MEB a função de fornecer apoio logístico para as organizações que arregimentavam os trabalhadores rurais em torno dos sindicatos católicos conservadores,

⁵⁶⁰ *A Liga*, “Departamento jurídico de assistência popular”, 11/12/1962, p.3.

⁵⁶¹ É necessário destacar que os advogados assumiram papel importantíssimo na atuação das Ligas e do PCB no campo brasileiro. Os advogados estavam sempre em diálogo com os trabalhadores rurais, oferecendo apoio jurídico, a fim de resolver alguns dos problemas enfrentados por estes trabalhadores (DEZEMONE, 2008).

como o SORPE. Padre Crespo atentou para o apoio financeiro que o MEB garantia ao SORPE. Além disso, ele situou a criação do MEB como parte do esforço conservador da Igreja de conter as organizações de esquerda:

Uma coisa era o MEB, o Movimento de Educação de Base; e outra, o Movimento de AP de Ação Popular. Grande número deles também era do MEB, mas não se pode confundir uma coisa com a outra, certo? Porque o MEB era o Movimento de Educação de Base que surgiu na mesma oportunidade que surgiram os sindicatos, as cooperativas, dentro de um Plano de Emergência dos Bispos, que, inclusive, nos ajudava financeiramente. **Quer dizer, parcela do dinheiro que tínhamos para movimentar o trabalho daqui do SORP, transportes, vinha através do MEB – Movimento de Educação de Base** (CRESPO, 1978, p.33, grifo nosso).

Os *scripts* das aulas emitidas pelo MEB/Recife também reforçam essa relação. Estas aulas orientavam os trabalhadores rurais a somente participarem dos sindicatos filiados à Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco (FETAPE), cujos principais líderes estavam ligados ao SORPE (SOARES, 2017). Por exemplo:

Educação política - 1ª Aula

4-03-63(...)

SUPERVISORA – A Federação é um órgão, uma associação que reúne os outros sindicatos. Chama-se Federação dos Trabalhadores de Pernambuco. Todo sindicato deve fazer parte da Federação. De maneira que, quando você se tornar associado dum Sindicato Rural, pergunte se esse Sindicato faz parte da Federação.

PERGUNTINHA – E por que?...

SUPERVISORA – Porque existem alguns sindicatos espalhados pelo interior que estão organizando outras atividades diferentes daquelas que a Federação organiza, orienta e defende. (...)

Comentários sobre a 1ª aula de sindicalismo

(...) Mas, atenção procurem sempre saber, quando forem convidados para alguma coisa, se estão sendo orientados pela Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco (MEB, *Série. Programas de Educação Política. Recife*, 1963, p.8-12).

Ainda sobre o apoio do MEB às organizações cristãs conservadoras é interessante destacar o trecho da *Declaração da Comissão Central – A Igreja e a situação do meio rural brasileiro* (1961). Nessa declaração, o episcopado enfatizava o papel fundamental do MEB para o fortalecimento dos sindicatos conservadores e das Frentes Agrárias. Cabe ainda ressaltar que Dom Fernando Gomes, um dos que assinavam a declaração, foi o responsável

por coordenar a criação dos núcleos do MEB e da Frente Agrária, em Goiás (PEIXOTO, 2003). Vejamos:

Movimento de Educação de Base. Para a divulgação do Roteiro de atividades, como para a expansão da JAC [Juventude Agrária Católica], da Sindicalização rural e das Frentes Agrárias, o instrumento providencial que temos nas mãos é o Movimento de Educação de Base, através das Escolas Radiofônicas. Reiteramos nossa confiança no MEB (...) (CNBB, 1981, p.126, grifo no original).

No que se refere ao uso da categoria de “camponês” e as funções do sindicato, percebe-se quadro semelhante ao apontado na parte I. Mesmo o MEB sendo um movimento que reproduzia a teologia do desenvolvimento à moda do episcopado brasileiro e estava articulado com organizações cristãs conservadoras, em alguns momentos, o movimento adotou uma postura mais progressista. Tais ações progressistas podem ser explicadas pela disputa entre a base (mais progressista) e a direção (conservadora) pelo controle do movimento e pelo fato dos membros da AP lançarem mão, em algumas ocasiões, das ferramentas do MEB para promover metas políticas próprias, aproveitando-se da autonomia e da descentralização das ações do movimento no período pré-1965 (KADT, 2007). Vejamos alguns exemplos.

O primeiro diz respeito às ações dos membros do Sindicato de Pindaré-Mirim (Maranhão), ligado ao MEB e dirigido pela AP. A fim de evitar a expansão do gado zebu sobre as propriedades dos trabalhadores rurais, os membros desse sindicato recorreram a diferentes estratégias, como apelar ao prefeito, entregar memorando na Câmara Municipal e fazer passeatas. Porém, diante da não resolução do problema, os trabalhadores rurais radicalizaram as ações. Com o aval da direção sindical, os associados decidiram matar os bois e distribuir a sua carne no povoado (RICCI, 1999).

O segundo exemplo consiste na defesa que os membros do MEB/Pernambuco faziam do “direito de fazer greve, de reclamar, falar dos seus direitos”.

O terceiro é a replicação, na apostila *Viver é lutar*, de algumas propostas mais progressistas da *Mater et Magistra*, como a caracterização do sindicato como instrumento para participação política.

O quarto diz respeito à atuação dos membros do MEB no núcleo da Fazenda Serrinha (Itauçu – GO). Majoritariamente ligados à AP, os membros que ali atuavam não esvaziaram a

identidade política do termo “camponês”, pelo contrário, reforçaram-na, estimulando a associação do conceito à ideia de emancipação social, como indica a fala do monitor José Moreira Coelho:

Levar essa consciência pra frente, esse direito, essa cidadania pra fora [de] lá nós não sabia. Pra dizer a verdade, naquela ocasião nós não sabia, não usava nem falar aquela palavra “camponês”, quê que é camponês? Inclusive fizeram essa pergunta pros meus irmãos, fizeram. O povo da ditadura: quem que ensinou vocês a falar camponês? De primeiro vocês falavam (...) lavrador, roceiro, agora vocês tão falando camponês? A gente não sabia nem disso; e aí que fomos aprendendo essas coisas (ADRIANO, 2012, p.153).

6.2. Educar para construir

As estratégias empreendidas no *Viver é lutar* foram replicadas na cartilha *Educar para construir* (1964). Vejamos.

A primeira estratégia a ser destacada, salientava-se a “ignorância” dos trabalhadores rurais e delimitava-se a escola radiofônica como espaço de conscientização, com afirmações como: “Eu, monitor, devo ser a luz que vai clarear o analfabeto”⁵⁶²; “Povo esclarecido pode mudar de vida”⁵⁶³; “O rádio é também veículo de boa formação moral e espiritual de homens que trabalham pela promoção de sua comunidade”⁵⁶⁴; “(...) e veio a escola com a educação. Tudo foi se transformando”⁵⁶⁵; “Os pais descobriram também a importância da escola na educação (...)”⁵⁶⁶; “A escola radiofônica traz a luz”⁵⁶⁷.

Outra estratégia, esvaziava a identidade político-revolucionária do campesinato, seja pelo uso do termo, monolítico, “homem” à palavra “camponês”, “homem campesino”⁵⁶⁸, seja pelo uso de categorias monovalentes, universais e de geometria variável, como “povo”⁵⁶⁹, “cidadão”⁵⁷⁰ e “filho de Deus”⁵⁷¹ para classificar os trabalhadores rurais.

⁵⁶² SAR/MEB, *Educar para construir*, 1964, p.4.

⁵⁶³ SAR/MEB, *Educar para construir*, 1964, p.4.

⁵⁶⁴ SAR/MEB, *Educar para construir*, 1964, p.3.

⁵⁶⁵ SAR/MEB, *Educar para construir*, 1964, p.7.

⁵⁶⁶ SAR/MEB, *Educar para construir*, 1964, p.7.

⁵⁶⁷ SAR/MEB, *Educar para construir*, 1964, p.11.

⁵⁶⁸ SAR/MEB, *Educar para construir*, 1964, p.3.

⁵⁶⁹ SAR/MEB, *Educar para construir*, 1964, p.14.

⁵⁷⁰ SAR/MEB, *Educar para construir*, 1964, p.22.

⁵⁷¹ SAR/MEB, *Educar para construir*, 1964, p.20.

Outra, homogeneizava a população do campo enquanto “classe trabalhadora” e apresentava o sindicato como única e legítima entidade representativa, recorrendo-se à afetividade da espiritualidade para reforçar a ideia de que todos os “homens” são essencialmente trabalhadores – “todos os homens foram colocados no mundo para que trabalhassem e completassem a obra de Deus” – ⁵⁷², bem como fazendo-se um uso parcimonioso do termo “camponês” somente nas lições em que buscava integralizá-los à “classe trabalhadora”. Por exemplo:

(...) O camponês trabalha a terra, mas ele não tem terra. (...)
Os camponeses trabalham juntos. Os camponeses sofrem os mesmos apanchos.
Quem poderá mudar a vida dos camponeses?
Neste roçado que estamos visitando há um trabalhador chamado Sabino. Sabino está preocupado com a situação dos trabalhadores. Sabino pensa:
Se trabalhamos e sofremos unidos, unidos devemos lutar para sair disto. Sim, lutar unidos. **Lutar pela promoção da classe dos trabalhadores rurais. Lutar pensando na nossa classe e no bem de todos os brasileiros.**
Sabino é um camponês consciente. Ele sabe que o irmão mais próximo do camponês é o camponês. Sabino quer unir e organizar sua classe. Sabino quer fundar um Sindicato (SAR/MEB, *Educar para construir*, 1964, p.10, grifo nosso).

Outra, validava a harmonia entre as classes. A caracterização das categorias rurais como “homens, filhos de Deus” foi chave para estimular a afetividade e, por conseguinte, condenar os conflitos entre os trabalhadores rurais e os grandes proprietários ⁵⁷³:

(...) Jesus quis nos ensinar que os homens são responsáveis pelo seu próximo.
Na nossa vida, quem é o nosso próximo?
O próximo são todos e cada um dos homens.
O próximo é também aquele que é desrespeitado, expulso, explorado.
O próximo é aquele que comete injustiça. É, por exemplo, o trabalhador que não cumpre com seus deveres de trabalho. E é o patrão que não respeita a liberdade do trabalhador.
Amar o próximo significa querer construir um mundo mais humano. Mundo que só o amor poderá construir. (...)
Amar o próximo significa querer que ele cresça em Verdade, Justiça e Amor
(SAR/MEB, *Educar para construir*, 1964, p.23, grifos nossos).

Outra, destacava o protagonismo dos monitores. Para corroborar a tese da não-diretividade, demonstrar a participação dos trabalhadores rurais nas pautas do movimento e legitimar a liderança dos monitores, esse grupo assinou parte dos textos e prosas utilizados na cartilha. Outra estratégia para validar a atuação do monitor e as ações propostas pelo MEB consistia em contrastar seu esclarecimento com o obscurantismo de grande parte dos

⁵⁷² SAR/MEB, *Educar para construir*, 1964, p.9.

⁵⁷³ O espírito de cooperação era apresentado como uma característica natural da população rural, assim como o “gosto de servir (não por interesse)” e a fidelidade à Igreja (SAR/MEB, *Educar para construir*, 1964, p.55).

trabalhadores rurais: “O monitor é alguém que vai fazer do campo uma terra de homens livres, pois para sermos livres temos que nos educar”⁵⁷⁴; “Nós monitores haveremos de trabalhar unidos no mesmo ideal, para que o Brasil não permaneça cheio de misérias, injustiças e ignorância”⁵⁷⁵.

Em resumo, verifica-se, novamente, no material *Educar para Construir*, o esforço para esvaziar a identidade política do termo camponês, homogeneizando-o sob o guarda-chuva – generalizante e monovalente – do termo classe trabalhadora, com o propósito de legitimar o sindicato como única entidade representativa dos trabalhadores rurais. Este, por sua vez, continuava sendo apresentado como apolítico (somente preocupado com a garantia dos direitos trabalhistas e a promoção da justiça social) e resultado da mudança de mentalidade do trabalhador rural, agora “conscientizado”. Com relação à conscientização, permanecia a qualificação dos trabalhadores rurais como um grupo ignorante, que necessitava frequentar as escolas e os treinamentos do movimento (os espaços de conscientização) para compreender as formas de exploração às quais estava submetido e os caminhos da mudança. Por fim, reforçou a figura do monitor enquanto líder, esclarecido, da “promoção” endógena dos trabalhadores rurais.

6.3. *Mutirão II*

No *Mutirão II*, termos monolíticos e de geometria variável continuaram sendo utilizados para caracterizar o trabalhador rural, como “homem” (lição 12), “homem rural”, “homem trabalhador” (lição 1), “homem do povo” (lição 31), “homem – filho de Deus”(lição 1), “rapaz” (lição 7), “povo”(lição 16), “povo de Deus” (lição 25), “cidadão”(lição 14), “irmão” (lição 13) e “amigo”(lição 12). Contudo, as intenções discursivas não eram as mesmas. Em 1964, as organizações ligadas ao PCB foram dissolvidas e as Ligas, desarticuladas (BASTOS, 1984). Ou seja, os adversários da Igreja haviam sido dizimados. Diante desse novo quadro político, o *Mutirão II* não utilizou o termo “camponês” ou “classe”, pois não era mais necessário atacar as Ligas e o PCB; além disso, lançar mão desses termos significaria entrar no radar da repressão. As caracterizações empreendidas nessa cartilha reforçavam o caráter evangelizador do movimento, agora preocupado com a formação técnica

⁵⁷⁴ SAR/MEB, *Educar para construir*, 1964, p.4.

⁵⁷⁵ SAR/MEB, *Educar para construir*, 1964, p.4.

e a promoção religiosa dos trabalhadores rurais, e incutiam a ideia de cooperação e harmonização entre os diferentes sujeitos políticos – por exemplo, utilizava-se os termos “homem” e “cidadão” para se referir tanto aos governantes (lição 15 e 29) quanto aos trabalhadores rurais (lição 12). Ademais, o sindicato não era mais considerado instrumento de participação política dos trabalhadores rurais, somente enfatizava-se sua função garantista – “(...) Um sindicato decente/mostra o caminho da gente, pra justiça procurar”⁵⁷⁶. Vejamos algumas lições:

Lição 1

O **homem** prepara a terra,
corta a mata com o machado.
Enfrenta o trabalho duro
para fazer seu roçado.
O homem trabalhador,
filho de Deus criador,
deixa o mundo melhorado
(MEB, *Mutirão II*, 1965, p.5, grifos nossos).

Lição 7

Seu José encontrou Chico,
rapaz de muito saber,
e perguntou: - Mas me diga
se o homem pode viver
toda vida aperreado?
O Chico, rapaz letrado,
respondeu logo de vez:
- Homem, eu li numa carta
do Papa João 23:
“Todo filho de Deus Pai
tem direito de ser gente,
carece viver decente,
com liberdade e honradez”.
É preciso pois a gente
se reunir e pensar
até achar solução,
para nossa situação
chegar de fato a mudar
(MEB, *Mutirão II*, 1965, p.11, grifo nosso).

Lição 12

**Seu Genésio, que é vizinho
e amigo de seu João,
resolve ajudar o homem
e organiza um mutirão:**
mutirão é adjutório
pra quem tenha precisão.
Um pobre ajuda outro pobre,
alegre, sem ganhar cobre,
pois é preciso união
(MEB, *Mutirão II*, 1965, p.16, grifo nosso).

Lição 13

João, errando o traçado,

⁵⁷⁶ MEB, *Mutirão II*, 1965, p.28.

perdeu todo o seu feijão
Mas, com os outros companheiros,
fez de novo a plantação.
**O homem vive no mundo
pra ajudar a seu irmão.**
Ninguém vive só na terra.
Quem ajuda nunca erra,
caminho pra salvação
(MEB, *Mutirão II*, 1965, p.17, grifo nosso).

Lição 14
Quando Deus criou o homem
foi pra ser feliz e amar.
Todos têm, pois, o dever
de ao seu próximo ajudar.
**Mesmo quando um cidadão
é de outra religião,
nós devemos respeitar.**
Se ele faz um mutirão,
devemos, de coração,
a nossa ajuda lhe dar
(MEB, *Mutirão II*, 1965, p.18, grifo nosso).

Lição 15
O prefeito cidade,
onde mora o Damião,
ganhou trator pra ajudar
a toda a população.
**Esse homem deve agir
com justiça e retidão
e só mandar o trator
a que tem mais precisão.**
Se o prefeito faz justiça
evita reclamação.
**Mostra a todos que é honesto
e que é um bom cidadão**
(MEB, *Mutirão II*, 1965, p.19, grifos nossos).

Lição 16
**O homem tem obrigação
de procurar melhorar,
de cumprir com seus deveres
e por direitos lutar.**
Pra que a vida do interior
possa se modificar,
é preciso que seu **povo**
comece se organizar.
Somente a cooperação
pode trazer solução
aos problemas de um lugar
(MEB, *Mutirão II*, 1965, p.20, grifos nossos).

Lição 25
Quando Deus criou o homem,
foi pra ser feliz e amar,
e procurar o seu rumo,
pra um dia até Deus chegar.
**Depois mostrou o caminho
pra todos os filhos Seus:
é o que chamamos Igreja,**

o grande Povo de Deus
(MEB, *Mutirão II*, 1965, p.29, grifo nosso).

Lição 29
Seu José mais seus amigos
enfrentaram a questão:
reuniram todo povo
pra achar uma solução;
resolveram começar
a industrialização.
- **“É preciso pois que os homens,
que governam a nação,
deem ainda mais alento
ao plantio e à produção”**.
Era o que todos diziam
no fim da reunião.
- “Não é favor que pedimos,
eles têm obrigação.
Governo é coisa que existe
pra servir ao cidadão”
(MEB, *Mutirão II*, 1965, p.33, grifo nosso).

O documento *Fundamentação do Programa para 1965*, que circulou entre os membros do movimento, reforça o argumento de que o movimento buscava universalizar as categorias de “classe produtora” e “classe trabalhadora”, já que classificava todos os indivíduos como trabalhadores e, portanto, produtores. Além disso, reafirmava o compromisso da Igreja com a promoção do “homem”:

(...) Uma frase muito comum refere-se às “classes produtoras” quando há um pronunciamento ou atividade qualquer, que reúne apenas donos de grandes empresas e não todas as pessoas que produzem. **E, ao mesmo tempo, supõe que haja classes que não produzem, o que, pelo menos, é difícil de aceitar** sem que se determine de que tipo de produção se está tratando. **Da mesma forma é comum a referência as classes trabalhadoras, quando sabemos que trabalho é toda ação humana** (MEB, *Fundamentação para o programa de 1965 – 2ª parte: Promoção Humana*, 1965, p.17, grifos nossos).

1º – Classes sociais: são constituídas por grupos de pessoas que, de maneira geral, têm a mesma situação econômica, os mesmos modos de comportamento, os mesmos valores e que por isso adquirem o que se chama, comumente, de “consciência de classe”. Tem a consciência de estarem na mesma situação e por isso defendem o mesmo tipo de vida para seu grupo, estabelecendo diferenças “naturais” em relação a outros grupos. Pensam que a sociedade humana só deve se equilibrar de um determinado modo onde eles encontrem uma determinada posição bem assegurada. Assim, há diversas expressões de consciência de classe: a da classe latifundiária, a da classe dos grandes industriais, a da classe média, a da classe operária, a da classe camponesa etc.

Cada uma delas pode pensar que a sociedade humana devia se organizar desta ou daquela forma e que assim lhes caberia esta ou aquela importância nessa organização da sociedade. Com isso, cada classe expressa os interesses que tem para si e faz uma “ideologia” que passa a defender. Como já vimos, **as classes são também estruturas sociais e nosso interesse deve ser a promoção do homem e não das estruturas. Essa promoção será cada vez melhor conforme for mais permitido a afirmação do homem em qualquer tipo de estrutura** (MEB,

6.4. A identidade negra e o discurso do MEB para o campo

A palavra “liberdade” foi utilizada recorrentemente nas lições das cartilhas do movimento. Este tópico é justamente sobre esse aspecto: como o MEB utilizou signos associados à memória da escravidão – outro traço constituinte da linguagem de resistência – para legitimar sua agenda, especialmente a sindical.

Os materiais do MEB/SAR apresentavam os sindicatos católicos como meio de acabar com a continuidade da escravidão nas áreas rurais, como se verifica no poema escrito pela monitora Maria Bezerra, utilizado como hino oficial das escolas do SAR (PAIVA, 2009) e texto do livro para leitura *Educar para Construir* (1964):

Alerta Homem do Campo

Avante homens do campo,
Para a luta alerta, alerta!
Queremos reforma agrária
E Escola porque desperta!
Trabalhadores rurais
Precisamos de Sindicato,
De Escola Radiofônica
Lutar, **ser unido e liberto!**
Com sindicato rural
Camponês tem liberdade
Ficam livres, da escravidão,
Marcham pra libertação!
O Sindicato é a arma de luta,
A Escola é a luz que avulta
Por justiça, paz e amor
Alerta, gente alerta!
Camponês, o Sindicato,
É esperança do país,
A Escola Radiofônica
Traz a luz, bom senso diz.
Nesta minha poesia
Digo ao povo em geral
Viva a Escola Radiofônica!
Viva o Sindicato Rural!
(SAR/MEB, *Educar para construir*, 1964, p.11, grifo nosso).

Durante as eleições de 1962, o Setor de Politização do SAR desenvolveu o folheto *A Nova Escravidão*. A Equipe de Natal chamava de *politização* a educação voltada à conscientização dos indivíduos sobre as formas de dominação às quais estavam submetidos, para então se organizarem politicamente em escolas, clubes, sindicatos e cooperativas (FÁVERO, 2006; PAIVA, 2009). As campanhas de politização abordavam a “fome, a mortalidade infantil, a falta de assistência médica, o analfabetismo, a concentração de terras nas mãos de poucos, a falta de crédito, baixos salários do trabalhador e negligência dos políticos face a toda essa problemática” (PAIVA, 2009, p.90). Em razão do pleito, o ano de 1962 teve como tema o voto. Como vimos na parte I, o SAR/MEB defendia que a não venda de votos, e a conseqüente escolha de candidatos comprometidos com a justiça social, era uma das principais formas de combate às desigualdades socioeconômicas. Uma das estratégias argumentativas para legitimar a importância do voto consciente foi o destaque à sua função “abolicionista”, como sugere a capa do referido folheto (figura 12) e os seus versos finais “Vamos para eleição/Decididos a acabar/Esta nova escravidão”⁵⁷⁷. A “nova escravidão” a qual o folheto se refere era a venda de votos (“Quem vende voto esquece/Tá vendendo a liberdade”⁵⁷⁸), considerada responsável por manter os trabalhadores rurais vulneráveis aos interesses do “grande sinhô”^{579 580}, já que os latifundiários utilizavam seus poderes extraeconômicos para garantir a eleição de candidatos dispostos a “Trabalhar para os amigos/Os donos de muito sal/Carnaúba e algodão/Cana de açúcar e sisal”⁵⁸¹ e barrar qualquer projeto de reforma agrária (“Tenha calma coronel/Eu também tenho fazenda/Pro senhor vou trabalhar/Vamos acertar a venda/Reforma Agrária coitada/Eu passo na moeda”⁵⁸²).

⁵⁷⁷ SAR, 1962, p.21.

⁵⁷⁸ SAR, 1962, p.19.

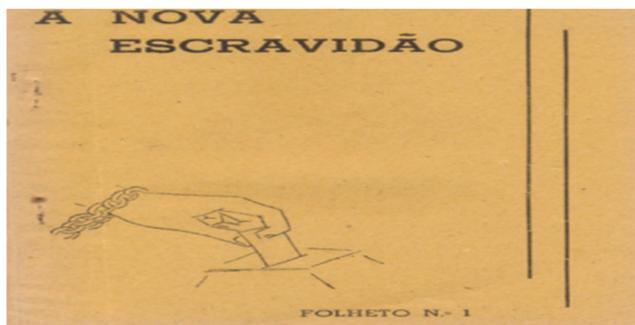
⁵⁷⁹ SAR, 1962, p.8.

⁵⁸⁰ Outra forma encontrada pelos criadores do folheto de enfatizar a hereditariedade entre os latifundiários e os antigos senhores de engenho foi caracterizar sua residência como “casa grande” (SAR, 1962, p.6).

⁵⁸¹ SAR, 1962, p.11.

⁵⁸² SAR, 1962, p.16.

Figura 12: Cartilha SAR



Fonte: SAR, 1962.

Embora a cartilha *A Nova Escravidão* tenha recorrido explicitamente à tese de continuidade da escravidão para reafirmar suas agendas, outros materiais do movimento dialogaram com a importância do signo da “liberdade” para os trabalhadores rurais negros. No material *Educar para construir*, o referido signo foi utilizado para reforçar o papel do monitor (“O monitor é alguém que vai fazer do campo uma terra de homens livres, pois para sermos livres temos que nos educar”⁵⁸³), das escolas do movimento (“O mundo de hoje é um mundo onde existem muitos escravos, principalmente da ignorância. É um mundo em que os homens vendem sua liberdade, a sua consciência, e Deus não quer um mundo assim”⁵⁸⁴), da importância do voto (“José é um trabalhador (...) O candidato foi à casa de José. O que ele queria era comprar o seu voto. Mas José era uma homem livre. Ele sabia que o VOTO era a sua ARMA, sua LIBERDADE. José então disse ao político: - Coronel, homem não se vende. Se eu vender meu voto, vendo a minha consciência”⁵⁸⁵) e da justiça social (“A justiça manda que todos juntos lutem pela libertação de todas as gentes. (...) Muitas vezes o que vemos é a escravidão de povos por outros povos. Dominados econômica, cultural, politicamente, estes povos ficam amarrados em seu desenvolvimento”⁵⁸⁶). Na lição 20 da cartilha *Viver é lutar* e na lição 31 do material *Mutirão II*, também encontramos essa estratégia argumentativa para valorizar o voto. Vejamos uma delas:

20ª Lição
Como são as eleições no Brasil?
Muitos eleitores votam no candidato do patrão.
Muitos votam a troca de sapato, roupa, remédio...

⁵⁸³ SAR/MEB, 1964, p.4.

⁵⁸⁴ SAR/MEB, 1964, p.4.

⁵⁸⁵ SAR/MEB, 1964, p.28, grifos no original.

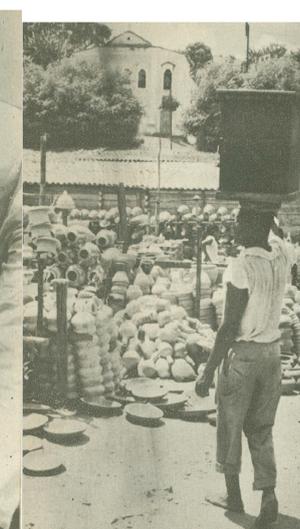
⁵⁸⁶ SAR/MEB, 1964, p.57.

Outros votam a troco de emprego ou dinheiro.
Esta situação pode continuar?
Voto é consciência.
Voto é liberdade.
Consciência não se vende.
Liberdade não se compra.
CONSCIÊNCIA NÃO SE VENDE LIBERDADE NÃO SE COMPRA
(MEB, *Viver é lutar*, 1963, p.40).

Os recursos visuais utilizados nos materiais também reconheciam a identidade negra do trabalhador rural, como demonstra a ilustração de Ziraldo, presente no livro *Mutirão II* (figura 13) e as imagens veiculadas na cartilha *Viver é lutar* (figura 14).

Figura 13: Imagens do conjunto *Viver é lutar*

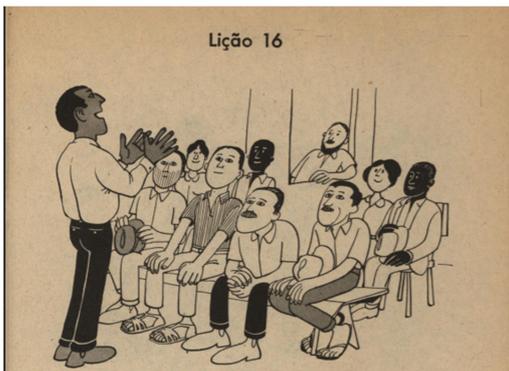
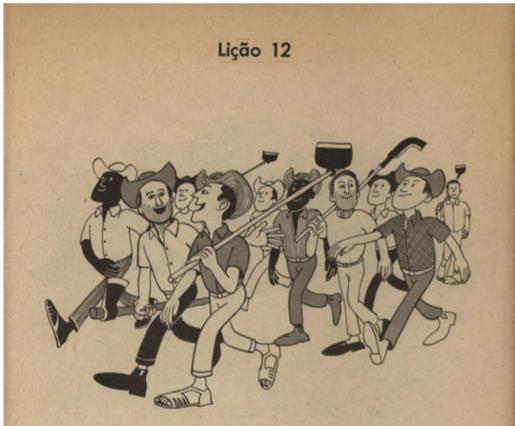






Fonte: MEB, *Viver é lutar*, 1964.

Figura 14: Imagens do livro *Mutirão II*





Fonte: MEB, *Mutirão II*, 1965.

Outro exemplo do uso da memória da escravidão pelos setores católicos ligados ao MEB pode ser identificado na fala de D. José Távora, em 1961, quando apresentou o conceito de educação de base empregado pelo movimento como uma “nova abolição da escravidão”:

O Brasil (...) tem cerca de 20 milhões de analfabetos no mundo dos adultos e adolescentes. Destes analfabetos, mais de 2/3 se encontram entre os camponeses. Foi precisamente com a visão deste panorama dramático diante de meus olhos que, representando a direção do organismo nacional do Episcopado Brasileiro e de alguns outros grupos do maior valor social, propus ao presidente Jânio Quadros, em recente carta que lhe dirigi e a que ele respondeu da maneira mais positiva possível, **que fosse ele o patrocinador de um movimento nacional de educação de base, através das escolas radiofônicas, como o verdadeiro sentido de uma nova libertação da escravatura que é a libertação do povo dessa terrível ignorância, a qual o impede de percorrer os caminhos de sua promoção social (...) o conjunto de todo esse pensamento, isto é, da reforma agrária, elevação das**

massas de trabalhadores rurais e suas respectivas famílias, uma campanha em profundidade de educação, na qual, ao lado da alfabetização, se proporcionem os conhecimentos elementares de que o homem precisa para se integrar na sociedade (*Diário de Pernambuco*, “Bispos nordestinos reunidos no Recife querem reforma agrária que beneficie camponeses”, 21 de janeiro de 1961, p.3, grifo nosso).

Outro exemplo desse uso da memória diz respeito ao I Congresso de Trabalhadores Rurais (Itabuna – BA). Em 1962, os sindicatos organizados pelo MEB participaram desse congresso, criado por membros da Igreja que atuavam na organização sindical rural, com o objetivo de promover a entrega coletiva, por parte do ministro do trabalho Franco Montoro, de 23 cartas de reconhecimento a sindicatos católicos⁵⁸⁷. Como destacou Padre Crespo – um dos organizadores –, este evento foi pensado a partir de diversos simbolismos. Entre os signos mobilizados estava a abolição da escravatura. Antes de colocarmos o trecho da entrevista em que Crespo revela os objetivos do referido congresso, cabe destacar que esta declaração, em especial, evidencia o uso da memória da escravização negra pelos setores católicos que atuavam no campo brasileiro. Fazemos tal ressalva, por tratarmos de uma instituição com séculos de existência, cuja autoimagem foi construída remetendo às experiências de escravização na antiguidade clássica, podem surgir questionamentos sobre qual tipo de escravidão estava sendo retomada por esses grupos.

O padre Antônio Melo, que é homem muito vivo, de pensamento veloz, quando o ministro disse que estava ameaçado de perder o ministério, disse: “Olhe, ministro, a rainha Isabel perdeu o trono, mas assinou a Lei da Abolição dos Escravos. Vale a pena o senhor assinar a lei, reconhecendo os sindicatos rurais e perder o ministério.” **Realmente, nós colocamos o dia do encerramento do congresso no 13 de maio de caso pensado, para que ficasse na história o início da abolição dos escravos brancos, que são os camponeses deste país** (CRESPO, 1978, p.10, grifo nosso).

O folheto *A Agricultura, setor oprimido e os vários problemas do campo*, escrito por José Alves Saraiva e utilizado pelo MEB/Natal, também fez uso da ideia de continuidade da escravidão para conclamar os trabalhadores rurais à luta, como mostra este trecho:

Agricultores amigos
Temos a grande missão
De levantar nossa voz
Em favor da redenção
Da nossa classe oprimida
Que padece a escravidão
(SARAIVA, 1963 apud PAIVA, 2009, p.107).

⁵⁸⁷ MEB, *Trabalhos realizados em 1962, 1963*, p.24.

O folheto escrito por Saraiva foi mimeografado originalmente no Seminário da Prainha, em Fortaleza, em 15 de maio de 1963 (PAIVA, 2009). Nesse período, o Ceará era palco de intensas disputas pela organização política dos trabalhadores rurais parte do PCB e da Igreja. Além disso, ambos preocupavam-se com o fortalecimento das Ligas Camponesas, que predominavam em Pernambuco e na Paraíba, estados vizinhos ao Ceará. Dois periódicos católicos foram importantes nessa disputa: *O Nordeste* (1922-1967) e *A Fortaleza* (1950-1963). Ambos publicavam editais de convocação às assembleias dos sindicatos rurais dirigidos pela Federação dos Círculos Operários do Ceará, destacavam a precária realidade socioeconômica dos trabalhadores rurais, forneciam orientação agropecuária, discutiam as formas de incentivo governamental à produção agropecuária, enalteciam as ações do governo estadunidense (sua política de crédito agrícola supervisionado, sua forma de mecanizar a agricultura, sua estrutura fundiária baseada na propriedade privada) e, conseqüentemente, criticavam os regimes e movimentos de orientação comunista, associando-os a um projeto internacional de dominação e transformação dos trabalhadores rurais em “escravos”⁵⁸⁸. Não foi somente nos periódicos que setores cearenses da Igreja realizaram essa associação. Como destacou Santos (2004), no ano de 1953, a Federação dos Círculos Operários do Ceará foi responsável por preparar, em vinte e seis municípios do interior do estado, comemorações do fim da escravidão no Brasil que seriam utilizadas como palco de atos voltados à caracterização do comunismo como agente de escravização da pátria.

Como o parágrafo acima sugere, diferentes membros da Igreja utilizaram a identidade étnica dos trabalhadores rurais em suas estratégias de arregimentação. Vejamos outros dois exemplos. Os arcebispos, bispos e prelados do Vale do São Francisco, em 1952, recorreram ao passado recente escravocrata para caracterizar as formas de arrendamento praticadas no nordeste:

(...) Algumas delas são profunda e substancialmente desumanas para os rendeiros e parceiros (...) dadas as condições vis de entrega ao patrão da parte que lhe cabe, vivem, não raro, em regime de verdadeira escravidão e isso em culturas agrícolas ou pecuárias desenvolvidas quase que apenas por eles (CNBB, 1981, p.74).

⁵⁸⁸ *O Nordeste*, “O Nordeste ameaçado”, 31/7/1961, p.3; SANTOS, 2004, p.199.

Em 1962, D. Vicente Scherer utilizou o passado escravocrata para deslegitimar o regime comunista. Para criticar a coletivização e o controle estatal das propriedades rurais, o bispo destacou que na Alemanha Oriental, na Rússia e na China, “o agricultor fica reduzido a mísero escravo”, pois o fim da pequena propriedade privada liquidava também a “liberdade e a independência dos seus donos” (SCHERER, 1962, p.68). Ademais, o discurso de D. Vicente Scherer evidencia a necessidade de reconhecermos e melhor compreendermos a existência no campo de entidades profissionalmente indiferenciadas, que utilizavam a etnia e/ou residência como aspecto definidor – a exemplo das associações de trabalhadores urbanos, que existiam no Brasil antes da Primeira Guerra Mundial (SIMÃO, 1966) –, com a intenção de contornar a fluidez e dinâmica da diferenciação das categorias rurais, resultante da sazonalidade produtiva, que fazia com que indivíduos ocupassem diferentes funções em um curto espaço de tempo, como foi possível perceber a partir da trajetória de Tiburcio. Essa constatação surgiu quando analisamos os discursos do bispo sobre a Frente Agrária Gaúcha. D. Scherer destacou, positivamente, a preocupação dessa entidade em promover a harmonia no campo, tratando os agricultores “sem distinção de cor, raça e religião, diferenciando-se assim da Sociedade União Popular, **fundada principalmente para agricultores católicos de origem germânica**” (SCHERER, 1962, p.71, grifo nosso)⁵⁸⁹.

Destacamos que a associação entre a harmonização do campo e as relações raciais também foi desenvolvida pelo MEB, que legitimava o discurso hegemônico da “democracia racial”. No livro *Educar para Construir*, destacou a construção da cultura brasileira como resultado da tríade índios, brancos e europeus, as três raças que “ajudaram” o processo de colonização⁵⁹⁰. Os índios, enquanto donos da terra; os brancos, representados pelos portugueses, trazendo a civilização; e a população negra, que “veio tristemente, tirada à força das suas terras”⁵⁹¹. “Três raças que, com suas vozes e seus instrumentos, deram os fundamentos do canto e da música brasileira”⁵⁹².

Em linhas gerais, percebe-se como o MEB estava alinhado com as práticas discursivas da classe dominante. Nesse sentido, o movimento caracterizava a sociedade capitalista como um sistema harmônico, onde todos vivem de uma mesma maneira e os conflitos são resultado

⁵⁸⁹ Entre 1912 (ano de sua fundação) e 1962, essa Sociedade auxiliou a fundação de 500 escolas primárias particulares e de caixas rurais, que atuavam ofertando crédito e financiamento ao agricultor; promoveu projetos de colonização de terras nas regiões de Cerro Lago e Porto Novo; e introduziu o cultivo de soja em algumas regiões (SCHERER, 1962).

⁵⁹⁰ SAR/MEB, *Educar para construir*, 1964, p.45, grifo nosso.

⁵⁹¹ SAR/MEB, *Educar para construir*, 1964, p.45.

⁵⁹² SAR/MEB, *Educar para construir*, 1964, p.45.

das diferentes maneiras de viver, todas elas legítimas e coesas. Nessa caracterização, a classe trabalhadora e os patrões eram apenas variantes do cidadão, da pessoa e da natureza humana.

Outro ponto que merece destaque é a necessidade analisarmos a criação do MEB como uma resposta aos avanços das Ligas e do PCB. Por isso, parte das lições da cartilha *Viver é lutar e Educar Para Construir* foi estruturada com o objetivo de retirar o signo político-revolucionário do termo “camponês”, apresentando-o como parte integrante da classe trabalhadora, mas não no sentido marxista, e sim de grupo de pessoas que exerciam a mesma ocupação – estratégia que visava esvaziar as Ligas Camponesas e as associações ligadas ao PCB. Além disso, destacamos que o combate ideológico às Ligas e ao PCB não era explícito, estratégia que evitava a percepção das intencionalidades políticas do MEB.

Destacamos também que as lições das cartilhas *Viver é lutar e Educar para Construir* legitimavam as agendas dos sindicatos cristãos conservadores focalizando: a formação de lideranças; a harmonização das relações entre governo, posseiros e grileiros; a assistência educacional, espiritual, sanitária e técnico-financeira; e a propagação do cooperativismo rural. Associado a esse aspecto, destacamos a importância da classificação dos trabalhadores rurais como inocentes e inferiores, para a defesa desses pontos.

Quando analisamos os usos da identidade negra dos trabalhadores rurais pelo MEB é possível perceber mais uma face das intenções políticas do movimento. Ao utilizar as experiências negras para legitimar a harmonia entre as classes, a justiça social e a participação por meio do voto como caminhos para a melhora da qualidade de vida, o movimento se aproximava dos discursos episcopais e atacava a tese, das Ligas e do PCB, de que as mudanças no campo só ocorreriam por meio da luta de classes e da superação do capitalismo.

Por fim, o MEB, assim como a Igreja, não era um bloco monolítico. Enquanto a categorização do mundo do trabalho rural, a delimitação das funções legítimas dos sindicatos e a defesa da justiça social, do voto e da harmonia entre as classes se aproximavam das teses dos sindicatos cristãos conservadores, a base do movimento, majoritariamente ligada à AP, preservava a identidade política do termo “camponês”, defendia a greve e, em alguns momentos, radicalizava a luta como caminho para a obtenção de conquistas materiais e simbólicas.

CAPÍTULO VII

VOZES DOS TRABALHADORES: QUESTÕES E RECLAMES

Elucidados os objetivos do MEB, vejamos como seus discursos foram interpretados pelos trabalhadores rurais.

Os monitores não recebiam salário ou qualquer tipo de remuneração monetária pela função que exerciam. Eram estimulados a agir com base no compromisso apostólico (WANDERLEY, 1984). Porém, a carta escrita em 18 de julho de 1964 pela monitora do MEB/Pernambuco, Maria de Lourdes Pessôa, revela que aspectos materiais, de primeira necessidade, também fizeram parte das negociações entre o MEB e os monitores: “(...) quando me surgiu este cargo o Bispo esclareceu que não tínhamos ordenado, mas recebíamos diversos mantimentos como fubá, manteiga, óleo etc. (...) e no entanto nada nos chegou até agora”. A insatisfação de Maria de Lourdes com o tratamento dispensado pelo movimento, naquele momento, não foi capaz de superar a força do discurso religioso e a ideia de ser protagonista em uma obra divina, visto que concluía a carta afirmando que “tenho boa vontade de cooperar com a escola certa de que serei compensada por Deus” (Carta 3).

Carta 3: Maria de Lourdes Pessôa, Granito (PE), 18/07/1964. Série correspondência entre as Escolas Radiofônicas. Fundo MEB. Acervo CEDIC.

Revmo. Sr. Mansueto

Deus esteja convosco!

Sempre desejei enviar uma cartinha a V. Reverendíssima, mas o tempo foi passando até que me foi oferecida esta ótima oportunidade, desta senhora de Petrolina aqui em Granito; portanto venho explicar as desvantagens e dificuldades que venho encontrado como monitora...

Em 1º lugar quando me surgiu este cargo o Bispo esclareceu que não tínhamos ordenado, mas recebíamos diversos mantimentos como fubá, manteiga, óleo etc. Os alunos vieram satisfeitos esperando suas contribuições e no entanto nada nos chegou até agora.

Há muito tempo que tenho informação que todos os meses o MEB recebe mais que o citado e para as outras vem mensalmente enquanto Granito nada recebeu. Eu tenho boa vontade de servir ao povo, mas o povo acha que devíamos ser gratificados como os demais lugares. A frequência cada dia está se resumindo. Quando sabemos que pessoas particulares que nada tem como o MEB recebem de tudo. Sinceramente, Sr. Mansueto fiquei muito triste. Quantas vezes hospedei pessoas do MEB fazendo sacrifício porque vivo a custa do meu trabalho e no entanto as supervisoras jamais cooperaram neste ponto de vista. Não eu esperando receber para meu uso pessoal e sim a favor do povo segundo prometeu D. Antonio.

Já tive informação que as monitoras daí tinham gratificações mensais, se é verdade aí recebi em 2 dezembro 1000,00 em cada; mas isto não faço questão esta hora que dedico ao povo para mim não é prejuízo.

Em 2º lugar não querem cooperar com o material que vem são pobres e além disso não tem compreensão, tudo vem sendo por minha conta: elementos, querosene e afinal todo material que vem daí faço a conta e remeto a importância.

Peço dinheiro aos alunos, hoje tudo é muito caro um chega com 10,00 outro com 50,00 a maioria sem nem um tostão e eu completo.

D. Antonio vive mais viajando, ficarei certa que V. Revma. ao menos com os alimentos destinados à escola irá tomar as providências. Aqui é difícil de chegar mas de Carimirim a 1ª do sr. Júlio Ribeiro está em minhas mãos.

Tenho boa vontade de cooperar com a escola certa de que serei compensada por Deus.

Peço desculpa com minha franqueza e ficaremos certos de que estes alunos esquecidos irão ser lembrados.

Aqui em Granito disponham da monitora

Maria de Lourdes Pessôa.

Revermo. Sr. Mansoeto
Deus esteja convosco!

Depre desejei enviar uma cartinha a V. Reverendíssima, mas o tempo foi passando até que me foi oferecida esta ótima oportunidade, desta senhora de Petrolina aqui em Granito; portanto venho explicar as desvantagens e dificuldades que venho encontrando como monitora.

Em 1.º lugar - quando me surgiu este cargo o Bispo esclareceu que não tínhamos ordenado, mas receberíamos diversos mantimentos como feijão, manteiga, óleo etc. Os alunos vieram satisfeitos esperando suas contribuições e no entanto nada nos chegou até agora. Há muito tempo que tenho informação que todos os meses o M.E.B. recebe, mais que o citado e para as outras vem mensalmente enquanto Granito nada recebe. Eu tenho boa vontade de servir ao povo, mas o povo acha que devíamos ser gratificados como os demais lugares. A frequência cada dia está se resumindo. Quando sabemos que pessoas particulares que nada tem com o M.E.B. recebem de tudo. Sinceramente Sr. Mansoeto fiquei muito triste. Quantas vezes hospedei pessoas do MEB fazendo sacrifício por que vivo a custa de meu trabalho e no entanto as supervisoras jamais cooperaram neste ponto de vista. Não eu esperando receber para meu uso pessoal e sim a favor do povo segundo prometeu Sr. Antonio.

Série Correspondência entre as Escolas Radiofônicas. Natal, 1959.
Fundo MEB. Acervo CEDIC

Ja tive informação que as monitoras daí tinham gratificações mensais se é verdade eu recebi em 2 de dezembro 1000,00 em cada, mas isto não faço questão esta hora que dedico ao povo para mim não é prejuízo.

Em 2.º lugar não querem cooperar com o material que vem são pobres e além disso não tem compreensão, tudo vem sendo por minha conta: elementos, querosene e afinal todo material que vem daí faço a conta e remeto a importância.

Fico dinheiro aos alunos, hoje tudo é muito caro um chega sem 10,00 outro com 50,00 a maioria sem nem um tostão e eu completo.

Sr. Antonio vive mais viajando, ficarei certa que V. Revma. ao menos com os alimentos destinados à escola irá tomar as providências. Aqui é difícil de chegar, mas de Cairuimim a 1.º do sr. Júlio Ribeiro está em minhas mãos.

Tenho boa vontade de cooperar com a escola certa de que serei compensada por Deus.

Fico desculpa com minha franqueza e ficaremos certos de que estes alunos esquecidos não ser lembrados. Aqui em Granito dispõem da monitora

Maria de Lourdes Pessoa.

Como destacou James Scott (2011), nem toda resistência é organizada de forma coletiva e aberta, existem aquelas que são mais imediatas e associadas, única e exclusivamente, à sobrevivência, as chamadas *formas de resistência cotidiana*. O relato de Maria de Lourdes Pessôa demonstra a utilização de, ao menos, uma forma de resistência deste tipo: a “ignorância fingida”, em que Pessôa demonstrava apoio total e irrestrito aos objetivos da Igreja, com o intuito de participar do MEB e assim adquirir itens necessários à sobrevivência, nesse caso, o acesso a gêneros alimentícios de primeira necessidade. No geral, este tipo de resistência prevê o anonimato, pois são aplicadas, principalmente, em contextos de intensa perseguição. Aspecto que se encaixa muito bem nesse caso, visto que a carta foi escrita em meio à intensa repressão do governo militar.

Assim como as formas de atuação coletivas e abertas, as resistências cotidianas também estão ligadas ao nexos da luta de classes, já que buscam mitigar ou atacar os desmandos das classes dominantes. Porém, pelo fato de serem tão inerentes à vida (portanto, naturalizadas) e de possuírem o anonimato como traço constituinte, é difícil encontrá-las nas fontes. Geralmente, temos maior chance de detectá-las, quando as formas de exploração assumem características ainda mais brutais. Ponto que, mais uma vez, se encaixa no caso aqui analisado, pois estamos falando de um período marcado pela intensificação dos processos de desapropriação e de concentração fundiária (DELGADO, 2010).

Outros monitores do MEB também compartilhavam da insatisfação de Maria de Lourdes. Em 1969, um grupo escreveu uma carta às instâncias máximas do movimento reclamando remuneração pelos serviços prestados. A partir dessa carta foi possível constatar que os monitores haviam identificado as principais estratégias do movimento para organizar e explorar o trabalho desse grupo: por um lado, criticavam a caracterização do MEB como um movimento preocupado, única e exclusivamente, com a promoção dos trabalhadores rurais (“se vocês fossem amigos do camponês preferia não ter MEB do que ele viver a custa de uma exploração. Não adianta dizer que isto é colaboração, nós entendemos isto como exploração”). Por outro lado, criticavam a ideia de que monitores deveriam fazer sacrifícios franciscanos em nome da promoção da sua classe (“Sempre a dizer colabore com a sua classe, já estamos enfadados.”). Nesse ponto, percebe-se que, embora estes monitores criticassem diferentes argumentos do MEB, a definição de “classe” apresentada pelo movimento não foi atacada. Os monitores reproduziram a ideia de integração do camponês à classe trabalhadora, ao utilizarem o termo trabalhador camponês: “Vocês tem feito com nós o que os patrões aqui

fazem com o trabalhador camponês”. Por meio dessa carta também foi possível perceber que esses monitores estavam cientes da relação entre o movimento e o governo (“Se o governo só aceitar o MEB com o trabalho dos monitores de graça”) (Carta 4).

Carta 4: Monitores de Estância, 15/06/1969. Fundo MEB. Acervo CEDIC.

Sr. Diretor do M.E.B.N.

Há muito que estamos sendo explorados por vocês do M.E.B, nos temos sido do MEB e vocês não reconhecem como sendo dele, a prova é que nós sendo dele, não ganha e vocês ganham. Nós temos sido injustiçados. Vocês têm feito com nós o que os patrões aqui fazem com o trabalhador camponês, que dão todo o seu esforço, acabando a vida em um trabalho tão pesado, e com uma alimentação péssima, e ainda se acabam de esmola. Vocês dizem que estão colaborando com nós, vocês estão é explorando. A gente dando o último tostão que temos para manter uma escola que o governo pode manter.

Esta história do supervisor quando falamos em remuneração procurar palavras bonitas, não adianta é só para dizer, para cumprir nada. Porque ela ganha, agora quer que a gente trabalhe de graça. Sempre a dizer colabore com sua classe, já estamos enfadados. Nunca vi uma árvore sem folhas fazer sombra para abrigo de ninguém. Muitas vezes ficamos em necessidades de alimentos para comer e manter a escola. Vocês devem colaborar com nós que nada temos e não, com o governo de um Brasil tão rico.

A história de Bispos e Padres dizer que a gente deve ensinar de graça para receber a recompensa do céu, a gente não acredita porque se fosse assim, eles também iam esperar esta recompensa. E eles não fazem assim, batizam, casam, recomendam defunto, tudo com o dinheiro na frente.

As supervisoras dizem que ganham porque dão 8 horas e até mais de trabalho; então paguem as 8 horas delas e as 2 da gente.

Se o governo só aceitar o MEB com o trabalho dos monitores de graça e se vocês fossem amigo do camponês preferia não ter MEB do que ele viver a custa de uma exploração. Não adianta dizer que isto é colaboração, nós entendemos isto como exploração. Vocês não podem dizer que não é exploração, porque não são vocês que estão sem ganhar, quem está sem ganhar é nós.

Desta vez tomamos a decisão de dizer o que sentimos e pensamos; se vocês não puderem resolver, pedimos que mande para quem pode resolver este problema.

Assina os monitores:

Otelina Agostinha de Azevedo

Valdeci Sales Costa

Maria Lúcia Alves

Maria Vieira da Costa (Helena V.)

José Carlos dos Santos

Josefa Bispo dos Santos (Joselene)

Valdomiro Alves da (ilegível)

Josefa Luiza de Franco

Clarice Andrade Santos

América Almeida

Maria da Cruz

Maria Elza Chagas Monteiro

Alcinéa Maria de Jesus

José Bernardes dos Santos

Josefa Maria de Jesús

Regina Vieira de Aragão

Maria Raimunda de Santana

Josefa Dinalva de Oliveira

Desta vez tomamos a decisão de dizer o que sentimos e pensamos; se vocês não puderem resolver, pedimos que mande para quem poder resolver este problema.

Assina os monitores :

Otelina Agostinha de Azevedo
Valdeci Sales Costa
Maria Lúcia Alves
Maria Vieira da Costa (Helena V.)
José Carlos dos Santos
Josefa Biery dos Santos (Joacilene)
Valdomiro Alves da (Alegível)
Josefa Luiza de Franco
Clarice Andrade Santos
América Almeida
Maria da Cruz
Maria Elza Chagas Monteiro
Alcinda Maria de Jesus
José Bernardes dos Santos
Josefa Maria de Jesus
Regina Vieira de Aragão
Maria Kaimunda de Santana
Josefa Dinalva de Oliveira

Correspondência denúncia da situação dos monitores ao Sr. Diretor de MEB-Natal.
Estância 15/06/1969. 2p. Fundo MEB. Acervo CEDIC.

Estância, 15 de junho de 1969

Sr. Diretor do M.E.B.N.

A muito que estamos sendo explorados por vocês do M.E.B, nos temos sido do MEB e vocês não reconhecem como sendo d'ele, a prova é que nós sendo d'ele, não ganha e vocês ganham. Nós temos sido enjulgado. Vocês tem feito com nós o que os patrões aqui fazem com o trabalhador camponês, que dão todo o seu esforço, acabando a vida em um trabalho tão pesado, e com uma alimentação péssima, e ainda se acabam de esmola. Vocês dizem que estão colaborando com nós, para manter uma escola que o Governo pode manter.

Esta história do supervisor quando falamos em remuneração procurar palavras bonitas, não adianta é só para dizer, para cumprir nada. Porque ela ganha, agora quer que a gente trabalhe de graça. Sempre a dizer colabore com sua classe, já estamos enfadados. Nunca vi uma árvore sem folhas fazer sombra para abrigo de ninguém. Muitas vezes ficamos em necessidades de alimentos para comer e manter a escola. Vocês devem colaborar com nós que nada temos e não, com o governo de um Brasil tão rico.

A história de Bispos e padres dizer que a gente deve ensinar de graça para receber a recompensa no céu, a gente não acredita porque se fosse assim, eles também iam esperar esta recompensa. E eles não fazem assim batistas, cruzam, recomendam o difunto, tudo com o dinheiro na frente.

Os supervisores dizem que ganham porque dão 8 horas e até mais de trabalho; então paguem as 8 horas delas e as 2 da gente.

Se o governo só aceitar o MEB com o trabalho dos monitores de graça e se vocês fossem amigo do camponês preferia não ter MEB do que ele viver a custa de uma exploração. Não adianta dizer que isto é colaboração, nós entendemos isto como exploração. Vocês não podem dizer que não é exploração, porque não é vocês que estão sem ganhar, quem está sem ganhar é nós.

Correspondência denúncia da situação dos monitores ao Sr. Diretor de MEB-Natal.
Estância 15/06/1969. 2p. Fundo MEB. Acervo CEDIC.

A percepção da relação simbiótica entre o MEB (Igreja) e o Estado também estava presente na análise do monitor Parcival Moreira Coelho (MEB/Goiás), entrevistado por Ione Adriano:

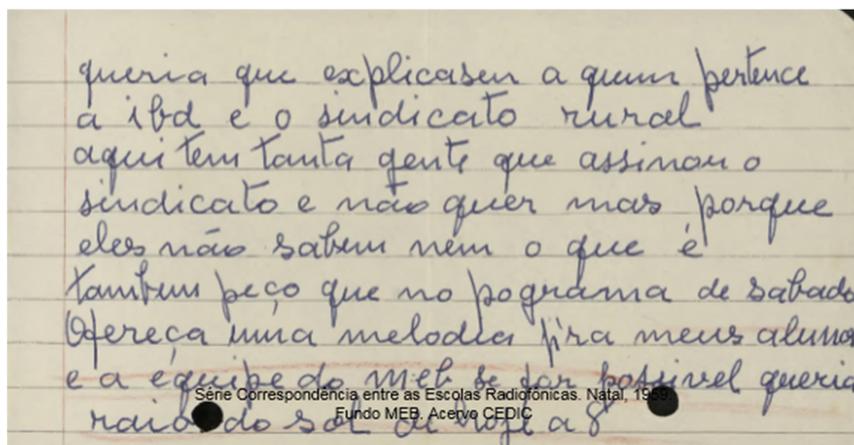
(...) não construímos uma associação. **A Igreja vigiava muito a questão de sindicato.** Prova de que, o MEB tinha um institutozinho lá de sindicato, uma pessoa

responsável, que atuou muito pouco, mas dentro da proposta o MEB, pra não avançar tanto. Pra não avançar tanto **porque a Igreja também é Estado**. Não tinha como também a gente fundar um outro sindicato, mas pelo menos estimular os trabalhadores naquela área a filiar num outro sindicato, que era um sindicato bom. **Mas até nós tínhamos medo dele: comunista, porque a gente tava inserido num contexto conservador** (ADRIANO, 2012, p.119, grifos nossos).

Alguns monitores também tratavam com estranheza a imagem dos sindicatos católicos como apolíticos, exigindo explicações sobre a sua filiação e relação com o governo, como mostra o seguinte trecho: “Queria que explicassem a quem pertence a ibd e o sindicato rural. Aqui tem tanta gente que assinou o sindicato e não quer mais porque eles não sabem nem o que é”⁵⁹³ (Carta 5).

Carta 5: Série correspondência entre as Escolas Radiofônicas. Fundo MEB. Acervo CEDIC.

Queria que explicassem a quem pertence a ibd e o sindicato rural. Aqui tem tanta gente que assinou o sindicato e não quer mais porque eles não sabem nem o que é.
Também peço que no programa de sábado ofereça uma melodia para meus alunos e a equipe do MEB. Se for possível queria raio do sol de hoje a 8.



queria que explicassem a quem pertence a ibd e o sindicato rural aqui tem tanta gente que assinou o sindicato e não quer mais porque eles não sabem nem o que é
também peço que no programa de sábado ofereça uma melodia para meus alunos e a equipe do MEB. Se for possível queria raio do sol de hoje a 8

Série Correspondência entre as Escolas Radiofônicas. Natal, 1970
Fundo MEB. Acervo CEDIC

Neste outro trecho, vemos o mesmo tipo de preocupação: “Pergunto se a ibd acabasse, se a ibd é dos americanos, se o sindicato rural pertence a ibd e também quero saber se o sindicato rural tem alguma coisa com o governo” (Carta 6).

⁵⁹³ Algumas cartas não foram assinadas e/ou datadas.

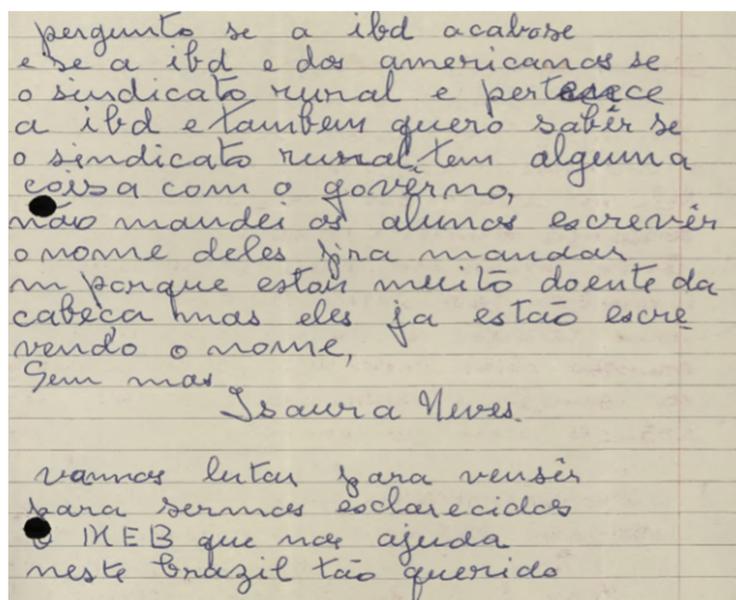
Carta 6: Isaura Neves. Série correspondência entre as Escolas Radiofônicas. Fundo MEB. Acervo CEDIC.

Pergunto se a ibd acabasse, se a ibd é dos americanos, se o sindicato rural pertence a ibd e também quero saber se o sindicato rural tem alguma coisa com o governo, não mandei os alunos escrever o nome deles para mandar porque estou muito doente da cabeça, mas eles já estão escrevendo o nome.

Sem mais

Isaura Neves.

Vamos lutar para vencer
para sermos esclarecidos
o MEB que nos ajuda
neste Brasil tão querido



pergunto se a ibd acabasse
e se a ibd é dos americanos se
o sindicato rural pertence
a ibd e também quero saber se
o sindicato rural tem alguma
coisa com o governo,
não mandei os alunos escrever
o nome deles para mandar
porque estou muito doente da
cabeça mas eles já estão escre
vendo o nome,
Sem mais
Isaura Neves.

vamos lutar para vencer
para sermos esclarecidos
o MEB que nos ajuda
neste Brasil tão querido

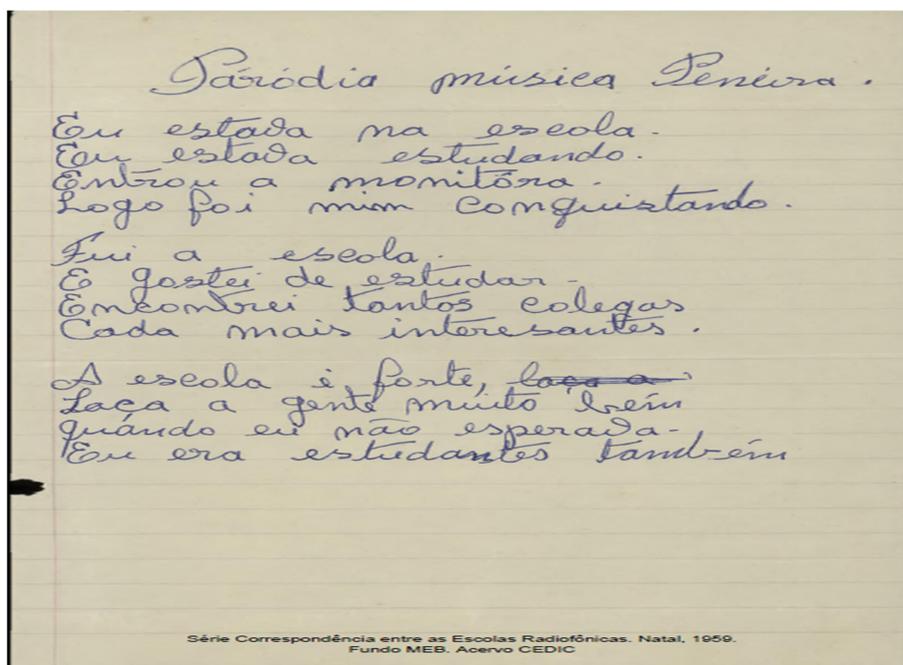
Apesar dessas críticas, as cartas consultadas evidenciam a absorção dos principais pontos trabalhados nas cartilhas, como: a importância dos monitores; a neutralização da conotação revolucionária dos termos “camponês” e “proletário”, utilizando categorias abstratas e supostamente universais; a ideia de harmonização entre as classes; a apresentação dos sindicatos católicos e das cooperativas como propulsores de mudanças; a percepção da educação (alfabetização) como instrumento fundamental para o desenvolvimento (pessoal) e da comunidade; a caracterização do trabalhador rural como ignorante; a caracterização do MEB como instrumento fundamental para a implantação da justiça social; a indicação da escola radiofônica como espaço de “esclarecimento” e, portanto, primeiro espaço de luta.

Com relação à importância dos monitores, as Cartas 6, 7, 8 e 9, por exemplo, diziam que: “Vamos lutar para vencer/ para sermos esclarecidos/o MEB que nos ajuda/Neste Brasil

tão querido” (Carta 6); “Eu estava na escola/Eu estava estudando/Entrou a monitora/Logo foi me conquistando (...) A escola é forte/Laça a gente muito bem/quando eu não esperava/Eu era estudante também” (Carta 7); “Minha querida monitora. Já sei ler e escrever. Primeira carta é para senhora” (Carta 8); “A nossa monitora explica coisas que não sabíamos. Gostamos muito dela porque é nossa professora” (Carta 9).

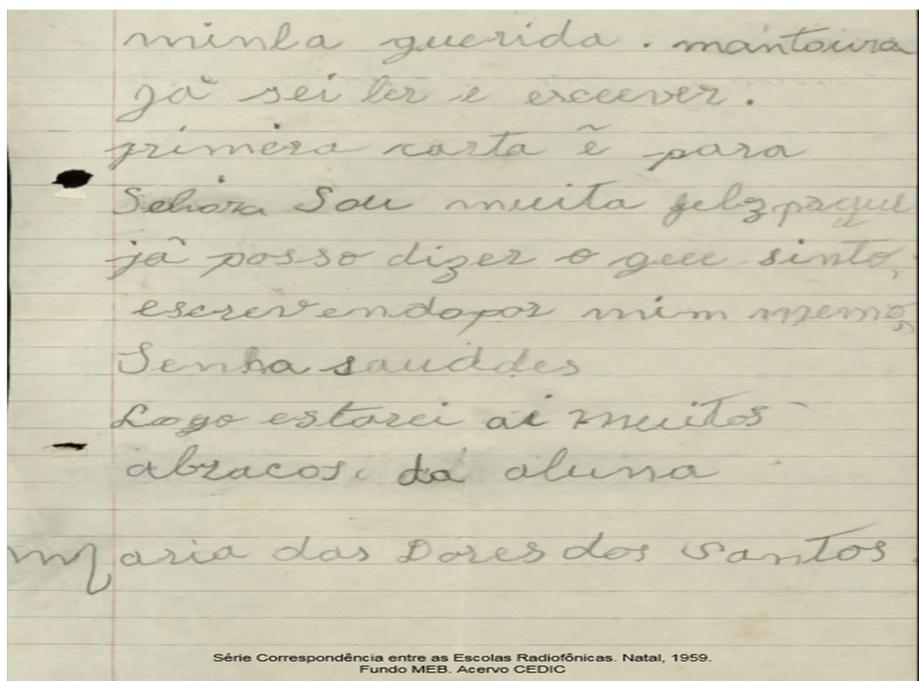
Carta 7: Série correspondência entre as Escolas Radiofônicas. Fundo MEB. Acervo CEDIC.

Paródia música Peneira.
Eu estava na escola.
Eu estava estudando.
Entrou a monitora.
Logo foi me conquistando.
Fui à escola.
E gostei de estudar.
Encontrei tantos colegas
Cada mais interessantes.
A escola é forte,
Laça a gente muito bem
Quando eu não esperava.
Eu era estudante também.



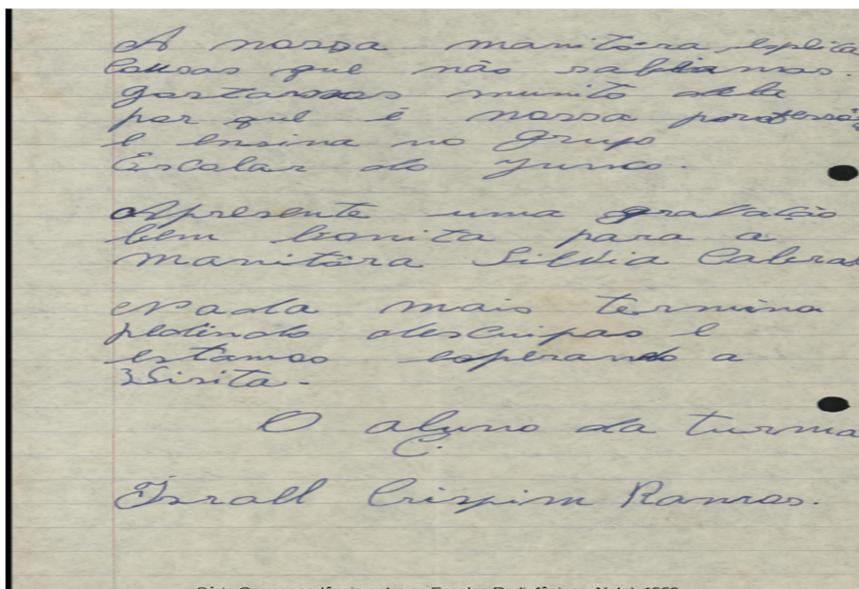
Carta 8: Maria das Dores dos Santos. Série correspondência entre as Escolas Radiofônicas. Fundo MEB. Acervo CEDIC.

Minha querida monitora. Já sei ler e escrever. Primeira carta é para senhora. Sou muito feliz porque já posso dizer o que sinto escrevendo por mim mesmo. Tenho saudades. Logo estarei aí. Muitos abraços da aluna
Maria das Dores dos Santos.



Carta 9: Israel Crispim Ramos. Série correspondência entre as Escolas Radiofônicas. Fundo MEB. Acervo CEDIC.

A nossa monitora explica coisas que não sabíamos. Gostamos muito dela porque é nossa professora e ensina no grupo escolar do [ilegível].
Apresente uma gravação bem bonita para a monitora Silvia Cabral.
Nada mais. Terminei pedindo desculpas e estamos esperando a visita.
O aluno da turma C.
Israel Crispim Ramos.



A nossa manitara, Lepida
Cassas que não sabíamos.
gostamos muito de ti
por que é nossa portadora
e ensina no grupo
Escalar do Yurico.

Apresente uma gratidão
bem bonita para a
manitara Sildia Cabral
esperada mais termina
placando o escipao e
estamos esperando a
Sivita.

O aluno da turma
Israel Crispim Ramos.

Série Correspondência entre as Escolas Radiofônicas. Natal, 1959.

Já a carta 10 reproduzia a neutralização da conotação revolucionária dos termos “camponês” e “proletário” e a ideia de harmonização entre as classes: “Ricas, pobres, fidalgas, proletárias/Vós sois todas irmãs, amigas minhas/ O pai do céu das moças milionárias/ É o mesmo pai do céu das pobrezinhas” (carta 10). A fala do monitor Percival (MEB/GO) seguia a mesma linha argumentativa: “O modo como eles tão falando, o homem tem dois valor: aquele que Deus dá, aquele que dão aqui na terra, nas leis que regem os homens monetariamente”,⁵⁹⁴. Cabe ainda destacar a carta 3, escrita pela monitora Maria de Lourdes Pessôa, que fez uso de categorias abstratas e supostamente universais para se referir aos trabalhadores rurais: “Não eu esperando receber para meu uso pessoal e sim a favor do povo segundo prometeu D. Antonio (...) mas isto não faço questão esta hora que dedico ao povo para mim não é prejuízo.”

⁵⁹⁴ Percival (MEB/GO), *Relatório do Treinamento de Animadores Monitores*, 1966, p.4. Fundo Goiás Centro Memória Viva Documentação e referência em EJA, Educação Popular e Movimentos Sociais. Acervo Nedesc/Centro Memória Viva.

Carta 10: Domingos Albuquerque/Miriam Gomes Rabêlo. Série correspondência entre as Escolas Radiofônicas. Fundo MEB. Acervo CEDIC.

Poesia "A fita azul"
Domingos Albuquerque:
Ricas, pobres, fidalgas, proletárias.
Vós sois todas irmãs, amigas minhas,
O pai do céu das moças milionárias
É o mesmo pai do céu das pobrezinhas.
Se não tendes das gregas estatuárias régias, do corpo escultural, as linhas,
Toda leveza e graça extraordinárias.
Buscai possuir as leves andorinhas.
Se não sois vós as rosas da existência,
Bem podeis, no entanto, a própria essência
Do coração, _____ e eternamente moço.
Das violetas modestas a poesia,
Como um colar trazendo no pescoço
A fita azul das filhas de Maria.
Escreveu: Miriam Gomes Rabêlo.

80 5 60 3
20 26 20
2 4 20
32 10
Poesia "A Fita Azul"
Domingos Albuquerque:
Ricas, pobres, fidalgas, proletárias,
Vós sois todas irmãs, amigas minhas,
O pai do céu das moças milionárias
É o mesmo pai do céu das pobrezinhas.
Se não tendes das ~~gregas~~ gregas
estatuárias régias, do corpo escultural,
as linhas,
Toda leveza e graça extraordinárias
Buscai possuir as leves andorinhas.
Se não sois vós as rosas da existência,
Bem podeis, no entanto, a própria essência
Do coração, — e eternamente moço.
Das violetas modestas a poesia,
Como um colar trazendo no pescoço
A fita azul das filhas de Maria.
Série Correspondência entre as Escolas Radiofônicas. Natal, 1969.
Fundo MEB - Acervo CEDIC.
Escreveu: Miriam Gomes Rabêlo.

A carta 11 e as falas dos trabalhadores rurais presentes na Reunião de Encontro com a Equipe da Serrinha, realizada em 1966, caracterizavam, respectivamente, os sindicatos católicos e as cooperativas como instrumentos propulsores de mudanças: “Olhe quero dizer-lhe que estou muito satisfeito como este Sindicato que talvez melhore nossa vida (...) quero

também dizer-lhe que já me disseram que nós estávamos errados com esse Sindicato Rural, mas eu digo assim, vamos errar com a Igreja” (Carta 11).

Carta 11: Agenor Marques Ferreira, Sítio Poço de Lage (Tabira – PE). Série correspondência entre as Escolas Radiofônicas. Fundo MEB. Acervo CEDIC.

Aluno da Escola Radiofônica em Sítio Poço de Lage município de Tabira,
Agenor Marques Ferreira.
Olhe quero dizer-lhe que estou muito satisfeito com este Sindicato que talvez
melhore nossa vida, e eu vou me casar no dia 28 próximo corrente. Preciso de
trabalhar muito. Vou começar outra vida. Quero também dizer-lhe que já me
disseram que nós estávamos errado com esse Sindicato Rural, mas eu digo
assim, vamos errar com a igreja. Me responda se estou certo ou não.
Nada mais. Agradeço.
O aluno Agenor M. F.

Aluno da Escola Radiofônica em
Sítio Poço de Lage m. de Tabira
Agenor Marques Ferreira
Olhe quero dizer-lhe que estou
muito satisfeito com este Sind-
cato que tal nos melhore nossa
vida, e eu vou me casar
no dia 28 de próximo corrente
preciso de trabalhar muito
vou começar outra vida.
Quero também dizer-lhe que
já me disseram que nos estava-
vamos errado com esse Sindicato rural
mas eu digo assim, vamos
errar com a igreja. Me
responda se estou certo
ou não
nada mais agradeço
aluno Agenor
M. F.

Série Correspondência entre as Escolas Radiofônicas. Natal, 1959.
Fundo MEB. Acervo CEDIC

Os presentes na Reunião de Encontro com a Equipe da Serrinha, por sua vez, enfatizavam a formação das cooperativas como resultado do processo educacional, além de legitimar a ideia de que as cooperativas eram um meio de integração de todos os membros de uma comunidade, inclusive “patrões”, às projetos governamentais de desenvolvimento (que, resumia-se, a facilidade do acesso ao crédito):

(...) Pergunta: O que pensam, que ideia têm de uma cooperativa?

Uma união e bem estar de todo mundo que entra na cooperativa. Lourival

(...)

2.1. Princípios cooperativistas (...)

- Missão Educativa

Sem educação não pode ter uma sociedade boa. Geraldo

Se não tiver educação pode existir esperteza.

(...)

- Retorno dos excedentes: (...)

Conseguir financiamento do banco, esta está boa. Se houver um empréstimo já pode haver prazo. Arnaldo

(...) O que você acha mais necessário pra começar uma cooperativa?

depende também da colaboração dos proprietários: eles podem não aceitar aquela cooperativa. Geraldo

(...) Um homem pode viver sozinho?

O rico não pode viver sem o pobre e o pobre não pode viver sem o rico. Lázaro (MEB/GO, *Relatório de Encontro com a Equipe da Serrinha*, 1966, p.1-4. Fundo Goiás Centro Memória Viva Documentação e referência em EJA, Educação Popular e Movimentos Sociais. Acervo Nedesc/Centro Memória Viva).

A fala do monitor Vicente Teodoro (MEB/GO) e a Carta 12 caracterizavam o MEB como instrumento fundamental para a implantação da justiça social e versavam sobre a importância da educação (alfabetização) para a implantação da justiça social e o desenvolvimento (pessoal) e da comunidade: “A alfabetização deve mostrar o valor do homem, fazer conhecer o valor que o homem tem. O meu patrão mesmo me fala: você tem 1 mil réis, só vale 1 mil réis. Eu fico pensando: se eu sou pobrezinho, o outro é rico, ele deve valer mais do que eu?”⁵⁹⁵; “Finalmente, desejamos um feliz [ilegível] em suas novas escolas para o desenvolvimento de todos (...) Na equipe de nosso MEB não tem distinção e sim, igualdade e união; cuja força nasce toda justiça.” (Carta 12).

⁵⁹⁵ Vicente Teodoro (MEB/GO), *Relatório do Treinamento de Animadores Monitores*, 1966, p.4. Fundo Goiás Centro Memória Viva Documentação e referência em EJA, Educação Popular e Movimentos Sociais. Acervo Nedesc/Centro Memória Viva.

Carta 12: José de Albuquerque Pimentel, Prodígio (Sairé – PE), 27/10/1963. Série correspondência entre as Escolas Radiofônicas. Fundo MEB. Acervo CEDIC.

Ouvimos pelo rádio, a despedida da nossa querida professora, Rosario Negreiros. Para nós, alunos e monitores, foi uma surpresa inesperada. Mas ela soube preencher, (aliás) corrigir essa ausência sua, na escolha de sua substituta, no desenvolvimento de sua missão.

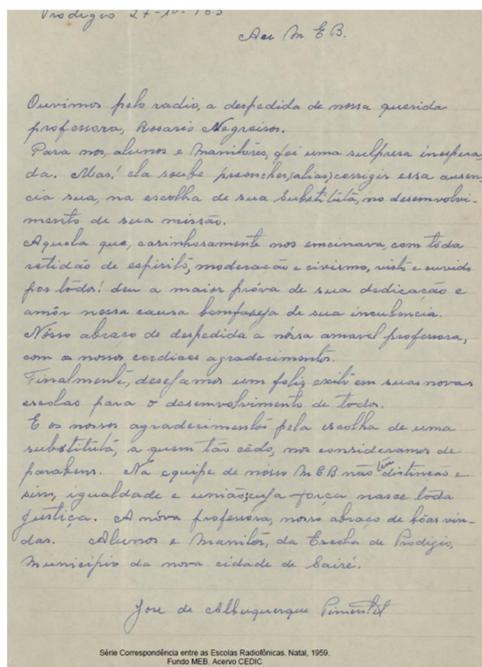
Aquela que, carinhosamente nos ensinava, com toda gratidão de espírito, moderação e civismo, visto e ouvido por todos! Deu a maior prova de sua dedicação e amor nessa causa benfazeja de sua incumbência.

Nosso abraço de despedida a nossa amável professora, com os nossos cordiais agradecimentos.

Finalmente, desejamos um feliz [ilegível] em suas novas escolas para o desenvolvimento de todos.

E os nossos agradecimentos pela escolha de uma substituta, a quem tão cedo, nós consideramos de parabéns. Na equipe de nosso MEB não tem distinção e sim, igualdade e união; cuja força nasce toda justa. A nossa professora, nosso abraço de boas vindas. Alunos e monitor da Escola de Prodígio, Município da nova cidade de Sairé.

José de Albuquerque Pimentel.



As cartas 13 e 14 atentavam para a ignorância do trabalhador rural e caracterizavam a escola radiofônica enquanto espaço de “esclarecimento” e, portanto, primeiro espaço de luta: “A senhora sabe que esta gente o que reina é a ignorância, chamo atenção, faço reuniões,

explico mas é mesmo que nada” (Carta 13); “Os alunos querem mesmo tirar a mancha do analfabetismo, e lutarem por uma nova mudança” (Carta 14).

Carta 13: Dione Maria Alves, Sítio Palmeira, 31/08/1964. Série correspondência entre as Escolas Radiofônicas. Fundo MEB. Acervo CEDIC.

Sítio Palmeira, 31 de agosto de 1964

Querida Edina,

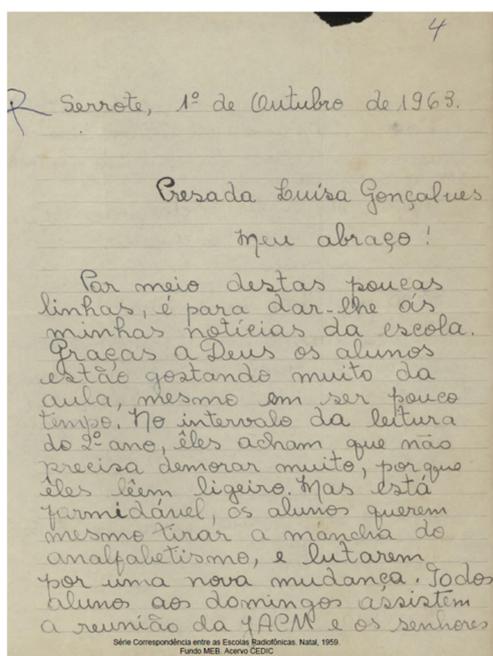
Atendendo ao seu pedido escrevo-lhe esta cartinha, dando-lhe algumas notícias sobre a escola. Olhe, é o seguinte, eu estou bastante animada para ensinar, mas pelo que estou vendo é capaz de deixar sobre a questão de alunos. Estou muito apereada. Penso que só vou arranjar uns 5 alunos. A minha localidade existem gentes analfabetas até demais. A senhora sabe que nesta o que reina é a ignorância. Chamo atenção, faço reuniões, explico, mas é mesmo que nada. Minha mamãe adora esta escola. Quando é às 6 horas ela está ao lado do rádio. Se agora deixar de ensinar, sentirei bastante a falta de esforço não é. Vou falar a senhora que se fosse um forró eles adoravam, nunca vi um povo como este. Se achar que posso continuar assim como falei, avise-me. Só queria morar em lugar que arranjasse uns 40 alunos. Seria o meu maior prazer. Vou finalizar pedindo desculpas. Mamãe envia um abraço para D. Terezinha. Finalmente lembranças para todos do MEB e para senhor um abraço. Dione Maria Alves.

Resp - 5.9.64
Sítio Palmeira 31 de agosto de 1964
Querida Edina
Atendendo ao seu pedido escrevo-lhe esta cartinha dando-lhe algumas notícias sobre a escola. Olhe é o seguinte eu estou bastante animada para ensinar, mas pelo que estou vendo é capaz de deixar sobre a questão de alunos estou muito apereada penso que só vou arranjar uns 5 alunos. A minha localidade existem gentes analfabetas até de mais. A senhora sabe que esta gente o que reina é a ignorância chamo atenção, faço reuniões, explico mas é mesmo que nada. Minha mamãe adora esta escola quando é as 6 horas ela está ao lado do rádio se agora deixar de ensinar sentirei bastante a falta de esforço não é. Vou falar a senhora que se fosse um forró eles adoravam, nunca vi um povo como este. Se achar que posso continuar assim como falei avize-me. Só queria morar em um lugar que arranjasse uns 40 alunos seria o meu maior prazer. Vou finalizar pedindo desculpas. Mamãe envia um abraço para D. Terezinha. Finalmente lembranças para todos do MEB e para senhora um abraço.
Dione Maria Alves.

Série Correspondência entre as Escolas Radiofônicas. Natal, 1964.
Fundo MEB. Acervo CEDIC.

Carta 14: 1/10/1963. Dalvina Pereira Bezerra, Serrote. Série correspondência entre as Escolas Radiofônicas. Fundo MEB. Acervo CEDIC.

Serrote, 1º de Outubro de 1963.
Prezada Luísa Gonçalves,
Meu abraço!
Por meio destas poucas linhas, é para dar-lhe as minhas notícias da escola. Graças a Deus os alunos estão gostando muito da aula, mesmo em ser pouco tempo. No intervalo da leitura do 2º ano, eles acham que não precisa demorar muito, porque eles leem ligeiro. Mas está formidável, os alunos querem mesmo tirar a mancha do analfabetismo, e lutarem por uma nova mudança. Todos alunos aos domingos assistem a reunião da JACM e os senhores.



Com relação à abordagem dos problemas rurais pelo viés agrícola, destacamos a carta (15) do monitor José Moreira Coelho (MEB/GO). Em 11 de dezembro de 1965, Moreira Coelho comparou o trabalho dos agentes do MEB ao trabalho do agricultor, demonstrando estar de acordo com a nova forma de conscientização proposta pelo *Mutirão*, quando o trabalhador rural não era mais “conscientizado” do seu papel como agente histórico, e sim das melhores técnicas para dominar a natureza:

(...) E como é meu costume aproveitar estas ocasiões para falar alguma coisa de nosso famoso M.E.B, vou fazer uma comparação para mostrar de que maneira eu

compreendo o mesmo, comparo a equipe central como o semeador, os líderes são a terra a ser plantada, a equipe sai a procurar onde plantar a semente encontram terras que elas mesmas prepararam, planta uma sementezinha a semente nasce e cresce com a assistência do semeador, dão frutos mais abundantes, vão madurecendo e caem novamente na terra, muitas vezes não precisam mais ser plantadas, basta o semeador zelar para que não fique abandonadas, e vamos chegar a um tempo em que toda a terra tem sua semente nativa, é assim meu modo de interpretar o movimento de educação de base, e por isso dou meus parabéns ao Lagiado com suas terras fertilizantes e que seus frutos madureçam e multipliquem, e parabéns, também aos semeadores que tiveram o prazer de ver os frutos de seus trabalhos (Carta 15: José Moreira Coelho (MEB/GO), 11 de dezembro de 1965. Fundo Goiás Centro Memória Viva Documentação e referência em EJA, Educação Popular e Movimentos Sociais. Acervo Nedesc/Centro Memória Viva).

A carta 16 evidencia a absorção das caracterizações pejorativas do comunismo, também presente no relato de Percival, e a reinterpretação dos discursos para além da intenção do produtor, pois a tentativa de dissociar o MEB da Igreja (como forma de legitimar seu caráter apolítico) permitiu que outras forças sociais, interessadas em atacar o movimento, paradoxalmente o associassem ao “comunismo” – aproveitando-se do discurso hegemônico da época, que o próprio MEB alimentou, de demonização dos movimentos de orientação marxista. Vejamos: “olhe professoras os alunos estão muito desanimados porque todos estão dizendo que a escola é do comunista por causa daquela conversa que a professora disse que a escola não era da Igreja nem era do governo era do povo”.

Carta 16: José Alves Silva, 1/7/1963. Série correspondência entre as Escolas Radiofônicas. Fundo MEB. Acervo CEDIC.

Em 1º de 7 de 63
 Cordial Bom dia.
 Minhas queridas professoras, ao pegar na pena é para dar as notícias de minha aula.
 Olhe professoras, os alunos estão muito desanimados porque todos estão dizendo que a escola é do comunista por causa daquela conversa que a professora disse que a escola não era da igreja nem era do governo, era do povo. Aí deu a pajaraca em tudo, dizendo que não era do governo e nem da igreja, era do comunista. Eu tenho dito como é, mas eles não acreditam. Portanto eu não posso estar com a escola. Porque de 22 tinha 4 depois arranjei mais 5 fez 9 e agora saiu tudo e eu vou entregar os objetos e terminar a escola. As senhoritas falem pelo rádio e explique a eles como é.
 Fim por fim, nada mais.
 Do José Alves Silva
 Nego
 Monitor da escola Princesa Izabel
 E então nos convença na reunião de sábado. Fim.

em 1º de 7 de 63
 Cordial Bom dia
 minhas queridas professoras
 ao pegar na pena é para dar
 as notícias de minha
 aula
 Olhe professoras os alunos
 estão muito desanimados porque
 todos estão dizendo que
 a escola é do comunista
 por causa daquela conversa
 que a professora disse que
 a escola não era da igreja
 nem era do governo era do povo
 aí deu a pajaraca em tudo
 dizendo que não era do
 governo e nem da igreja
 era do comunista eu tenho
 dito como é mais eles não
 acreditam portanto eu não
 posso estar com a escola
 Continui

porque de 22 tinha
 depois arranjei mais 5 fez 9
 e agora saiu tudo e eu
 vou entregar os objetos
 e terminar a escola
 as senhoritas falem pelo
 rádio e explique a eles
 como é
 fim por fim nada
 mais
 do José Alves Silva
 Nego
 monitor da escola
 Princesa Izabel
 e então nos convença
 na reunião de sábado. fim

Série Correspondência entre as Escolas Radiofônicas. Natal, 1963.
 Fundo MEB. Acervo CEDIC

Por fim, destacamos novamente as falas de Parcival Moreira, que reproduzem as argumentações sobre a continuidade da escravidão e o uso da palavra liberdade (associada à noção de justiça social) para legitimar a agenda do movimento: “Criaram essa menina aí [mostrando a foto da esposa] como escrava. Escrava mesmo, servil”; “O MEB mostrava a realidade brasileira. De alienação, de injustiça, de escravidão, de exploração (...) o sistema opressor [era] um cativoiro”; “Estava fechado dentro de um sistema escravizado (...) E a gente podia mudar isso pra que todos tivessem liberdade, pra que todos tivessem vida digna” (ADRIANO, 2012, p.127 e p.169).

Em resumo, percebe-se que muitas das teses do movimento foram reproduzidas pelos trabalhadores rurais, como: as caracterizações pejorativas da esquerda em geral (o “anticomunismo”); a indicação das cooperativas como o meio por excelência de integração de todos os membros de uma comunidade; a necessidade de adotar técnicas modernas para dominar a natureza e melhorar de vida; a importância dos monitores; a neutralização da conotação revolucionária dos termos “camponês” e “proletário”, utilizando categorias abstratas e supostamente universais; a ideia de harmonização entre as classes; o esvaziamento da noção de conflito entre capital e trabalho e, conseqüentemente, a harmonização entre as classes; o sindicato católico como propulsor de mudanças; a percepção da educação (alfabetização) como instrumento fundamental para o desenvolvimento (individual) e da comunidade; a caracterização do trabalhador rural como ignorante; a indicação da escola radiofônica como veículo de “esclarecimento” e, portanto, como elemento de organização e luta. Entretanto, muitos demonstravam estranheza, especialmente sobre o caráter apolítico do movimento e o caráter voluntário do trabalho dos monitores, reivindicando, em diferentes ocasiões, justa remuneração – reclames que, inclusive, nos ajudaram a identificar aspectos da resistência cotidiana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos apresentar a importância que a ideologia da modernização assumiu no pós-1945, atentando, principalmente, para a impossibilidade de construir qualquer tipo de análise político-econômica sem levar em conta tal ideologia. De igual modo, indicamos a intervenção das agências estadunidenses, ou sob forte influência dos EUA, no processo de modernização do campo brasileiro, por meio de acordos com governos e organizações políticas e sociais, como o MEB.

Demarcar o lugar da ideologia da modernização nos debates políticos foi fundamental para compreender que o MEB representava, sobretudo, uma tentativa internacional da hierarquia católica de interagir com a ideologia da modernização, e assim se aproximar da nascente burguesia industrial. Nesse sentido, o MEB reproduzia as propostas agrárias da *Mater et Magistra* (a encíclica modernizadora) ao delimitar a atuação do Estado como protetor do direito à propriedade privada e garantidor do acesso ao crédito, da capacitação profissional e da formação de cooperativas – considerando problemático o Estado forte e centralizado, já que afetaria a livre-iniciativa, representaria uma ameaça aos direitos naturais e desestabilizaria a harmonia comunitária. Ademais, destaca-se a participação de diferentes agentes (internacionais e nacionais) no treinamento dos membros do MEB e na elaboração dos conteúdos dos seus programas radiofônicos, agentes estes que estavam conectados e imbuídos do mesmo espírito “civilizador” de modernizar o campo brasileiro e, assim, conter o avanço de “ideologias incompatíveis com o espírito cristão da nacionalidade”⁵⁹⁶, sem que fosse necessário promover reformas estruturais no campo.

Outro ponto de alinhamento com os discursos dominantes diz respeito à caracterização da sociedade capitalista como um sistema harmônico, onde todos vivem de uma mesma maneira e os conflitos são resultado das diferentes maneiras de viver, todas elas legítimas e coesas – nessa caracterização, a classe trabalhadora e os patrões eram apenas variantes do cidadão, da pessoa e da natureza humana.

Entre 1961 e 1966, o MEB interagiu de diferentes formas com a ideologia da modernização: em sua fase modernizadora (1961), o movimento estava muito mais próximo dos argumentos episcopais nacionais, enxergando os problemas rurais pelo viés agrícola e indicando como soluções a ampliação do acesso ao crédito rural, a formação de cooperativas,

⁵⁹⁶ MEB, *Documentos Legais – Apostila 1, série A*, 6/10/1961, p.23-24.

a capacitação técnica dos trabalhadores rurais, a criação de centros sociais, a divulgação de conhecimentos médico-sanitários e as parcerias público-privadas (Estado, patronato e trabalhadores rurais). Já em sua fase progressista (1962 a 1964), o movimento se aproximou, significativamente, dos pressupostos da encíclica *Mater et Magistra*, criticando o imperialismo, a desigualdade socioeconômica e a concentração fundiária, e defendendo a participação política dos trabalhadores (por meio do voto, dos sindicatos e das cooperativas), a realização de uma reforma agrária que democratizasse o acesso à pequena propriedade privada (reforçando seu papel emancipador) e a atuação do Estado como garantidor do acesso ao crédito, da capacitação profissional e da formação de cooperativas. Por fim, em sua fase progressista conservadora (1965-1966), o MEB esteve alinhado às propostas modernizadoras do governo militar, retomando as pautas de 1961 – a fim de evitar qualquer associação do movimento ao comunismo, como havia ocorrido em 1964 –, mas mantendo algumas proposições do reformismo cristão. Apesar de replicar, em todas as fases, a ideologia da modernização, o MEB representava um projeto político da hierarquia católica, que, em linhas gerais, colocava a moral e a religião como valores mais importantes que os interesses materiais (recurso fundamental para classificar a Igreja como a única instituição apta a guiar o desenvolvimento dos povos).

Da mesma forma que procurava dialogar com a classe dominante – demonstrando estar apto a interpretar os anseios dos dominados para os dominadores –, o MEB buscava mostrar-se capaz de interpretar a dominação para os dominados. Nesse sentido, o MEB interagia com a linguagem de resistência do período (como a cultura legalista, o método Paulo Freire, a importância das Ligas, a identidade negra, a “reforma agrária na lei ou na marra” e a identidade política do termo camponês) para produzir outra linguagem ou propor que essa linguagem fosse usada de uma nova maneira. Nos pontos analisados nesta tese (categorização da população, função dos sindicatos, natureza da reforma agrária e relação com as Ligas e o PCB), as intencionalidades do movimento estavam em consonância com as premissas dos setores conservadores da Igreja, que, em linhas gerais, defendiam um projeto de reforma agrária pautado no acesso dos trabalhadores rurais a propriedade privada, previdência social, assistência médica, educação técnica e saúde (NOVAES, 1997); focalizavam a formação de lideranças; defendiam a harmonização das relações entre governo, posseiros e grileiros; indicavam a função propulsora do cooperativismo rural; delimitavam as funções legítimas dos sindicatos; classificavam os trabalhadores rurais como inocentes, apolíticos e inferiores; buscavam retirar o signo político-revolucionário do termo “camponês”, apresentando-o como

parte integrante da classe trabalhadora, mas não no sentido marxista, e sim de grupo de pessoas que exerciam a mesma ocupação – estratégia que visava esvaziar as Ligas Camponesas e as associações ligadas ao PCB; apresentavam categorias abstratas e supostamente universais (sem lugar de origem) como sendo as únicas racionais e válidas, com o objetivo de transformar signos político-revolucionários em termos monovalentes (MARX e ENGELS, 2007; WILLIAMS, 1979; CÍRCULO DE BAKHTIN, 1981), tentando “desarmar o dominado apresentando-lhe sua própria imagem como passividade completa” (ROMANO, 1979, p.36).

A fim de garantir a influência da Igreja sobre os trabalhadores rurais, o MEB atacou, principalmente, as Ligas Camponesas – embora tal combate ideológico não tenha sido explícito, estratégia que evitava a percepção das intencionalidades políticas do MEB. Esses ataques ocorreram em razão da importância assumida pelas Ligas no cenário político nacional. Por meio da atuação nas Ligas, os trabalhadores rurais pautaram os debates agrários. Em menor ou maior grau, as forças sociais que, entre 1961 e 1964, discutiram a questão agrária brasileira e tentaram se aproximar ou demonstrar apoio às causas dos trabalhadores rurais (executivo e legislativo federais, Igreja e PCB), interagiram com o projeto de reforma agrária proposto pelas Ligas.

Quando analisamos os usos da identidade negra dos trabalhadores rurais pelo MEB é possível perceber mais uma face das intenções políticas do movimento. Ao utilizar as experiências negras para legitimar a harmonia entre as classes, a justiça social e a participação por meio do voto como caminhos para a melhora da qualidade de vida, o movimento se aproximava dos discursos episcopais e atacava a tese, das Ligas e do PCB, de que as mudanças no campo só ocorreriam por meio da luta de classes e da superação do capitalismo. Nesse período, a Igreja não se colocava contra o capitalismo, mas sim contra algumas de suas mazelas, defendendo que a construção de um sistema capitalista reformado, baseado na “justiça social” e na caridade (ALVES, 1979; CARVALHO, 1985), resolveria os problemas enfrentados pelos trabalhadores rurais. Na carta pastoral *O momento político, social e econômico da Nação* (1945), o episcopado brasileiro indicou que “a não inspiração da relação capital/trabalho pelas normas da justiça e da caridade gera o desajustamento social e seus males” (CARVALHO, 1985, p.74). Igualmente, a CNBB lançou um Plano de Emergência (1961-65) que, entre outras coisas, estimulava a promoção da “justiça social” como caminho para resolução dos problemas sociais e econômicos do país (ALVES, 1979).

Assim, ao realizarmos uma análise mais abrangente da conjuntura em que o MEB atuou, compreendemos que o progressismo do movimento tinha uma natureza muito bem delimitada. Este era a replicação dos principais pontos da encíclica *Mater et Magistra*, que, em linhas gerais, colocava a Igreja como a única instituição capaz de garantir o bom funcionamento da democracia liberal, ao encarnar um ideário de reforma do capitalismo que o tornasse mais “humanitário”. Acreditava-se que ao melhorar o padrão de vida dos trabalhadores rurais (combatendo ao analfabetismo, as doenças e a miséria) seria possível, de uma só vez, afastar o perigo do comunismo e reafirmar o capitalismo liberal como o modelo ideal de sociedade. Nesse sentido, o movimento colocava-se contra as propostas do PCB e das Ligas, que consideravam qualquer ação pautada na esfera individual (ou estritamente produtivista) como inócua e propugnavam o controle do Estado pela classe operária como a única forma de resolver os problemas enfrentados pelas classes oprimidas. Segundo essa visão, somente a classe operária seria capaz de liderar o crescimento econômico (também chamado de modernização) e reduzir as desigualdades intrínsecas a ele.

Outro ponto que merece destaque diz respeito às disputas internas do MEB. A Igreja não era um bloco monolítico. No período aqui em análise, existiam setores conservadores (compostos pelos Círculos Operários, pelo SAR e pelo SORPE) e progressistas (compostos pela Ação Popular). Percebe-se que essas disputas invadiram e pautaram o MEB. Sendo assim, a mudança progressista do MEB justificava-se pela maior interferência da base – majoritariamente ligada à AP –, influenciada pelos resultados do método Paulo Freire, pelo contato com a experiência educacional cubana (FÁVERO, 2006) e pela constatação, como sinalizou Crespo, da necessidade de acompanhar o movimento de radicalização política dos camponeses. Este viés analítico também nos ajuda entender o abandono das pautas progressistas após o golpe de 1964. Como a repressão militar afastou os adversários da Igreja, já não interessava mais ao episcopado ceder espaço às exigências da base, a fim de dialogar com a linguagem de resistência. Poderia, sem grandes problemas, retornar à agenda de 1961. Além disso, percebe-se que a base do movimento, majoritariamente ligada à AP, preservava a identidade política do termo “camponês”, defendia a greve e, em alguns momentos, radicalizava a luta como caminho para a obtenção de conquistas materiais e simbólicas. Tal quadro nos indica a necessidade de desenvolvermos mais pesquisas, para melhor compreender o projeto de reforma agrária defendido pela base do MEB. Acreditamos que a análise do caso

paraibano possa nos oferecer valiosas informações, já que as Ligas, o PCB e o MEB, ali estavam atuando, inclusive, em iniciativas educacionais que tinham certa confluência⁵⁹⁷.

A respeito da recepção do discurso e a interpretação dos trabalhadores sobre as ações do MEB, percebemos que muitas das teses do movimento foram reproduzidas pelos trabalhadores rurais, como: as caracterizações pejorativas da esquerda em geral (o “anticomunismo”); a indicação das cooperativas como o meio por excelência de integração de todos os membros de uma comunidade; a necessidade de adotar técnicas modernas para dominar a natureza e melhorar de vida; a importância dos monitores; a neutralização da conotação revolucionária dos termos “camponês” e “proletário”, utilizando categorias abstratas e supostamente universais; a ideia de harmonização entre as classes; o esvaziamento da noção de conflito entre capital e trabalho e, conseqüentemente, a harmonização entre as classes; o sindicato católico como organizador e propulsor de mudanças; a percepção da educação (alfabetização) como instrumento fundamental para o desenvolvimento (individual) e da comunidade; a caracterização do trabalhador rural como ignorante; a indicação da escola radiofônica como veículo de “esclarecimento” e, portanto, como elemento de organização e luta. Entretanto, muitos demonstravam estranheza, especialmente sobre o caráter apolítico do movimento e o caráter voluntário do trabalho dos monitores, reivindicando, em diferentes ocasiões, justa remuneração – reclames que, inclusive, – reclames que, inclusive, nos ajudaram identificar aspectos da resistência cotidiana e nuances dos acordos firmados entre os trabalhadores rurais e os bispos, indicando que gêneros alimentícios de primeira necessidade eram utilizados como pagamento aos monitores.

Em suma, o MEB não era um movimento apolítico ou preocupado somente em “conscientizar” o trabalhador rural – como destacou Freire, “não há técnica neutra” (1969, p.34). O movimento estava a par e navegava com as tendências políticas e econômicas vigentes no campo brasileiro durante a década de 1960, a fim de manter a posição da Igreja como mediadora universal.

Nossa pesquisa também buscou apresentar novos caminhos para pensar o campo brasileiro a partir da superação da negligência, flagrante na historiografia, em relação à dimensão racial dos trabalhadores rurais. Identificamos como diversas experiências negras

⁵⁹⁷ É interessante notar que em 30 de maio de 1963, o MEB – representado por Fávero – e o governo paraibano acordaram sobre a atuação do MEB no SIREPA. Segundo o acordo, caberia ao MEB incentivar e promover a sindicalização da população rural. Ademais, o acordo não impedia os contratantes de colaborarem com outras entidades, no plano nacional, regional, estadual ou local (MEB, *Acordo entre a Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Paraíba e o MEB*, 1963; MEB, *Relatório Anual de 1963, 1964*, p.74).

(em especial, os limites da abolição, o passado escravista recente e o racismo) foram traduzidas em discursos de arregimentação – tão importantes quanto as retóricas recorrentemente enfatizadas pelas pesquisas (reforma agrária, extensão dos direitos trabalhistas e educação) –, empregados para mobilizar, angariar votos, enaltecer e criticar regimes políticos, denunciar a exploração do trabalho e a violência no campo, e legitimar pautas e agendas. Retomemos os usos feitos pelo PCB e pelas Ligas.

À medida que o PCB intensificava a inserção no campo, os teóricos do partido abandonavam, paulatinamente, o trato monolítico das categorias rurais, identificando diferentes grupos que deveriam ser mobilizados levando em conta suas particularidades, caso o partido quisesse garantir o sucesso dos seus projetos políticos. Apesar do avanço e refinamento, os teóricos ainda encontravam dificuldades em trabalhar com as dinâmicas e ambiguidade das relações de trabalho no campo, por isso, tratavam as expressões “trabalhadores rurais”, “assalariados agrícolas” e “camponeses” como sinônimos (MEDEIROS, 1995) e recorriam à identidade étnica como ponto de segurança para a elaboração de palavras de ordem e análises sobre a situação do campo brasileiro. Arriscamos dizer que a questão étnica até mesmo influenciou a construção das primeiras organizações rurais pecebistas do período pós-1945, pois não podemos esquecer que é lugar comum na historiografia considerar as irmandades (primeira forma de atuação comunista no campo no período pós-1945) como forma organizativa comum à população negra, principalmente durante o período da escravidão.

As condições de trabalho impostas aos trabalhadores rurais, marcadas pela ausência de legislação trabalhista (que viria ocorrer somente em 1962, com o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR)), por formas acentuadas de exploração e pela permanência de signos escravocratas, como a sobrevivência da figura do “capataz” (CEREDA, 2017), ofereceram legitimidade e ressonância aos discursos sobre a continuidade da escravidão. Ainda dialogando com essas características do mundo do trabalho rural, as três forças sociais (PCB, Ligas e Igreja) tentavam ampliar o público identificado com esses discursos, ao atentar para a existência de uma “nova escravidão”, estendida aos trabalhadores rurais como um todo. Recordemos a figura 11, que representa um o indivíduo que está sendo açoitado no tronco, mas que não é negro. Igualmente, atentemos para o discurso proferido por Claudino José da

Silva: “Agora não são apenas os negros cativos, mas toda uma população de trabalhadores agrários que vive em situação muito pior que a dos escravos”⁵⁹⁸.

As Ligas Camponesas, por sua vez, contribuíram para a ressignificação do conceito de camponês, associando-o à ideia de emancipação social e utilizando-o para reconhecer e organizar as camadas rurais que protagonizavam lutas contra o avanço do capitalismo monopolista sobre o campo (posseiros, meeiros, arrendatários, pequenos proprietários). Dessa forma, as Ligas foram essenciais no processo de transformação desse conceito em elemento fundamental dos discursos dos movimentos sociais rurais das décadas de 1950 e 1960. Não por acaso, a conotação político-revolucionária do conceito de camponês foi trabalhada pelos materiais didáticos do MEB. Entretanto, os teóricos das Ligas enfrentavam os mesmos dilemas dos teóricos pecebistas, também recorrendo ao uso da identidade negra como ponto seguro.

Além da influência na formulação das estratégias argumentativas, nossa tese buscou apresentar o protagonismo dos trabalhadores negros na direção das associações rurais ligadas ao PCB, por meio das trajetórias dos presidentes da ULTAB, Geraldo Tiburcio e Lyndolpho Silva. Demos maior ênfase à trajetória de Tiburcio, pois os usos da sua condição de negro para angariar votos e legitimar sua atuação no meio rural corroboram nossa hipótese de que: a identidade negra, em seus múltiplos aspectos, foi um elemento importante de organização popular no campo brasileiro.

Outro importante ponto debatido em nossa tese foi a caracterização dos camponeses como indivíduos inferiores politicamente e encharcados com o espírito pequeno-burguês. Esta caracterização se tornou um verdadeiro paradigma do pensar marxista sobre o campo, que oferecia respaldo à desmotivação comunista em se envolver com qualquer coisa que não fosse o proletariado urbano, além de ser uma excelente justificativa para aqueles que não reconheciam as limitações do arcabouço teórico marxista. Tanto as Ligas como o PCB definiam os camponeses como sujeitos dependentes dos estratos urbanos para desenvolverem, de maneira plena, sua consciência política, seu potencial revolucionário e sua libertação do latifúndio, não os reconhecendo enquanto classe. A relação entre a característica negra dos trabalhadores rurais e a ideia de libertação exógena do trabalhador rural reflete-se no uso, pelas Ligas e pelo PCB, das figuras de Castro Alves e Joaquim Nabuco como símbolos de luta, personagens “ilustrados” e de origem cidadina, enquanto que raramente a figura de

⁵⁹⁸ BRASIL, 1948, p.33.

líderes como Zumbi era invocada. Além disso, destacamos que o patronato, a academia, os movimentos sociais e a Igreja, durante os primeiros sessenta anos do século XX, inferiorizavam politicamente os trabalhadores rurais em suas análises.

APÊNDICE I⁵⁹⁹

Distribuição dos Sistemas Radiofônicos no ano de 1961 (7 estados com 7 sistemas e 2.687 alunos)	Distribuição dos Sistemas Radiofônicos no ano de 1962 (10 estados com 28 sistemas e 5.598 alunos)	Distribuição dos Sistemas Radiofônicos no ano de 1963 (15 estados com 57 sistemas e 110 mil alunos)	Distribuição dos Sistemas Radiofônicos no ano de 1964 (15 estados com 54 sistemas)	Distribuição dos Sistemas Radiofônicos no ano de 1965 (14 estados com 53 sistemas)	Distribuição dos Sistemas Radiofônicos no ano de 1966 (12 estados com 35 sistemas e 29.921 alunos)	Distribuição dos Sistemas Radiofônicos no ano de 1967 (21 sistemas em 9 estados)
Pará(1) Ceará (1) Rio Grande do Norte (1) Pernambuco (1) Sergipe (1) Bahia (1) Goiás (1)	Pará (1) ⁶⁰⁰ Piauí (1) ⁶⁰¹ Ceará (4) ⁶⁰² Rio Grande do Norte (1) ⁶⁰³ Pernambuco (6) ⁶⁰⁴ Alagoas (2) ⁶⁰⁵ Sergipe (1) ⁶⁰⁶ Bahia (10) ⁶⁰⁷ Minas Gerais (1) ⁶⁰⁸ Goiás (1) ⁶⁰⁹	Amazonas (2) Pará (3) Maranhão (0) ⁶¹⁰ Piauí (1) Ceará (4) Rio Grande do Norte (3) Paraíba (1) Pernambuco (9) Alagoas (2) Sergipe (3) Bahia (11) Minas Gerais (14) Goiás (1) Mato Grosso (2) Rondônia (1)	Amazonas (3) ⁶¹¹ Pará (3) ⁶¹² Maranhão (2) ⁶¹³ Piauí (1) ⁶¹⁴ Ceará (4) ⁶¹⁵ Rio Grande do Norte (3) ⁶¹⁶ Paraíba (1) ⁶¹⁷ Pernambuco (8) ⁶¹⁸ Alagoas (1) ⁶¹⁹ Sergipe (3) ⁶²⁰ Bahia (11) ⁶²¹ Minas Gerais (10) ⁶²² Goiás (1) ⁶²³ Mato Grosso (1) ⁶²⁴ Rondônia (2) ⁶²⁵	Amazonas (3) ⁶²⁶ Pará (3) ⁶²⁷ Maranhão (2) ⁶²⁸ Piauí (1) ⁶²⁹ Ceará (5) ⁶³⁰ Rio Grande do Norte (3) ⁶³¹ Pernambuco (10) ⁶³² Alagoas (1) ⁶³³ Sergipe (3) ⁶³⁴ Bahia (8) ⁶³⁵ Minas Gerais (10) ⁶³⁶ Goiás (1) ⁶³⁷ Mato Grosso (1) ⁶³⁸ Rondônia (1) ⁶³⁹	Amazonas (3) Pará (3) Piauí (1) Ceará (5) Rio Grande do Norte (3) Alagoas (1) Sergipe (3) Bahia (8) Minas Gerais (5) Goiás (1) Mato Grosso (1) Rondônia (1)	Amazonas (3) ⁶⁴⁰ Pará (3) ⁶⁴¹ Piauí (1) ⁶⁴² Ceará (5) ⁶⁴³ Rio Grande do Norte (3) ⁶⁴⁴ Alagoas (1) ⁶⁴⁵ Sergipe (3) ⁶⁴⁶ Mato Grosso (1) ⁶⁴⁷ Rondônia (1) ⁶⁴⁸

⁵⁹⁹ Estes números são baseados nas informações encontradas nos relatórios anuais do movimento, com exceção dos dados referentes ao ano de 1967, cujas informações foram retiradas do texto enviado a comissão julgadora do prêmio Reza Pahlavi. Cabe ainda destacar que estes números devem ser tomados como uma referência e não como a representação exata da realidade, haja vista que outros documentos indicam outros números (até mesmo os próprios relatórios, quando buscavam fazer uma espécie de série histórica, demonstravam imprecisão, por exemplo, o relatório referente ao ano de 1963 indicava que nesse período o movimento possuía cerca de 110 mil alunos, Fávero em sua análise destacou a presença de 120 mil alunos e o texto enviado ao prêmio Reza Pahlavi indicava 146 mil alunos). Mas, *ao fim e ao cabo*, estes números indicam a capilaridade do MEB, seu avanço avassalador entre os anos de 1961 e de 1963 e o seu declínio após 1964.

⁶⁰⁰ Bragança.

⁶⁰¹ Teresina.

⁶⁰² Fortaleza, Crato, Limoeiro e Sobral.

⁶⁰³ Natal.

⁶⁰⁴ Recife, Afogados da Ingazeira, Nazaré da Mata, Itacuruba, Caruaru e Petrolina.

⁶⁰⁵ Maceió e Penedo.

⁶⁰⁶ Aracaju.

⁶⁰⁷ Salvador, Amargosa, Barra, Caetité, Feira de Santana, São Gonçalo, Ilhéus, Rui Barbosa, S. do Bonfim e Vitória da Conquista.

⁶⁰⁸ Governador Valadares.

⁶⁰⁹ Goiânia.

⁶¹⁰ O Maranhão não possuía sistema radieducativo. O tipo de atuação na região era por meio das caravanas.

⁶¹¹ Coari, Manaus e Tefé.

⁶¹² Bragança, C. Araguaia e Santarém.

⁶¹³ São Luís e Viana.

⁶¹⁴ Teresina.

⁶¹⁵ Crato, Fortaleza, Limoeiro do Norte e Sobral.

⁶¹⁶ Caicó, Mossoró e Natal.

⁶¹⁷ Cajazeiras.

⁶¹⁸ Afogados da Ingazeira, Caruaru, Garanhuns, Floresta, Nazaré da Mata, Pesqueira, Petrolina e Recife.

⁶¹⁹ Maceió.

⁶²⁰ Aracaju, Estância e Propriá.

⁶²¹ Amargosa, Barra, Caetité, Feira de Santana, Ilhéus, Juazeiro, Rui Barbosa, Salvador, São Gonçalo, Senhor do Bonfim e Vitória da Conquista.

⁶²² Arassuaí, Belo Horizonte, Juiz de Fora, Luz, Marliéria, Montes Claros, Monte Santo, Oliveira, Pará de Minas e Teófilo Otoni.

⁶²³ Goiânia.

⁶²⁴ Cuiabá.

⁶²⁵ Guajará-Mirim e Porto Velho.

⁶²⁶ Coarí, Manaus e Tefé.

-
- ⁶²⁷ Bragança, C. Araguaia e Santarém.
⁶²⁸ São Luís e Viana.
⁶²⁹ Teresina.
⁶³⁰ Crato, Fortaleza, Limoeiro do Norte, Sobral e Cratús.
⁶³¹ Caicó, Mossoró e Natal.
⁶³² Afogados da Ingazeira, Caruaru, CTC (Centro de Trabalho e Cultura), Garanhuns, Floresta, Joazeiro, Nazaré da Mata, Pesqueira, Petrolina e Recife.
⁶³³ Maceió.
⁶³⁴ Aracaju, Estância e Propriá.
⁶³⁵ Amargosa, Caetitê, Feira de Santana, Rui Barbosa, Salvador, São Gonçalo, Senhor do Bonfim e Vitória da Conquista.
⁶³⁶ Arassuaí, Belo Horizonte, Juiz de Fora, Luz, Mariléria, Montes Claros, Monte Santo, Oliveira, Pará de Minas e Teófilo Otoni.
⁶³⁷ Goiânia.
⁶³⁸ Cuiabá.
⁶³⁹ Guajará-Mirim e Porto Velho.
⁶⁴⁰ Tefê, Coarí e Manaus.
⁶⁴¹ Santarém, Conceição do Araguaia e Bragança.
⁶⁴² Teresina.
⁶⁴³ Crato, Cratús, Limoeiro, Sobral e Fortaleza.
⁶⁴⁴ Caicó, Mossoró e Natal.
⁶⁴⁵ Maceió.
⁶⁴⁶ Aracaju, Propriá e Estância.
⁶⁴⁷ Cuiabá.
⁶⁴⁸ Guajará-Mirim.

BIBLIOGRAFIA

ADRIANO, Ione Gomes. *O Movimento de Educação de Base em Goiás e o papel dos intelectuais-monitores (1961-1966)*. 2012. 196p. Dissertação (Mestrado em Educação). PUC. Goiânia, 2012.

ALAVI, Hamza e SHANIN, Teodor. La cuestión agraria: el discurso marxista de Kautsky. *Agricultura y Sociedad*, n.47, 1988, p.43-54.

ALBUQUERQUE, Ronald de Figueiredo. *Igreja, Sindicato e organização dos trabalhadores*. 1991. 204p. Dissertação (Mestrado em Sociologia do Desenvolvimento). UFC. Fortaleza, 1991.

ALVES, Marcio Moreira. *A Igreja e a Política no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

ALVES, Kelly Ludkiewicz. *Entre as cartas e o rádio: a alfabetização nas escolas radiofônicas do MEB em Pernambuco*. 2016. 160p. Tese (Doutorado em Educação). PUC. São Paulo, 2016.

AMMANN, Safira Bezerra. *Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

ARGOLO, Idália Maria Itibiriçá. *A Educação à distância no Estado da Bahia - 1961-1979 - MEB, SERTE e a criação do IRDEB*. 2010. 135p. Dissertação (Mestrado em Educação). UNEB. Salvador, 2010.

AZEVÊDO, Fernando Antônio. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BARBOSA, Vera. *Canto de liberdade: poesia e política. O PCB na organização do campesinato (1954-64)*. 2014. 101 p. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em História). Unifesp, Guarulhos, 2014.

BASTOS, Elide Rugai. *As Ligas Camponesas*. Petrópolis: Vozes, 1984.

BERNSTEIN, Henry. *Dinâmicas de classe da mudança agrária*. Tradução de Beatriz Medina. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

BEZERRA, Viviane. “Porque se nós não agir o pudê não sabe se nós isiste nu mundo”: o MEB e o Dia do Senhor em Sobral (1960-1980). 2008. 210p. Dissertação (Mestrado em História Social). UFC. Fortaleza, 2008.

BOURDIEU, P. Coisas Ditas. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

_____. Você disse “popular”? *Revista Brasileira de Educação*, n.1, jan-abr de 1996, p.16-26.

BRANDÃO, Octávio. *Agrarismo e Industrialismo: ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil [1926]*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006.

_____. *Otávio Brandão* (depoimento, 1977). Rio de Janeiro. CPDOC, 1993.

BRASIL. Congresso Nacional. *Anais da Assembléia Constituinte de 1946*. Redação de anais e documentos parlamentares. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948, v. IX.

BRASIL. Congresso Nacional. Projeto de Lei nº120, 1963.

BRASIL. Decreto nº 38.955, 1956.

BRASIL. Decreto nº 50.370, 1961.

BRASIL. Decreto nº 53.465, 1964.

BRASIL. Decreto nº 53.700, 1964.

BRASIL. Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica. *Programa de Ação Econômica do Governo (1964-1966)*. 2. ed., 1965.

CAMARGO, Aspásia. A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964). In: FAUSTO, Boris (Org.). *História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano*. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 10 v. p.147-272.

CAMPOS, Alzira; DIAS, Luiz Antonio e GODOY, Marília. A Internacional Comunista na interpretação os trotskistas brasileiros. *Revista Outubro*, n.31, 2º semestre de 2018, p.236-261.

CARVALHO, Abdias Vilar de. A Igreja católica e a questão agrária. In: PAIVA, Vanilda. *Igreja e questão agrária*. São Paulo: Loyola, 1985, p.68-109.

CASTILHO, Denis. A Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) e a formação de Ceres – GO – Brasil. *Élise*, v.1, n.1, 2012, p.117-139.

CEREDA, Allan. “*Não tinha o que comer, botava no bolso*”: situações de classe na charqueada/frigorífico São Domingos (1950-75). 2017. 111p. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em História). Unipampa, Jaguarão, 2017.

CERRI, Luís Fernando. Os conceitos de consciência histórica e os desafios da Didática da História. *Revista de História Regional*, v. 6, n. 2, 2001, p.93-112.

CHADAREVIAN, Pedro. Os precursores da interpretação marxista do problema racial. *Crítica Marxista*, v. 24, 2008, p.73-92.

_____. Raça, classe e revolução no Partido Comunista Brasileiro (1922-1964). *Política & Sociedade*, v. 11, n. 20, 2012, p.255-283.

CHARTIER, R. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. 2. ed. São Paulo: Ed. Moderna, 1981.

CHONCHOL, Jacques. La Reforma Agraria en América Latina. In: VEGA, John D. Vargas (Org.). *Proceso agrario en Bolivia y América Latina*. CIDES- UMSA. p.205-222.

CÍRCULO DE BAKHTIN. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. 2. ed. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Editora Hucitec, 1981.

CNBB. *Estudos da CNBB 11 – Pastoral da Terra*. 3. ed. São Paulo: Edições Paulinas, 1981.

COMISSÃO CAMPONESA DA VERDADE: violações de direitos no campo – 1946 a 1988. Brasília, 2014.

CORRÊA, Larissa Rosa. *Disseram que voltei americanizado: relações sindicais Brasil-Estados Unidos na ditadura militar*. Campinas: Editora da Unicamp, 2017.

COSTA, Luiz Flávio. *O PCB e a questão do sindicalismo rural, 1954-64*. 1990. 244p. Tese (Doutorado em História Econômica). USP. São Paulo, 1990.

COSTA, Maria Aída Bezerra (depoimento, 2012). In: RAMALHO, José Ricaro; ESTERCI, Neide (orgs.). *Militância política e assessoria: compromisso com as classes populares e resistência à ditadura*. São Leopoldo: Oikos, 2017. p.99-127.

CRESPO, Enes Paulo. *Paulo Crespo* (depoimento, 1978). Rio de Janeiro. CPDOC, 1990.

CUNHA, Paulo Ribeiro Rodrigues da. *Aconteceu longe demais: a luta pela terra dos posseiros em Formoso e Trombas e a revolução brasileira (1950-1964)*. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

DELGADO, Guilherme. Questão Agrária no Brasil: 1950-2003. In: Luciana Jaccoud (Org.). *Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo*. Brasília, DF: IPEA, 2005. p.51-90.

_____. A questão agrária e o agronegócio no Brasil. In: CARTER, Miguel (Org.). *Combatendo a desigualdade social: o MST e a Reforma Agrária no Brasil*. Tradução de Cristina Yamagami. São Paulo: Editora Unesp, 2010. p.81-112.

DEZEMONE, Marcus. *Do cativo à reforma agrária: colonato, direitos e conflitos (1872-1987)*. 2008. 299p. Tese (Doutorado em História). UFF. Niterói, 2008.

ECKERT, Cordula. O Master e as ocupações de terra no Rio Grande do Sul In: MEDEIROS, Leonilde Servolo; PAULILO, Maria Ignez; FERNANDES, Bernardo Mançano (Orgs.). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. 1 v. p.71-93.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Tradução de Izabel Magalhães. Brasília, DF: editora Universidade de Brasília, 2001.

FÁVERO, Osmar. *Uma pedagogia da participação popular: análise da prática pedagógica do MEB – Movimento de Educação de Base, 1961-1966*. Campinas: Autores Associados, 2006.

FERREIRA, Daniela. *Tempos de luta e esperanças: materialização da revista Seiva (1938-1943)*. 2012. 189p. Dissertação (Mestrado em História). UEFS. Feira de Santana, 2012.

FORTES, Alexandre; NEGRO, Antonio Luigi e FONTES, Paulo. Peculiaridades de E. P. Thompson. In: NEGRO, Antonio Luigi e SILVA, Sergio (orgs.). *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001. p.21-57.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?*. 20. ed. Tradução de Rosiska Darcy de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

_____. *Conscientização: teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. 3. ed. Tradução de Kátia de Melo e Silva. São Paulo: Editora Moraes, 1980.

_____. *Amílcar Cabral: o pedagogo da revolução*. Palestra proferida para o curso de mestrado da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, em 8 de novembro de 1985.

FREITAS, Marcos Cezar de e BICCAS, Maurilane de Souza. *História Social da educação no Brasil (1926-1996)*. São Paulo: Cortez, 2009.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas – a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. 4. ed. São Paulo: Editora Ática, 1990.

GOTAY, Samuel Silva. *El pensamiento cristiano revolucionario en América Latina y el Caribe: implicaciones de la teología de la liberación para la sociología de la religión*. Porto Rico: Ediciones Hurucán, 1989.

GRAHAM, Jessica. A virada antirracista do Partido Comunista do Brasil, a Frente Negra Brasileira e a Ação Integralista Brasileira na década de 1930. In: GOMES, Flávio e DOMINGUES, Petrônio (orgs.). *Políticas da Raça: experiências e legados da abolição e do pós-emancipação no Brasil*. São Paulo: Selo Negro Edições, 2014, p.353-375.

GRYNSZPAN, Mário. *Mobilização camponesa e competição política no Estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*. 1987. 376p. Dissertação (Mestrado em Antropologia). UFRJ/Museu Nacional. Rio De Janeiro, 1987.

_____ e DEZEMONE, Marcus. As esquerdas e a descoberta do campo brasileiro: Ligas camponesas, comunistas e católicos (1950-1964). In: FERREIRA, Jorge e AARÃO REIS, Daniel. (Orgs.). *As Esquerdas no Brasil. Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. 2 v. p.209-236.

GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro Séculos de Latifúndio (1963). In: STÉDILE, João Pedro (Org.). *A Questão Agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500-1960*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011, p.35-77.

_____. As três frentes da luta de classes no campo brasileiro (1960). In: STÉDILE, João Pedro (Org.). *A Questão Agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500-1960*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p.89-111.

GUIMARÃES, Elisa. Linguagem verbal e não verbal na malha discursiva. *Bakhtiniana*, 8(2), Jul./Dez. 2013, p.124-135

HERRERA-JARAMILLO, Mauricio. *La invención de la educación fundamental integral. Radio Sutatenza – ACPO: transformación de los Modos de Vida y Dependencia Cultural*. 2019. 270p. Tese (Doutorado em História). USP. São Paulo, 2019.

JULIÃO, Francisco. *Que são as Ligas Camponesas?*.Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

KADT, Emanuel. *Católicos Radicais no Brasil*. Brasília, DF: UNESCO/MEC, 2007.

KAY, Cristóbal. Mirando hacia atrás: el tiempo de las reformas agrarias. *Revista Envío*, n. 208, julho de 1999.

_____. Los paradigmas del desarrollo rural en America Latina. In: EL MUNDO RURAL EN LA ERA DE LA GLOBALIZACIÓN: INCERTIDUMBRES Y POTENCIALIDADES – X COLOQUIO DE GEOGRAFÍA RURAL DE ESPAÑA DE LA ASOCIACIÓN DE GEÓGRAFOS ESPAÑOLES, 2001, Lleida, p.337-429.

LÊNIN, Vladimir. *Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos: novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura*. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1980.

LOBATO, Monteiro. *Zé Brasil*. Editora Vitória: Rio de Janeiro, 1947.

LOPES, Juarez Brandão. *Sociedade Industrial no Brasil*. São Paulo: DIFEL, 1971.

MAGALHÃES, Wallace Lucas. *Reforma Agrária se faz com homens, não com a terra: a “Lei do Boi” como estratégia de reprodução social dos grupos dominantes agrários (1968-1985)*. 2020. 308p. Tese (Doutorado em História). UFRRJ. Seropédica, 2020.

MAINWARING, Scott. Igreja e Política: anotações teóricas. *Síntese*, n. 27, jan./abr. 1983, p.35-56.

MALATIAN, Teresa. Narrador, registro e arquivo. In: PINSKY, Carla e LUCA, Tania Regina (Orgs.). *O Historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2011. p.195-221.

MANFREDI, Silvia Maria. *Educação sindical entre o conformismo e a crítica*. São Paulo: Edições Loyola, 1986.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

_____. *O poder do atraso*. São Paulo: HUCITEC, 1994.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. Tradução de Rubens Enderle, Nélcio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MEDEIROS, Leonilde. *A questão da reforma agrária no Brasil*. 1983. 150p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). USP. São Paulo, 1983.

_____. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

_____. *Lavradores, Trabalhadores Agrícolas e Camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo*. 1995. 294p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Unicamp. Campinas, 1995.

_____. Movimentos Sociais no Campo, Lutas por Direitos e Reforma Agrária na Segunda Metade do Século XX. In: CARTER, Miguel (Org.). *Combatendo a desigualdade social: o MST e a Reforma Agrária no Brasil*. Tradução de Cristina Yamagami. São Paulo: Editora Unesp, 2010. p.113-136.

MELO, Demian Bezerra de Melo. O Comício da Central: o Rio e as reformas de Jango. *Cadernos de História*, v.15, n. 22, 1º semestre de 2014, p.10-29.

MENDONÇA, Sônia Regina. *Estado, Educação Rural e Influência Norte-Americana: 1930-1961*. Niterói: Editora da UFF, 2010.

MENEZES, João Paulo Dias de. *O Movimento de Educação de Base no período 1961-1964: qual a perspectiva de direitos humanos?.* 2017. 221p. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos). UFPE. Recife, 2017.

MORAIS, Clodomir Santos de. *História das ligas Camponesas do Brasil.* 1969. Disponível em: <http://r1.ufrrj.br/cpda/als/corpo/html/teses/tese_cmorais.htm>. Acessado em: 26/8/2018.

MOREIRA, Vânia Losada. Os anos JK: a industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano. O tempo de experiência democrática: da democracia de 1945 ao golpe civil-militar de 1964.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.156-194.

MOTTA, Márcia e ESTEVES, Carlos Leandro. Ligas Camponesas: História de uma Luta (des)conhecida. In: MOTTA, Márcia e ZARTH, Paulo (Orgs.). *Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade dos conflitos ao longo da história.* São Paulo: UNESP, 2009. 2 v. p.243-257.

NEGRO, Antônio Luigi e GOMES, Flávio dos Santos. As Greves antes da “grève”: as paralisações do trabalho feitas por escravos no século XIX. *Ciência e Cultura*, v.2, 2013, p.56-59.

NOVAES, Regina Reyes. *De Corpo e Alma: catolicismo, classes sociais e conflitos no Campo.* Rio de Janeiro: Ed. Graphia, 1997.

OLIVEIRA, Francisco de. *A economia brasileira: crítica à razão dualista.* Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

OLIVEIRA JÚNIOR, Lourival Batista de e AMÂNCIO, Robson. Algumas observações sobre a “democracia na América” e os primórdios do conceito de capital social: uma espécie de egoísmo que se interessa pelo Estado. In: SEMINÁRIO ACADÊMICO DO CURSO DE MESTRADO EM ECONOMIA APLICADA DA FEA/UFJF, 2007, Juiz de Fora, p.1-22.

PAGE, Joseph A. *A revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil (1955-64).* Rio de Janeiro: Record, 1972.

PAIVA, Marlúcia Menezes (Org.). *Escolas radiofônicas de Natal: uma história construída por muitos (1958-1966).* Brasília: Liber Livro, 2009.

PAIVA, Vanilda. *História da Educação Popular no Brasil: educação popular e educação de adultos*. 6.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

PATRICK, George Frederik. *A ABCAR como instrumento da política de desenvolvimento agrícola*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 1970.

PEIXOTO, José Pereira. *A travessia do popular na contradança da educação*. Goiânia: Editora da Universidade Católica de Goiás, 2003.

PEREIRA, João Márcio Mendes e ALENTEJANO, Paulo. Terra, poder e lutas sociais no campo brasileiro: do golpe à apoteose do agronegócio (1964-2014). *Tempos Históricos*, v. 18, n.1, 1º semestre de 2014, p.73-111.

PERICÁS, Luiz Bernardo. *“Che” Guevara e o debate econômico em Cuba*. São Paulo: Xamã, 2004.

POCOCK, J. G. A. *Linguagens do Ideário Político*. Tradução de Flávio Fernandez. São Paulo: Edusp, 2003.

QUADROS, Jânio. *Mensagem ao congresso nacional*, 1961.

RANGEL, M. do S. *Medo da morte e esperança de vida: uma história das Ligas Camponesas*. 2000. 372p. Dissertação (Mestrado em História Social). UNICAMP. Campinas, 2000.

RAPÔSO, Maria da Conceição. *Movimento de Educação de Base: discurso e prática (1961-1967)*. São Luís: Universidade Federal do Maranhão e Secretaria de Educação do Estado do Maranhão, 1985.

REIS FILHO, Daniel Aarão. O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2001. p.319-377.

RIBEIRO, Ricardo Alaggio. *A Aliança para o Progresso e as relações Brasil-EUA*. 2006. 384p. Tese (Doutorado). UNICAMP. Campinas, 2006.

RICCI, Rudá. *Terra de Ninguém: representação sindical rural no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

RIST, Gilbert. *El desarrollo: historia de una creencia occidental*. Tradução de Adolfo Fernández Marugán. Madrid: Catarata, 2002.

RIZZI, Franco. A Internacional Comunista e a questão camponesa. In: HOBBSAWM, Erica (org.). *História do marxismo VI: o Marxismo na época da Terceira Internacional*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio N. Henriques e Amélia Rosa Coutinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p.219-247.

RODRIGUES, José Albertino. *Sindicato e desenvolvimento*. São Paulo: DIFEL, 1968.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *Industrialização e atitudes operárias*. São Paulo: Brasiliense, 1970.

RODRIGUES, Edivânia Duarte. *Estratégias argumentativas na Construção do Discurso Ideológico: um estudo da produção didático-pedagógica do MEB*. 2009. 182p. Dissertação (Mestrado em Letras). UFRN. Natal, 2009.

ROMANO, Roberto. *Brasil: Igreja contra Estado*. São Paulo: Kairós Livraria e Editora, 1979.

SALES, Jean Rodrigues. *O impacto da revolução cubana sobre as organizações comunistas brasileiras (1959-1974)*. 2005. 262p. Tese (Doutorado em História Social). UNICAMP. Campinas, 2005.

SANTIAGO, Wandec. Francisco Julião, as ligas e o golpe militar de 1964. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). *A Questão Agrária no Brasil: história e natureza das Ligas Camponesas – 1954-1964*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p.157-186.

SANTOS, Jovelina. *Círculos Operários no Ceará: “instruindo, educando, orientando e moralizando” (1915-63)*. 2004. 269p. Dissertação (Mestrado em História). UFC. Ceará, 2004.

SANTOS, Raimundo. *Questão agrária e política: autores pecebistas*. Seropédica: Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1996.

_____. *Agraristas políticos brasileiros*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

SANTOS, Leonardo Soares. Os valores de uma luta: a economia moral do movimento pela terra dos pequenos lavradores do Sertão Carioca nos difíceis anos de 1945-1964. *Mundo Agrario*, v. 6, n. 12, jun. 2006.

SANTOS, Célia. *Tocqueville: a Realidade da Democracia e a liberdade ideal*. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/santostocqueville.pdf>. Acessado em: 1/03/2020.

SANTOS, Alessandra Maria. *A interiorização da educação popular em Pernambuco (1956 a 1964): Nazaré da Mata (Mata Norte), Palmares (Mata Sul) e Caruaru (Agreste)*. 2014. 121p. Dissertação (Mestrado). UFPE. Recife, 2014.

SCHERER, Vicente. Propostas de reforma agrária da igreja conservadora – 1961-1962. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). *A Questão Agrária no Brasil: programas de reforma agrária 1946-2003*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p.61-72.

SCOTT, James. Exploração normal, resistência normal. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 5, Jan./Jul. 2011, p.217-243.

SHANIN, Teodor. La medición del capitalismo campesino: la operacionalización de los conceptos de la Economía Política - los años 20 en Rusia, los años 70 en la India. *Agricultura y sociedad*, n. 28, 1983, p.9-37.

_____. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. *Revista NERA*, ano 8, n. 7, Jul./Dez. 2005, p.1-21.

SILVA, Lyndolpho. A construção da rede sindical rural no Brasil pré-64. Entrevista concedida a Luiz Flávio Carvalho Costa. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v.2, n. 1, p.67-88, jun./out. 1994.

SILVA, José Gomes da. *A Reforma Agrária brasileira na virada do milênio*. Campinas: ABRA, 1996.

SILVA, Osvaldo Heller. *A Foice e a Cruz – comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais no Paraná*. Curitiba: Rosa de Bassi, 2006.

SILVA, Leusa Alves de Moura. *A educação popular e sindicalismo - o Movimento de Educação de Base (MEB) e o sindicato dos trabalhadores rurais de Itauçu-GO*. 2006. 140p. Dissertação (Mestrado em Educação). UFG. Goiânia, 2006.

SILVA, Claiton Marcio da. Uma contribuição para o desenvolvimento de sua comunidade e da pátria: juventude rural e Clubes 4-S durante a ditadura militar na região oeste de Santa Catarina (1970-1985). *Cadernos do CEOM*, v. 23, n.33, p.37-66, 2010.

_____. *De agricultor a farmer: Nelson Rockefeller e a modernização da agricultura no Brasil*. Curitiba/Guarapuava: UFPR/Unicentro, 2015.

SIMÃO, Azis. *Sindicato e Estado*. São Paulo: Dominus, 1966.

SINGER, Paul. Interpretação do Brasil: uma experiência histórica de desenvolvimento. In: FAUSTO, Boris (dir.) *História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil Republicano*. Economia e Cultura. São Paulo: DIFEL, 1984. 4 v. p.209-245.

SOARES, Paula. *As representações do camponês e do latifundiário brasileiros: trabalhadores rurais e coronéis na cultura política comunista (1922-1964)*. 2011. 258p. Dissertação (Mestrado em História). UFMG. Belo Horizonte, 2011.

SOARES, Felipe. *Unidade versus pluralidade: a construção política da representação sindical da categoria agricultor familiar em Pernambuco*. 2017. 129p. Dissertação (Mestrado em Sociologia). UFPE. Recife, 2017.

SOTERO, Edilza. *Representação Política Negra no Brasil Pós-Estado Novo*. 2015. 314p. Tese (Doutorado em Sociologia). USP. São Paulo, 2015.

SOUZA, Enilce Lima Cavalcante. *Campo e palavras: dimensões da questão agrária no Ceará, 1954-64*. 2005. 258p. Dissertação (Mestrado). UFC. Fortaleza, 2005.

SOUZA, Cláudia Moraes de. *Pelas ondas do rádio: cultura popular, camponeses e o movimento de educação de base*. 2007. 365p. Tese (Doutorado em História Social). USP. São Paulo, 2007

TAPIA, Jorge. *Capitalismo e questão agrária: um estudo sobre as alternativas para a Reforma Agrária no Brasil (1946-64)*. 1986. 612p. Tese (Mestrado). Unicamp. Campinas, 1986.

TEIXEIRA, Fernando. Justiça de classe: tribunais, trabalhadores rurais e memória. *Mundos do Trabalho*, v. 4, n. 8, 2012, p.124-160.

THOMPSON, Edward P. A história vista de baixo (1966). In: NEGRO, Antonio Luigi e SILVA, Sergio (orgs.). *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001. p.185-201.

_____. Algumas observações sobre classe e “falsa consciência” (1977). In: NEGRO, Antonio Luigi e SILVA, Sergio (orgs.). *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001. p.269-281.

_____. Folclore, antropologia e história social (1977). In: NEGRO, Antonio Luigi e SILVA, Sergio (orgs.). *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001. p.227-267.

_____. As peculiaridades dos ingleses (1978). In: NEGRO, Antonio Luigi e SILVA, Sergio (orgs.). *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001. p.75-179.

_____. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

TOLEDO, Caio Navarro. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, n. 47, p.15-28. 2004.

TOLENTINO, Célia Aparecida. *O Farmer contra o Jeca: o projeto de revisão agrária do Governo Carvalho Pinto*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

TUCCI, Maria Luiza e KOSSOY, Boris (Org.). *A imprensa confiscada pelo Deops (1924-1954)*. São Paulo: Ateliê, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

VIANNA, Marly de Almeida. O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano. O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.63-105.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. *Educar para transformar: educação popular, Igreja católica e política no Movimento de Educação de Base*. Vozes: Petrópolis, 1984.

WELCH, Clifford. *A Semente foi plantada: as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil, 1924-64*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1979.

XAVIER, Wilson José. *As práticas educativas da Liga Camponesa de Sapé: memórias de uma luta no interior da Paraíba (1958-64)*. 250p. Dissertação (Mestrado). UFPB. João Pessoa, 2010.

PERIÓDICOS CONSULTADOS

A Classe Operária

A Liga

A Noite

Diário de Notícias

Diário de Pernambuco

Imprensa Popular

Jornal do Brasil

Novos Rumos

O Cruzeiro

O Globo

O Jornal

O Nordeste

Problemas: revista mensal de cultura política

Terra Livre

Voz Operária

CONGRESSOS DA III INTERNACIONAL

Manifestes, Thèses et Résolutions des quatre premiers congrès mondiaux de l'internationale communiste 1919-1923 (1971). Disponível em <classiques.uqac.ca>. Acessado em 25/05/2019.

Manifestos, teses e resoluções do 2º congresso. Cadernos de Formação Marxista 4. São Paulo, Brasil Debates, 1989.

DOCUMENTOS PCB

PCB, 1925. Resoluções do II Congresso. In: *A Classe Operária*, 18/05/1946, p.2

PCB, 1929. Resolução sobre a questão camponesa no Brasil. In: SANTOS, Raimundo. *Questão agrária e política*: autores pecebistas. Seropédica: Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1996, p.39-42.

PCB, 1954. Documentos do IV Congresso do Partido Comunista do Brasil. In: *Problemas*, n.64, dezembro de 1954 a fevereiro de 1955.

PCB, 1958. Declaração sobre a política do Partido Comunista Brasileiro. In: PCB: Vinte anos de Política 1958-1979 (documentos). São Paulo: LECH, 1980, p.3-27.

PCB, 1960. Resolução Política do V Congresso do PCB, 1960. In: PCB: Vinte anos de Política 1958-1979 (documentos). São Paulo: LECH, 1980, p.39-69.

ENCÍCLICAS

LEÃO XIII. *Rerum Novarum*, 1891.

PIO XI. *Quadragesimo Anno*, 1931.

PIO XII. *Radiomensagem na solenidade de Pentecostes*, 1941.

JOÃO XXIII. *Mater et Magistra*, 1961.

DOCUMENTOS DO MEB/SAR

SAR. *A Nova Escravidão*, 1962.

FUNDO CEDIC

MEB. *Documentos Legais – Apostila 1, série A*, 1961.

MEB. *Série Programas de Educação Política. Recife*, 1963.

MEB. *Viver é lutar*, 1963.

MEB/SAR. *Educar para construir*, 1964.

MEB. *O Conjunto didático Viver é lutar*, 1964.

MEB. *Mutirão II*, 1965.

MEB. *O que é o prêmio Mohammad Reza Pahlavi*, 1968.

MEB. *Uma experiência de educação de adultos no Brasil*, 1968.

MEB. *Série correspondência entre as Escolas Radiofônicas*. Fundo MEB.

ACERVO NEDESC/CENTRO MEMÓRIA VIVA

JACCOUD, Vera. *Movimento de Educação de Base (M.E.B.)*, 1966.

MEB. *Convênio entre o Conselho Nacional de Serviço Social Rural e a CNBB*, 1961.

MEB. *Convênio entre o Ministério da Agricultura e a Conferência Nacional dos bispos do Brasil*, 1961.

MEB. *Evolução da educação de base e o desenvolvimento comunitário (Apostila 2)*, 1961.

MEB. *Oportunidade de comércio para os subdesenvolvidos*, [ca. 1961].

MEB. *Projeto de criação do MEB*, 1961.

MEB. *Apostila 2 - série A*, 1962.

MEB. *I Encontro de Coordenadores (Conclusões I)*, 1962.

MEB. *I Encontro de Coordenadores (Conclusões II)*, 1962.

MEB. *I Encontro de Coordenadores (Protesto)*, 1962.

MEB. *I Encontro Nacional de Coordenadores (Sindicalismo)*, 1962.

MEB. *Reforma Agrária*, 1962.

MEB, *Boletim MEB*, nº1, 1963.

MEB. *Acordo entre a Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Paraíba e o MEB*, 1963.

MEB. *Apostila 6 – Série A*, 1963.

MEB. *Boletim MEB*, nº2, 1963.

MEB. *Tema para debate: o Homem e a História*, 1963.

MEB. *Trabalhos realizados em 1962*, 1963.

MEB. *Boletim MEB/PE*, 1964.

MEB. *Relatório Anual de 1963*, 1964.

MEB. *Reunião de Coordenadores*, 1964.

MEB. *Boletim MEB*, nº4, 1965.

MEB. *Boletim MEB*, nº5, 1965.

MEB. *Boletim MEB*, nº6, 1965.

MEB. *Estudos sobre Socialização, apostila 3, série B*, 1965.

MEB. *Fundamentação para o programa de 1965 – 1ª parte: Estudos Sociais – 1.2 – Estrutura Social*, 1965.

MEB. *Fundamentação para o programa de 1965 – 2ª parte: Promoção Humana*, 1965.

MEB. *Mutirão I*, 1965.

MEB. *Relatório do Treinamento/Encontro de Monitores*, 1965.

MEB. *Benedito e Jovelina*, 1966.

MEB. *Boletim MEB*, nº8, 1966.

MEB. *Boletim MEB*, nº9, 1966.

MEB. *Boletim MEB*, nº7, 1966.

MEB. *Carta de José Moreira Coelho (MEB/GO)*, 1965.

MEB. *Conclusões do III Encontro Nacional de Coordenadores*, 1966.

MEB. *Documentos dos coordenadores sobre a reestruturação do MEB*, 1966.

MEB. *Relatório de Encontro com a Equipe da Serrinha*, 1966.

MEB. *Relatório do Treinamento de Animadores Monitores*, 1966.

MEB. *Relatório Preliminar de 1965*, 1966.

MEB. *Relatório Preliminar de 1966*, 1966.

SITES CONSULTADOS

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/leite-edgar-teixeira>. Acessado em 10/4/2020.

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/borges-tomas-pompeu-acioli>. Acessado em: 10/04/2020.

<http://revistaprincipios.com.br/artigos/2/cat/2365/o-que-%C3%A9-a-democracia-popular.html>. Acessado em: 11/04/2020.

<https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2019/12/21/paulo-freire-nao-foi-militante-da-esquerda-e-sim-da-educacao-diz-erundina.htm>. Acessado em: 28/4/2020.

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/instituto-brasileiro-de-reforma-agraria-ibra>. Acessado em: 3/07/2020.